

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÉRGIO GINI

**EMPRESÁRIOS, INTERESSES E AÇÃO POLÍTICA: UMA CRÍTICA DA
DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA**

MARÍLIA
2021

SÉRGIO GINI

**EMPRESÁRIOS, INTERESSES E AÇÃO POLÍTICA: UMA CRÍTICA DA
DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências
da Universidade Estadual Paulista – UNESP –
campus de Marília, como requisito para a obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Pensamento Social e Políticas
Públicas

Orientador: Prof. Dr. Aluisio Almeida Schumacher.

MARÍLIA
2021

G492e Gini, Sérgio
Empresários, interesses e ação política : Uma crítica da
dominação gestonária / Sérgio Gini. -- Marília, 2021
267 f. : il., tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Aluisio Almeida Schumacher

1. Empresariado. 2. Ação Política. 3. Elite estratégica. 4.
Dominação gestonária. 5. Teoria Crítica. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: EMPRESÁRIOS, INTERESSES E AÇÃO POLÍTICA: UMA CRÍTICA DA DOMINAÇÃO
GESTIONÁRIA

AUTOR: SÉRGIO GINI

ORIENTADOR: ALUISIO ALMEIDA SCHUMACHER

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em CIÊNCIAS SOCIAIS, pela
Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). ALUISIO ALMEIDA SCHUMACHER (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). JOSE GERALDO ALBERTO BERTONCINI POKER (Participação Virtual)
Departamento de Sociologia e Antropologia / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). FRANCISCO LUIZ CORSI (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). PAULO ROBERTO NEVES COSTA (Participação Virtual)
Departamento de Ciência Política / Universidade Federal do Paraná

Prof(a). Dr(a). SEBASTIAO CARLOS VELASCO E CRUZ (Participação Virtual)
Departamento de Ciência Política / Universidade Estadual de Campinas

Marília, 02 de março de 2021

A handwritten signature in black ink, appearing to be "J. Bertoncini", is positioned above the printed name of the coordinator.

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
Coordenador do PPG em Ciências Sociais

DEDICATÓRIA

Dedico à Luciana por ter suportado a minha ausência em muitos momentos importantes, com resiliência e amor. Dedico aos meus filhos Karen e Vincenzo e à minha neta, Vivian, razões da minha insistência em viver.

AGRADECIMENTOS

Esta tese saiu a fórceps. Iniciei a pesquisa do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2008. Acometido de um melanoma altamente agressivo, consegui passar pela banca de qualificação, mas não concluí a tempo devido aos efeitos colaterais do tratamento. Desligado do programa em 2012, pensei em não mais retomar o trabalho. Quando surgiu a oportunidade de voltar à pesquisa, agora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em 2016, havia acabado de descobrir uma Leucemia Mieloide Crônica, pela qual ainda estou em tratamento.

Somando os dois períodos de estudos para o doutorado e o intervalo entre eles, foram doze anos de pesquisas, entrevistas, muitas leituras, idas e vindas de Maringá a Curitiba e de Maringá a Marília (SP). O recorte temporal que, originalmente, abrangeria até o ano de 2010 acabou ganhando mais dez anos, o que me beneficiou pois foi possível avaliar que o projeto que estudava se tornara, de fato, dominante no cenário local com ramificações que ainda merecem ser estudadas em outras importantes cidades do país.

Isto dito e escrito, tenho muito que agradecer. Primeiramente ao meu orientador Prof. Aluisio Almeida Schumacher que, mesmo não tendo sido designado inicialmente pelo PPGCS para o tema que propus, assumiu esta tarefa depois do desligamento do primeiro dando-me plena liberdade e direcionamento seguro. Agradeço também por me apresentar Luc Boltanski e sua Sociologia Pragmática.

Aos professores Francisco Luiz Corsi e José Geraldo Alberto Bertoncini Poker agradeço as pertinentes ponderações no exame de qualificação que me possibilitaram alinhar os pontos mais críticos da tese. Seus comentários deram-me a garantia de que o caminho que estava percorrendo fazia sentido e que eu deveria me concentrar nas contradições do modelo de dominação gestonária de forma mais analítica e não descritiva.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Paulo Roberto Neves Costa, que foi meu orientador quando estive na UFPR e que gentilmente se colocou à disposição para participar da banca de defesa. Ao professor Paulo Roberto eu devo a inserção no tema das “elites empresariais” que me possibilitaram ir além da paradigmática “elite econômica”.

Registro também meu apreço e gratidão ao Prof. Sebastião Carlos Velasco e Cruz por fazer parte da banca que examina esta tese. Foi pela leitura de “Empresariado e Estado na Transição Brasileira” que decidi optar por trabalhar com o tema do empresariado, sua prática

política e sua forma de ação, a partir do meu mestrado. Antes, meu tema de estudo envolvia a Sociologia da Religião.

Agradeço à minha família, minha esposa e meus dois filhos. A presença constante deles comigo e o incentivo para concluir os meus objetivos foram e são a principal força que me move. Desde a graduação, nunca fui bolsista. Não tive financiamento de agências públicas para a pesquisa. Isso me obrigou, por diversas vezes, a fazer extenuantes jornadas de 12 a 16 horas por dia entre trabalho e estudo. O apoio deles foi fundamental para não desistir, principalmente durante as fases do tratamento quimioterápico.

Por fim, agradeço os caminhos e os descaminhos do Eterno. Tenho aprendido a andar por eles.

“Não há escritor sem erros”.

Rui Barbosa

“Ninguém sabe escrever”.

Eça de Queiróz

“Ah, eu sei muito bem, não é possível. Não me tome por um ignorante. Colocar ideias em ordem é uma coisa, lidar com um país de pessoas reais, milhares e milhares de desgraças, é outra completamente diferente ...”

João Guimarães Rosa, Diadorim

RESUMO

O empresariado é um ator político, devidamente situado em um ambiente institucional e que interfere, de acordo com os padrões de justificação de sua ação coletiva, na vida política das cidades. Com base nesse pressuposto, estudamos a atuação do empresariado na cidade de Maringá, Paraná, a partir da organização do Conselho de Desenvolvimento Econômico - Codem, regulado por lei municipal em 1996, onde uma elite estratégica, recrutada na Associação Comercial local exerce o controle institucional e negocia politicamente com o poder público, fazendo de sua ação uma força produtora de consideráveis impactos nas variáveis sociais e econômicas do município a partir da elaboração de agendas políticas de desenvolvimento denominadas de Maringá 2020, Maringá 2030 e Maringá 2047. Essas agendas foram desenvolvidas a partir de técnicas de gestão empresarial passando a ser um modelo a ser seguido pelo Executivo de 1997 até os dias atuais. Este modelo de excelência na gestão é um contraponto à gestão pública e acabou alijando das discussões sobre o desenvolvimento econômico local outros atores que não fazem parte da elite dirigente, como por exemplo os movimentos sociais e o poder Legislativo. A tese que procuramos desenvolver é que em Maringá se estabeleceu uma forma de dominação gestonária, priorizando os interesses da elite empresarial em detrimento de outros projetos de cidade, buscando anular o conflito por meio do consenso institucional. Para a consecução dos nossos objetivos de análise utilizamos a teoria sociológica elaborada por Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Ève Chiapello que consideram os modelos de justificação e legitimação das ações da elite empresarial baseada na Teoria das *cités*, cuja matriz analítica serve de referência para se construir um quadro com os principais valores, perfis e dispositivos que estão em jogo, nas situações em que se realizam as ações coletivas do empresariado, considerando que elas se estruturam em rede e visam, na opinião dos próprios empresários, à sua ampliação e aos benefícios para o bem da sociedade civil organizada. Desse modo, denominamos nesta tese a *cit*é por Projetos como aquela que está estruturada em uma nova relação entre a cidade e as ferramentas de gestão, as mais variadas quanto possível, em ciclo marcado pelo tempo do mercado, o que impede investimentos críticos de outros atores sociais, uma vez que as políticas públicas de desenvolvimento econômico e social estão assentadas na lógica empresarial e concorrencial. Desenvolvemos ainda um aparato crítico, baseado no pensamento social de Boltanski, que desconstrói essa lógica apontando as assimetrias da dominação gestonária. Embora a pesquisa se estruture em um estudo de caso local, os projetos geridos pela elite estratégica de Maringá foram replicados em diversos outros municípios do Brasil tendo sempre o mesmo pano de fundo: a ação empresarial e a dominação gestonária.

Palavras-chave: Empresariado. Ação coletiva. Elite estratégica. Dominação gestonária. Teoria Crítica.

ABSTRACT

The business community is a political actor, properly situated in an institutional environment and that interferes, according to the justification standards of its collective action, in the political life of cities. Based on this assumption, we studied the performance of the business community in the city of Maringá, Paraná, founded on the organization of the Economic Development Council - Codem, regulated by municipal law in 1996, where a strategic elite, recruited from the local Commercial Association, exercises institutional control and politically negotiates with the government, making its action a force that produces considerable impacts on the social and economic variables of the municipality from the development of political development agendas called Maringá 2020, Maringá 2030 and Maringá 2047. These agendas were developed from business management techniques becoming a model to be followed by the Executive Branch from 1997 to the present day. This model of excellence in management is a counterpoint to public management and ended up leaving other actors who are not part of the ruling elite, such as social movements and the Legislative Branch, out of the discussions about local economic development. The thesis that we seek to develop is that in Maringá a form of managerial domination was established, prioritizing the interests of the business elite over other city projects, seeking to cancel the conflict through institutional consensus. To achieve our analysis objectives we used the sociological theory developed by Luc Boltanski, Laurent Thévenot and Ève Chiapello who consider the models of justification and legitimization of the actions of the business elite based on the Theory of *cités*, whose analytical matrix serves as a reference to build a table with the main values, profiles and devices that are at stake, in the situations in which the collective actions of the business community are carried out, considering that they are structured in a network and aim, in the opinion of the businesspersons themselves, for their expansion and the benefits for the good of organized civil society. Thus, in this thesis, we define the *cité* as Projects as one that is structured in a new relationship between the city and the management tools, as varied as possible, in a cycle marked by the time of the market, which prevents critical investments from other actors social, since public policies for economic and social development are founded on business and competitive logic. We have also developed a critical apparatus, based on Boltanski's social thinking, which deconstructs this logic by pointing out the asymmetries of managerial domination. Although the research is structured in a local case study, the projects managed by the strategic elite of Maringá have been replicated in several other municipalities in Brazil, always with the same background: business action and managerial domination.

Keywords: Business community. Collective action. Strategic elite. Management domination. Critical Theory.

RIASSUNTO

La comunità imprenditoriale è un attore politico, debitamente inserito in un contesto istituzionale e che interferisce, secondo gli standard giustificativi della sua azione collettiva, nella vita politica delle città. Sulla base di questo assunto, abbiamo studiato le prestazioni della comunità imprenditoriale nella città di Maringá, Paraná, sulla base dell'organizzazione del Consiglio per lo Sviluppo Economico - Codem, regolato dalla legge municipale nel 1996, dove un'élite strategica, reclutata dall'Associazione commerciale locale esercita il controllo istituzionale e negozia politicamente con il governo, rendendo la sua azione una forza che produce impatti considerevoli sulle variabili sociali ed economiche del comune dallo sviluppo di programmi di sviluppo politico chiamati Maringá 2020, Maringá 2030 e Maringá 2047. Questi programmi sono stati sviluppati a dalle tecniche di gestione aziendale diventando un modello da seguire per l'Esecutivo dal 1997 ad oggi. Questo modello di eccellenza nella gestione fa da contrappunto alla gestione pubblica e ha finito per lasciare altri attori che non fanno parte dell'élite dominante, come i movimenti sociali e il ramo legislativo, fuori dalle discussioni sullo sviluppo economico locale. La tesi che cerchiamo di sviluppare è che a Maringá è stata stabilita una forma di dominio manageriale, dando priorità agli interessi dell'élite imprenditoriale rispetto ad altri progetti cittadini, cercando di annullare il conflitto attraverso il consenso istituzionale. Per raggiungere i nostri obiettivi di analisi abbiamo utilizzato la teoria sociologica sviluppata da Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Ève Chiapello che considerano i modelli di giustificazione e legittimazione delle azioni dell'élite imprenditoriale basati sulla Teoria delle *cités*, la cui matrice analitica funge da riferimento per costruire una tabella con i principali valori, profili e dispositivi che sono in gioco, nelle situazioni in cui vengono svolte le azioni collettive degli imprenditori, visto che sono strutturate in rete e mirano, a giudizio degli stessi imprenditori, alla loro espansione e ai benefici per il bene della società civile organizzata. Così, in questa tesi chiamiamo la *city* per i Progetti come quella che si struttura in un nuovo rapporto tra la città e gli strumenti di gestione, il più vario possibile, in un ciclo scandito dal tempo del mercato, che impedisce investimenti critici di altri attori sociali, poiché le politiche pubbliche per lo sviluppo economico e sociale sono basate su logiche di *business* e competitive. Abbiamo anche sviluppato un apparato critico, basato sul pensiero sociale di Boltanski, che decostruisce questa logica evidenziando le asimmetrie della dominazione manageriale. Sebbene la ricerca sia strutturata in un caso di studio locale, i progetti gestiti dall'élite strategica di Maringá sono stati replicati in diversi altri comuni del Brasile, sempre con lo stesso sfondo: azione imprenditoriale e dominio del management.

Parole chiave: Imprenditorialità. Azione collettiva. Élite strategica. Dominio del management. Teoria Critica.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas associadas à Acim.....	95
Tabela 2 - Composição do quadro associativo da ACIM em 2020.....	96
Tabela 3 - Matrículas e concluintes na educação superior em Maringá - 2019.....	159
Tabela 4 - Tempo em situação de rua – Maringá – 2015-2019.....	184

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do Codem – 1997.....	86
Figura 2 – Estrutura do Codem – 2008-2014.....	87
Figura 3 – Estrutura do Codem e participação da sociedade civil.....	91
Figura 4 - Modelo de governança para o plano de implementação.....	92
Figura 5 - Matriz de participação e responsabilidade do Codem – 2017.....	93
Figura 6 – Índice de Atividade Econômica de Maringá – 1996-2010.....	136
Figura 7 – Índice de Gini de Maringá – 2010.....	137
Figura 8 – Municípios que mais receberam verbas da união – 2009 e 2010.....	140
Figura 9 – Déficit de vagas em creches – Maringá - 2016.....	146
Figura 10 – Metodologia dos 7 Capitais de planejamento de cidades da PwC.....	148
Figura 11 – Megatendências PwC.....	156
Figura 12 – Temas e iniciativas para o setor de educação.....	158
Figura 13 – Temas e iniciativas para o setor de saúde.....	160
Figura 14 – Temas e iniciativas para o setor de intermediação financeira.....	162
Figura 15 – Temas e iniciativas para o setor de desenvolvimento de sistemas.....	164
Figura 16 – Quantidade de projetos aprovados em Maringá por tipo – 2006-2013.....	174
Figura 17 – Planta de ocupação e uso do solo do Tecnoparque - 2010.....	186
Figura 18 – Rankings em que Maringá se destaca.....	190
Figura 19 - Ranking Cidades Inteligentes e Conectadas.....	191
Figura 20 - Reportagem sobre produtividade da Câmara.....	207
Figura 21 - Proveito econômico com a intervenção do Observatório Social de Maringá.....	210
Figura 22 - 4 eixos de atuação do Sistema OSB.....	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistematização conceitual da teoria das <i>cités</i>	57
Quadro 2 - População de Maringá - 1991 - 2020.....	85
Quadro 3 - Composição das entidades representadas no Codem - 2008-2014.....	88
Quadro 4 – Presidentes do Codem – 1996-2020.....	97
Quadro 5 – Elite estratégica no Codem – 1997 a 2020.....	99
Quadro 6 – Áreas estratégicas do Maringá 2020 - I.....	117
Quadro 7 – Áreas estratégicas do Maringá 2020 - II.....	118
Quadro 8 – População de Maringá – 10 primeiros anos do Codem.....	128
Quadro 9 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade – 2000 e 2010.....	128
Quadro 10 – Índice de Gini da renda domiciliar per capita - Período: 1991, 2000 e 2010.....	128
Quadro 11 – CHFs aprovados em Maringá – 1997-2007.....	129
Quadro 12 – Objetivos do plano Maringá 2030.....	132
Quadro 13 – Diretrizes do plano Maringá 2030.....	133
Quadro 14 – Estratégias do plano Maringá 2030.....	134
Quadro 15 – IDH – Maringá – Londrina – Bauru 1991-2010.....	138
Quadro 16 – Saneamento básico adequado – Maringá – 1991 – 2010.....	141
Quadro 17 – Indicadores sociais do município de Maringá – 2010.....	141
Quadro 18 – Frota de veículos – Maringá – Londrina – Bauru.....	144
Quadro 19 - Capital Econômico.....	149
Quadro 20 – Capital Intelectual.....	150
Quadro 21 – Capital Social.....	150
Quadro 22 – Capital Meio Ambiente.....	151
Quadro 23 - Capital Acessibilidade e Infraestrutura.....	152
Quadro 24 - Capital Institucional.....	152
Quadro 25 - Capital Imagem e Identidade.....	153
Quadro 26 - Estabelecimentos de saúde – Maringá – Londrina – Bauru – 2009.....	161
Quadro 27 - Total de pessoas em situação de rua abordadas – Maringá – 2015-2019.....	183
Quadro 28 - Trabalho, renda e população economicamente ativa – Maringá.....	203
Quadro 29 - Conselhos instituídos com o modelo de Maringá.....	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAS	- Ácido Acetil Salicílico
ACIC	- Associação Comercial e Industrial de Cascavel
ACIL	- Associação Comercial e Industrial de Londrina
ACIM	- Associação Comercial e Empresarial de Maringá
ACP	- Associação Comercial do Paraná
ADR	- Agência de Desenvolvimento Regional
AEAM	- Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá
ALL	- América Latina Logística
APRAS	- Associação Paranaense de Supermercados
BANCOOB	- Banco Cooperativo Brasileiro
BANSICREDI	- Banco de Crédito Cooperativo
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDEPG	- Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
CEO	- <i>Chief Executive Officer</i> (Diretor Executivo)
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CESUMAR	- Centro Universitário de Maringá
CHF	- Condomínio Horizontal Fechado
CIDEP	- Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas
CMEI	- Centro Municipal de Educação Infantil
CMPGT	- Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCAMAR	- Cooperativa Agroindustrial de Maringá
CODEFOZ	- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu
CODEL	- Instituto de Desenvolvimento Econômico de Londrina
CODER	- Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá
CODER	- Conselho de Desenvolvimento Estratégico de Marília
CODEN	- Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia
CODESC	- Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Cascavel
CODESE	- Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Bauru
COIMPPA	- Cooperativa dos Servidores Públicos do Ministério Público do Pará

CONDEPP	- Conselho de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente
CONSEG	- Conselho Comunitário de Segurança de Maringá
COOCAROL	- Cooperativa Agro Industrial dos Produtores de Cana de Rondon
COPEJEM	- Conselho Permanente do Jovem Empresário de Maringá
COOESA	- Cooperativa dos Servidores da Assembleia Legislativa do Pará
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
CPL	- Central Paranaense de Logística
CREDIOESTE	- Cooperativa de Crédito da Costa Oeste do Paraná
CRSERV	- Cooperativa de Servidores Públicos de Dois Vizinhos
CRESUD	- Cooperativa de Crédito do Sudoeste do Paraná
CSD	- Companhia Sul-americana de Distribuição
CTM	- Centro Tecnológico de Maringá
DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
EG	- <i>Économies de la grandeur</i>
EIV	- Estudo de Impacto de Vizinhança
ER	- Eixos Residenciais
EURO	- Mercado Comum Europeu (Zona do Euro)
FACIAP	- Federação das Associações Comerciais do Paraná
FEABAM	- Federação das Associações de Bairros de Maringá
FIEP	- Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIESP	- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA	- Federação Internacional de Futebol
FINEP	- Financiadora de Estudos e Projetos
FIRJAN	- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FMD	- Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
GEFE	- Grupo de Educação Fiscal Estadual
GVT	- Global Village Telecom
G19	- Grupo Temático do Setor Metalmeccânico do Estado do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICF	- Instituto de Cidadania Fiscal
IDB	- Índice de Dados Básicos
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	- Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFCS	- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

INCT	- Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	- Imposto sobre Serviços
ISSQN	- Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITM	- Instituto Tecnópole de Maringá
JUCEPAR	- Junta Comercial do Paraná
MCVB	- Maringá <i>Convention and Visitors Bureau</i>
MDIC	- Ministério da Indústria e Comércio
MEC	- Ministério da Educação
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MIP	- Matriz Insumo-Produto
MPPR	- Ministério Público do Paraná
OCEPAR	- Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
ODS	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONG	- Organização não governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OSB	- Observatório Social do Brasil
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSM	- Observatório Social de Maringá
OUCNCCE	- Operação Urbana Consorciada Centro Cívico-Eurogarden
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PASA	- Paraná Operações Portuárias S/A
PDC	- Partido Democrata Cristão
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido da Frente Liberal
PIB	- Produto Interno Bruto
PL	- Partido Liberal
PLS	- Projeto de Lei do Senado
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	- Partido da Mobilização Nacional
PMO	- <i>Project Management Office</i> (escritório de gestão de projetos)

PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	- Partido Popular
PP	- Progressistas
PPS	- Partido Popular Socialista
PROÁLCOOL	- Programa Nacional do Alcool
PROEP	- Programa de Expansão da Educação Profissional
PROMUBE	- Programa Municipal de Bolsas de Estudos
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSDB	- Partido da Socialdemocracia Brasileira
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PWC	- <i>PricewaterhouseCoopers</i>
P&D	- Processo de Projeto e Desenvolvimento
REPENSANDO	- Movimento Repensando Maringá
RMM	- Região Metropolitana de Maringá
SCPC	- Serviço Central de Proteção ao Crédito
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	- Secretaria de Comércio Exterior
SECOVI	- Sindicato da Habitação e Condomínios
SENAI	- Serviço Nacional da Indústria
SER	- Sociedade Eticamente Responsável
SICOOB	- Sistema de Crédito Cooperativo do Brasil
SICREDI	- Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINCA	- Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná
SINDIMETAL	- Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Maringá
SINDUSCON-NOR	- Sindicato da Indústria da Construção Civil do Noroeste do Paraná
SINTEEMAR	- Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá
SIVAMAR	- Sindicato do Comércio Varejista de Maringá e Região
SOEDMAR	- Sociedade Educacional de Maringá
SUS	- Sistema Único de Saúde
TCCC	- Transporte Coletivo Cidade Canção

TECPAR	- Instituto de Tecnologia do Paraná
TI	- Tecnologia da Informação
TRE	- Tribunal Regional Eleitoral
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
UEM	- Universidade Estadual de Maringá
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	- Universidade de Brasília
UNICESUMAR	- Universidade Cesumar
URBE-6	- 2º Congresso Internacional de Urbanismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
1.1	Hipótese, objetivos e justificativas.....	29
1.2	Estrutura da tese.....	33
2	CAPÍTULO 1 – Desafios conceituais.....	37
2.1.	Elitismo e marxismo.....	38
2.2.	Elite estratégica.....	42
2.3.	A teoria da escolha racional e a lógica da ação coletiva.....	45
2.3.1.	Ação coletiva a partir do individualismo.....	50
2.3.2.	Ações individuais justificadas no coletivo.....	52
2.3.2.1.	Teoria das cités nos acordos coletivos.....	55
3	CAPÍTULO 2 – O paradigma do Planejamento e a cité por projetos.....	61
3.1.	A cidade nas Ciências Sociais.....	62
3.1.1.	O Plano Barcelona 2000 (1988)	64
3.1.2.	O Plano Estratégico de Maringá (1990)	65
3.1.3.	O empresariamento das cidades.....	67
3.2.	A cité por projetos e a gramática da justificação.....	71
3.2.1.	A dominação gestonária.....	75
4	CAPÍTULO 3 – Quem governa?.....	82
4.1.	A elite estratégica comanda.....	94
4.1.1.	Quem é quem na elite estratégica.....	98
4.1.1.1.	Jefferson Nogaroli.....	99
4.1.1.2.	Wilson de Matos Silva.....	101
4.1.1.3.	Carlos Walter Martins Pedro.....	103
4.1.1.4.	Ariovaldo Costa Paulo.....	103
4.1.1.5.	Carlos Alberto Tavares Cardoso.....	104
4.1.1.6.	Luiz Ajita.....	105
4.1.1.7.	Luiz Fernando Wunderlich Ferraz.....	106
4.1.1.8.	Paulo Meneguetti.....	107
4.1.1.9.	Luiz Lourenço.....	108
4.1.2.	As conexões da elite estratégica do empresariado.....	109
5	CAPÍTULO 4 – Os projetos estratégicos da cité.....	112
5.1.	O plano Maringá 2020.....	112

5.1.1. Os projetos da Agenda Maringá 2020.....	116
5.1.2. A Agenda Maringá 2020 e a política partidária.....	120
5.1.2.1. Eleições de 1996 e 1998.....	120
5.1.2.2. Eleições de 2000 e 2002.....	122
5.1.2.3. Eleições de 2004 e 2008.....	125
5.2. O plano Maringá 2030.....	127
5.2.1. A Agenda Maringá 2030, a política e os indicadores.....	134
5.2.1.1. A crise econômica de 2008 e os seus reflexos na relação prefeito x Codem.....	138
5.3. O plano Maringá 2047.....	146
6 CAPÍTULO 5 – Interesses, conflitos e nacionalização.....	170
6.1. Interesses de mercado.....	170
6.1.1. O Plano Diretor de Maringá e o mercado imobiliário.....	170
6.1.2. O Centro Cívico – Eurogarden.....	177
6.1.2.1. Entre o bairro europeu e “onde não mora ninguém”	182
6.1.3. O Parque Industrial e o Tecnoparque.....	185
6.2. As contradições da cidade empresarial e o conflito com o Legislativo.....	190
6.2.1. O Legislativo quer ser protagonista.....	193
6.3. Diversificando a dominação gestonária.....	198
6.3.1. Cooperativa de crédito – Sicoob Metropolitano.....	198
6.3.2. Cooperativa de crédito central – Sicoob Central Unicoob.....	201
6.3.3. Observatório Social de Maringá.....	204
6.3.4. Observatório Social do Brasil.....	210
6.3.5. O projeto do Codem em outros municípios brasileiros.....	213
6.3.5.1. Conselho de Desenvolvimento Econ. e Social de Foz do Iguaçu – Codefoz.....	214
6.3.5.2. Conselho de Desenvolvimento Econ. Sustentável de Cascavel – Codesc.....	215
6.3.5.3. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia – Coden.....	215
6.3.5.4. Conselho de Desenvolvimento Econ. de Presidente Prudente – Condepp.....	215
6.3.5.5. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa – CDEPG.....	216
6.3.5.6. Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas – Cidep.....	216
6.3.5.7. Conselho de Desenvolvimento Estratégico de Marília – Codem.....	217
6.3.5.8. Conselho de Desenvolvimento Econ. Sustentável e Est. de Bauru – Codese.....	218
6.3.5.9. Instituto de Desenvolvimento Econômico de Londrina – Codel.....	219
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS.....	228

APÊNDICE	243
ANEXOS	258

1. INTRODUÇÃO

O associativismo empresarial tem sido objeto de diversos estudos empíricos na América Latina (BIANCHI, 2004)¹. No Brasil as pesquisas sobre o empresariado como ator político têm encontrado um campo fértil para desenvolvimento desde o final da década de 1950. Segundo Mancuso (2007, p. 139) atualmente “é vastíssimo o universo de atores empresariais, cuja mobilização política pode tornar-se matéria de investigação acadêmica”. Para tanto, aponta alguns caminhos promissores para novos estudos empíricos sobre a atuação política empresarial. Um desses caminhos seria a pesquisa sobre a ação empresarial diante dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto na esfera estadual quanto no âmbito local, pois nessa vertente “há pouquíssimos trabalhos no Brasil” (MANCUSO, 2007, p. 139).

A disputa pela hegemonia empresarial, com ênfase a partir do Estado Novo, entre os empresários do comércio e os da indústria² dominou, por décadas, os trabalhos acadêmicos sobre o empresariado, com ampla tendência em favor da relação entre a indústria e o processo de desenvolvimento econômico em amplos aspectos da democracia ou do processo político. Desde as análises clássicas de Cardoso (1964), Ianni (1965), Martins (1968), Schmitter (1971) passando por Souza (1976), Oliveira e Mazzucchelli (1977), Diniz e Boschi (1978), Evans (1979), Boschi (1979), Velasco e Cruz (1988; 1995), Dreifuss (1987), Minella (1988) até as mais recentes como Codato (1997), Leopoldi (2000), Oliveira (2003), Mancuso (2007), Vaccari (2016) e Borck (2019) a ênfase das abordagens, embora multivariadas, recai sobre a indústria ou as instituições representativas desta.

As novas modalidades de interação entre o setor terciário e o Estado, contudo, têm sido objeto cada vez mais constantes das análises dos cientistas sociais, explicitamente pelo fato do surgimento de um “novo associativismo” empresarial onde o setor terciário responde por ampla parcela. Iglecias (2010) sugere a abertura de uma frente de pesquisa nas Ciências Sociais em relação “às iniciativas de representação e defesa de interesses que o setor terciário, especialmente seus segmentos surgidos mais recentemente (Ongs, conselhos, institutos, etc.)

¹ Em *Estado e empresários da América Latina (1980-2000)*, Álvaro Bianchi apresenta um rápido balanço da literatura que discute o impulso associativo vivido pelo empresariado latino-americano nas décadas de 1980 a 1990.

² A disputa pela hegemonia empresarial no âmbito das discussões da economia nacional foi travada entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação das Indústrias de São Paulo nos anos 1940. A Associação Comercial do Rio de Janeiro saiu na frente com a realização, em 25/11/1943, do 1º Congresso Brasileiro de Economia. Em 1945, foi a vez da Fiesp organizar o seu 1º Congresso Brasileiro da Indústria. Na realidade, houve um grande acordo entre os dois setores, costurado por Roberto Simonsen à frente da entidade paulista, que permitiu que o setor industrial brasileiro se tornasse o protagonista nacional já no final do Estado Novo (DÉ CARLI, 1984, p. 13-16).

pode estar empreendendo junto a instâncias diversas do Estado, em nível estadual e municipal, tanto no Poder Executivo como também em relação às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e, ainda, junto ao Poder Judiciário, constituindo, eventualmente, um novo padrão de ação coletiva e de interação com o poder público”. Abordagens como as de Costa (2003), Beal (2006), Silva (2006a), Bianchi (2007), Iglecias (2007), Lima (2011) e Braga (2018) trazem significativas contribuições neste sentido.

O percurso pelo qual encaminhamos esta pesquisa partiu da lacuna apontada por Mancuso e explorou a frente aberta, segundo indicação de Iglecias (2010). Nosso trabalho é sobre a ação política da classe empresarial de Maringá, Paraná, por meio de um organismo institucional denominado Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - Codem, influenciando os processos decisórios das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social do município, negociando diretamente com o poder Executivo e, em hipótese, deslegitimando o Legislativo. Esta ação colocou em evidência os interesses de uma elite econômica em detrimento de outros agentes sociais. Os integrantes estratégicos desta elite atuaram no sentido de implantarem uma agenda, baseada nas ferramentas de gestão, que levou a criação de uma organização capaz de atuar na arena política sem ter mandato e de construir um modelo de gestão pública com participação do empresariado.

Nosso estudo de caso se concentra na cidade de Maringá situada no noroeste do Estado do Paraná, distante 420 quilômetros da capital, Curitiba. A cidade completou 73 anos de fundação em 2020, embora a sua emancipação política tenha se dado em 1952, o que a coloca como município autônomo há apenas 68 anos. Sua população, de acordo com a última estimativa do IBGE é de 430.157 habitantes (IBGE, 2020) e é sede de uma região metropolitana com 34 municípios, totalizando pouco mais de 1 milhão de habitantes. Em sua edição eletrônica de 16 de março de 2017, a Revista Exame divulgou o resultado de uma pesquisa realizada pela consultoria Macroplan que colocou Maringá como a “primeira na lista das melhores grandes cidades do Brasil” (BRETAS, 2017). Outra pesquisa, realizada em dezembro de 2016 e divulgada em janeiro de 2017 pela consultoria Endeavor, destacou Maringá entre as 10 melhores cidades do Brasil para se empreender. A pesquisa analisou o ambiente de negócios nos municípios a partir de sete indicadores: ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura (RANKING ENDEAVOR, 2017). Esses índices, aliados a outros que veremos no decorrer da pesquisa, são largamente utilizados pelo empresariado para defender a legitimação de sua ação política e de seus interesses no desenvolvimento econômico da cidade.

Embora a pesquisa seja um estudo de caso, entendemos que se mostra relevante para a interpretação de fenômenos similares em outras cidades de médio porte, não apenas no Estado do Paraná mas em outras regiões do país, pois o modelo maringaense acabou sendo adotado pela classe empresarial, em várias delas, com êxito similar, tais como em Foz do Iguaçu, Cascavel e Ponta Grossa, no Paraná; Presidente Prudente, Marília e Bauru, no Estado de São Paulo e Palmas, capital do Estado do Tocantins, apenas para ficarmos em algumas.

O estudo da ação política, coletiva, do empresariado a partir da esfera local insere-se nas perspectivas sociológicas que compreendem esses agentes sociais como parte indissociável do Estado em sua concepção ampliada, conforme os pressupostos de Gramsci (1991) e Poulantzas (1978, p. 130). Nesse entendimento de Estado ampliado é que se pode decantar o surgimento de uma “sociedade civil organizada”, termo que recorremos em várias oportunidades neste trabalho. Por estar inserida no próprio Estado, a ação coletiva empresarial só é possível por intermédio de mediações institucionais e concretas. Perissinotto e Codato (2009) sugerem que a mediação institucional entre o empresariado e sua atividade política deva ser compreendida como uma “representação subjetiva de classe” e a mediação concreta como elaborada por uma “elite de classe”. Nesse trabalho, preferimos utilizar o termo “elite estratégica”, por entendermos mais adequado aos nossos pressupostos.

Esta elite estratégica que realizou a mediação concreta para a implantação de uma série de projetos a partir das ferramentas de gestão empresarial, foi recrutada dentro da Associação Comercial e Empresarial de Maringá – Acim. Esta entidade de representação do empresariado no município de Maringá, de caráter associativo, de livre adesão e que reúne todos os segmentos empresariais³, é considerada a mais dinâmica do Estado do Paraná tendo sido a indutora de diversos projetos (alguns serão analisados nesta pesquisa) sendo o principal deles o Codem, uma entidade criada por lei municipal que é a responsável, desde 1997, por elaborar e propor políticas de desenvolvimento para o município.

Durante as eleições municipais de 1996, o empresariado maringaense, por meio de sua elite estratégica, elaborou um planejamento estratégico para Maringá até o ano de 2030, ou seja, 24 anos à frente, e o apresentou em formato de agenda propositiva para os candidatos ao Executivo municipal, pontuando os anseios e as perspectivas do empresariado sobre os rumos das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Na eleição seguinte, em 2000, o

³ Fundada em 12 de abril de 1953, um ano e meio depois da criação do município de Maringá, a Acim foi a única entidade de representação do empresariado local até 1974 quando foi criada a Associação dos Lojistas do Comércio, entidade hoje com caráter sindical. No final da década de 1970 foi criada a Coordenadoria Regional da Fiep (Federação das Indústrias do Paraná) e, a partir dos anos 1980, foram criados diversos sindicatos patronais. Entretanto, todos estão representados e têm assento na entidade.

documento Maringá 2030 foi transformado em um caderno de propostas intitulado “O que Maringá espera do novo governo” com todas as intenções dos empresários em colocar a cidade na rota dos grandes investimentos e no cenário de uma cidade-empresa. O prefeito eleito naquele ano que era do Partido dos Trabalhadores (PT) deu amplo apoio à agenda empresarial e negociou com o Codem o apoio ao seu governo⁴. Novamente, nas eleições municipais de 2004, os planos de governo dos candidatos a prefeito passaram pelo crivo do empresariado que, mais uma vez, apresentou o documento “O que Maringá espera do novo governo”. O prefeito eleito, Sílvio Barros, do Partido Popular (PP), era membro do Codem e conselheiro da Acim⁵.

A partir daí, a atuação do empresariado foi mais destacada no município com diversos projetos sendo implantados. Em 2008, o planejamento estratégico Maringá 2020 foi atualizado com novas propostas e passou a se denominar Maringá 2030. Saudada com entusiasmo pelo prefeito que a qualificou como o “desejo da sociedade civil organizada para o futuro de Maringá”, a elaboração das propostas significou, na prática, a total ausência de discussão com o poder Legislativo e a consolidação dos interesses empresariais nas políticas públicas de Maringá. Novamente, em 2017 o planejamento passou por uma profunda reformulação vindo a dar origem ao documento Maringá 2047, em alusão ao ano em que a cidade completará o seu centenário. Nesse novo planejamento, com a consultoria de uma grande empresa internacional, foram elencados quatro setores chave de interesse do empresariado e colocados como prioritários na agenda da cidade.

A gênese desse movimento empresarial e o esforço ideológico feito para a construção de um projeto hegemônico em Maringá já foi estudado por nós em nossa pesquisa de Mestrado (GINI, 2007). Na ocasião, verificamos como a Associação Comercial local construiu uma pauta abrangente de reivindicações do setor empresarial, a partir das incertezas econômicas ocasionadas pela implantação do Plano Real (1994), e que uniu as mais diversas categorias do empresariado local pelo consentimento. A partir daí, até o surgimento do Movimento Repensando Maringá em 1996 que deu origem ao Codem, a Acim consolidou a sua liderança e tem sido, desde então, a principal entidade coordenadora do Conselho e das agendas que foram desenvolvidas.

Naquela pesquisa, procuramos compreender qual era a lógica da ação coletiva empresarial, especificamente dentro do arranjo político-institucional da recente democracia

⁴ Nesse acordo entre candidato e empresários do Codem, coube à entidade indicar o secretário de Indústria e Comércio do município, o que se confirmou nos quatro anos do governo petista.

⁵ O prefeito era sócio de uma empresa de consultoria (prestadora de serviços) e fazia parte do Conselho do Comércio e Serviços da Acim.

brasileira. Para isso, a compreensão sociológica da ação coletiva do empresariado e a sua constituição como agente político foram imprescindíveis. Partimos do pressuposto, já apresentado por Costa (2003), Oliveira (2003) e Mancuso (2004), de que o empresariado brasileiro é, sim, capaz de uma ação coletiva, decorrente da confluência de um processo econômico e de um processo político⁶, e de que o exemplo de uma ação local nos auxiliaria na apresentação de uma resposta empiricamente fundamentada para a questão da relação entre o empresariado e o poder público nas democracias capitalistas⁷.

Faz-se necessário destacar, à guisa dessa introdução, que todo processo hegemônico só se mantém nessa posição se souber neutralizar as investidas contra-hegemônicas. No caso, essas investidas poderiam vir da própria classe empresarial e seus multifacetados segmentos ou dos poderes públicos constituídos, como o Executivo e o Legislativo. Na pesquisa do Mestrado, demonstramos que para acomodar as variadas representações empresariais da cidade, a Acim criou diversas cadeiras em sua diretoria, ampliou o seu Conselho Deliberativo e formou um Conselho dos Empresários do Comércio e de Serviços, além de estabelecer uma série de ações voltadas para a defesa dos interesses empresariais da cidade, evitando assim que a sua liderança fosse colocada em risco. É nesse momento que surge em Maringá, na visão dos empresários, a “sociedade civil organizada”, responsável por aliar, pelo consentimento, todos os interesses coletivos. No âmbito dos poderes públicos, tornou-se aliada de primeira hora dos prefeitos municipais que se seguiram com o discurso de que o “melhor prefeito para a cidade é aquele que está no cargo”, inclusive patrocinando diversas ações que seriam de exclusividade do município. No relacionamento com o Legislativo, procurou sempre mediar por meio do Executivo e da maioria conquistada por este na Câmara Municipal em todas as legislaturas do período estudado inicialmente (1994-2004).

Nesta pesquisa do Doutorado, entretanto, nos deparamos com as contradições do movimento empresarial local e o enfrentamento com forças antagônicas que têm exposto as fragilidades do modelo de dominação gestonária hegemônica, além dos diversos contrapontos dialéticos que apresentaremos no decorrer do trabalho. Para tanto, procuraremos entender a ação empresarial além dos discursos que ficaram registrados nas agendas em análise, embora

⁶ Mancuso destaca que o processo econômico foi caracterizado, a partir dos anos 1990, pela inflexão liberal tendo como elemento-chave a abertura da economia brasileira ao comércio internacional. O processo político auxiliou a mudança de postura do empresariado forçando-o a ser organizado e se mobilizar para dar conta da nova realidade de cenário brasileiro (MANCUSO, 2007, p. 136, 137).

⁷ A questão é se o empresariado ocupa, de fato, uma posição privilegiada, em decorrência da dependência estrutural do Estado, e da sociedade como um todo, em relação ao capital, como argumentam Miliband (1989) e Offe e Wiesensthal (1984), entre outros, ou se essa supremacia não existe, podendo o poder político do empresariado variar de caso para caso, ao longo do tempo e de um lugar para o outro, conforme Vogel (1996).

os discursos sejam fundamentais para a compreensão da representação subjetiva de classe. Uma questão que nos desafia e que examinamos ao longo da tese é qual o grau de efetividade dessas ações políticas ou se isso não faz diferença uma vez que a justificação legitima a ação. Por isso, tentaremos dar conta de entender o projeto político da classe empresarial maringaense, mediado pela sua elite estratégica; sua visão de poder local, seu relacionamento com movimentos antagônicos e suas ações efetivas para que as agendas propostas fossem assumidas pelos poderes constituídos. Aqui consideramos, como orienta Costa (2003, p. 41), que os setores e segmentos empresariais, que atuam coletivamente no “processo da ação política” se defrontam com a necessidade de participar de um organismo de representação, que no nosso caso é o Codem.

Já havíamos identificado antes e reforçamos aqui que uma estratégia do empresariado é a centralização da sua ação política no âmbito do poder Executivo. Verificamos que há uma deliberada ausência de discussão com os membros do poder Legislativo. Então, indagamos: “seria a centralização das discussões com o Executivo, parte de uma estratégia de jogo de poder? Ou de uma relação de troca, mediada pela elite estratégica?”. Friedberg (1995) ao apontar as organizações como estruturadas por relações de poder, sugere que todos os seus participantes possuem certa capacidade de negociação. Todavia, nos documentos analisados percebemos que há um grupo estratégico que assume as negociações e que fala pelo conjunto da organização.

A questão deve ser ampliada no sentido de entendermos por que o empresariado articula seus interesses em uma agenda a ser proposta ao Executivo, mas se afasta da disputa de cargos parlamentares institucionalizados. Assim, indagamos: “até que ponto é estratégico e faz parte da ação política do empresariado na democracia contemporânea, apresentar propostas e cobrá-las do que atuar nos quadros da política institucional?”. Miliband (1972, p. 74) nos dá uma indicação para interpretarmos a questão ao destacar que a presença política do empresariado se concentra nos postos fundamentais, sempre na defesa de seus interesses econômicos. Costa (2003, p. 312) analisa que Miliband sugere uma “tendência dos empresários a privilegiar as instâncias relativas ao planejamento e à definição da política econômica do Governo, ou seja, do Executivo, seja qual for o sistema de governo. Enfim, é por esta via que fundamentalmente se daria o envolvimento dos empresários com a política e com a questão do regime político”. É nosso dever, nesta pesquisa, apresentar como isso se deu, de fato.

Dois aspectos que se mostraram evidentes nesta pesquisa, levaram à aproximação ao marco analítico da Teoria das *Cités*, criado pelo sociólogo francês Luc Boltanski junto com o

economista Laurent Thévenot e à socióloga Ève Chiapello (BOLTANSKI E THÉVENOT, 1991; 2006); (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 1999; 2009). O primeiro deles foi o entendimento de que a ação coletiva do empresariado de Maringá indicava que ela não poderia ser entendida fora de uma estrutura em rede, que ligasse os interesses individuais em conexões legítimas e justificadas. O segundo aspecto estava na transitoriedade de algumas propostas que se originaram dessa ação, marcada pelo curto prazo em que foram substituídas, e a defesa da cultura empreendedora e da eficiência na gestão nos argumentos utilizados para justificar a inclusão ou alteração das propostas.

A primeira aproximação se deu, portanto com a *Cité* por Projetos, esboçada por Boltanski e Chiapello em “O Novo Espírito do Capitalismo”, (2009, p. 138-161). Por ela, compreendemos um conjunto de regulações morais sobre como se devem dar as relações no mundo “conexionista”, ou em rede, que se mostrou fundamental para entender os valores em questão para a ação coletiva do empresariado. Foi necessário um aprofundamento sobre o tema, especialmente sobre a formulação anterior das *cités*⁸, como “metafísicas políticas” que estão arraigadas no coletivo das sociedades ocidentais, orientando a construção de argumentos em situações de disputa (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006).

As categorias que compõem este modelo analítico serviram a esta tese como seu principal referencial teórico para a identificação dos valores em jogo nos projetos de colaboração e, conseqüentemente, para a construção de aspectos que mereceriam uma leitura crítica para levantar as suas principais contribuições e prejuízos. A crítica, por sinal, é a segunda aproximação nossa com Boltanski, mais especificamente com a sua crítica da dominação *gestionnaire*. Ao empreender uma sociologia das ferramentas de gestão disponível na matriz de justificação da *cité* por projetos (BOLTANSKI, 2013), o sociólogo francês elabora uma sociologia da crítica que redimensiona a atuação das Ciências Sociais nas análises das dinâmicas sociais do mundo em rede.

Por isso, a apropriação da matriz analítica das *cités*, elaborada por Boltanski, Thévenot e Chiapello, permite entender a lógica de justificação que leva sujeitos e organizações a se engajarem na ação coletiva na cidade, de onde constroem seus projetos de dominação ou de legitimação de interesses. Reunindo todas essas problematizações, chegamos à formulação do

⁸ Preferimos não traduzir o termo “*cité*” do francês para o português como aconteceu na tradução do próprio livro referenciado. Ao se traduzir *cité* por cidade, muito do referencial simbólico do termo acabou se perdendo, uma vez que o termo mais recorrente para designar cidade em francês é *ville*. Também descartamos a tradução por cidadela, como alguns autores portugueses têm feito, pelo fato deste termo não ser compreendido daquela forma no Brasil.

principal problema de pesquisa, enunciado a seguir, como a hipótese a ser testada nesse trabalho.

1.1. Hipótese, objetivos e justificativas

Trabalhamos com a hipótese central de que a ação política dos empresários, a partir do que se observa na elaboração das agendas dos planejamentos estratégicos Maringá 2020, 2030 e 2047, é orientada pela lógica de justificação da *cité* por projetos, como definida por Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009). Toda a lógica da ação se constitui como um projeto, ou seja, uma oportunidade de estabelecer vínculos que levam a novos projetos, num movimento em que os agentes circulam por seus interesses de forma intensa sem, necessariamente, deixar que os interesses individuais se sobreponham sobre o coletivo. Esta prática se assenta numa estrutura em rede e a criação incessante de novos vínculos é fator indispensável para que as agendas mantenham sua posição competitiva dentro do mercado das cidades.

Como objetivo principal desta pesquisa, busca-se evidenciar este processo para então criticar as formas de dominação que são geradas por ele, em especial a dominação gestonária (Boltanski, 2013), responsável por gerar assimetrias profundas no tecido social de Maringá. Levando isto em conta, esta pesquisa visa à construção de uma crítica a um aspecto sensível da realidade brasileira, na complexa rede conexionista de territórios, organizações e capitalistas, em situações em que as esferas pública e privada se confundem e a reserva necessária entre ambas se mostra comprometida frente aos interesses do empresariado. De forma a alcançar o objetivo geral, foram desenvolvidas etapas intermediárias, com as seguintes finalidades:

- Compreender as formas de atuação coletiva do empresariado por meio das agendas analisadas, isto é, a lógica de seus interesses;
- Compreender as formas de inserção dos interesses individuais nas propostas coletivas, a partir da identificação da elite estratégica do empresariado local;
- Entender quais são os valores em jogo nos projetos elaborados para o desenvolvimento da cidade, por meio das justificativas usadas em sua elaboração e nos discursos que ficaram registrados;
- Entender a lógica das justificativas e da busca por legitimação, que podem configurar um padrão de ação sistêmica do empresariado em outra localidades;
- Compreender como o empresariado lida com os obstáculos surgidos na correlação de forças com outros agentes e quais são as contradições produzidas no processo;

- Perceber os efeitos da dominação gestonária que comprometem a multiplicidade de atores sociais envolvidos nas cidades.

Ao final do desenvolvimento da pesquisa, entende-se que sua justificativa está na possibilidade de inserir-se e ampliar os debates relevantes no campo das Ciências Sociais:

- Ampliar o debate sobre o empresariado como ator político e perceber como vem sendo produzida esta discussão na fronteira entre as Ciências Sociais e outras disciplinas como a História, Administração, Economia, Geografia e a Estatística.
- Promover debate sobre a sociologia das ferramentas de gestão, muito utilizada na Sociologia francesa e ainda pouco conhecida no Brasil.
- Avançar na discussão sobre a formulação de projetos de gestão como atividades experimentais nas pesquisas acadêmicas das Ciências Sociais, e avaliar sua contribuição para o desenvolvimento de propostas de trabalho com os movimentos sociais, compreendendo a dimensão da crítica formulada por Luc Boltanski.

A matriz analítica das *cités*, portanto, serve de referência para se construir um quadro com os principais valores, perfis e dispositivos que estão em jogo, nas situações em que se realizam as ações políticas coletivas, considerando que elas se estruturam em rede e visam, em princípio, à sua ampliação e aos benefícios para o bem comum. Constrói-se, assim, o que se chama nesta pesquisa por sociedade civil organizada: uma instituição formada por interesses empresariais os mais variados quanto possível, em um ritmo determinado pelo mercado, o que impede investimentos críticos de outros agentes sociais, como os movimentos sociais, e a construção de redes de solidariedade mais amplas e diversificadas.

Os problemas teóricos que o tema e a tese nos provocam deverão ser respondidos a partir de uma análise dos procedimentos e instrumentos da ação empresarial, no âmbito das propostas apresentadas para a construção das agendas Maringá 2020, 2030 e 2047, como consequência de uma lógica dos atores implicados. Essa ação também deve ser entendida como um empreendimento discursivo e estratégico para firmar posição de classe dominante⁹ na divisão social da cidade. Aqui, concordamos com Bianchi (2007, p. 117) que esclarece que “a abordagem teórica da ação coletiva empresarial deve conter uma análise das condições nas quais os interesses particulares dos empresários podem estimular a emergência de uma ação e de uma organização coletiva”. Como hipótese, acreditamos que tais condições sejam dadas pela

⁹ A noção de classe será trabalhada em todo o desenvolvimento da tese, principalmente discutindo os aspectos de como esta classe pensa a política, age politicamente e define a si próprio e o seu papel político e se comporta frente ao arranjo político-institucional.

elite estratégica que realiza a mediação da ação coletiva e dos interesses. Essa elite se encarregará de elaborar o discurso político e social e o Codem será o responsável pelo discurso técnico. Ambos serão analisados aqui como componentes únicos de uma ação discursiva de poder e dominação aliada a uma ação política/estratégica que utilizará outros agentes para servirem como meios para o empresariado alcançar os seus objetivos.

É inegável que a relação do empresariado, enquanto classe, com a propriedade e com o controle dos meios de produção, lhe dá um papel de agente econômico fundamental para o funcionamento da sociedade capitalista. Daí, a análise de seu comportamento político, ou de seus agentes estratégicos, principalmente em uma cidade de médio porte como Maringá, se torna essencial para as Ciências Sociais, com o objetivo de entender o funcionamento das sociedades contemporâneas.

Compreendemos também que existem as formas lícitas e ilícitas de atuação política do empresariado. Demos atenção às lícitas, uma vez que as ilícitas – propinas, financiamento irregular de campanha etc. – são quase impossíveis de serem comprovadas. Mancuso (2007, p. 142) destaca que a “parcela não ilegal da interação público-privado também oferece um terreno fertilíssimo para a investigação acadêmica, um terreno muito mais acessível e que ainda permanece relativamente inexplorado”. Segundo a orientação de Codato (2008) nossa análise não estará completa sem que se avalie o exercício e o alcance desse poder de mobilização do empresariado por meio do estudo do processo decisório da agência. Portanto, este primeiro procedimento metodológico dá conta de verificar os processos decisórios em momentos diversos da luta política. Uma decisão possui vários “momentos” que, complexos que são, derivam desde a burocracia até a prática política efetiva.

Todas as decisões que emanaram do discurso coletivo do empresariado foram publicadas nos três planejamentos realizados. Perissinotto e Codato (2009) argumentam que analisar as produções discursivas de defesa explícita dos interesses de classe, permite estabelecer com bastante segurança relações de representação entre uma classe e determinada elite estratégica. Os mesmos autores também frisam que “a análise da produção discursiva não esgota o estudo das produções simbólicas”. Desse modo, não pretendemos uma análise semiótica dos discursos publicados, o que seria uma análise “internalista”, que tende a totalizar as produções ideológicas. Tampouco reduzimos ou deduzimos os simbolismos dos propósitos mais ou menos explícitos dos beneficiários dessas representações (análise “externalista”).

No campo das representações “culturais” não há, como se sabe, só uma autonomia relativa, mas também uma economia específica dos interesses dos produtores profissionais de

ideologias (BOURDIEU, 1989, p. 10-13). Estas não se reduzem aos discursos manifestamente favoráveis a uma classe, mas envolvem também investigar o conteúdo latente do discurso daquela parte da classe que, para usar a expressão de Marx, “fala e escreve” em seu nome, ainda que não se reconheça como sua representante.

Assim, para que metodologicamente pudéssemos avançar sem cair na tentação semiótica, elencamos os discursos produzidos em forma de texto e oficialmente publicados na seguinte ordem: a) aqueles que expressam a ideologia do desenvolvimento econômico; b) os que falam da cidade progressista e rica etc.) aqueles que se referem à necessidade de planejar o futuro, missão que caberá à elite estratégica que está conduzindo o processo de justificação das agendas.

Por fim, é importante ressaltar que também analisamos os membros da elite estratégica. Quem são, de onde vieram, quais suas conexões sociais? De acordo com Costa (2003, p. 38) “a situação econômica continua sendo decisiva para a definição dos interesses, dos padrões e dos formatos institucionais de sua ação política, e esta é constitutiva de sua existência enquanto grupo social”. Costa também defende que no caso da ação política empresarial “as entidades representativas são o ponto fundamental da pesquisa, pois é nelas onde, de um lado, estão combinados os aspectos econômicos com aqueles de caráter social e principalmente político, e, de outro, se dão processos que são complexos, porém, fundamentais” (COSTA, 2003, p. 39). Dentre esses processos complexos, podemos incluir o recrutamento ou o estabelecimento de redes de relações que formam a elite estratégica que agirá em nome da entidade representativa.

Priorizamos estudar a origem social dos membros desta elite, combinando a análise prosopográfica com as técnicas de construção de redes de relações entre os agentes, as conexões sociais. Assim, foi possível traçar uma trajetória dessa elite que extrapola os limites do local, embora o local seja a arena de atuação mais efetiva, e que ganha relevância em entidades de representação ou de atuação empresarial no âmbito do Estado do Paraná.

Baseados na orientação clássica de Stone (apud HEINZ, 2006, p. 9) de que o propósito da prosopografia “é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior”, definimos os membros da elite de classe a partir de suas posições nas organizações estudadas e de suas relações de influência na agenda em questão. Assim, elencamos 9 (nove) empresários e fizemos um perfil biográfico dos mesmos (CHARLE, 2006, p. 41) que nos possibilitasse a descrição de

sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política. Nosso propósito foi buscar as características comuns desta elite estratégica (HEINZ, 2006, p. 65) e reconhecer quais os seus atributos sociais e políticos (CODATO, 2008).

1.2. Estrutura da tese

Estruturamos nossa pesquisa em cinco capítulos onde procuramos defender a hipótese central. No capítulo 1, *Desafios Conceituais*, dividimos em três tópicos. No primeiro apresentamos uma discussão sobre a junção operacional entre elitismo e marxismo, uma vez que a orientação marxista perpassa todos os nossos argumentos, mesmo que implicitamente. No segundo apresentamos o conceito de elite estratégica a partir da contribuição da socióloga Suzanne Keller (1967). No tópico terceiro discutimos a teoria da escolha racional e a lógica da ação coletiva sobre os aspectos do individualismo metodológico e do individualismo que se justifica no coletivo conforme a teorização de Luc Boltanski. Finalizamos, com a apresentação da Teoria das *cités* que formam uma gramática moral para compreendermos os acordos coletivos.

No capítulo 2, *O paradigma do Planejamento e a cité por projetos*, iniciamos com uma discussão sobre a relevância do estudo das cidades nas Ciências Sociais. Nesse caso, discutimos a cidade como palco por excelência da ação dos atores sociais, o que ilustramos com uma apresentação sobre o Plano Barcelona 2000, um planejamento estratégico realizado na cidade espanhola, em 1988, por ocasião de sua escolha para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 1992. Apresentamos na sequência como o plano de Barcelona influenciou para a gênese dos planejamentos estratégicos de Maringá, objeto dessa tese, inclusive com a participação de Jordi Borja, famoso geógrafo catalão e que foi vice-prefeito de Barcelona em 1988.

Depois, apresentamos uma abordagem sobre a dinâmica do empresariamento urbano o que tem sido visto como necessário para que as cidades possam competir no dinâmico “mercado das cidades”, apresentadas como mercadorias nas vitrines para a atração de investidores e de moradores com alto poder aquisitivo. Neste caso, fizemos a aproximação com a formulação de Boltanski e Chiapello (2009) sobre a *cité* por projetos e os perigos do uso das ferramentas de gestão para justificar a dominação gestonária.

No capítulo 3, *Quem governa?*, discutimos como a elite estratégica estruturou o seu projeto de governar a cidade sem fazer parte do processo político, utilizando, além de sua força econômica, o discurso da eficiência de gestão. Esta elite, composta por empresários do setor

terciário é um fenômeno complexo que ocorre há alguns anos nas novas cidades médias brasileiras, sobrepujando os setores do agronegócio e da indústria. Com isso, abrangeremos também a caracterização desta classe dominante e suas implicações no âmbito local, especificamente nas relações de poder, bem como as contradições internas da classe empresarial, representada por uma minoria politicamente ativa, uma elite, que age em seu nome. Foi necessário, como já apontamos anteriormente, identificar cada um dos membros da elite estratégica, traçando o seu perfil biográfico para que possamos compreender suas conexões ao longo de todo o desenvolvimento da tese.

Para o capítulo 4, *Os projetos estratégicos da cité*, deixamos o material mais denso do nosso trabalho. Apresentamos as três agendas estratégicas começando com o plano Maringá 2020, como foi construído e quais os projetos que entraram no planejamento como elementos importantes do discurso do empresariado. Depois, abordamos como o plano Maringá 2020 foi utilizado para intervir na política partidária como proposta da sociedade civil organizada para as eleições de 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 e 2008. Ao estudarmos o plano Maringá 2030 que substituiu o anterior antes mesmo do prazo de 24 anos terminar, observamos uma necessidade de justificação para não melindrar o poder Executivo no sentido de afirmar que aquele não era um plano socioeconômico. Entretanto, demonstramos que a agenda Maringá 2030 se mostrou muito eficiente para o debate político e para a engenharia do consenso, favorecida pelos índices de melhoria de vida e de eficiência de gestão divulgados em diversos indicadores econômicos. Acrescentamos também um breve apanhado de como a crise econômica de 2008 refletiu no relacionamento entre o Codem e a Prefeitura, o que exigiu algumas mudanças no planejamento original.

Por fim, apresentamos de forma bem ampla como foi a construção do planejamento socioeconômico Maringá 2047, pela primeira vez com a caracterização de um *masterplan* e com o auxílio de uma consultoria internacional, a mesma que auxiliou a Prefeitura de Barcelona, em 1988. Neste trabalho, mais do que nos anteriores, as ferramentas de gestão empresarial foram utilizadas de diversas maneiras como mecanismos de justificação e legitimação do modelo pretendido pelo empresariado e adotado pela cidade.

No capítulo 5, *Interesses, conflitos e nacionalização*, tratamos sobre três projetos de interesses individuais ou de setores específicos que nos permitem entender a lógica dos atores interessados em uma cidade-empresa: o Plano Diretor de Maringá, direcionado para o mercado imobiliário; o projeto do Centro Cívico – Eurogarden que é o exemplo de parceria público-privada em que privilegia o interesse financeiro e os casos do Parque Industrial e Tecnoparque

que são provas de como o Executivo pode trabalhar em prol dos interesses empresariais, passando por cima, inclusive da legislação. Estes três projetos nitidamente de interesses de mercado comprometem o discurso apropriados pelos empresários de justificação de uma *cité* por projetos. Trata-se, na verdade, de um aprofundamento da crítica elaborada por Boltanski quando aponta que o modo de domina  o gest  n  ria pode aprofundar as assimetrias em cidades que a adotam. Por conta desses interesses empresariais, discutimos na sequência como o Legislativo procurou sair do anonimato em que estava relegado desde a cria  o do Codem o que escancarou ainda mais as contradi  es de Maringá como cidade empresarial.

No último t  pico do capítulo apresentamos como o resultado da a  o política do empresariado e de seus planos bem estruturados e justificados, se ampliaram para além da cidade formando uma rede bem ampla de conexões em nível estadual e nacional. Nesse caso, apresentamos o projeto da cooperativa de crédito dos empresários que se iniciou em 1999 e que atualmente é uma das maiores do Brasil. Identificamos a cooperativa como uma espécie de braço financeiro da a  o empresarial. Essa cooperativa também organizou na cidade uma cooperativa central que, atualmente, conta com uma rede de 18 cooperativas atuando com a identidade de Sicoob e com agências nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pará e Amapá. A rede da cooperativa central administra mais de R\$ 10 bilhões em recursos e possui cerca de 500 mil associados. Discutimos também o caso do Observatório Social de Maringá, que foi um projeto de iniciativa do empresariado local para fiscalizar os poderes Executivo e Legislativo em seu uso dos recursos públicos, com um claro sinal de alerta de que o empresariado é quem comanda. O Observatório, em 15 anos de atua  o já foi premiado no exterior e se expandiu para cerca de 150 cidades em 17 estados do Brasil, constituindo uma rede chamada de Observatório Social do Brasil, que foi organizado em Maringá e atualmente tem sede em Curitiba. Essa expansão para fora da cidade será discutida também ao apresentarmos outros municípios onde a atua  o similar a do Codem foi realizada e foram também montados conselhos de desenvolvimento econômico, copiando o modelo maringaense. Os casos mais recentes são o Codem de Marília e o Codese de Bauru, constituídos durante a pandemia de Covid-19.

Concluímos a tese com nossas considera  es finais, retomando a discussão de Luc Boltanski sobre a proposta da *cité* por projetos e o seu entendimento inicial de que poderia ser essa uma saída para a implementa  o das reformas sociais no capitalismo contemporâneo. Com o fracasso do seu potencial reformista, a *cité* por projetos, segundo Boltanski,    instrumentalizada pelo econômico e pelo modo de domina  o gest  n  ria para conter a crítica

e comprometer a compreensão da realidade pelos diversos atores em cena. Dessa, forma retomamos o que foi apresentado em cada um dos capítulos para sustentar que a ação política coletiva do empresariado, estruturada sobre o modelo da *cité* por projetos, foi instrumentalizada pela domina  o gestionária. A crítica que apresentamos procurar identificar se a nossa hipótese central se sustenta a ponto de ser uma tese na área das Ciências Sociais.

2. CAPÍTULO 1 – DESAFIOS CONCEITUAIS

Há nas Ciências Sociais um considerável conjunto de estudos, pesquisas e teorias que procuram, de alguma forma, explicar as razões do poder, a sua estrutura, sua origem e sua prática. Esses trabalhos invariavelmente partem da pergunta: “Quem está no controle?”. Esta pergunta, que nasce na aurora do pensamento filosófico, afeta até hoje os sociólogos, cientistas políticos e economistas, sendo diversamente interpretada e refutada, com várias explicações e nomes diferentes. Nesta pesquisa usamos o termo “classe dominante” ou sua variável “elite dirigente”. Como será discutido mais amplamente, usamos este termo no sentido convencional apenas pelo fato de que a variedade de designações corresponde a uma variedade de significados, dificilmente comparáveis porque as respostas seguem diferentes critérios de análise sendo eles, muitas vezes, de cunho ideológico.

O termo que escolhemos não é neutro. Tem, por um lado, a vantagem de ser imediatamente compreendido e, de outro, uma séria dificuldade pois contém alguns elementos que lhe dão uma conotação de homogeneidade ou consenso já formado, que esperamos contrapor neste capítulo. Portanto, partindo da análise que vai dos teóricos elitistas da segunda fase¹⁰ aos analistas neomarxistas modernos, esperamos deixar clara a nossa interpretação.

Os cientistas sociais do final do século XIX acreditavam que tinham encontrado as respostas universais e válidas para toda a sociedade. Na verdade, vemos no desenvolvimento de suas teorias algo que reflete uma visão ideológica do papel das classes dirigentes (SAXONHOUSE, 1998)¹¹. O maior obstáculo que os autores do período não puderam (ou não tinham como) superar está na elaboração de um paradigma cientificamente aceito, todavia é evidente que a visão desses cientistas estava ofuscada pelas ideias do passado, por uma infiltração ideológica relativa a quem deveria, por dever ou por medo, segurar as rédeas do Estado. Assim, ao perguntarem quem governa e porque governa, os cientistas sociais da época

¹⁰ Há uma extensa lista de teóricos elitistas. Convencionou-se denominar como elitistas modernos da primeira fase os clássicos Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Os da segunda fase seriam Charles Wright Mills, Joseph Schumpeter, Robert Dahl, George W. Domhoff, entre outros.

¹¹ Platão é considerado o verdadeiro progenitor dos pensadores elitistas pelo que escreveu no Livro VIII da República. Sua demonstração da incapacidade de as massas terem acesso à ideia do bem, teria oferecido os instrumentos conceituais para a maioria das abordagens, geralmente críticas, sobre o problema da democracia dos antigos. Ver A.W. Saxonhouse. *Democracy, Equality and Eidê: A Radical View from Book 8 of Plato's Republic*, American Political Science Review, 92 (1998), n. 2, pp. 273-283.

manifestaram claramente o medo do igualitarismo, por vezes até carregado com certo desdém¹²: temia-se o advento das sociedades “muito democráticas” e, portanto, inerentemente caóticas.

Neste trabalho não entraremos nas discussões teóricas dos elitistas clássicos, Mosca, Pareto e Michels. Tampouco iremos nos ater ao debate sobre o elitismo democrático que perpassa por Schumpeter a Robert Dahl. Nossa abordagem teórica nessa pesquisa inicia-se primeiro com uma tentativa de fazer uma junção conceitual de “classe social” e “elite”, contribuição essencial dos autores neomarxistas¹³ como Nicos Poulantzas, Ralph Miliband, Tom Bottomore e, mais recentemente, Luc Boltanski, o que retoma o antigo dilema da teoria social que é a oposição destes conceitos. O segundo passo é verificarmos que a lógica da ação coletiva é, primariamente, a lógica dos interesses individuais mediada por justificações de mundos ideais e guias de legitimação que transcendem do individual para o coletivo.

2.1. Elitismo e marxismo

Após a Segunda Guerra Mundial, os estudos sobre as elites tiveram um novo impulso e é possível afirmar que a renovação da teoria das elites foi motivada pela publicação, em 1956, de *The power elite*, de Charles Wright Mills. A análise de Mills vai no sentido contrário à tese do elitismo clássico quando aponta que uma “minoridade politicamente ativa” existe como fato histórico e não como um fenômeno que transcende a história, como apontava a teoria tradicional.

Mills elabora a sua tese analisando a sociedade estadunidense a partir dos anos 1930 e demonstra que houve um processo crescente de concentração e centralização de poder na cúpula de três domínios principais: o econômico (os chefes das grandes empresas), o militar (o alto escalão militar) e o político (os ocupantes dos altos postos de comando do governo). Os ocupantes dos postos superiores desses três domínios seriam aqueles que tomariam as decisões mais importantes na sociedade, sendo, portanto, os responsáveis maiores pelos destinos da sociedade, uma vez que ocorreria um processo de transformação do público em massa, o que fez com que a opinião pública deixasse de ter poder ativo de decisão na sociedade, o qual passara a se concentrar nas mãos de uma minoria, de uma elite.

¹² Bobbio registra o desenvolvimento de um extenso pessimismo sobre a natureza humana, até mesmo “uma desconfiança que beira o desprezo das massas serem portadoras de novos valores”. (BOBBIO, N. Sob a teoria das elites. In BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (eds.) Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1990).

¹³ Autores neomarxistas contemporâneos que trabalham um novo conceito de classe social, como Erick Olin Wright e John Goldthorpe, não estão considerados nessa pesquisa.

A renovação da teoria das elites é mais ampla ainda, pois Mills (1981) aponta que essa minoria, configurada em três esferas autônomas de poder, está unificada por interesses em comum tais como “a origem social, a carreira e os critérios de admissão, a promoção, o louvor e a honra”. Para Mills, isso possibilitaria a constituição de uma elite unificada ou elite do poder.

De acordo com Martuscelli (2018),

Quando analisa a constituição de uma elite unificada e a existência de um poder nacional para explicar o modo como as decisões são tomadas na sociedade estadunidense, Mills opera uma dupla crítica: em primeiro lugar, à teoria pluralista, pois rejeita a ideia de equilíbrio de poderes, de poder difuso, fragmentado e local; em segundo lugar, à teoria marxista, visto que considera o uso da noção de classe dominante ineficaz para explicar o exercício do poder político. De acordo com ele, o uso da noção de classe dominante sugere a ideia de que a classe econômica domina politicamente e, desse modo, confere-se pouca autonomia à esfera política e ao domínio militar (MARTUSCELLI, 2018, p. 29).

George W. Domhoff em sua obra magna, *Whos Rules America?* de 1967, apoia-se na análise de Mills sobre a elite do poder, mas destaca que é necessário não confundir com a classe governante. Domhoff (2002) enfatiza que a classe governante se define pela posse de uma quantidade desproporcional de riqueza de um país, pelo recebimento de uma quantidade também desproporcional da renda anual de um país e pela emissão de uma quantidade enorme de membros aos cargos governamentais. Por sua vez, a elite do poder compreende “todos aqueles que ocupam cargos de mando em instituições controladas por membros da classe superior (governante)” (DOMHOFF, 2002, p. 17). Nesse sentido, a diferença marcante entre Mills e Domhoff está no fato de que este último sustenta que os membros da elite do poder podem ou não fazer parte da “classe superior”, enquanto Mills sustenta uma correspondência necessária entre as duas.

Apesar da relevante contribuição de Domhoff, especialmente em sua crítica sobre a Poliarquia de Robert Dahl, foi a partir da obra de Wright Mills que diversas análises marxistas passaram a ser feitas, atraídas por, pelo menos, três pontos fundamentais que possibilitaram que cientistas sociais, inicialmente os ligados à escola britânica de sociologia, operassem a junção do conceito das elites com o de classe social. Esses fatores principais seriam: a) a ruptura com o elitismo tradicional, ou seja, a tese segundo a qual a relação elite e massa é um fato histórico; b) a elaboração da noção de elite do poder para referir-se a um poder que não se restringe ao âmbito econômico; c) a crítica à concentração de poderes da elite do poder estadunidense.

A tentativa de operacionalizar uma junção dos conceitos de “classe social” e “elites” nos levou a duas agendas de pesquisas que floresceram a partir de meados dos anos 2000. A

primeira é o retorno dos estudos das elites, principalmente elites políticas e elites econômicas, pela Sociologia Política e pela Ciência Política. Tais estudos haviam desaparecido da academia nos anos 1980 em grande parte por conta das críticas formuladas pelo estruturalismo marxista, pelo institucionalismo de escolha racional e pela Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu, três perspectivas, aliás, bem distintas (PERISSINOTTO E CODATO, 2008, p. 7). Contudo, uma nova frente de pesquisa, diversificada quanto a temática e à metodologia, tem resgatado o tema da Sociologia das Elites.

A segunda agenda é mais específica, pois trata de uma renovação dos procedimentos metodológicos para operacionalizar o conceito de classe social articulando-o com o conceito de elite, partindo do pressuposto básico de que uma classe não é um agente no mesmo sentido que é o indivíduo, o grupo ou a organização. Essa dificuldade encontra-se na própria definição de classe social pelo marxismo. Cientistas sociais como Aron (1950a, 1950b), Mills (1981, 1985), Miliband (1972, 1982), Bottomore (1974), Giddens (1974), Therborn (1989), Saint-Martin (2008) e Boltanski e Chiapello (2009), dentre outros, já apresentaram suas perspectivas teóricas onde defenderam, cada um a seu modo, que é possível trabalhar com o conceito de classe social articulando-o com o conceito de elite (PERISSINOTTO E CODATO, 2009, p. 243).

Em defesa da aproximação entre marxismo e elitismo, Perissinotto e Codato apresentam três maneiras não sistematizadas de compreender a representação política das classes sociais, tanto em Marx quanto no marxismo. A primeira seria uma “representação objetiva de classe”, predominante no marxismo contemporâneo. De acordo com os autores, “os interesses gerais de uma classe são representados por uma instituição cuja ‘função objetiva’ é garantir a coesão da formação social em que essa classe domina, sem que ela seja um agente político consciente de seus interesses e organizado para a ação” (PERISSINOTTO E CODATO, 2009, p. 258). Os autores neomarxistas da teoria do Estado do final da década de 1960, como Poulantzas (1986), os derivacionistas alemães liderados por Claus Offe (1980) e Fred Block (1987) entre outros, são os principais articuladores dessa “representação objetiva” de classe.

A outra forma de representação de classe que os autores apontam é a “representação simbólica” sugerida por Marx em *O 18 Brumário de Louis Bonaparte* (MARX, 1994). Por essa perspectiva, “a classe é representada por atores políticos que, apesar de não falarem aberta e conscientemente em seu nome, propagam uma ‘visão de mundo’ coerente com os interesses da classe representada” (PERISSINOTTO E CODATO, 2009, p. 258). Os representantes desta abordagem estão fora do campo teórico do marxismo, como Bourdieu (1989, 2003, 2004) e Eder (2002).

A terceira maneira seria a “representação subjetiva” de classe. Por essa perspectiva, a classe “atua politicamente por meio de instituições e organizações que falam abertamente em seu nome. São esses ‘porta-vozes’ os responsáveis por introduzir a luta de classe no âmbito das lutas político-institucionais”. Perissinotto e Codato (2009, p. 258) entendem que partidos, associações, sindicatos e grupos de políticos que formam bancadas classistas podem ser analisados em termos de “representação subjetiva de classe”. Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrado em Dreifuss (1987) ao analisar o golpe militar de 1964 no Brasil como um golpe de classe, resultado de uma ação política de uma elite orgânica, recrutada em institutos, associações e grupos econômicos, que tinha a capacidade de ser a organizadora de seus interesses e da sociedade (DREIFUSS, 1987, p. 161). Gramsci (1971) já apresentava uma abordagem metodológica para compreender a ação da elite política na Itália, organizando a sua própria classe. O marxista italiano também trabalhou o conceito de elite empresarial, que para ele era a organizadora de sua própria classe e, também, da sociedade (HOARE E NOWELL-SMITH, 1973, p. 5-6; 260, 334), merecedora de críticas e da ação contra-hegemônica.

Miliband (1972), Giddens (1974) e Bottomore (1974) defendem de forma explícita a utilidade de conjugar os conceitos de “elite” e “classe dominante”. Bottomore (1974, p. 15) utiliza o termo “elite” sem restrições “referindo-se a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem *status* elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade”. Ao conjugar o conceito de elite com o de classe social, o sociólogo inglês chega à sua definição de elite política, distinguindo

no seio da classe política um grupo menor, a elite política, compreendendo os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época. A extensão da elite política é, portanto, relativamente fácil de ser determinada: incluirá membros do governo e da alta administração, chefes militares, e, em alguns casos, famílias politicamente influentes de uma aristocracia ou casa real e dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos (BOTTOMORE, 1974, p. 16).

Ralph Miliband (1972) em sua análise sobre o Estado na sociedade capitalista é categórico em rechaçar a concepção pluralista-democrática (Robert Dahl e outros) que procura demonstrar que nas sociedades ocidentais as classes dominantes inexistiriam, restando em seu lugar os “blocos de interesses” que competem entre si com as bênçãos do Estado. A crítica mais contundente do sociólogo belga é sobre a ideia de que “nenhum interesse particular consiga pesar demasiadamente sobre o Estado” (MILIBAND, 1972, p. 14). Como alternativa correta diante desta posição, Miliband aponta que “o Estado é o instrumento coercitivo de uma classe dominante, ela própria definida em termos de sua propriedade e de seu controle sobre os meios

de produção”. Ao comparar as principais instituições do sistema estatal e a composição social das elites, Miliband (1972) reforça que o aparelho estatal é gerido pelos interesses da classe dominante.

Por fim, é interessante a análise que Miliband faz da elite administrativa, que em sua opinião controla o Estado e cujos membros se tornam dirigentes da sociedade:

Dessa concepção do elemento administrativo como sendo livre das pressões diretas dos detentores da propriedade que aquele controla, é pequeno o passo para se chegar à afirmação de que tais administradores constituem um grupo econômico e social distinto, com impulsos, interesses ou motivações fundamentalmente diferentes e até mesmo antagônicos aos interesses dos simples proprietários, ou seja, de que eles constituem uma nova classe, destinada a ser, segundo as versões iniciais e mais extremadas da teoria da ‘revolução administrativas’, não só os depositários do poder corporativo mas a tornar-se os dirigentes da sociedade (MILIBAND, 1972, p. 45).

Trazendo a análise para o nível dos governos, Miliband enfatiza que todos os governos, de direita ou de esquerda, quando inseridos no quadro institucional das democracias burguesas, serviram sempre aos interesses empresariais, mesmo quando, eventualmente, as posições político-ideológicas dos grupos que ocupam momentaneamente o poder rejeitem a ideia de dominação da sociedade por uma classe. Assim argumenta o autor:

A noção de que os empresários não estão diretamente envolvidos no governo e na administração (e ainda nas assembleias legislativas) é obviamente falsa. Eles estão envolvidos e tanto mais diretamente à proporção que o Estado passar a ocupar-se mais com a vida econômica; sempre que o Estado ‘intervém’, verificar-se-á que os homens de negócios, em uma posição excepcionalmente forte se comparada com outros grupos econômicos, influenciam e até mesmo determinam a natureza daquela intervenção (MILIBAND, 1972, p. 78).

2.2. Elite estratégica

Na esteira da renovação dos estudos das elites promovida por Mills, em 1963 a socióloga austro-americana, Suzanne Keller, professora da Universidade de Princeton, lançou *Beyond the ruling class*, considerada pelos cientistas sociais como a segunda tentativa real de relacionar a teoria sociológica com a teoria das elites. A primeira teria sido a de Pareto com a sua teoria sociológica do equilíbrio da sociedade na qual as elites desempenhavam um papel fundamental mediante a circulação de grupos privilegiados como motores do sistema social.

O trabalho de Keller veio como uma espécie de resposta à proposta de Robert Dahl de uma forma de governo exercida por diversos atores, a poliarquia (DAHL, 2005). Dois anos

antes, Dahl havia publicado o seu estudo sobre o poder na cidade de New Haven, em Connecticut, trabalho este considerado um clássico da sociologia política e que suscita discussões e estudos até os dias atuais. A pretensão teórica de Keller é menos ambiciosa do que a de Dahl (1970), pois não objetiva construir uma teoria geral da sociedade e sim desenhar a arquitetura de uma teoria das elites que permita aos interessados em estudar grupos privilegiados, ter uma teoria dos grupos que exercem liderança social nas sociedades avançadas.

Embora a filiação teórica de Keller seja o estrutural-funcionalismo e sua busca por explicar os fenômenos da sociedade por meio das ações sociais, seu trabalho tem sido utilizado em larga escala pelos pesquisadores que procuram conciliar a teoria marxista com o elitismo. Esta apropriação é derivada do fato de Keller introduzir uma distinção até então inédita nos autores elitistas: o reconhecimento das elites estratégicas como o instrumento mais eficaz das classes dominantes. Nesse sentido, a noção de classe social e o conceito de elite não seriam categorias de análise da sociedade equivalentes, mas complementares. Para Keller,

as elites estratégicas são a cristalização, por um processo subsequente, das classes dominantes. Eles não podem, portanto, ser considerados como equivalentes funcionais, mas sim como alternativas estruturais das classes e castas dominantes e como representantes de uma forma mais especializada e avançada de liderança social (KELLER. 1967, p. 35).

A sua teoria das elites estratégicas dá uma guinada teórica significativa no que diz respeito aos adeptos do individualismo metodológico e aos pluralistas, visto que as elites possuem essa posição de poder por meio de um caminho meritocrático e em nenhum caso baseado na transmissão de riqueza, ou capital político, nem menos de linhagem. Desse modo, Keller erradica o caráter aristocrático da elite e, antes, associa-a a um grupo de origem aberta e interclasse; o fator determinante das elites estratégicas é o lugar que ocupam na estrutura sócio-ocupacional e, sobretudo, sua função estratégica de gestão social. É claro que isso leva esses grupos estratégicos a se confundirem com os donos do capital, na medida em que assumem a direção social e econômica, salvaguardando os interesses e objetivos de uma mesma classe proprietária, o que às vezes leva os analistas sociais a confundirem os dois grupos de poder. Keller (1967, p. 69) reforça que, em síntese, “o aparecimento e a organização das elites estratégicas guardam relação, mas não identidade, com o aparecimento e a organização das classes sociais”.

Debruçando-se sobre as teorizações de Marx e Engels (ENGELS, 1976) das classes dirigentes e a dificuldade de aplicabilidade do seu conceito puro no capitalismo da guerra-fria (assim como Mills, Aron e Dahl, Keller desenvolve a sua tese no auge desse período histórico),

a socióloga reforça que as elites estratégicas surgem no contexto de sociedades que tendem à complexidade de funções e à diferenciação social. Portanto, para Keller, existem múltiplas elites estratégicas localizadas nos diferentes sistemas que compõem o sistema social (social, econômico, cultural, político):

Para explicar por que as elites estratégicas proliferaram no mundo moderno, devemos voltar-nos para os processos sociais que modelaram esse mundo. As elites proliferaram por causa de quatro principais processos sociais: 1º, o crescimento demográfico; 2º, o aumento da especialização ocupacional; 3º, o incremento da organização formal, ou burocracia; e 4º, o aumento da diversidade moral. Sob a ação continuada desses quatro processos, as elites se tornam mais numerosas, mas variadas e mais autônomas (KELLER, 1967, p. 72).

Em todos esses sistemas existe a alta direção das elites estratégicas, posições que surgem da necessidade de direcionar processos de modernização de diferentes naturezas. Nesse sentido, suas funções são altamente elaboradas e especializadas. Por isso, apesar de existirem diferentes elites estratégicas enraizadas em praticamente todas as dimensões que constituem as sociedades avançadas, para Keller esses são grupos de poder muito pequenos e concentrados. Isso difere, por exemplo, da classe política, que é composta por muitos indivíduos que exercem o poder político: parlamentos, partidos políticos, o executivo, gabinetes ministeriais e assim por diante. Pelo contrário, como a sua natureza é concentrada, basicamente devido às suas competências profissionais de alta gestão social e econômica, a sua duração nas estruturas de poder refere-se a tempos curtos sujeitos ao desempenho eficaz das suas tarefas. Se assim não for, as elites estratégicas sofrem uma substituição por grupos profissionais especializados com vocação para a orientação social e econômica. Por isso a sua legitimidade no funcionamento da sociedade se dá pelas competências e conhecimentos de que dispõem, escassos e socialmente valorizados. Essa consideração sustenta a opinião de Keller sobre o distanciamento das classes dominantes cuja legitimidade é dada antes por uma razão burocrática e/ou eleição popular ou por seu capital econômico e patrimonial.

Por essa razão, para Keller (1967, p. 91) “a existência de uma classe dirigente econômica todo-poderosa perdeu sentido”, mesmo sendo o setor econômico naturalmente poderoso e bem organizado, com dirigentes interessados em manter a influência e o poder deles próprios. Ela justifica sua opinião ao demonstrar que as funções políticas, militares e culturais “não têm sido, de modo geral, nem de maneira característica, exercidas por grandes empresários e seus filhos” (KELLER, 1967, p. 91).

Outro apontamento relevante de Keller para a nossa pesquisa é a de que, na sociedade atual, os indivíduos assumem diversas funções sociais, não importando se são dirigentes ou apenas homens comuns. Por isso, “os que agem no governo ou na economia devem contrabalançar suas funções de liderança nesses setores com outras funções que lhes cabem como cidadãos ou consumidores” (KELLER, 1967, p. 101). Isso favorece o surgimento de diversos tipos de elites, como por exemplo as elites ligadas à liderança social que, segundo Keller, estão se tornando cada vez mais numerosas e especializadas nas sociedades complexas.

Um dos pontos de convergência em todas as teorias elitistas é o da origem social dos seus membros, com a sua variante chamada de formas de recrutamento. Keller (1967, p. 206) reconhece que a classe social continua “a desempenhar importante papel no recrutamento de muitas elites”, todavia sem ter um caráter definidor. Ela observa que:

A classe social pode, portanto, influenciar no recrutamento das elites em que as características naturais exercem papel de grande importância. Onde a importância maior recai sobre a realização pessoal, a influência da classe social é menos significativa. Assim, para o recrutamento das elites de modo geral, a classe social será um elemento variável e não um elemento constante (KELLER, 1967, p. 206).

Finalmente, Keller trabalha com uma noção de poder que se dissolve em múltiplas elites que, por sua vez, exercem liderança em nome e de acordo com os interesses das classes dominantes. Contudo, a ideia de poder está relacionada com a habilidade de tomada de decisão, muito mais do que dinheiro, posição social ou política. Nasce aí a figura do executivo, do gestor, “o frio, calculista profissional da tomada de decisão” (KELLER, 1967, 223). Por esta perspectiva, é possível observar que Keller conjuga uma compreensão sociológica e política da articulação social entre interesses interclasses e elites, o que leva a um entendimento crítico do poder e de seus agentes, abrindo o espectro de análises para pesquisas sociológicas entre as diferentes elites e seus interesses. As elites estratégicas, como atores sociais, agem para modificar o seu *status quo*, no caso para melhor ou, em última análise para mantê-lo.

2.3. A teoria da escolha racional e a lógica da ação coletiva

A teoria da ação coletiva é dependente da teoria da escolha racional e se constituiu, desde os primórdios da Sociologia, em uma importante agenda de pesquisa nas Ciências Sociais. Por sua vez, a teoria da escolha racional dialoga criticamente com o pluralismo e com o marxismo funcionalista. O holismo metodológico e a explicação funcional, ambos elementos

da metodologia marxista, são rejeitados (ELSTER, 1989a, p. 35) em prol de uma recuperação do individualismo metodológico, porém com aplicação diversa daquela do pluralismo. Os pressupostos epistemológicos da escolha racional são o individualismo metodológico e o homem econômico (*homo economicus*). A tese central da teoria é que comportamentos “micro” produzem resultados “macro”.

O individualismo metodológico defendido por Jon Elster (1989a, p. 36-39) é anunciado como “a posição segunda a qual todas as instituições, padrões de comportamento e processos sociais só podem ser em princípio explicados em termos de indivíduos: suas ações, propriedades e relações”. A proposta analítica da teoria da escolha racional está, portanto, nos microfundamentos. Elster também apresenta que o funcionalismo marxista não é capaz de dar conta de uma escolha racional perfeita, ao procurar analisar efeitos não intencionais, não reconhecidos e benéficos (ELSTER, 1989b, p. 60).

O cerne da teoria da escolha racional se baseia na racionalidade aplicada aos meios (não aos fins), em uma adequação eficiente entre meios e fins e por uma conduta egoisticamente orientada. Segundo Elster (1989b, p. 10), os indivíduos são uma espécie de máquina global de maximização já que possuem a capacidade elementar de espera e uso de estratégias indiretas. Na teoria da escolha racional, o paradigma comportamental é baseado em um dispositivo perfeitamente construído e consistente de busca de objetivos próprios e predeterminados, mesmo que os atores estejam envolvidos em “jogos ocultos”.

A teoria dos jogos, aliás, está totalmente relacionada com a questão da racionalidade no processo político. A ação egoisticamente orientada, ou seja, o comportamento dos atores envolvidos no “jogo” político, segundo George Tsebelis (1998), pode ser perfeitamente previsível. Para Tsebelis, a escolha racional tem como ideia central a de que, cada ator (ou jogador), caso possua a informação adequada, sempre irá escolher a opção que melhor lhe assegure a maximização do seu *payoff*, que pode ser traduzido como sendo a retribuição recebida pela escolha feita, podendo ser monetária ou não. Vale dizer, o *payoff* é o que aquele ator recebe por ter atuado de determinada maneira (TSEBELIS, 1998, p. 24).

O autor defende a tese de que, com a informação adequada, a escolha do ator pela opção subótima, ou seja, aquela que aparentemente não maximiza o seu *payoff*, na verdade representa uma assimetria entre o que o ator está efetivamente realizando e o que o observador está vendo. O ator está participando de jogos em múltiplas arenas, enquanto o observador está vendo um único jogo, de forma que sua análise está fora de foco e não representa o que de fato está acontecendo. Segundo Tsebelis (1998, p. 24), “Casos de escolhas aparentemente subótimas

são na verdade casos de discordância entre o ator e o observador”. A racionalidade é, então, um comportamento ótimo, em que o ator potencializa o seu *payoff*, haja vista que, se assim não for, a escolha não será tida como racional. A racionalidade “nada mais é que uma correspondência ótima entre fins e meios” (TSEBELIS, 1998, p. 33).

Para que a racionalidade se efetive, é necessário que haja algumas condições, ou exigência. Tsebelis apresenta os aspectos subjetivos da racionalidade, aos quais ele denomina de exigências fracas, e os aspectos objetivos, denominados de exigências fortes. As condições fracas, subjetivas seriam: 1) impossibilidade de crenças ou preferências contraditórias; 2) impossibilidade de preferências intransitivas e 3) respeito ao axioma do cálculo da probabilidade (TSEBELIS, 1998, p. 38-40). As exigências fortes, objetivas, da racionalidade seriam: A) estratégias em equilíbrio (razoabilidade ou o “ótimo de Pareto”); B) expectativas racionais e C) proximidade entre crenças e preferências e o mundo real (TSEBELIS, 1998, p. 41-43). Na escolha racional, Tsebelis apresenta duas variáveis explicativas para se entender a conduta do ator. A primeira seria o contexto institucional, ou seja, as regras do jogo. A segunda seria a sua racionalidade individual.

Tanto na Ciência Política quanto na Sociologia Política, os pressupostos da escolha racional podem ser aplicados conforme três exemplos: 1) na ação coletiva; 2) nos fundamentos lógicos das leis ou regras que regem as escolhas públicas e 3) na teoria da democracia. A tese única, nesses três exemplos é a de que a democracia é uma impossibilidade lógica.

Mancur Olson (1999) nos apresenta a sua contribuição no exemplo da escolha racional aplicada à ação coletiva. Para ele a escolha racional na lógica da ação coletiva não deve ser vista como um pressuposto – “que grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente tentam promover esses interesses comuns” (OLSON, 1999, p. 13) - antes como um problema – “essa possibilidade lógica geralmente não tem a menor importância prática” (OLSON, 1999, p. 15). Para esse autor, a escolha racional precisa ser explicada por meio dos cálculos individuais ao mesmo tempo em que critica o transporte da racionalidade individual para a coletividade.

A tese de Olson é de que há uma contradição nas teorias, pois a racionalidade individual pode levar à abstenção e não à cooperação o que seria lógico esperar. Pessoas com o mesmo interesse não agem coletivamente (OLSON, 1999, p. 32). Partindo dessa problemática é que ele vai adequar a teoria da escolha racional por meio da distinção entre grandes e pequenos grupos. Segundo ele, a ação coletiva é duradoura, organizada. Seu fim é alcançar benefícios coletivos públicos, sendo que esses benefícios podem ser apropriados por todos os membros do grupo, mesmo para aqueles que não cooperam (OLSON, 1999, p. 49-50). Do ponto de vista

individual, a abstenção é a estratégia mais vantajosa na ação coletiva, pois ao avaliar a relação custo/benefício, o indivíduo vai sempre optar pela abstenção, além de que a própria percepção do impacto da ação produz abstenção. Assim, a racionalidade individual contraria a ação coletiva, uma vez que os cálculos individuais trazem resultados perversos. A apatia é um exemplo de efeito perverso.

Para resolver o problema, Olson rejeita a lógica da solidariedade grupal e elabora a sua teoria com base no conceito de incentivos de participação. O que explica então a ação coletiva, racional? De acordo com Olson são os incentivos seletivos de participação. Estes seriam distribuídos somente para os que cooperam, tratando distintivamente quem coopera de quem não coopera. A máxima seria: “eu coopero porque vale a pena”, há um incentivo seletivo de participação (OLSON, 1999, p. 51,52). Nesse caso, faz sentido a sua distinção entre grupos grandes e pequenos, pois estes últimos têm mais probabilidades de benefícios coletivos públicos do que grandes grupos (OLSON, 1999, p. 64). Transportando essa lógica para o problema da democracia, verifica-se, segundo a teoria da ação coletiva de Olson, de que a democracia como governo da maioria é uma impossibilidade lógica.

A discussão do exemplo da escolha racional nos fundamentos lógicos das leis ou regras que regem as escolhas públicas foi feita por James Buchanan e Gordon Tullock (2004). O entendimento dos autores para a política é o de cooperação, de ação coletiva, e não de conflito, daí é que derivam suas elaborações teóricas (BUCHANAN & TULLOCK, 2004, p. 41). Suas discussões estão centralizadas em duas questões: 1) Em que condições um indivíduo, para resolver um determinado problema, deve jogá-lo na esfera pública? e 2) Quando decido resolver coletivamente, como eu defino a melhor regra (a menos custosa) para regulamentar o processo de decisões públicas?

Gary Becker (1990) respondeu essas indagações no âmbito da ação individual, ao destacar que o indivíduo racional toma suas decisões comparando o fluxo de ganhos futuros ao custo do investimento. Se ele realiza despesas em educação, saúde ou outro elemento qualquer de sua situação pessoal, o faz na perspectiva de obter ganhos consideráveis. É o que chamamos de “investir em si mesmo” (BECKER, 1990, p. 8-11).

Para Buchanan e Tullock, a ação racional coletiva nesses casos deverá levar em conta o comparativo entre os benefícios diretos com os custos diretos. A regra adotada, racionalmente, deverá ser aquela menos custosa. A regra da unanimidade é a que deve ser seguida no caso do questionamento feito anteriormente, pois quando é tomada uma decisão pública, é importante

que ela mude a vida de todos em uma comunidade, caso contrário há que ser mobilizada uma justificativa para isso, aumentando os custos (BUCHANAN & TULLOCK, 2004, p. 69, 70).

Em sua teoria econômica dos custos das regras decisórias, Buchanan e Tullock levam em conta os custos externos, provenientes da ação dos outros e da qual não se tem controle (daí a opção pela regra da unanimidade) e os custos decisórios, que são aqueles para a implementação da decisão, uma vez tomada. Ambos são custos de interdependência social. Essa teoria leva a afirmar que em grupos grandes os custos decisórios serão sempre altos, o que traria implicações para a teoria da democracia (BUCHANAN & TULLOCK, 2004, p. 77).

O exemplo da aplicação da teoria da escolha racional na teoria da democracia é dado por Anthony Downs (1999), a partir da análise do modelo *schumpeteriano* de democracia. Downs constrói uma teoria da democracia baseado na certeza dos atores (isto é, os meios que eles utilizam) e aplicado, posteriormente, ao mundo real, o mundo das incertezas.

Especificamente o autor identifica três atores que influenciam a esfera democrática, no campo político: o governo (partido governante), o partido de oposição e o eleitor. Esses atores agem de acordo com o que ele chama de fluxo de utilidades, em um determinado espaço de tempo que é o período eleitoral (DOWNS, 1999, p. 59).

Na democracia, busca-se o governo porque nele se obtém prestígio, renda e poder. De acordo com o fluxo de utilidades, os governos não são eleitos para produzirem políticas públicas, mas fazem políticas públicas para serem governos. Há uma ação egoisticamente interessada, racional, no fluxo de utilidades. Racionalidade para Downs é o mesmo que eficiência (DOWNS, 1999, p. 27).

Embora a democracia sirva para regular as ações egoísticas, em um mundo incerto, é irracional que o governo democrático trate todos os indivíduos como se fossem politicamente iguais (DOWNS, 1999, p. 104). Downs enfatiza que o problema da desigualdade do acesso à informação seria a base da desigualdade política e de intervenção na vida política, pois a incerteza forçaria os governos racionais a considerar alguns eleitores como mais importantes que outros, modificando assim o conceito do sufrágio universal na teoria da democracia (DOWNS, 1999, p. 115).

Aí reside também o paradoxo do voto, pois, em função dos cálculos racionais, haveria sempre uma tendência individual para a abstenção. Entretanto, o partido de oposição, de acordo com o seu fluxo de utilidades, vai agir na tentativa de buscar ter mais informação possível para ser o governo. Nesse caso, as ideologias políticas se constituem como verdadeiros meios para atingir a finalidade de obter votos (DOWNS, 1999, p. 135). A ideologia é importante nesse

processo justamente por causa do déficit de informação. O partido que tiver mais informação será ouvido preferencialmente.

De acordo com Downs, em um mundo de incertezas quem não se organiza e não se informa não conseguirá agir de acordo com o seu fluxo de utilidades. O autor diferencia razão, conhecimento contextual e informação. Para ele é racional ouvir aqueles que têm mais informações sobre aquilo que o governo faz, embora a influência de um intermediário sempre exija um preço a ser cobrado (DOWNS, 1999, p. 115).

A teoria da escolha racional tem como fundamento a premissa de que o indivíduo relaciona, de forma eficiente, meios escassos e os fins que se propõe autonomamente, de modo a obter a maior satisfação pessoal possível em suas interações sociais. Os processos de individualização e competição, próprios da modernidade, são essenciais para satisfazer esse tipo de comportamento.

2.3.1. Ação coletiva a partir do individualismo

O individualismo metodológico, representado, principalmente, por Mancur Olson (1999), ao enunciar a explicação dos fenômenos sociais a partir da reconstrução das motivações individuais, isto é, onde “as partes” devem ser analisadas primeiro para que “o todo” seja compreendido depois (CORCUFF, 2001, p. 21), é uma abordagem teórica que, em princípio, contraria o conceito de classe social. Contudo, contribuições de outros expoentes dessa corrente sociológica como Jon Elster e Adam Przeworski, a partir do marxismo analítico, recuperaram a centralidade ontológica do sujeito (ou indivíduo) na classe social. Assim, prestam um serviço importante para que a análise sociológica reflita sobre o papel deste na sociedade e não o reduza a mera expressão mecânica da estrutura social. Entretanto, Elster admite a impossibilidade prática de se fazer, atualmente e ao tempo todo, esse exercício de “reduzir” as explicações sociológicas do papel social dos indivíduos ao seu comportamento (ELSTER, 1986). Mas, ele mantém como sua meta metodológica alcançar isso, ou seja, “as consequências não intencionais que advêm da ação intencional dos indivíduos, tenham elas sido premeditadas ou não por eles, e sejam seus resultados positivos ou negativos para o sujeito ou para a coletividade” (DOMINGUES, 2008, p.14). Por sua vez, Przeworski (1988) destaca que a visão adequada dessa teoria é “a de indivíduos imersos em diferentes tipos de relação com outros indivíduos no interior de uma estrutura social descrita multidimensionalmente”.

O procedimento de análise dos indivíduos em sua ação está estritamente relacionado com o interesse desses indivíduos. Como explica Di Nuoscio (1997), a explanação de quaisquer

fenômenos sociais necessita, primeiro que tudo, de uma compreensão (*Verstehen*) no sentido weberiano das “boas razões” que levam os indivíduos a realizar uma ação ou aderir a uma crença, por exemplo. Depois que a *Verstehen* ocorre, segundo Di Nuoscio, é possível explicar como a agregação de ações individuais produz “efeitos” bons ou ruins, os quais por seu turno causam o fenômeno em questão, a ação coletiva. Deste modo, para Boudon (1989, p. 243), como também para outros individualistas metodológicos que não compartilham a visão do marxismo analítico, explicar qualquer evento, ou instituição social significa considerá-lo como resultado pretendido e, acima de tudo, não pretendido da ação social intencional¹⁴. A isso ele nomina de paradigma da sociologia da ação (BOUDON, 1995, p. 36).

Embora discordemos do paradigma da ação de Boudon, temos um entrave que é primordial de ser retirado para o desenvolvimento dessa pesquisa: como coordenar as ações individuais de forma a produzir os melhores resultados coletivos? E desse problema derivam outras questões: como se produz, então, a ação coletiva de uma elite estratégica? Como capitais particulares podem agir coletivamente?

O objeto de Mancur Olson (1999) é o comportamento de indivíduos racionais que formam um grupo e têm interesse na obtenção de um benefício coletivo. Olson define indivíduo racional como o indivíduo que procura realizar seus objetivos por meios “eficientes e efetivos” (1999, p. 77). Qualquer objetivo, desde o mais egoísta até o mais altruísta, pode ser perseguido de forma racional. Mas Olson focaliza especificamente o comportamento de indivíduos racionais que formam aquilo que chama de “grupos econômicos”, ou seja, grupos cujos membros têm interesse na obtenção de benefícios coletivos que resultem em vantagens materiais para si próprios.

A teorização da ação coletiva a partir da perspectiva formulada originalmente por Olson aponta que grupos relativamente “grandes” tendem a não produzir benefícios coletivos na ausência de incentivos distribuídos individualmente aos membros que adotam o comportamento associativo, pois, nessas coletividades, cada ator estima que a sua contribuição individual seja incapaz de exercer qualquer diferença significativa sobre a produção integral do bem público ou de algum nível dele. Esse cálculo, justamente, leva os membros racionais de

¹⁴ No entanto, Boudon acredita que a explicação individualista não pode parar neste nível de análise. Depois de explicar como as ações dos indivíduos singulares geraram, por agregação, o fenômeno social em questão, é necessário explicar por que os indivíduos agiram daquela maneira. A explicação tradicional da *mão invisível*, que explica como a composição de ações singulares determinou uma dada manifestação social, deve assim ser complementada por uma análise situacional que explica por que os atores concretizaram estas ações em primeiro lugar (DI NUOSCIO, 1997).

grupos grandes, mesmo altruístas, a não incorrerem nos custos envolvidos na associação ou cooperação, o que implica na não produção do benefício coletivo do interesse dos membros do grupo. Esse modelo, entretanto, não nos parece de todo adequado para a compreensão de uma parcela significativa dos dilemas enfrentados por atores sociais em busca de benefícios grupais pelo fato da interação de diferentes convicções morais.

2.3.2. Ações individuais justificadas no coletivo

Em 1984, um grupo de cientistas sociais franceses, formado por Luc Boltanski, Yann Darré e Marie-Ange Schiltz (matemática social), publicou o artigo *La dénonciation* na prestigiada revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, dedicada a publicar trabalhos com “outros olhares” sobre a obra antropológica de Pierre Bourdieu. O artigo questiona a dicotomia entre a ação individual e a ação coletiva a partir da análise de um conjunto de cartas de protesto, indo das mais “individuais” às mais “coletivas”, recebidas pelo jornal *Le Monde* nos anos de 1979, 1980 e 1981. Os autores demonstram que contra a separação entre individual e coletivo, o conjunto de cartas vai justamente distribuir-se em um *continuum* indo do particular ao geral, dos indivíduos singulares às pessoas coletivas, e, por exemplo, do boato à ação política. Eles concluíram que quando mobilizações se desenvolvem em torno de causas, como por exemplo a partir da denúncia de uma injustiça, tecnologias sociais pré-constituídas (como modos de ação coletiva, técnicas jurídicas, procedimentos de “dessingularização”, entre outras) são “acionadas para constituir pessoas coletivas objetivadas e para unir pessoas individuais às pessoas coletivas” (BOLTANSKI ET ALLI, 1984, p. 4). Segundo os autores, é assim que são construídas equivalências entre pessoas para fazer emergir um interesse comum.

A partir dos anos 1990, esse grupo de sociólogos liderado por Boltanski e com a presença de outros pesquisadores, desvinculou-se das teorizações do construtivismo estruturalista de Bourdieu para formar uma nova escola de pensamento sociológico, retomando os princípios da filosofia moral para direcionar seus trabalhos de interpretação da vida social, recuperando uma antiga tradição da Sociologia. Segundo Honneth (2010, p. 377), depois da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas parece “que a tradição de uma sociologia normativamente orientada chegou ao fim”, restando a esse grupo, e especialmente Luc Boltanski e Laurent Thévenot, a tarefa de ser o continuador dessa vertente da teoria social que procura “explicar a integração de nossas sociedades por meio da interação de diferentes convicções morais” (HONNETH, 2010, p. 377). Essa escola sociológica é também conhecida

como Sociologia Pragmática ou Sociologia Crítica (para contrapor a Sociologia da Crítica de Bourdieu).

O texto considerado fundacional para essa escola é *De la justification*, publicado por Boltanski e Thévenot em 1991. Nessa obra, os autores defendem uma abordagem baseada em normas morais para a compreensão de como atores individuais coordenam seus planos de ação de modo que contribuem para a produção da ordem social. Honneth destaca que:

[...] para explicar o consenso necessário para alcançar tal coordenação, Boltanski e Thévenot não querem empregar as duas estratégias que dominaram o campo no passado: nem seguem Durkheim na mudança do consenso necessário para uma consciência coletiva pré-existente que harmonicamente sintoniza os sujeitos uns com os outros, nem entendem a coordenação como o resultado afortunado de estratégias de ação individuais interligadas, como a economia convencional gostaria de ver (HONNETH, 2010, p. 378).

Boltanski e Thévenot, na intenção de explicar a maneira como os indivíduos realizam acordos e justificam suas ações, vão além da divisão clássica entre a “sociologia do fenômeno coletivo (na qual se inscreve a corrente institucional[...]) e a lógica da economia neoclássica (na qual se inscreve a corrente estratégica)” (KRIEGER, 2011, p. 63). Eles acreditam que o reducionismo aplicado a essas duas leituras modifica o significado da regra adotada para estabelecer acordos e o modo dessa construção se relaciona diretamente a pessoas particulares (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006).

A proposta então é uma terceira via de interpretação em que o pressuposto é de que os atores, geralmente, coordenam e planejam suas ações, usando sua competência adquirida para recorrer a concepções morais que justifiquem formas legítimas de convivência social. Esse pressuposto é complementado e qualificado, segundo Honneth (2010), com uma distinção que deriva do pragmatismo americano. A tese é que

enquanto os sujeitos se coordenam automaticamente e quase sem reflexão, desde que não haja perturbações na sua ação conjunta, eles só têm de direcionar a sua atenção para pressupostos cognitivos e morais até agora presumidos rotineiramente quando tais perturbações ocorrem. Assim, os participantes só podem adquirir conhecimento sobre modelos de ordem social, que os ajudam a coordenar as suas intenções, quando ocorrem situações ditas “não naturais” em que o fluxo de práticas padrão do mundo de vida é interrompido (HONNETH, 2010, p. 379).

O próximo passo no argumento de Boltanski e Thévenot (2006) é a proposta de entender esses momentos “não naturais” de escrutínio discursivo de concepções de ordem

normalmente presumidas como as verdadeiras dobradiças da reprodução social: “a vida social é caracterizada por uma ‘necessidade de justificação’ que regularmente força os membros da sociedade, diante de crises sempre recorrentes, para divulgar e defender suas concepções latentes de ordem” (HONNETH, 2010, p. 379).

Desse modo a Sociologia Crítica percebe os atores sociais com capacidade de reflexão e inclusive de afastamento da realidade, a fim de desenvolver um pensamento crítico sobre aquele universo no qual estão inseridos. Essa capacidade reflexiva deve sempre ser levada em consideração se o objetivo for compreender o modo como os atores sociais questionam e criticam instituições, entram em discussões ou concentram-se para um acordo (THÉVENOT, 1998). Boltanski e Thévenot (2006) explicam como os atores sociais justificam suas ações, dando destaque a disputas, desacordos e acordos cotidianos da sociedade. Em um dado momento em que os atores apresentam críticas e defendem uma posição específica, surgem as controvérsias, disputas e possíveis desacordos que, quando superados, originam acordos de práticas sociais.

Karam e Serva (2014) sistematizaram esse modelo de interpretação em três vertentes, que eles denominam de hélices:

- 1ª – O ator social é definido por meio dos regimes pragmáticos que consolidam suas relações com seu ambiente humano e material, desde a dimensão mais profunda até a mais pública de legitimação;
- 2ª - A coordenação do método da ação resulta em uma racionalidade “interpretativa”, além da “calculativa”, para responder à perspectiva do enredamento;
- 3ª - A observação do papel dos valores sociais e outras noções de bem comum, na coordenação da ação, não podem reduzir-se a prioridades individuais, e sim deverá fornecer um quadro analítico para convergir os legítimos compromissos (KARAM E SERVA, 2014, p. 89).

As ações justificáveis são o centro de análise para Boltanski e Thévenot (2006). Os autores defendem que as pessoas não inventam pretextos falsos para ações, ao contrário, elas legitimam suas ações por intermédio do teste de justificação. Na visão deles, segundo Honneth, “todos os modelos predominantes de justificação de nosso tempo são definidos pela ideia de que uma classificação social mais elevada deve ser explicada com referência às realizações particulares para o ‘bem comum’” (HONNETH, 2010, p. 382). Nesse sentido, os autores não querem eliminar o conflito presente nas decisões e ações sociais, mas descartam de suas análises os processos oriundos de ações violentas ou tirânicas, pois argumentam que nestes casos não pode haver justificação.

Todavia, o conflito em situações adversas se resolve nos acordos, nas habilidades dos indivíduos em construir associações e de entrar em acordos com base em generalidades (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006). E quando os atores sociais não chegam ao consenso, buscam entendimento para condições da decisão a ser tomada, o que eleva uma decisão (ou acordo) a um princípio comum que determina as relações de equivalência. Tal processo de busca pelo princípio comum é infinita, porém ao procurar um princípio, tais disputas transformam-se em generalidades (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006); (KARAM, 2014), que vão ao encontro de explicações pela perspectiva da teoria da justificação.

Boltanski e Thévenot afirmam ainda, que todos convivem sob a autoridade da justificação. Isto é, para que haja a construção de acordos entre os indivíduos, eles devem justificar suas escolhas e ações, legitimando o acordo. Este imperativo de justificação concerne a possibilidade de coordenação do estado comportamental humano, coordenação que é considerada o primeiro pilar da legitimidade. Entende-se legitimidade como fenômeno construído e originado na interseção desses dois movimentos que se influenciam reciprocamente: o dos atores (indivíduos, organizações, *stakeholders*, voluntários) e da estrutura (regras, valores e crenças da sociedade) (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006); (KRIEGER, 2011); (KARAM, 2014).

2.3.2.1. Teoria das *cités* nos acordos coletivos

Em *De la justification*, Boltanski e Thévenot utilizaram como objeto as disputas comuns que têm o potencial para ativar a crítica e a justificação das pessoas em espaços públicos, isto é, sob o olhar e os pedidos de explicação dos outros membros da coletividade. O quadro analítico para instrumentalizar essas operações foi denominado por eles como *Économies de la grandeur* (EG). Por meio da EG é possível compreender a dinâmica social por trás dessas operações cujos atores lançam mão quando, engajando-se na crítica, devem justificar as críticas que antecipam, mas também quando devem se justificar frente à crítica ou colaborar na busca de um acordo justificado, tudo isso diante dos olhos da coletividade. Philippe Corcuff (2001) aponta que Boltanski e Thévenot

formularam a hipótese de que, sobre estes debates públicos pesam fortes constrangimentos de legitimidade e de generalidade dos argumentos utilizáveis que levam as pessoas envolvidas a superar a situação particular no interior da qual elas estão engajadas. Nesta perspectiva eles moldaram registros gerais de justificações usadas atualmente em atividades, cotidianas, em que cada um destes registros se refere a uma concepção diferente do bem comum e da justiça em uma cidade (CORCUFF, 2001, p. 173).

Os indivíduos justificam-se por intermédio de fontes finitas. Boltanski e Thévenot pressupõem que as justificações são provenientes de lugares comuns (*lieux communs*) ou princípios superiores comuns, os quais integram ordens legítimas chamadas de *cités* (mundos ideais cujos princípios tomaríamos de referência para agir na modernidade). Na elaboração das *cités*, Boltanski e Thévenot (2006) utilizaram obras clássicas para ilustrar os mundos como corpos de regras prescritivas:

Para empreender esta formalização, eles recorreram a autores clássicos de filosofia política que desenvolveram justamente visões diversas do que poderia ser uma cidade justa. Estes autores não "inventaram" estes registros, mas são considerados como os gramáticos do vínculo político, ou seja, supõem-se que eles tenham sistematizado e explicitado concepções da justiça que parecem mais implícitas na vida comum (CORCUFF, 2001, p. 174).

A validação empírica da teoria das *cités* foi proposta por Boltanski e Thévenot (2006) quando identificaram esquemas similares aos diferentes mundos justos nos guias contemporâneos destinados ao empreendimento social no capitalismo. Os autores identificaram seis registros de justificação pública a partir da *cité*. Para eles, “cada *cité* utiliza uma maneira específica de medir a grandeza das pessoas, donde a noção de economias da grandeza [EG]” (CORCUFF, 2001, p. 174). Inicialmente os autores identificaram seis registros de justificação pública nesses mundos ideais. Posteriormente, com a colaboração da socióloga Ève Chiapello, foi incluída mais uma *cité*.

Os modelos construídos de mundos são amparados em jogadas de hipóteses, argumentadas pelos seus autores. As *cités* são organizadas em ordens de grandeza dando sustentação às várias construções de filosofia política, direcionando o senso ordinário do que é justo. Os autores explicam que

É assim que, no modelo [das EG] em que a antropologia faz da capacidade crítica o critério que permite distinguir as pessoas dos outros seres, nós fundamos a possibilidade da crítica sobre a existência de várias *cités* que permitem o desencajamento da situação presente. É apoiando-se sobre um princípio de justiça de uma outra *cité* que podemos nos subtrair do modelo de justiça do qual dependem a situação na qual estamos engajados (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006, p. 144-145, tradução nossa).

Utilizamos aqui a sistematização apresentada por Corcuff (2001) e por Krieger (2011) e Karam (2014) para uma compreensão mais adequada da teoria da capacidade crítica de Boltanski e Thévenot (2006) complementada por Boltanski e Chiapello (2009):

Quadro 1
Sistematização conceitual da teoria das *cités*

Registro de justificação	Mundo ideal	Guia de legitimação
Justificação inspirada	<i>Cité</i> inspirada Baseada na obra “A Cidade de Deus”, de Santo Agostinho (354-430). Tem como princípio superior comum a inspiração do indivíduo. A grandeza é demonstrada por aquilo que é inexpressível, maravilhoso, excitante.	Guia de criatividade. Baseada em um vínculo imediato entre a pessoa e uma totalidade (por exemplo, Deus, para os místicos ou a Arte, para os artistas).
Justificação pela opinião	<i>Cité</i> da fama Baseada na obra “O leviatã”, de Hobbes (1588-1679), seu princípio superior comum é a opinião pública. Sua grandeza é a fama, a reputação, a visibilidade e o sucesso, que são acessados pelo desejo de ser reconhecido e pelo amor-próprio.	Guia de relações públicas. É baseada no reconhecimento dos outros.
Justificação doméstica	<i>Cité</i> doméstica. Baseada na obra “A política extraída das próprias palavras da Sagrada Escritura”, de Bossuet (1627-1704). Seu princípio superior comum é a hierarquia e a tradição familiares. A grandeza é expressa por aquilo que é hierarquicamente superior, bem criado, sábio e com bons valores, e ela se estende aos seres hierarquicamente inferiores, sendo que o superior é responsável pelos inferiores.	Guia de <i>savoir-vivre</i> . É baseada nas relações personalizadas de confiança que ligam, por meio de um conjunto de cadeias de relações, os membros de uma coletividade.
Justificação cívica	<i>Cité</i> cívica. Inspira-se na obra “O contrato social”, de Rousseau (1712-1778), sendo que o princípio superior comum é o bem público, a vontade geral, o coletivo. A grandeza é a representatividade, a regra, a legalidade, aquilo que é oficial e ela é acessada pela vontade comum de acessar os direitos civis e a participação.	Guia sindical. É baseada na vontade coletiva e na igualdade.
Justificação mercantil	<i>Cité</i> mercantil. Inspira-se na obra “A riqueza das nações”, de Adam Smith (1723-1790). O princípio superior comum é a competição e a rivalidade e as grandezas são os bens desejáveis, valorosos, vendáveis e os indivíduos campeões e milionários. O que leva os indivíduos à grandeza são o	Guia para ter sucesso nos negócios. É baseada no mercado.

	interesse pelas coisas, o desejo e o egoísmo e para isto eles devem ter desapego e distância emocionais.	
Justificação industrial	<i>Cité</i> industrial. Baseada na obra “Da fisiologia social”, de Saint-Simon (1760-1825), seu princípio superior comum é a eficiência e a performance. A grandeza se dá pela produtividade, pela eficiência e confiabilidade, que são acessados quando se renuncia à dinamicidade e ao progresso, pois o mais relevante é o controle.	Guia de produtividade. É baseada na eficácia e na competência.
Justificação por projetos	<i>Cité</i> por projetos. Baseada em um <i>corpus</i> de textos de gestão da década de 1990. Tem seu princípio superior comum baseado nos projetos e na proliferação das redes e das conexões. A grandeza está com aqueles indivíduos empenhados, cativantes, móveis, flexíveis, adaptáveis e polivalentes, principalmente com o papel de conectar indivíduos de mundos diferentes.	Guia de gestão. É baseada na capacidade de fazer elos e convencer pelo consenso.

Fonte: adaptado de Corcuff (2001, p. 174-175); Krieger (2011, p. 67, 68) e Karam (2014).

Contudo, esta teoria da capacidade crítica não é construída apenas em pressupostos metafísicos. Boltanski e Thévenot (2006) têm interesse pela compreensão de como esses mundos são utilizados em situações reais, concretas, ou seja, como elas são movimentadas no cotidiano das pessoas para justificar seus atos e, também, como os indivíduos podem se movimentar entre elas.

Para Boltanski e Thévenot (2006), quando os acordos legítimos são gerados, não são necessários argumentos explícitos. Karam (2014), complementa que os atores sociais, ao assumirem um compromisso, não clarificam seus princípios, pois eles também estão inclinados ao bem comum mesmo sem buscá-lo ativamente. Tal bem comum pode ser considerado da sociedade, não apenas dos atores envolvidos (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006); (KRIEGER, 2011); (KARAM, 2014).

O acordo consolida-se em atos, em provas da realidade. Objetos são engajados, com os quais os indivíduos medem-se e determinam a que grandeza relativa pertencem (THÉVENOT, 2001). Os regimes de justificação dão possibilidade ao estudo da relação entre generalidade (o qual poderia traduzir como uma necessidade cognitiva) e as diversas formas de

bem comum, levados ao debate público. A tensão entre coletivo e particular é interrelacionada pela tradução de categorias sociológicas básicas, constatadas em justificações e críticas, e no aspecto em que demonstram elos entre questões cognitivas, morais e materiais (THÉVENOT, 2001); (KARAM, 2014).

Para fugir do impasse entre teoria e prática, princípios e ação, teorização e circunstâncias, Boltanski e Thévenot (2006) propõem o acesso das *cités* para os mundos comuns. A teoria crítica, por ser pragmática, desconstrói esta oposição de *cités* e mundos e elabora uma teoria do acordo e do desacordo, que não corresponde apenas a uma teoria argumentativa que confronta princípios, “mas que leve em conta o confronto com as circunstâncias, com a realidade, ou seja, com o engajamento de seres humanos e objetos em uma ação” (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006, p. 163).

Por isso, antes de falar em “grupos”, “classes sociais”, “Estado”, “elites”, “burgueses”, “movimentos sociais” etc., a Sociologia deve compreender que no novo capitalismo (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009) essas categorias estabilizam os vínculos sociais de um dado modo e estão conectadas a convenções e valores morais específicos (BOLTANSKI, 1982). Mais importante ainda é o fato de essas categorias serem constantemente contestadas, reconstruídas e adaptadas nas situações diversas em que são mobilizadas. Situações problemáticas, também chamadas de ruídos, envolveriam a capacidade humana de contestar a generalidade e a universalidade desses termos (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006, p. 12). Sempre que um momento crítico surge, a adequação e a moralidade das regras sociais são questionadas. Tal crise só pode ser solucionada caso todos entrem em acordo sobre as razões que justificam uma dada distribuição. Mas, a crise é elemento fundamental do capitalismo. Por isso, os sociólogos franceses explicam que:

Nenhuma situação, por mais pura que ela seja não pode eliminar a diversidade de contingências e seus ruídos. A presença desse ruído faz pensar uma incerteza sobre as grandezas. A situação arrisca sempre de escapar e de levar a condução de uma nova prova. Na falta de um ruído exterior, prevaleceria um julgamento último que justificaria uma distribuição harmoniosa dos estados que nenhum elemento novo não remeteria em questão. Assim, o barulho do mundo, que a prova cala provisoriamente, é aquilo que o move (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006, p. 29-30, tradução nossa).

No âmbito dessa pesquisa, identificamos traços de justificação que passam pelas *cités* mercantil e industrial, pois é evidente que as forças do mercado (lucro, valor, benefício etc.) ainda permanecem relevantes em cidades como a desse trabalho. Também, há traços da *cité* industrial nos discursos e planos sobre produtividade, confiabilidade e eficiência, postos em

relevo pelo controle e instrumentalização. Todavia, identificamos uma correlação fundamental em nossa pesquisa com a *cité* por projetos. A forma  o de uma rede de indivíduos empenhados em desenvolver a cidade, em valorizar o capital social¹⁵ e humano e em conectar indivíduos de mundos diferentes são apresentados na pesquisa. Entretanto, a *cité* por projetos tem em sua fraqueza exatamente a forma  o de uma elite estratégica, que agindo em defesa de seus interesses, corta a comunica  o com as redes e priva os demais atores sociais dos elos que os ligam à cidade.

Boltanski e Chiapello (2009, p. 138-161) nos apresentam um conjunto de regula  es morais sobre como se devem dar as rela  es no mundo “conexionista”, ou em rede, que se mostrou fundamental para entender os valores em questão para a realiza  o dessa pesquisa. Foi necessário um aprofundamento sobre o tema, especialmente sobre a formula  o anterior das *cit  s*, como “metafísicas políticas” que estão arraigadas no coletivo das sociedades ocidentais, orientando a constru  o de argumentos em situa  es de conflito (BOLTANSKI E THÉVENOT, 2006).

¹⁵ Em Sociologia, o conceito de capital social ganhou notoriedade com Pierre Bourdieu e Robert Putnam. Para Bourdieu (1980) capital social é “o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de rela  es mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento”. Para Putnam (1996), “diz respeito a características da organiza  o social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as a  es coordenadas”. Compreendemos que os conceitos são complementares e é nesse sentido que o utilizamos nesse trabalho.

3. CAPÍTULO 2 – O PARADIGMA DO PLANEJAMENTO E A *CITÉ* POR PROJETOS

Os clássicos da Sociologia, Marx, Weber e Durkheim, cada um a seu modo e por suas perspectivas teóricas e analíticas, deram especial atenção em suas obras à cidade e suas relações com os indivíduos, com a economia e com a vida social. Posteriormente, os sociólogos Ferdinand Tönnies (1855-1936) e Georg Simmel (1858-1918) produziram excelentes reflexões sobre o meio urbano, especialmente por conta das mudanças rápidas e significativas empreendidas pela revolução industrial no deslocamento dos indivíduos do campo para os centros urbanos. Simmel escreveu um ensaio em 1903 com o título “A metrópole e a vida mental” que se transformou em um marco das reflexões sociológicas sobre as cidades no século XX e influenciou diversos outros trabalhos sobre o mesmo tema, especialmente os dedicados a questões triviais da vida social. Outro sociólogo que consagrou a Sociologia Urbana foi Robert Ezra Park (1864-1944) com seus estudos sobre migração e desorganização social no espaço urbano. Park reconhecia a cidade como uma organização social fortemente influenciada pela cultura e pela moral a ponto de se tornar um organismo incorporador dos significados culturais da sua época.

Com a nova ordem global, a discussão sobre o papel das cidades nas Ciências Sociais foi retomada com bastante vigor nos últimos 30 anos, a contar do surgimento de inúmeros institutos de pesquisa e programas de pós-graduação dedicados aos temas da questão urbana. Desde as últimas décadas do século XX, as cidades se mostraram tão mais importantes quando consideradas indissociáveis da “Sociedade de Informação” ou da “Sociedade em Rede”, para usarmos os termos do sociólogo Manuel Castells, porque se espera que atuem como máquinas, ou engrenagens, do desenvolvimento econômico (CASTELLS, 2000; 2011).

Castells refere-se a uma transformação urbana enfatizando que “a era da informação está introduzindo uma nova forma urbana, a cidade informacional” (CASTELLS, 2000, p. 423). A cidade informacional é caracterizada por possuir diversas formas de processos econômicos e sociais que são executados a partir da Internet, como o teletrabalho, o comércio eletrônico, os serviços de telemedicina e os sistemas de educação a distância, que já dominam a maioria dos cursos superiores mundo afora, todos processos operados tecnologicamente nas redes telemáticas. Com isso,

Os centros urbanos tornaram-se decisivos na coordenação dos fluxos de formação, no gerenciamento das atividades empresariais e na inovação de novos serviços e tecnologias. Há uma dispersão e uma concentração

simultâneas de atividade e de poder dentro de uma série de cidades do mundo inteiro (CASTELLS, 2000, p. 84).

Contudo, se há uma concentração do poder nos grandes centros e uma mudança social absurda por conta das redes telemáticas, há também o problema das cidades que estão à margem desse processo de integração tecnológica. Na nova geografia da transformação urbana, uma mesma cidade pode conter as duas estruturas sociais: a cidade informacional, que concentra o poder econômico e os recursos das telecomunicações; e a cidade marginal em um declínio desordenado devido à dinâmica dos novos campos do emprego e da prestação de serviços. Em ambas as estruturas, porém, o local é fundamental para entendermos que a dinâmica da questão urbana não se reduz a uma situação de competitividade.

3.1. A cidade nas Ciências Sociais

Para a Sociologia Urbana, as cidades são o lugar por excelência dos atores sociais. É inegável que organizações, instituições e grupos interagem dentro das cidades. É nas áreas urbanas que órgãos governamentais, associações, sindicatos, grupos profissionais, movimentos sociais, negócios locais, nacionais e internacionais, entre outros, se juntam e estabelecem o campo de suas atuações. Essa união de interesses ou polarizações de interesses, geralmente, evoluem para ações coletivas “nas quais as cidades atuam como agentes sociais nas esferas política, econômica, cultural e da mídia” (GIDDENS, 2005, p. 474).

Castells e Borja (1996) nos dão um exemplo interessante da atuação das cidades enquanto atores econômicos e políticos. Nos anos 1970, quando a crise do petróleo trouxe a recessão econômica para a Europa, grupos de cidades se juntaram para promover investimentos e buscar alternativas para a manutenção dos empregos e a geração de novas vagas com o objetivo de fixar a sua população e evitar o êxodo para centros maiores. Esse movimento político e social das cidades foi o embrião para a constituição das Eurocidades, em 1989, quase dez anos antes da criação da Zona do Euro.

Atualmente, as Eurocidades são parte de um programa de cooperação, promovido e financiado pela União Europeia e reúne quase uma centena de cidades que compartilham as relações de comércio, lazer, cultura, gastronomia, educação e toda a dinâmica da vida social e econômica. Na prática, os núcleos populacionais são quem resolvem as divergências que, porventura, venham ocorrer nessas dinâmicas. As cidades funcionam como atores sociais em busca de uma integração, de um todo, para que os seus moradores não se preocupem em entrar

ou sair de uma cidade, comprar ou vender em uma cidade. Os deslocamentos são feitos sempre dentro do “todo” que representa aquela comunidade.

E não são apenas cidades da Zona do Euro. Na Ásia, cidades como Seul, Bangkok e Cingapura “têm sido particularmente eficazes enquanto atores econômicos, reconhecendo a importância da rapidez das informações sobre os mercados internacionais e a necessidade de estruturas produtivas e comerciais flexíveis” (GIDDENS, 2005, p. 474). No Brasil, as cidades conurbadas às grandes metrópoles conseguiram se juntar e atuar politicamente junto aos governos estaduais para a criação de regiões metropolitanas, com diversos benefícios agregados, sendo um dos principais deles a rede de atendimento à saúde. Diniz et alli (2018) fazem uma análise bem interessante a respeito de como se constituíram e se desenvolveram no período de 2000 a 2010, 15 das principais regiões metropolitanas do Brasil (entre elas a região metropolitana de Maringá). Segundo esses autores:

Em virtude de seu apelo eminentemente urbano, encontrando-se altamente sensível à modernização tecnológica e à reconfiguração espacial dos demais setores da economia, uma complexa rede de cidades vem se desenhando, na qual o setor de serviços tem crescente importância na “geração de emprego e renda, no manejo da política econômica, nas diretrizes de desenvolvimento tecnológico e na política social” (DINIZ ET ALLI, 2018, p. 152).

Uma das formas mais dinâmicas da atuação das cidades como agentes sociais e políticos, são os planejamentos estratégicos com objetivos de desenvolvimento econômico e social. Na opinião de Boltanski e Chiapello (2009) esses planos - na verdade projetos de gestão – são elementos essenciais dentro do “novo espírito do capitalismo”. Geralmente, para a execução desses projetos reúnem-se as autoridades municipais, grupos diversos que atuam na localidade e os agentes econômicos que atuam política e estrategicamente ações como “renovar a infraestrutura urbana, organizar um evento de classe mundial ou deslocar a base empregatícia dos empreendimentos industriais para outros que sejam baseados no conhecimento” (GIDDENS, 2005, p. 474). O sociólogo britânico destaca que as cidades de Amsterdã, Lyon, Birmingham, Glasgow e Barcelona são exemplos de sucesso desses planejamentos estratégicos para a renovação urbana.

Para compreendermos a importância desses projetos de gestão e de planejamento estratégico, elementos centrais dessa pesquisa, consideramos importante uma breve reflexão sobre o que ocorreu com a cidade de Barcelona no início dos anos 1990, coincidentemente o período em que Boltanski e Chiapello reuniam os textos da área de gestão empresarial, para

posteriormente desenvolverem a sua chave de justificação denominada *cité* por projetos, e como isso foi copiado literalmente por Maringá em duas oportunidades, em 1990 e em 1996.

3.1.1. O Plano Barcelona 2000 (1998)

Escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, a cidade de Barcelona na Espanha aproveitou a oportunidade para implementar um projeto muito mais amplo que a colocaria como um dos mais importantes centros da futura União Europeia no século seguinte. Lançado em 1988, o Plano Estratégico Social e Econômico Barcelona 2000 (BORJA, 1995) reuniu o governo municipal da cidade catal   e dez outros organismos (entre eles, a câmara de comércio, a universidade, a autoridade portuária da cidade e sindicatos).

O Plano Barcelona 2000 foi desenvolvido com base em três pilares que se tornaram os objetivos a serem perseguidos no curso de 12 anos: o primeiro era “ligar Barcelona a uma rede de cidades europeias através da melhoria das comunica  es e da infraestrutura de transportes” (GIDDENS, 2005, p. 475); o segundo era voltado para a questão interna, para melhorar a qualidade de vida dos moradores da cidade, com várias iniciativas de lazer, parques públicos e aparelhos de aten  o    saúde. O terceiro, buscava “tornar mais competitivos o setor industrial e de serviços, ao mesmo tempo que se promovem novos setores econômicos promissores” (GIDDENS, 2005).

Os envolvidos no planejamento tinham como referencial os efeitos da Copa do Mundo FIFA de 1982, que foi realizada na Espanha e que teve Barcelona como uma das sedes. O legado da Copa não foi perceptível para os catalães e nem houve melhorias significativas na infraestrutura da cidade. Com as Olimp  iadas, dez anos depois da Copa, foi possível pensar em a  es mais efetivas, onde os atores sociais e políticos se envolvessem ativamente aproveitando o ganho de imagem que a cidade teria. O sociólogo Manuel Castells e o urbanista Jordi Borja analisaram o desenvolvimento desse planejamento e os resultados que um evento internacional trouxe para a Barcelona: “realçou o perfil da cidade aos olhos do mundo e gerou novo ânimo dentro da cidade para a conclusão do processo de transforma  o urbana” (BORJA E CASTELLS, 1997, p. 124). As Olimp  iadas também funcionaram como um catalisador para acelerar objetivos de reurbaniza  o previamente estabelecidos:

A cidade construiu anéis viários que descongestionaram o trânsito, modernizou seu aeroporto, reestruturou o transporte público, desenvolveu parques públicos, atualizou seu sistema de telecomunica  es e modernizou o sistema de saneamento. Para beneficiar os moradores e as empresas a longo prazo, planejadores urbanos empregaram grandes esforços para transformar a cidade (KINDEL ET ALLI, 2009, p. 34, tradu  o nossa).

Mas as Olimpíadas não foram o único fator responsável por esse desenvolvimento. Para Essex e Chalkley (1998, p. 193) os jogos “simplesmente aceleraram o processo de renovação que já estava planejado para ocorrer em 50 anos”, conforme o Planejamento Metropolitano Geral de Barcelona de 1976. Os pesquisadores acrescentam que os organizadores já haviam “mobilizado o apoio público por meio de projetos urbanos que conseguiram estabelecer um consenso de mudança”. Simultaneamente, instalações existentes, com modernizações planejadas, serviram como arenas olímpicas. O apoio do setor público também foi significativo, segundo Essex e Chalkley (1998), impulsionado pelo fim da era Franco e pela rápida valorização da identidade regional.

Barcelona gastou seis vezes mais em infraestrutura (tanto para as Olimpíadas como em obras de apoio) do que na organização, em si, do evento. Clark (2008, p. 142) destaca que “quatro áreas urbanas até então negligenciadas fizeram parte do plano de instalações olímpicas da cidade, permitindo que os gestores alocassem recursos para uma ampla reurbanização”. No entanto, apoio público e recursos nem sempre são suficientes. Muitas vezes financiamento privado, experiência e supervisão são necessários para preencher a lacuna existente entre o que o setor público é capaz de realizar e as necessidades de um megaevento. Clark (2008, p. 143) destaca que “além de quase US\$ 5 bilhões investidos pelo setor público, as Olimpíadas de Barcelona atraíram aproximadamente US\$ 7 bilhões em financiamentos privados”.

Com o projeto Barcelona 2000 e a realização das Olimpíadas como evento-chave, houve a internacionalização da cidade o que acabou gerando uma receita com o setor de turismo muito maior do que havia antes, pois Barcelona tornou-se um dos principais destinos turísticos e comerciais da Europa. Segundo o prefeito da cidade na época, Pasqual Maragall, o que se viu foi uma metamorfose em cinco anos que, em qualquer outra circunstância, levaria três décadas. Diz o político que, “devido ao investimento em infraestrutura e à valorização gerada pelas Olimpíadas, as receitas provenientes do turismo na capital da Catalunha mais que dobraram” (MARAGALL apud PAYNE, 2007, p. 17).

3.1.2. O Plano Estratégico de Maringá (1990)

Em 1990, exatos dois anos depois do início do Plano Estratégico Social e Econômico Barcelona 2000, o então prefeito de Maringá, Ricardo Barros (PFL), engenheiro civil de formação, iniciou a estruturação do que foi chamado na época de Plano Estratégico do Município de Maringá. O principal consultor do planejamento foi o geógrafo e urbanista catalão Jordi Borja, que havia sido o vice-prefeito de Barcelona quando do lançamento do planejamento

daquela cidade em 1988. Borja também estava trabalhando em outro projeto no Brasil, o Plano Estratégico de Santo André, SP.

O planejamento vinha na esteira de uma série de intervenções que estavam para ser realizadas na área urbana da cidade, especialmente a questão do rebaixamento da linha férrea, que dividia a cidade em duas regiões, e o deslocamento do novo centro da cidade para esta nova área¹⁶. Barros, inclusive, apresentou o Plano de Maringá em várias visitas a investidores querendo atrair para a cidade empresários dos setores de agroindústria e de turismo de eventos.

O prefeito de Maringá, Ricardo Barros esteve terça-feira na Associação Comercial de São Paulo para expor as diretrizes do “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Maringá” a um grupo de 100 empresários paulistas. O plano também chamado de cidade-empresa deseja transformar a região Norte do Paraná, no maior polo turístico e agroindustrial do Estado (O JORNAL DE MARINGÁ, 28/09/1990).

Disposto a “vender” Maringá para investidores internacionais, Barros conseguiu atrair para a cidade o 2º. Congresso Internacional de Urbanismo (URBE-6), ocorrido em setembro de 1991. Participaram do evento em Maringá, Oscar Niemeyer (presidente do Congresso), o geógrafo Milton Santos, o arquiteto português Alvaro Siza, o professor de Planejamento Urbano e Regional da Universidade da Pensilvânia, Jonathan Barnett; o arquiteto inglês John Turner e Jordi Borja¹⁷, que se tornou uma espécie de “guru” da sistematização teórica do planejamento estratégico adaptando o modelo empresarial para a gestão urbana, por meio de diversas consultorias internacionais, e em especial no Brasil e América Latina.

Não se tratam (sic) somente de cidades brasileiras que trouxeram empresas de consultorias de fora e investiram no planejamento estratégico. Igualmente, encontram-se cidade de menor porte, as quais se deixaram influenciar pela “moda” do planejamento estratégico desde meados da década de 1990. Tais cidades adotaram modelos parciais de desenvolvimento dentro da lógica da competição, de maneira que não podem parar de investir na construção de atributos ou elementos que a tornem mais atrativa (SILVA, 2012).

Contudo, uma das falhas de Barros na época foi ter tomado as decisões sobre o planejamento da cidade como uma imposição da Prefeitura, sem diálogo com outros agentes públicos e sociais. Por isso, o Plano Estratégico acabou sepultado pelo prefeito seguinte, Said

¹⁶ O projeto de rebaixamento da linha férrea de Maringá e do novo centro, assinado por Oscar Niemeyer, foi aprovado como Lei Municipal em 1991, com o nome de Plano Diretor Projeto Ágora de Maringá (Lei 3051/91).

¹⁷ “A busca de alternativas para melhoria da qualidade de vida”. URBE-6 Maringá. Encarte especial da Folha de Londrina, 20/09/1991.

Ferreira (PMDB) que deu outros rumos para o projeto do novo centro e dispensou a consultoria de Niemeyer.

Em 1996, um novo planejamento estratégico será colocado em execução em Maringá, mas não mais pelo Poder Público e, sim, pelo empresariado. De certa forma, o modelo de Barcelona continuará sendo a inspiração para o novo plano e que é o objeto de análise e crítica dessa tese.

3.1.3. O empresariamento das cidades

Embora a palavra “empresariamento” seja um neologismo em língua portuguesa, na língua inglesa é comumente utilizada para expressar como a gestão urbana tem se apropriado de técnicas empresariais, voltadas ao mercado. O geógrafo britânico David Harvey criou o conceito de *urban entrepreneurialism* em um artigo escrito em 1989 ao estudar as experiências norte-americana e britânica. No artigo, Harvey caracteriza o empresariamento da gestão urbana como um maior protagonismo das administrações municipais em termos de inovação e dinamização das economias locais. O eixo fundamental desse movimento é a produção do próprio espaço urbano (HARVEY, 2014).

Harvey argumenta que o empresariamento urbano não é um tema novo, mas o modelo que passou a vigorar no início dos anos 1980 trouxe novas características para o processo de desenvolvimento das cidades. Assim, Harvey (1996) fala de um novo empresariamento caracterizado, especialmente, pela “noção de ‘parceria público-privada’ na qual as tradicionais reivindicações locais estão integradas com a utilização dos poderes públicos locais para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego” (HARVEY, 1996, p. 52). O geógrafo britânico será um crítico ardoroso da perspectiva adotada pelo geógrafo catalão Jordi Borja, que juntamente com Manuel Castells, desenvolveu várias temáticas em defesa do planejamento estratégico urbano.

Para Harvey, outra característica do empresariamento é a extrema preocupação com a questão econômica local muito mais do que com o território. Nesse caso, o ponto de partida é a economia política da cidade local e não o inverso (HARVEY, 1996, p. 53). Em síntese, ele aponta que o

novo empresariamento urbano se caracteriza, então, principalmente, pela parceria público-privada tendo como objetivo político e econômico imediato (se bem que, de forma nenhuma, exclusivo) muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico (HARVEY, 1996, p. 53).

Harvey fundamenta sua tese do empresariamento urbano em torno de quatro vertentes que se combinam em variados graus, mas que precisam ser compreendidas em separado. Seriam elas:

1) os investimentos direcionados a qualificar o local face à competição interna à divisão internacional do trabalho, representada pela exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços. Essas vantagens poderiam tanto incluir o acesso a recursos naturais, quanto a criação de infraestruturas físicas e sociais de reforço à base econômica local, assim como a redução dos custos locais por meio de subsídios; 2) a competição relativa à divisão espacial do consumo. Em decorrência de um crescente estilo consumista de urbanização, os investimentos públicos e privados se voltariam à atração do consumo, concentrando-se na qualidade de vida e do meio urbano, valorizando-se, para tanto, cada vez mais o espaço; 3) a competição em torno da atração de centros de “controle e funções de comando” de altas operações financeiras, de serviços complexos e governamentais; e 4) a disputa pela redistribuição dos excedentes pelos governos centrais (HARVEY, 1996, p. 54-56).

O resultado da combinação dessas quatro vertentes é a cidade vista, ao mesmo tempo como empresa e como mercadoria. O termo “cidade mercadoria” tornou-se uma categoria de análise das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia Urbana. Por meio de estratégias de planejamento e reestruturação urbana, as cidades tornaram-se um bem negociável e elas mesmas se colocaram à venda, como uma mercadoria disputada por investidores e outros agentes econômicos. O sociólogo Carlos Vainer, especialista na discussão do planejamento estratégico urbano com viés socioeconômico, chama a atenção sobre quem são os compradores dessas mercadorias, desses modelos de cidade. Para ele:

A resposta não é tão fácil, pois, na verdade, ela depende de quem se tem em vista como comprador. Conforme sejam as características dos compradores visados, os atributos a serem vendidos seriam diferenciados: idosos podem querer calma e grande número de serviços médicos, religiosos, podem preferir grande concentração de lugares de retiro e prece, jovens podem estar buscando certos tipos de entretenimento e lazer etc. (VAINER, 2000, p.78).

Por conta disso, cada cidade que adota um modelo de planejamento estratégico procura descobrir, criar, estimular e potencializar características que a coloquem na “vitrine” neste emergente mercado que é a disputa entre as cidades por atrair diferentes parcelas de capital e, conseqüentemente, a geração de uma maior dinamização econômica. Sánchez (2001) enfatiza que, ao adotarem a lógica do planejamento estratégico urbano, as cidades se posicionam nas “vitrines” do mundo globalizado à espera de compradores. Passa-se a dar menos importância

para as dinâmicas internas das cidades e mais investimentos são atraídos para as dinâmicas exteriores, mais rendosas. Sánchez destaca que:

Atualmente, esses compradores são principalmente as grandes corporações e os grandes eventos internacionais (como, por exemplo, os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo, feiras e congressos internacionais etc.), além de instituições supranacionais (SÁNCHEZ, 2001, p. 159).

Para atrair essas parcelas significativas do capital econômico, as cidades priorizam adotar projetos de reestruturação que alteram completamente a sua dinâmica social, sua particularidade. Sánchez aponta que cidades com dinâmicas sociais e histórias completamente diferentes se tornaram muito semelhantes em sua paisagem urbana, como nos casos de Buenos Aires, Lisboa, Curitiba e Rio de Janeiro, todas seguindo o modelo do Plano Barcelona 2000. Cada cidade, a partir dos pontos levantados nos seus planos estratégicos, adotou uma linha específica de atuação no processo de ser atração para esse mercado: Curitiba focou na questão da qualidade de vida e em seu transporte urbano como o melhor do país; o Rio de Janeiro se consolidou com o centro dos grandes eventos internacionais, desde o Rock in Rio passando pela final da Copa e pelas Olimpíadas. Buenos Aires e Lisboa também prezaram pela reestruturação urbana para se constituírem em metrópoles de negócios internacionais.

Velhos temas que preocupavam prefeitos e gestores públicos, como a questão educacional, do aparato de saúde, segurança e infraestrutura de saneamento, ficaram de lado na pauta para priorizar pontos de atração de investidores que atuem em outras dinâmicas mais aparentes e, por onda de efeito, auxiliem na resolução daqueles problemas, seja pela via financeira (mais rendas e impostos) ou pela via de incentivos fiscais com contrapartidas em algumas dessas áreas. Sobre essa nova postura das cidades, Vainer afirma que:

Se durante largo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexo central a problemática da competitividade urbana. (VAINER, 2000, p.76).

As inspirações do empreendedorismo urbano que norteiam a competitividade das cidades são as mesmas do empreendedorismo individual, segundo as quais todos podem se tornar empresários. O objetivo principal dessa lógica é “aumentar a capacidade de inovação e adaptação das regiões envolvidas” (BENKO, 1999, p.137), além de mobilizar esforços e recursos (humanos, financeiros, tecnológicos e políticos) locais para organizar e coordenar a acumulação privada. Não resta dúvida que da perseguição aos objetivos do empreendedorismo

urbano, como no caso planejado para Barcelona, Curitiba, Rio de Janeiro e Maringá, entre outras, pode “resultar uma nova configuração dos recursos locais que potencialmente favorece os interesses econômicos dominantes em detrimento de políticas sociais e de redistribuição de renda e riqueza” (BRAGA, 2001, p. 26), por mais que o discurso empreendedor pregue o contrário.

A estratégia do empreendedorismo urbano pressupõe “uma economia local flexível, atrativa para grandes investimentos, com redes de empresas e de distritos industriais” (BENKO, 1999, p. 228), para colocar a cidade no “mapa do mundo”. Há também a necessidade de que a cidade seja um centro de inovação tecnológica para poder firmar-se na liderança de uma economia de escala, altamente empreendedora (CASTELLS, 2000).

Colocar a cidade no “mapa do mundo” significa inseri-la “na nova economia de fluxos de capitais, mercadorias e informações, de modo a lhe conferir posição de destaque na hierarquia global de cidades” (BRAGA, 2001, p. 30), só assim será possível atrair “investimentos estrangeiros, matrizes das grandes corporações, instituições internacionais, feiras, convenções e turistas”. Em geral, as agendas que emergem dos planejamentos estratégicos oriundos do empreendedorismo urbano, orientam para que os futuros governos locais tenham como principal tarefa o cumprimento de uma agenda de antecipação, produção e oferta dos requisitos de produtividade e competitividade, que passaria pela oferta de infraestrutura e qualidade de vida, requisitos essenciais para mão-de-obra altamente qualificada.

É importante recuperarmos as discussões de Vainer (2000) e Harvey (2014) de que a cidade resultante do planejamento estratégico, ou do empresariamento urbano, é vista como mercadoria e como empresa. Como cidade-mercadoria ela está posta à venda e à compra em um “mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital” (VAINER, 2000, p. 76). Já a cidade como empresa, um corpo econômico, tem obrigação de gerir seus recursos de forma a maximizar sua capacidade de concorrer internacionalmente e que tem seus objetivos subordinados à lógica do mercado, à produtividade e competitividade (VAINER, 2000). Para Braga (2001, p. 32) a função do poder público em uma cidade vista como empresa e como mercadoria, é o de “assumir o papel de gerente e promover sua produção, marketing e venda”. Nessa função, o poder público deverá estimular a iniciativa privada “para construção de prédios de escritórios, shoppings centers, prédios de apartamentos de luxo, hotéis e centros de convenções” (BRAGA, 2001, p. 32). O movimento que se processa nas economias locais em

torno do imobiliário, amplamente respaldadas pelas administrações municipais, faz eco à formulação de Harvey (1996) em sua conceituação acerca do empresariamento urbano.

Muitas vezes lida sob o enfoque do “planejamento estratégico” e a promoção de grandes projetos urbanos em fragmentos da cidade (VAINER, 2000), a noção de empresariamento traz um aporte conceitual importante na leitura das dinâmicas estudadas nesta pesquisa. É evidente que não iremos comparar os projetos de Maringá com os megaprojetos urbanos que vão se processar em metrópoles como Barcelona, Buenos Aires ou Rio de Janeiro, mas procuraremos compreender de que modo os princípios da “produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica do mercado” (VAINER, 2000, p. 85) passam a orientar a *cité* por projetos como veremos no próximo capítulo.

3.2. A *cité* por projetos e a gramática da justifica  o

Como vimos no capítulo anterior quando tratamos da teoria das *cit  s* de Boltanski e Thévenot a partir da obra *De la justification*, as *cit  s* são operadores da justifica  o ao mesmo tempo em que atuam como operadores críticos quando confrontam as provas agenciadas na lógica de outra *cité* ou quando rechaçam as características de um capitalismo ainda preso nas lógicas da organiza  o e seus dirigentes.

Em 1999, Boltanski e Chiapello lançaram *Le Nouvel Esprit du Capitalisme* uma densa reflexão e pesquisa sobre as novas representa  es sociais e normativas do capitalismo desde o início dos anos 1970. Essa normatividade é a responsável pelas justifica  es incorporadas no espírito do capitalismo, sendo que as *cit  s* são os pontos de apoio normativos para construir as justifica  es. Com base nas suas justifica  es, o espírito do capitalismo legitima e restringe o processo de acumula  o, de acordo com a gramática das *cit  s* apresentada anteriormente por Boltanski e Thévenot (2006). A tese inicial era de que o novo capitalismo poderia conter uma força reformista que deveria ser estudada e compreendida.

Assim, a ênfase da obra de Boltanski e Chiapello    sobre as transforma  es do capitalismo e as pesquisas apresentadas trazem a tese da passagem do chamado segundo espírito do capitalismo para o terceiro¹⁸, com a evolu  o da problemática da gestão empresarial dos

¹⁸ “A título de ilustra  o, o primeiro espírito se refere ao capitalismo burguês, doméstico, de pequenas empresas familiares que vigorou até o início do século XX, onde a ênfase estava sobre a figura do burguês, do empresário, individualmente. Já o segundo espírito se aporta entre os anos 1930 e 1960, onde o crescimento e burocratiza  o das empresas fez com que a figura do executivo ganhasse espaço e notoriedade na sociedade. A ênfase não é mais no empresário, mas na organiza  o e seus dirigentes, agora diplomados e qualificados. É nesse período que se

anos 1960 aos anos 1990. Apontam também que o discurso gerencial é uma das principais fontes de disseminação do espírito do capitalismo e que a literatura gerencial produz as normas e representações sociais, como normatividade do capitalismo. Boltanski e Chiapello (2009, p. 91-121) argumentam que a gestão empresarial dos anos 1960, eixo fundamental do segundo espírito do capitalismo, defendia a administração por objetivos e o estímulo ao progresso dos executivos (gerentes, diretores, *managers* etc.) se dava por conta da certeza na carreira profissional. Entretanto, a gestão empresarial dos anos 1990 se direcionou rumo ao modelo de rede de empresas e a realização pessoal passou a se dar graças à multiplicidade de projetos.

Emerge então, junto com o novo espírito do capitalismo, um novo aparelho justificativo que os autores defenderão como sendo a *cité* por projetos. Esta nova *cité*   ,   nt  o, um sistema de constrangimentos¹⁹ pesando sobre um mundo modelado pelas redes (conexões) submetendo-o a uma forma de justiça capaz de zelar pelos indivíduos, legitimando sua lógica. Para Castells (2000), a sociedade em rede é uma forma específica de estrutura social – arranjos organizacionais de homens nas relações de produção, consumo, experiência e poder – característica da Era da Informação. Para ele, os “significados” criam a “cultura” – que é um sistema de valores e crenças que informa códigos de comportamento. Embora não atuem na esfera da tecnologia da informação ou das redes telemáticas (objetos de estudo de Castells), Boltanski e Chiapello (2009, p. 189) enfatizam que “o desenvolvimento daquilo que chamamos de mundo conexcionista e a formação progressiva de uma cidade por projetos que o submete    exigência de justiça constituem os principais pontos de apoio normativos nos quais se respalda o novo espírito do capitalismo”.

Os autores também respondem às críticas dos cientistas sociais, economistas, filósofos e historiadores que trabalham o conceito de redes de forma puramente metodológica e que argumentam que os debates sobre as redes não versam sobre o mundo, mas sobre os modos de descrição do mundo. Para Boltanski e Chiapello (2009) não se pode fazer uma dissociação entre a validade da descrição e as propriedades do objeto descrito. Por isso, “as críticas que eles fazem

alavanca a produção e o consumo em massa, assegurando a referência ao bem comum e justificando tal sistema como propício    justiça social. O terceiro espírito é aquele das sociedades ditas “em rede”, interconectadas tanto por sistemas informatizados quanto por parcerias e alianças que reconfiguram as relações sociais e laboriais” (VENTURA, 2003, p. 5).

¹⁹ Por “sistema de constrangimentos” os autores enfatizam as relações que se estabelecem entre o capitalismo e suas críticas e, principalmente, o surgimento de novas representações da sociedade, das formas de colocar à prova as pessoas e as coisas e, em consequência, as novas formas de sucesso ou fracasso. Pelo sistema de constrangimentos, os indivíduos se comprometem na ação, se justificam e dão sentido aos seus atos. A *cité* por projetos é uma característica central desse tipo de capitalismo, que perpassa todas as dimensões, sendo muito mais do que uma simples *cité*.

às abordagens categoriais tendem a servir de fundamento para a representação de um mundo cujo sentido só se revela àqueles que compreenderam que a rede constitui sua armação principal” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 188). E esclarecem mais enfatizando que

[...] a tensão entre a posição historicista (a rede é a forma que convém a nosso tempo) e a posição naturalista (a rede é a textura constitutiva de todo o mundo social e até de toda a natureza) pode ser atenuada admitindo-se que, na ordem do conhecimento, a organização reticular constitui a forma mais bem ajustada à visão global que o mundo está assumindo do ponto de vista de uma cidade baseada numa lógica conexcionista (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 188).

Para os autores, as duas posições cometem o mesmo erro ao querer emitir juízo de valor sobre acontecimentos, estados de coisas e os modos de descrição, independente das posições normativas. Boltanski e Chiapello (2009, p. 189) colocam em relevância que a proposta conexcionista forma “um modo de julgamento que, tomando como dado que o mundo é uma rede (e não, por exemplo, um sistema, uma estrutura, um mercado, uma comunidade), oferece pontos de apoio para apreciar e ordenar o valor relativo dos seres em tal mundo”. Para tanto, devem ser identificadas provas pelas quais os seres se medem com relação a uma “tabela” de equivalência entre eles, codificando quem são os “grandes” e os “pequenos” na *city*. Estas provas são, nesse mundo, por exemplo, os momentos que marcam o fim de um projeto, quando as pessoas estão à procura de um novo compromisso e testam sua capacidade de se recolocar. Por esse ângulo, o potencial revolucionário dá lugar para o reformismo social, mais adequado para um mundo em rede.

Escrevendo no final do século XX, Boltanski e Chiapello ainda não tinham claro se a *city* por projetos conseguiria estabelecer limites para as relações de força próprias ao mundo em rede, pelo menos num futuro próximo e sem enfrentar uma crise de grandes proporções. Para eles, “sua concretização dependerá certamente (como ocorreu no passado com outros quadros reguladores) do encontro de vários atores com diferentes lógicas de ação” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 387). A ação desses atores deverá ter forte intervenção crítica, especialmente para evitar os redeiros²⁰ oportunistas e suas ações individualistas.

Entre as múltiplas propostas debatidas desde o início da década de 90, algumas nos parecem anunciar a instauração de dispositivos capazes de dar corpo à cidade por projetos, enraizando-a no mundo dos objetos e também se

²⁰ Redeiro é o indivíduo, empresa, instituição ou organização que mantém posição em uma rede. Posição é o lugar ocupado por um ator num conjunto em que existe conexidade forte, conexidade semiforte, conexidade quase forte ou não-conexidade. A posição de um ator pode ser dominante, dominada, semidominante, subdominante, subdominada ou isolada. Cf. LEMIEUX E OUMET, 2012.

inscrevendo nos textos de direito. Cumpre insistir mais uma vez no fato de que, na falta de forte intervenção crítica, também é possível assistir ao crescimento da precariedade, das desigualdades e da desconfiança generalizada (frequentemente interpretada como uma das facetas de um “individualismo triunfante”) (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 391).

As ações conexionistas põem em risco o mundo da *cité* por projetos. Entretanto, a explora  o conexionista, na visão dos autores, pode ser limitada em seus efeitos destruidores por alguns dispositivos da própria *cité* por projetos que propõem uma nova composi  o entre autonomia e garantias. Esses dispositivos seriam de dois tipos: o primeiro, reunindo as medidas mais numerosas, situa-se na articula  o entre política social das empresas e política social do Estado.

Essas medidas prov  m das correntes reformistas que propõem dispositivos para lutar contra a exclusão e adotam como objetivo a defesa das pessoas ameaçadas de um ponto de vista que se pode qualificar de macroecon  mico. Essas correntes tomam como ponto de partida uma situa  o que estaria impondo a todos as mesmas injun  o  es, como se ninguém a tivesse desejado em maior ou menor grau e como se ninguém tivesse maior ou menor interesse nela, situa  o na qual o desemprego e a precariza  o são tratados como resultado de forças impessoais a agirem num nível global e a exercerem um efeito mecânico sobre a estratégia das empresas - quer a ênfase seja dada    “globaliza  o”, quer às transforma  o  es “tecnológicas” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 393).

O segundo tipo nada mais    que a própria gestão empresarial. Para os autores, a literatura de gestão empresarial utilizada por eles para formar o *corpus* da *cité* por projetos possui uma dimensão moral que não pode ser desprezada no novo capitalismo.

A literatura de gestão empresarial, cujo objeto favorito é o aumento da produtividade com a perspectiva de lucros máximos, não pode deixar de ter interesse em saber se as remunera  o  es dos diferentes atores são de fato justificadas por sua contribui  o para o valor agregado. Apesar do grande enxugamento das empresas, os administradores das novas coletividades²¹ enxutas não podem abster-se de dar uma resposta    questão da justiça das diferentes remunera  o  es distribuídas. A persistirem desequ  l  brios muito pronunciados, haveria o risco de desestimular os assalariados, de provocar conflitos entre eles e, assim, diminuir sua produtividade (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 394).

Esses dispositivos da *cité* por projetos trazem limites    força dos fortes e lhes avisa que eles são grandes se interiorizarem esses limites, conformando-se com eles. As provas de

²¹ Embora as teorias da gestão empresarial denominem empresas e grupos empresariais como “coletividades sociais de trabalho”, a Sociologia brasileira tem sido crítica dessa nomenclatura pois, viola em sua essência, a natureza do homem como um ser social, tangendo-o a um individualismo real que não lhe é inerente.

força connexionistas devem se tornar mais justas para transformá-las em provas de grandeza da *city* por projetos, e não para substituí-las por provas de outra natureza. “Essa orientação explica por que elas precisam, ao mesmo tempo, preservar a flexibilidade das redes e obter - por meio do direito - melhor proteção dos atores, em especial dos mais fracos” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 392).

3.2.1. A dominação gestonária

Ao leitor desatento, Boltanski e Chiapello podem passar a impressão de que são ardorosos defensores da nova gestão empresarial como modelo acabado de interação social no mundo da *city* por projetos. Todavia, em sua proposta de dispositivos de justificação do capitalismo atual não lhes escapam as críticas aos elementos encontrados no mundo em redes e nos atores sociais, assim como nas formas de dominação e manipulação que se apresentam como ciladas da própria incorporação da crítica capitalista.

Dentre os apontamentos feitos pelos autores estão a da “tensão entre a dupla incorporação da crítica à autenticidade e da exigência de autenticidade por parte do capitalismo” que produziu “um efeito insidioso sobre a confiança que as pessoas podem depositar umas nas outras” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 459), e o da inquietação sobre as relações connexionistas que permeiam a amizade e os negócios, uma vez que “o estabelecimento de conexões, tal como é concebido no âmbito da cidade por projetos, não pode ocorrer de acordo com procedimentos padronizados que atuem a distância” (Op. cit., p. 460). Nesse caso, a proximidade, gostos e interesses comuns provocam o tipo de confiança “espontânea”, que gera a amizade e a simpatia. Os autores refletem que

A utilização estratégica de relações, apresentando certos traços atribuíveis à amizade em outros contextos, tem o dom de criar perturbações quando é possível tirar vantagens financeiras das atividades de conexão. Os lucros associados a elas, pouco visíveis quando o empresário tira vantagem de suas relações para desenvolver seus próprios negócios, aparecem com clareza quando a mediação é mercantilizada, ou seja, quando alguém recebe um salário, honorários ou comissão por ter servido de intermediário entre pessoas que entram numa relação de negócio (por exemplo, por ter contribuído para a realização de um novo produto ao pôr em contato, num jantar, um cientista inventivo e um empresário aberto à inovação). Essas atividades constituem um problema por poderem ser acusadas de transgredir o interdito que pesa sobre a mercantilização dos seres humanos (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 461).

O mundo connexionista da gestão empresarial é dominado por essas contradições e seus reflexos nas interações sociais são devastadores quando a justificação é burlada e perde-se a

legitimação. Os autores reconhecem que na *city* por projetos essas contradições se apresentam duplicadas.

Essa perturbação sobre a natureza das relações que podem ser mantidas com os outros num mundo conexionalista provém de uma contradição essencial entre, por um lado, a exigência de adaptabilidade e mobilidade e, por outro, a exigência de autenticidade (que pressupõe conectar-se pessoalmente, inspirar confiança), contradição que permeia o novo mundo e se duplica na cidade por projetos.[...]

[...] Em tal mundo, no qual todo o peso das relações repousa na autenticidade das pessoas, é muito perturbador ver essas relações utilizadas em estratégias destinadas a gerar lucros em rede, conforme recomenda a nova gestão empresarial (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 461, 462).

Outro ponto da dominação gestonária que merece a atenção dos sociólogos franceses é o da manipulação. Um dos comandos mais venerados da gestão empresarial é o *self made*, ou seja, a capacidade das pessoas fazerem por si mesmas, por uma decisão voluntária e autônoma, aquilo que as empresas querem que elas façam. Por isso, explicam Boltanski e Chiapello (2009, p. 464), “os executivos devem transformar-se em ‘inspiradores’, em ‘*coaches*’ ou em ‘líderes’, cuja marca é formular ‘visões’ entusiasmantes que façam as pessoas agirem por si mesmas pois, já não é legítimo coagi-las”. Em síntese, os autores argumentam que

As ordens que podem ser instauradas em referência à cidade por projetos em formação estão assim sempre fragilizadas pela possibilidade (tomando-se por base outros mundos - doméstico ou inspirado, por exemplo) de ser denunciadas como o resultado de manipulações, ou seja, de um uso cínico da referência à autenticidade para levar alguém a fazer, aparentemente por vontade própria, aquilo que já não se pode impor de modo hierárquico e, portanto, como um instrumento para desenvolver a “servidão voluntária” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 465).

Revisitando suas teorizações dez anos depois, Luc Boltanski publicou em 2009, *De la critique: précis de Sociologie de l’émancipation*, resultado de três conferências proferidas em Frankfurt em novembro de 2008. Embora o trabalho tenha uma característica mais de esboço do que de algo concluído, é possível identificar uma preocupação do autor em reafirmar a capacidade crítica da sociologia e propor, ainda que preliminarmente, uma via de emancipação.

Ponto importante de *la critique* é o peso que Boltanski dá para a crítica das instituições. Aliás, ele deixa de lado nessas reflexões a sua teoria das *citys* para conferir às instituições

um papel basilar e permanente, qual seja, o de solidificar uma ordem social que, diante da heterogeneidade de aplicações concretas que os agentes fazem dos valores presentes no mundo, necessita de uma entidade “sem corpo” capaz de fazer face a essa multiplicidade e conferir, assim, à realidade uma

estabilidade mínima, mediante o exercício de sua função de “confirmação” (CORRÊA, 2010, p. 591).

Boltanski (2009, p. 13) define as instituições como entidades públicas capazes de produzir um discurso jurídico, retórico, agindo “orientadas na direção da construção da realidade por intermédio, notadamente, de operações de qualificação de seres — pessoas e objetos — e de definição de formatos de prova”. Nesse sentido, para o autor, a instituição é o que confere realidade ao mundo, ao passo que o mundo é o que permite que essa realidade seja criticada. Corrêa, comentando sobre o trabalho de Boltanski destaca que para o sociólogo francês

A realidade é o reino das Instituições, onde os elementos, por meio de provas, são qualificados e têm seus valores relativos definidos. O mundo, lugar do plano de imanência e do devir, é o que escapa à realidade e o que permite a ocorrência do procedimento crítico, o qual faz usufruto, em geral em regime metapragmático, quer dizer, não prático e reflexivo, do desnível existente entre realidade (mundana) e norma (institucional). No mundo, não há senão provas de força; na realidade, o que Boltanski chamou em outras obras de provas de grandeza, a saber: provas cuja eficácia depende da mediação de um critério, de uma medida, em geral engendradas pelo suporte institucional (CORRÊA, 2010, p. 592).

Deriva da problemática das instituições, o que Boltanski discorre como sendo a dominação. Ele demonstra que a dominação pode ser simples ou complexa. Por dominação simples, Boltanski (2009, 2011) assinala aquelas “situações em que as justificações oficiais não se realizam adequadamente nas provas de verdade e as críticas ficam presas no estado de oficiosas”. Já a dominação complexa é a dominação tipicamente moderna, das sociedades capitalistas, chamada também de dominação gestonária (*gestionnaire*) ou gerencial. Por meio dela, o autor enfatiza a transitoriedade e a reestruturação permanente dos critérios com base nos quais os indivíduos e objetos são avaliados, dando a sua versão para a questão da intensificação e da flexibilização das (líquidas) relações contemporâneas. Corrêa nos mostra quem são os portadores desse discurso gerencial:

Seguindo na lógica de um mundo cuja viscosidade parece se dissipar, Boltanski nos aponta para a existência de uma elite cada vez mais heterogênea e não mais passível de ser definida por uma educação similar, dado que os seus membros agora viriam de lugares e contextos nacionais distintos, logo seria portadora de uma “ideologia educacional” bastante díspar e não uniforme. Por essa razão, um *habitus* comum não teria como dela ser derivado (CORRÊA, 2010, p. 598).

Esta nova elite é formada a partir de uma nova cultura internacional, cujas bases estão na economia e no *management*. Por isso, ela não pertence a um grupo ou a uma ideologia comum. Boltanski (2009, p. 216) afirma que “a essa elite cabe a responsabilidade por performar o mundo tal qual é e, por isso mesmo, de ter uma espécie de relativismo frente às regras, as quais, embora necessárias, são contornadas, deturpadas quando se faz preciso”. A esta nova classe dominante seria permitido — e assim eles fazem, segundo Boltanski — um continuado usufruto transgressor dos formatos de prova, cujo respeito assíduo e integral ficaria restrito aos “outros”, isto é, aos dominados. Nas palavras de Boltanski (2009, p. 219), “pertencer a uma classe dominante é, antes de tudo, estar convencido que se pode transgredir a letra da regra, sem trair seu espírito. Mas esse gênero de crença não vem à mente senão dos que pensam poder encarnar a regra, pela boa razão que eles a fazem”.

Boltanski amplia essa visão sobre a crítica – visão que aliás, é um marco de toda sua trajetória acadêmica – da dominação gestonária em seu artigo “Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária” que é o resultado de uma conferência proferida por Boltanski no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ em agosto de 2013. No artigo, a discussão está centrada na falta de “poder” da crítica atual uma vez que a crítica em si tem aumentado, mas sem impactar o mundo social e o espaço político. Boltanski destaca que há uma impressão de que a crítica não tenha mais impacto sobre a realidade. Todavia defende que

[...] esta situação precisa ser examinada, e as questões que ela levanta podem orientar nossa atenção em duas direções. Podemos olhar para a crítica e indagar suas formas atuais: ela seria obsoleta, não teria programa político e não apresentaria alternativas claras etc. É um discurso que se ouviu muito na Europa nos últimos anos. No entanto, parece-me mais interessante olhar na outra direção, ou seja, analisar as mudanças que ocorreram nos dispositivos de governança – sejam eles públicos ou privados, o que hoje é mais ou menos a mesma coisa – isto é, nos dispositivos que permitem aos responsáveis conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, ou mesmo ampliá-las. Em um trabalho como este, atenção particular deveria ser dada – a meu ver – à conjunção entre duas orientações cujos contornos e usos são relativamente diferentes, ou até divergentes (BOLTANSKI, 2013, p. 442).

Essas duas orientações apontadas por Boltanski são a instrumentalização da ciência econômica por líderes políticos e econômicos e o fortalecimento e o aperfeiçoamento das técnicas de *management* e das ferramentas de gestão. A instrumentalização da economia consiste em “dar-lhe visibilidade pública e torná-la a principal ferramenta capaz de escolher, entre tudo o que acontece, os eventos relevantes, e em dar-lhes significado, encaixando-os em

um quadro unificado e associando-os a certos mecanismos” (BOLTANSKI, 2013, p. 442). A narrativa econômica pretende ser abrangente e apela para uma trama de necessidade muito mais do que à noção de causalidade. Por sua vez, os modelos de *management* e das ferramentas de gestão “desenvolvidos inicialmente no quadro das grandes empresas, foram agora importadas pelas esferas pública e política” (BOLTANSKI, 2013, p. 443). Sobre esta instrumentalização, o sociólogo francês, entretanto, faz uma ressalva:

O primeiro é que não se pode ignorar tudo que o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e, mais amplamente, dos modos de governabilidade que elas possibilitam, deve às contribuições das ciências sociais. Não só, é claro, a economia, mas também, e, talvez, sobretudo no caso da gestão, a sociologia, a economia e as ciências cognitivas. O segundo ponto diz respeito à orientação destas técnicas em direção à eficiência prática. Ao contrário do economismo, elas não enfatizam a necessidade, mas o agir e o poder de agir sobre a vontade, sobre a autonomia e sobre a liberdade, uma vez que esta se opõe à necessidade. Enfim, o terceiro ponto diz respeito ao uso político que é feito destas técnicas. Ao contrário da economia, as técnicas e ferramentas de gestão não são divulgadas publicamente, notadamente nos meios de comunicação. Elas não estão colocadas na trama. São reservadas aos atores e especialmente àqueles que estão em posições de poder, os “responsáveis”. É a sua liberdade de ação que elas permitem otimizar. Os subordinados as conhecem principalmente por intermédio das medidas fragmentadas às quais eles estão submetidos e das orientações que devem aplicar (BOLTANSKI, 2013, p. 443).

O autor aponta que, na dominação gestionária (para recordar a importância que têm as ferramentas de gestão), a “exploração se aproveita da instrumentalização de diferenciais para gerar lucro, e estes podem ser de natureza diversa. Trata-se, em primeiro lugar, do diferencial de propriedade. Mas também pode ser, por exemplo, o diferencial de mobilidade” (BOLTANSKI, 2013, p. 449). Boltanski define que

Num quadro gestionário, os processos de dominação estão associados com a manutenção duradoura de uma ou várias assimetrias profundas, no sentido em que os mesmos se beneficiam de todas as provas (ou quase), enquanto para outros – sempre também os mesmos – as provas sempre têm resultados adversos (ou quase) (BOLTANSKI, 2013, p. 449).

Quando a manutenção ou o aumento das assimetrias é questionado pela crítica, a defesa da ordem das coisas existente dá lugar a explicações que se apoiam principalmente em dois tipos de motivos: “Por um lado, a figura da necessidade, no que ela tem de inexorável; por outro, a figura da liberdade, declinante no registro da autonomia e da meritocracia” (BOLTANSKI, 2013, p. 450).

Em um processo complexo como o do mundo em redes, o sistema de dominação gestionária acaba atribuindo aos dominados uma necessidade de serem realistas. Na opinião de Boltanski (2013, p. 450) “ser realista, quer dizer, aceitar as restrições, notadamente econômicas, tais como elas são, não porque sejam boas ou justas ‘em si’, mas porque não podem ser diferentes do que são”. Mais do que isso, explica o sociólogo francês:

Em um sistema de política gestionária, o realismo ocupa o centro do dispositivo de dominação. Ele constitui, ao mesmo tempo, o princípio de justificação no qual os dominantes se apoiam e a virtude que eles exigem dos dominados. Mas não se trata apenas de um discurso, ou por assim dizer, uma ideologia. O que caracteriza um sistema deste tipo é, de fato, a sua capacidade de ligar não apenas idealmente, mas também nos fatos, os elementos diversos que compõem a realidade para torná-los intimamente interdependentes. Ou, ainda, sua capacidade de constituir uma realidade em que tudo se encaixa, ou seja, uma realidade cuja força teria uma dimensão absoluta. A realidade considerada como algo externo, que seria independente das relações sociais (ou, por assim dizer, em termos marxistas, fetichizada) pode então ser, não apenas evocada, mas mostrada em suas manifestações mais tangíveis. Pode-se atribuir a ela uma vontade própria e mostrar como ela se manifesta, especialmente quando é capaz de punir aqueles que pensarem que dela podem escapar. A este respeito, governantes e governados, dominantes e dominados enfrentam o mesmo problema. Eles são, todos, supostos servidores da realidade. A todos eles, se pede para serem realistas (BOLTANSKI, 2013, p. 451).

É aqui que se manifesta a profunda assimetria, segundo Boltanski. E isso é produto da fetichização da realidade que acaba encobrindo a sua essência. Há nesse processo “uma rede de regras, leis, formatos de provas, normas, modos de cálculo e controle, que têm, na maioria das vezes, mas em graus variados, uma origem institucional” (BOLTANSKI, 2013, p. 451). Assim, deve-se saber que um dos principais diferenciais entre dominantes e dominados é justamente a posição assimétrica que ocupam em relação às instituições e, conseqüentemente, às regras que as instituições fixam.

Antes de concluirmos esse tópico, vale destacar que Ève Chiapello também construiu um caminho paralelo ao de Boltanski, enfocando a análise nos mecanismos gerenciais que regulam a sociedade atual. Chiapello e Gilbert (2013) introduzem na análise dos fenômenos sociais, organizacionais e econômicos as ferramentas de gestão (padrões, indicadores, painéis, sistemas de informação etc.). Em *Sociologie des outils de gestion*, os autores tratam sobre as abordagens críticas às ferramentas de gestão em três referenciais teóricos. O primeiro é sobre o uso dessas ferramentas nas relações de dominação tratando-as como elementos de um sistema social e econômico que legitima as hierarquias sociais e servem de alavancas de exploração, como resultado de equilíbrio de poder e recursos nas lutas (CHIAPELLO E GILBERT, 2013,

p. 64-74). O segundo é sobre o uso das ferramentas de gestão como técnica de governo e disciplina. Nesse caso, podem ser utilizados como dispositivos de conhecimento e poder, disciplina, governo e para uso próprio, visando distinção (CHIAPELLO E GILBERT, 2013, p. 76-86). A terceira abordagem é sobre o seu uso como ferramentas de alienação e desumanização. A crítica ao projeto manipulador dessas técnicas que se apresentam como instrumentos de uma roupagem social que, por meio do tecnicismo, retira a subjetividade dos atores sociais (CHIAPELLO E GILBERT, 2013, p. 89-94).

Por fim, a *city* por projetos, ordem de justiça calcada na representação de um mundo em rede, ao incorporar ao mesmo tempo a exigência de autenticidade (como garantia da validade das relações pessoais nas quais se baseiam os dispositivos de trabalho) e a desqualificação da autenticidade em proveito da exigência de adaptabilidade, incorpora assim uma das principais tensões que habitam um mundo em rede. Assim concluem Boltanski e Chiapello:

Em certos aspectos, a cidade por projetos mostra-se como tentativa de superar essas dificuldades, não fazendo que a tensão deixe de existir, pois ela lhe está incorporada, mas tentando suprimir seu caráter problemático. Essa cidade, de fato, supostamente deve eliminar a questão da autenticidade, reduzindo-a a simples exigências interacionais que não devem, obrigatoriamente enraizar-se num eu profundo por elas revelado. Mas, com isso, o que está em jogo na instauração da cidade por projetos é considerável. Vimos que, sobre a questão da justiça, essa cidade se apresentava ao mesmo tempo como regulamentação do mundo connexionista e legitimação da maioria de suas características. Sobre a questão da autenticidade, está em jogo a legitimação de uma nova separação entre as esferas governadas pelo interesse e as reguladas pelo desinteresse, ou seja, um deslocamento das fronteiras entre aquilo que pode ser mercantilizado e aquilo que não pode (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 468).

4. CAPÍTULO 3 - QUEM GOVERNA?

Maringá é uma cidade média com uma população estimada para 2020 em pouco mais de 430 mil habitantes (IBGE, 2020). É a sede de uma região metropolitana com cerca de 1,5 milhão de moradores, polo de serviços nas áreas da saúde, educação superior e tecnologia, reforçada por um cinturão agrário altamente especializado no agronegócio.

Como observado no quadro abaixo, o crescimento populacional de Maringá se mantém na média, cerca de 21%, há quase trinta anos. É um número ótimo, em se tratando de uma cidade de porte médio, mas também é um resultado natural do processo de urbanização verificado no norte e noroeste do Estado do Paraná.

Quadro 2
População de Maringá – 1991 – 2020

1991	2000	2010	2020 (estimada)
240.135	288.653	357.077	430.157
Crescimento	20,2%	23,7%	20,4%

Fontes: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010; IBGE, População estimada 2020

No início década de 1990, segundo o que é amplamente divulgado pela Acim e pelo Codem, a cidade estava vivendo uma estagnação econômica, com o fechamento de várias empresas; profissionais formados na única universidade estavam indo trabalhar em outros centros e uma polarização política prejudicava a atração de novos investimentos pelas incertezas sobre qual grupo ocuparia o poder. A constatação era de:

Em meados da última década do século passado, a cidade de Maringá apresentava nítidos sinais de perda do dinamismo econômico, refletido na estagnação do crescimento econômico. Para uma cidade que historicamente experimentava taxas de crescimento expressivo, uma estagnação econômica gera sobre os agentes econômicos impactos psicológicos semelhantes aos de uma recessão econômica (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 8).

De acordo com o discurso produzido pela classe empresarial (GINI, 2007) somava-se a esse quadro, uma conjugação de fatos econômicos que foram se seguindo e intensificando os seus efeitos sobre a região, destacando-se a abertura econômica promovida pelo Governo Collor, a efetiva implantação e funcionamento do Mercosul e a âncora cambial criada pelo Plano Real. De 1990 a 1996 Maringá estava em patamar de quase estagnação econômica, com o agravamento da redução da renda *per capita* em termos reais.

Por iniciativa da Acim²², algumas lideranças empresariais locais desta entidade e da Coordenadoria Regional da Federação das Industriais do Estado do Paraná – Fiep, começaram, num círculo muito restrito, a se questionar se lhes caberia algumas atitudes de modo a interferir no processo para reverter a situação. “Inicialmente as questões que se colocavam eram do tipo: o que está acontecendo? Por que as coisas parecem estar parando? O modelo econômico se esgotou? O que podemos fazer? Como fazer?” (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 8).

Além dos aspectos econômicos, havia uma crítica de que a classe política²³ não tinha condições de liderar um processo que recolocasse Maringá de volta aos trilhos²⁴ do desenvolvimento econômico. A constatação era que:

[...] Maringá, assim como ocorre com a maioria das cidades brasileiras, não possuía uma estrutura organizada da sociedade civil. Maringá apresentava e apresenta uma grande quantidade de entidades representativas de vários segmentos da sociedade. No entanto, cada uma dessas entidades tinha seus próprios objetivos a perseguir e excepcionalmente um compromisso ou comprometimento mais amplo com os destinos da cidade. Ou seja, não havia um instrumento ou sistema de articulação entre esses vários organismos de modo que definissem e assumissem compromissos comuns relacionados ao futuro de Maringá (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 8).

Esse grupo restrito, com o discurso de que era preciso uma movimentação das organizações do setor produtivo local, sem esperar a classe política, ampliou as discussões para envolver essas entidades.

Novos líderes e dirigentes de outras entidades foram convidados para discutir a matéria. O círculo de discussão tomou corpo e começou a atrair mais entidades interessadas em discutir as questões. A perplexidade de um lado e o elevado grau de resposta de outro, demonstrado pelos vários segmentos de liderança, levaram a ACIM e a FIEP a organizar um processo ordenado de discussão, de consulta e de formulação de propostas. Nasce, então, o Movimento Repensando Maringá (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 9)

Embora essas lideranças se reunissem desde abril daquele ano, somente em julho é que o Movimento seria lançado oficialmente por meio da Revista ACIM, periódico da Associação Comercial de Maringá. Em nossa dissertação de mestrado, publicada em segunda edição em

²² A Acim foi uma das primeiras entidades do gênero do interior do Estado, rivalizando com a entidade de Londrina. Inicialmente denominava-se Associação Comercial e Industrial, porém nos anos 2000 mudou para Associação Comercial e Empresarial, para poder abarcar todo o setor empresarial local.

²³ Nos apropriamos aqui e nos apontamentos seguintes do conceito de classe política conforme Max Weber, ou seja: “todos os que vivem não somente para a política, mas da política, o que significa dizer que a atividade política se torna sua profissão” (RODRIGUES, 2006, p. 33).

²⁴ “Voltar aos trilhos” era uma alusão ao período em que a cidade mais se desenvolveu, motivada pela chegada da Estrada de Ferro no final dos anos 1950.

2011, contamos em detalhes a história e os desdobramentos dessa atuação política do empresariado que resultou no primeiro planejamento estratégico elaborado de acordo com os modelos da gestão empresarial, o plano Maringá 2020 (GINI, 2011). Constituído oficialmente o Movimento, começaram uma série de reuniões para a discussão e acolhimento de propostas sobre o futuro da cidade. De acordo com seus idealizadores,

Esse trabalho levou mais de um ano²⁵, consistindo na realização de 105 eventos setoriais, de modo a ouvir e arrolar propostas e contribuições da quase totalidade da segmentação da sociedade organizada. Em cada setor e em cada segmento eram colhidas percepções, interpretações e diferentes abordagens para se enfrentar o problema. No entanto, passou a ser cada vez mais comum a percepção de que a sociedade, notadamente aquela organizada em entidades representativas, não podia mais encarar os problemas da cidade como fossem problemas a serem resolvidos **somente pelas autoridades constituídas**. Passou-se a entender que **à sociedade organizada não só cabia o papel de definir o futuro de sua cidade** como também de se comprometer com a sua construção, constituindo-se em elemento coparticipante do processo juntamente com as autoridades constituídas (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 10, grifos nossos).

Tornou-se muito comum na época uma comparação entre o que a classe política estava fazendo pela cidade e o que os empresários estavam propondo. Inclusive, alguns projetos do Executivo municipal eram criticados pelo fato de não serem adequados para a vocação econômica da cidade e por terem fins eleitoreiros. Por sua vez, a Acim como entidade líder do Movimento defendia que os empresários estavam conseguindo “novas conquistas” para Maringá:

Como resultado do movimento Repensando Maringá, várias conquistas de grande valor podem ser computadas, destacando-se as seguintes:

- a) A disponibilização de um documento, o MARINGÁ 2020, que consolidava as propostas de desenvolvimento para Maringá e que refletia a vontade da maioria dos representantes de entidades, instituições e representações políticas;
- b) **A organização da sociedade**, talvez o resultado mais significativo, a qual passou a ter objetivos comuns a perseguir;
- c) O comprometimento da **sociedade civil organizada** com a definição e a construção do futuro da cidade (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 10, grifos nossos).

É importante destacar que quando a entidade fala que o documento “refletia a vontade” do grupo empresarial e instituições e de que “a sociedade civil organizada” estava

²⁵ Há um equívoco nesta informação. De fato, as reuniões setoriais ocorreram de julho a setembro de 1996, pouco menos de três meses!

comprometida com o futuro da cidade, em nenhum momento foram ouvidos os movimentos sociais e, sequer, os próprios moradores o que poderia ser feito por intermédio de uma ampla pesquisa, por exemplo.

Como veremos ainda neste trabalho, o plano Maringá 2020 deu origem ao documento “O que Maringá espera do próximo governo”, uma série de propostas dos empresários para o novo prefeito da cidade que seria eleito no pleito daquele ano. A tradução do termo “o que Maringá espera do próximo governo” era na verdade “o que os empresários de Maringá esperam do próximo governo”.

No dia 23 de agosto de 1996, 41 dias antes das eleições municipais a Acim reuniu os nove candidatos a prefeito para apresentar-lhes as propostas do Movimento. Em linhas gerais, todos os candidatos se comprometeram, em maior ou menor grau, a assumirem os projetos apresentados. O presidente da Acim na época, o empresário da construção civil, Hélio Costa Curta, manifestou-se pela revista da entidade:

Se eu fosse candidato, adotaria os projetos do Repensando. Afinal, as premissas do Movimento satisfazem os anseios dos eleitores e, claro, da população. O documento contempla todos os setores básicos, desde o emprego, passando pela saúde, educação, até a cultura. Os projetos estão à disposição de todos (COSTA CURTA apud GINI, 2011, p. 117).

Após conseguir o apoio do poder executivo municipal, o Movimento Repensando Maringá reestruturou o projeto para a viabilização do Conselho de Desenvolvimento de Maringá – Codem que havia sido criado por lei municipal em 10 de fevereiro de 1993, mas que ainda não havia sido regulamentado. Junto com o Conselho propunham um Fundo Municipal de Desenvolvimento que seria gerido pelo próprio Codem.

Os empresários, utilizando o discurso de que falavam em nome da “sociedade civil organizada” iniciaram um longo debate com o prefeito da época, Said Ferreira (PMDB), para que ele enviasse um projeto de lei para a Câmara Municipal recriando o Conselho e instituindo o Fundo. Sem ver o seu candidato à prefeitura com chances reais de vencer a eleição daquele ano, o prefeito cedeu às pressões dos empresários e encaminhou para a Câmara os projetos de lei. O presidente do legislativo municipal era o engenheiro civil José Carlos Valêncio²⁶ que imediatamente colocou na ordem do dia os projetos. Sem discussões ou emendas foram

²⁶ José Carlos Valêncio era o vice-presidente da Câmara. Estava no cargo porque o presidente havia se licenciado para disputar a Prefeitura. Em 2000, quando já não era mais vereador, Valêncio ingressou na diretoria da Acim.

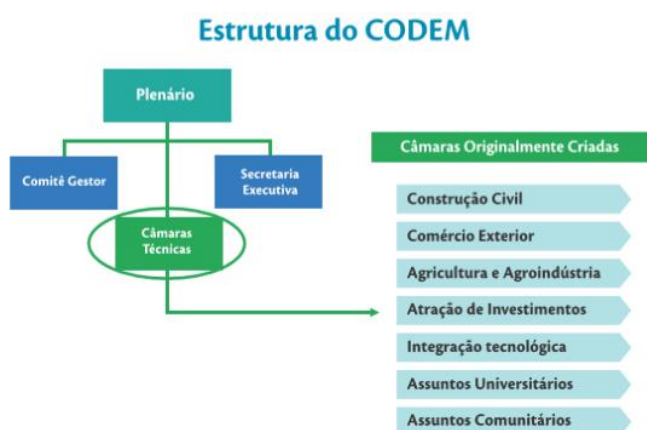
aprovados por unanimidade a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico²⁷.

É importante registrar que quando os projetos foram encaminhados à Câmara para apreciação e votação, o presidente do legislativo em entrevista ao jornal O Diário, em 4 de setembro, assim se manifestou: “nós notamos que os líderes do movimento não têm interesses pessoais, mas sim comunitários. Não vemos uma pessoa à frente da iniciativa. É toda comunidade que está envolvida e por isso a iniciativa tem todo apoio do Legislativo” (VALÊNCIO apud GINI, 2011, p. 119). Percebe-se que o discurso de que o empresariado falava por toda a comunidade também acabou sendo assimilado pelos poderes públicos constituídos.

Em 15 de maio de 1997, já sob a gestão do novo prefeito Jairo Gianoto (PSDB), foi oficializado o Codem com a posse de sua diretoria e câmaras técnicas em evento que contou com a presença do governador do Estado, Jaime Lerner (PSDB) e mais de 500 convidados, a maioria representantes do empresariado local. O Codem ficou como o órgão responsável em propor as políticas de desenvolvimento e “transformar a cidade em uma empresa bem estruturada e que pudesse ter uma capacidade de inovação para gerar riqueza e renda aos seus moradores” (GINI, 2011, p. 148).

O primeiro presidente do Codem ficou sendo o secretário municipal de Indústria e Comércio, o empresário do ramo de confecções Miguel Fuentes Salas; o vice-presidente foi o empresário do setor supermercadista, Jefferson Nogaroli, e o secretário foi o ex-reitor da Universidade Estadual de Maringá, Paulo Roberto Pereira da Costa. A primeira estrutura organizacional do Codem, conforme a lei 4275/96, foi a seguinte, conforme a abaixo:

Figura 1
Estrutura do Codem - 1997



Fonte: CIDADES INOVADORAS, 2011

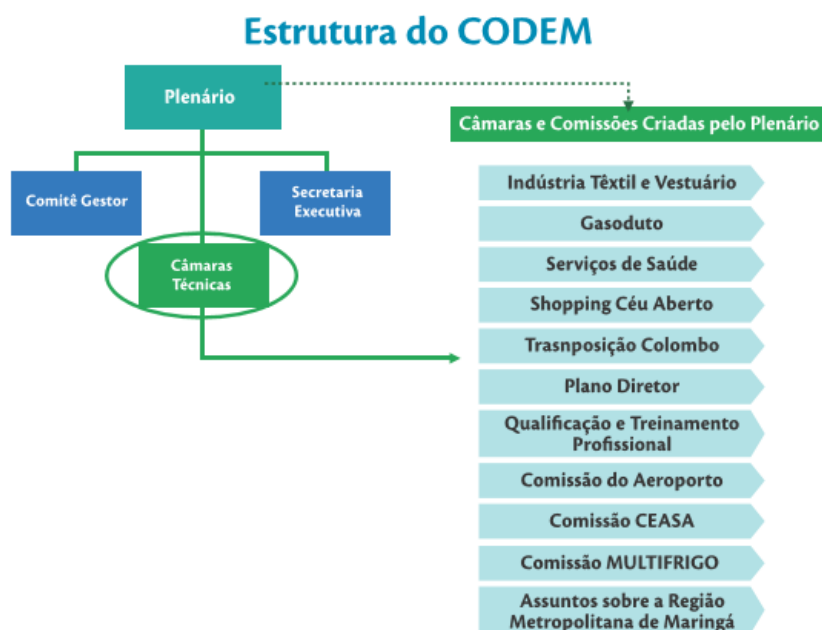
²⁷ O Codem foi instituído pela lei municipal nº 4275/96, com competência deliberativas e consultivas, tendo sido revogada a lei anterior, de 1993. O Fundo foi criado pela lei nº 4274/96, dando ao Codem a competência para gerenciá-lo.

Nesta configuração o plenário do Codem era formado por quatro representantes da Acim, três representantes da Fiep; pelo prefeito e três secretários municipais; representante do Sinduscon-Nor, representante do Secovi, representante da Apras; pelo reitor da UEM, representante do Sebrae; representante da Sociedade Rural; representante do Sindicato Rural Patronal; representante de todos os sindicatos patronais; representante do sindicato dos trabalhadores no comércio, indústria e agricultura; representante dos veículos de comunicação e representante dos profissionais liberais, totalizando 22 cadeiras.

Nas sete câmaras técnicas atuavam os demais representantes da chamada sociedade civil organizada, com cerca de 15 cadeiras cada, totalizando mais 105 participantes. O comitê gestor, todo ele voluntário, era formado por presidente, vice e secretário, indicados pela Acim. A única exceção ficou para o primeiro mandato, cujo presidente foi indicado pelo prefeito. Como era esperado, nenhum movimento social ou entidade de representação de moradores ou de defesa dos direitos de minorias foi convidado a fazer parte do Codem nesta sua primeira estrutura. O predomínio empresarial foi total ao lado do Poder Executivo.

Essa composição do Codem perdurou até 2008, quando por ocasião da comemoração dos primeiros 10 anos, houve uma recomposição do seu plenário e de suas câmaras técnicas, ampliando para novas organizações de representação do interesse empresarial, mas tendo sempre como a principal entidade a Associação Comercial (figura 2). Esse período também marca o lançamento do segundo planejamento estratégico, o plano Maringá 2030, cuja reunião de elaboração aconteceu em julho de 2007.

Figura 2
Estrutura do Codem – 2008/2014



Fonte: CIDADES INOVADORAS, 2011

Nesta nova estrutura organizacional, o plenário do Codem passou a contar com 160 entidades ou organizações representadas, número que somado com os membros das câmaras técnicas e comissões especiais criadas, com titulares e suplentes, chegou ao total de 358 membros. Destaca-se a inclusão de sindicatos de trabalhadores e de associações de profissionais autônomos, além da Federação das Associações de Bairros – Feabam, igrejas e clubes de serviços.

A presença da Feabam, ao contrário do que possa sugerir, não significava a presença dos representantes dos movimentos sociais por moradia no Codem. A entidade representativa dos bairros havia sido criada pela Prefeitura alguns anos antes e sempre foi controlada ora pelo Executivo ora pelo Legislativo.

No quadro a seguir é possível verificar todas as entidades e organizações que passaram a fazer parte e estarem representadas no Codem.

Quadro 3
Composição das entidades representadas no Codem - 2008-2014

Entidades ou organizações	
1. 5º. Grupamento de Bombeiros	2. Cooperativa de Assistência Odontológica - Uniodonto
3. Aeroporto Regional de Maringá – SBMG	4. Faculdade Metropolitana de Maringá – Unifamma
5. América Latina Logística - ALL	6. Cooperativa Agroindustrial – Cocamar
7. Arquidiocese de Maringá	8. Conselho Regional de Farmácia
9. Associação Comercial de Maringá - ACIM	10. Conselho Nacional de Leigos – CNL
11. Associação das Micro e Pequenas Empresas de Maringá e Região	12. Federação das Associações de Bairros – Feabam
13. Associação dos Criadores de Avestruz	14. Faculdade Cidade Verde
15. Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá	16. Coordenadoria das Associações Comerciais do Norte e Noroeste do Paraná – CACINOR
17. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá	18. Centro Tecnológico de Maringá
19. Associação dos Farmacêuticos de Maringá	20. Conselho Municipal de Agricultura
21. Associação dos Fisioterapeutas de Maringá	22. Cooperativa de Produtores Agropecuaristas do Paraná – Multifrigo
23. Associação dos Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do PR	24. Delegacia Regional da Receita Estadual
25. Associação dos Profissionais de Propaganda de Maringá	26. Federação das Indústrias do Estado do Paraná
27. Associação dos Piscicultores do Norte do Paraná	28. Fundação Tecnópolis de Maringá
29. Associação Maringaense de Criadores Suínos	30. Faculdades Maringá
31. Associação Maringaense de Imprensa	32. Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel
33. Associação Maringaense de Odontologia	34. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná – Emater
35. Associação Maringaense dos Criadores de Ovinos	36. Delegacia da Receita Federal - Maringá
37. Associação Maringaense dos Engenheiros Agrônomos	38. Departamento de Estradas de Rodagem – DER
39. Associação Paranaense das Empreiteiras de Obras Públicas	40. Empresas da Mídia

41. Associação Paranaense de Supermercados – Regional Noroeste	42. Estação Aduaneira Interior de Maringá – Porto Seco
43. Banco do Brasil	44. Fundação dos Rotarianos de Maringá
45. Brasil Telecom S/A	46. Global Village Telecom – GVT
47. Caixa Econômica Federal	48. Hospital e Maternidade Santa Casa de Misericórdia
49. Câmara Municipal de Maringá	50. Hospital do Câncer de Maringá
51. Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA	52. Hospital e Maternidade Maringá
53. Centro de Integração Empresas Escola – CIEE	54. Hospital Paraná
55. Centro Universitário de Maringá – Cesumar	56. Hospital Santa Rita
57. Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar	58. Instituto Mercosul
59. Companhia Paranaense de Energia – Copel	60. Instituto Ambiental do Paraná – IAP
61. Conselho da Mulher Empresária e Executiva – ACIM Mulher	62. Instituto de Pesos e Medidas do Paraná – IPEM
63. Conselho Municipal do Trabalho	64. Instituto para o Desenvolvimento Regional – IDR
65. Conselho Municipal do Turismo	66. Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar
67. Conselho Permanente do Jovem Empresário de Maringá	68. Incubadora Tecnológica de Maringá
69. Conselho Regional de Administração – CRA	70. Junta Comercial do Estado do Paraná – Jucepar
71. Conselho Regional de Economia – Corecon	72. Lions Clube
73. Conselho Regional de Enfermagem – Subseção Maringá	74. Lions Clube Maringá Catedral
75. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	76. Lions Clube Maringá Coral
77. Conselho Regional de Fonoaudiologia	78. Loja Maçônica 9 de Julho
79. Conselho Regional de Medicina	80. Loja Maçônica Justiça de Maringá
81. Conselho Regional de Odontologia	82. Loja Maçônica Obreiros Adonirhanitas
83. Conselho Regional de Psicologia	84. Loja Maçônica Terceiro Milênio
85. Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI	86. Loja Maçônica Getúlio Pereira Salerno
87. Cooperativa de Assistência Médica - Unimed	88. Lions Clube Maringá Helen Keler
89. Lions Clube Maringá Centro	90. Lions Clube Maringá UEM
91. Lions Clube Maringá Cristal	92. Lions Clube Maringá Cidade Canção
93. Loja Maçônica 14 de Julho	94. Lions Clube Maringá Pioneiros
95. Loja Maçônica Cinquentenário	96. Loja Maçônica 21 de Abril
97. Loja Maçônica Paz e Amor	98. Loja Maçônica Frederico C. Biscaia
99. Loja Maçônica Terra Brasilis	100. Loja Maçônica Pedro Mora
101. Loja Maçônica <i>Vera Lux</i>	102. Loja Maçônica <i>Virtus et Labor</i>
103. Maringá e Região Convention & Visitors Bureau	104. Rotary Clube Maringá Leste
105. Núcleo Regional de Educação	106. Rotary Clube Maringá Catedral
107. Ordem dos Advogados do Brasil – Maringá	108. Rotary Clube Maringá Aeroporto
109. Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá	110. Rotary Clube Maringá Colombo
111. Paraná Assistência Médica – PAM	112. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
113. Pontifícia Universidade Católica do PR – Campus Maringá	114. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
115. Prefeitura Municipal de Mandaguaçu	116. Secretaria Municipal de Transportes
117. Prefeitura Municipal de Maringá	118. Rotary Clube Maringá Norte
119. Prefeitura Municipal de Paçandu	120. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura
121. Procuradoria Geral do Município de Maringá	122. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Planejamento
123. Profissionais Liberais	124. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
125. Rodovias Integradas do Paraná - VIAPAR	126. Secretaria Municipal da Saúde
127. Rotary Clube de Maringá	128. Secretaria Municipal da Fazenda
129. Rotary Clube Maringá Alvorada	130. Serviço de Apoio à Pequena Empresa – SEBRAE
131. Rotary Clube Maringá Horto	132. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

133. Rotary Clube Maringá Sul	134. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
135. Rotary Clube Maringá Velho	136. Sindicatos Patronais
137. Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Noroeste do Paraná – Sinduscon	138. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Maringá
139. Sindicato das Indústrias do Vestuário de Maringá – Sindinvest	140. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá
141. Sindicato do Comércio Varejista de Maringá e Região – Sivamar	142. Sindicato Rural de Maringá
143. Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria da Confecção de Roupas de Maringá	144. Sindicato dos Condomínios e Imobiliárias – SECOVI
145. Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Estado do Paraná – Sinepe	146. Sistema Público de Emprego – Sempre
147. Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Maringá	148. Sociedade Médica de Maringá
149. Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maringá – Sindhotel	150. Sociedade Rural de Maringá
151. Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná	152. Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá
153. Sindicato dos Médicos de Maringá	154. Serviço Social do Comércio – SESC
155. Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá – Sinteemar	156. Universidade Estadual de Maringá – UEM
157. Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos dos Serviços de Saúde em Maringá	158. Unidade de Ensino Superior Ingá – Uningá
159. Veículos de Comunicação	160. Vivo – Global Telecom S/A

Fonte: CIDADES INOVADORAS, 2011

É importante verificar que as diversas entidades e organizações que passam a fazer parte do plenário do Codem e que, conseqüentemente, avalizam a sua ação política, constituem uma ampla rede com conexões das mais variadas, algumas, inclusive eram empresas multinacionais como a América Latina Logística – ALL²⁸, responsável por trens de cargas em diversos ramais ferroviários do Brasil e da Argentina, e como a Global Village Telecom – GVT²⁹, empresa de telefonia fixa de capital holandês e norte-americano.

A terceira e mais profunda alteração na composição do Codem se deu a partir de 2014 (figura 3) com a criação do Conselho Gestor do Projeto Masterplan Metrópole Maringá 2047. A iniciativa desse planejamento foi projetar as linhas mestras de desenvolvimento da cidade para até 2047, ano em que Maringá completará o seu centenário³⁰. Foi contratada a empresa de

²⁸ A ALL operou a mais extensa malha ferroviária da América do Sul, sendo detentora de concessões em uma área de cobertura que alcançava 75% do PIB do Mercosul. Em abril de 2015, a companhia foi absorvida pela Rumo Logística como resultado do processo de fusão entre as duas empresas.

²⁹ A GVT foi uma operadora de telecomunicações brasileira encerrada em 2016, após ser comprada pela Telefônica Brasil S/A, a operadora Vivo. Surgiu em 2000 como resultado de um consórcio formado pela holandesa Global Village Telecom e as norte-americanas ComTech Communications Technologies e RSL.

³⁰ Embora tenha se emancipado em 1952, Maringá comemora como data de sua fundação o dia 10 de maio de 1947, data em que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná lançou a sua pedra fundamental.

consultoria de rede multinacional, a PwC³¹, uma das maiores do mundo, e tomada como base orientativa o plano Barcelona 2000 no qual a consultoria também tomou parte com a sua conexão espanhola na época.

Figura 3

Estrutura do CODEM e participação da sociedade civil



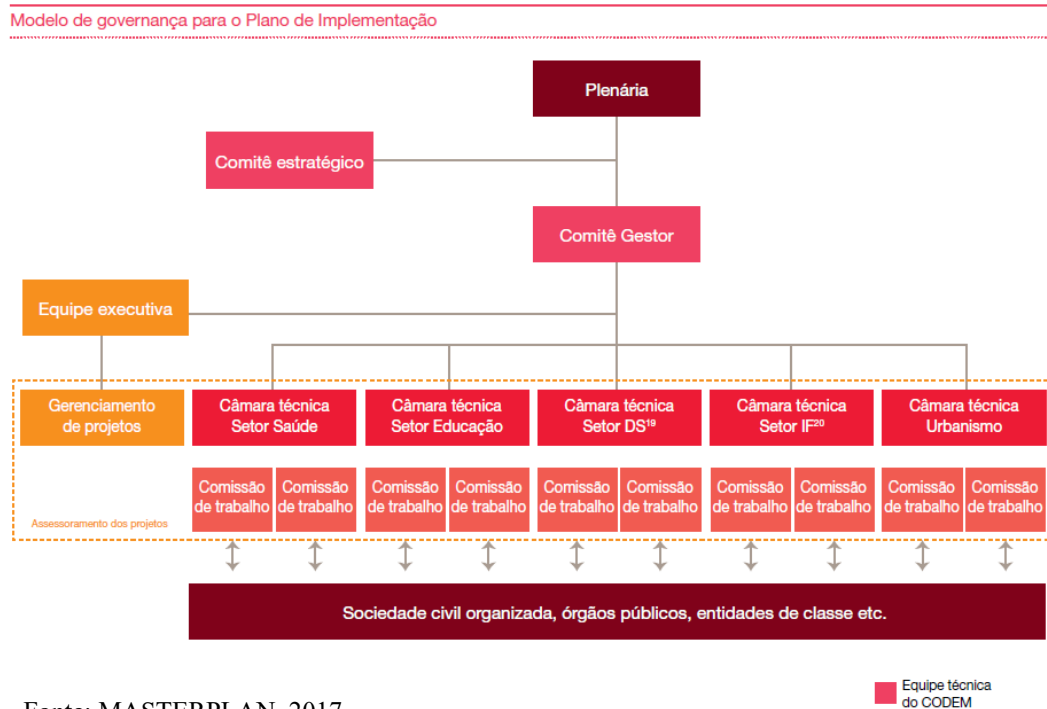
Fonte: MASTERPLAN, 2017

O Projeto Masterplan não realizou um novo planejamento estratégico, mas atualizou o planejamento anterior, Maringá 2030, por meio de técnicas e ferramentas da gestão empresarial. Foi oficialmente lançado em 2017 com a nova composição do Codem.

Utilizando o organograma, outra das ferramentas da gestão empresarial (figura 4), a estrutura de governança do Codem, com seus comitês e câmaras técnicas ficou assim definido:

³¹ A PwC era anteriormente conhecida como PricewaterhouseCoopers, que teve o nome mudado em 2010. A PwC está presente em 158 países e territórios e é considerada uma das quatro maiores empresas de consultoria do mundo.

Figura 4



Fonte: MASTERPLAN, 2017

Verificou-se nessa nova modelagem da estrutura organizacional do Codem uma significativa diminuição dos participantes de seu plenário. Das 60 entidades ou organizações que somavam mais de 300 pessoas, passou-se para apenas as 22 cadeiras originais, sendo dezoito para as entidades de classe e quatro para o poder público (figura 5). Todavia, a força da Acim na estrutura do Conselho continuou sendo a mais significativa, pois é ela quem define quem são os dezoito membros representantes de entidades da classe empresarial que assumirão o mandato.

Percebe-se que com o enxugamento proposto pela consultoria PwC, clubes de serviços, igrejas, sindicatos de empregados e a própria Feabam deixaram de participar do plenário do Codem. Essa estratégia alijou completamente qualquer aproximação com movimentos sociais ou entidades de representação de consumidores, usuários de serviços públicos e representantes dos bairros.

Também houve a criação do comitê estratégico formado por todos os ex-presidentes do Codem além de sua mesa diretora e líderes estratégicos formalmente convidados. Com isso, a Acim também controla a mesa diretora e o comitê estratégico. O modelo de governança foi desenvolvido de acordo com as estruturas já existentes do Codem. Foram redefinidas as câmaras técnicas (restando apenas uma, a de Urbanismo) e identificados quatro setores-chave para a cidade (saúde, educação, desenvolvimento de sistemas e a de intermediação financeira)

que passaram a ocupar a estrutura já utilizado pelo Conselho. Também foi criada a área de gerenciamento de projetos (PMO, na sigla em inglês), não usual na organização anterior, com a proposta de proporcionar melhor gestão das atividades das câmaras técnicas, conforme a composição abaixo:

Figura 5
Matriz de participação e responsabilidade do Codem – 2017

	<i>Participantes</i>	<i>Responsabilidades</i>	<i>Periodicidade de reuniões</i>
Plenária	• 22 cadeiras • 18 para entidades de classe • 4 para poder público	• Criação das câmaras técnicas setoriais de acordo com o Plano Socioeconômico de Maringá. • Definir os representantes de cada câmara técnica. • Deliberar sobre assuntos estratégicos.	• Reuniões mensais
Comitê Gestor	• Mesa diretora do CODEM	• Coordenar a criação das câmaras técnicas.	• Reuniões a cada 15 dias com os líderes das câmaras técnicas
Comitê Estratégico	• Mesa diretora do CODEM • Ex-presidentes do CODEM • Líderes estratégicos	• Apoiar a criação das câmaras técnicas por meio da sugestão de representantes e modelos de governança.	• Sob demanda
Secretaria CODEM	• Equipe executiva	• Apoiar o Comitê Gestor na organização e coordenação da criação das câmaras técnicas.	• Contínuo

Fonte: MASTERPLAN, 2017

Devemos destacar que não é surpresa que a única câmara técnica mantida tenha sido a de Urbanismo. Henri Lefebvre em seus trabalhos acerca do fenômeno urbano, já havia salientado que o urbanismo “está entre as instituições e saberes que bloqueiam o advento de uma sociedade urbana plenamente livre e democraticamente densa” (COLOSSO, 2016). O filósofo e sociólogo francês destaca que em torno do urbanismo se constituiu um “mito da tecnocracia”, ocultando o fato de que este saber incorpora, ou pelo menos compartilha, de uma racionalidade abstrata, cujos fundamentos sociais remetem ao Estado e à indústria. Lefebvre também aponta para um “déficit sociológico do urbanismo que não compreende o espaço enquanto socialmente produzido e, ainda, evidencia em que medida o urbanismo reproduz as tendências à segregação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano” (LEFEBVRE, 1991).

Por fim, utilizando-se das ferramentas de gestão do planejamento estratégico, na visão de Boltanski, ou da tecnocracia, segundo Lefebvre, o Codem definiu a sua missão e visão para nortear suas ações até 2047. A missão do Conselho foi definida como “promover o

desenvolvimento econômico sustentável mediante a articulação da **sociedade civil organizada** e dos poderes constituídos” (MASTERPLAN, 2017, p. 213, grifo nosso). Como visão a ser perseguida até lá ficou:

Tornar-se a melhor metrópole do interior do Brasil, com elevada qualidade de vida, sendo referência nacional em atividades econômicas de alto valor agregado, **com potencial de internacionalização**, e com nível de integração da **sociedade civil organizada** com a gestão pública comparável ao das melhores cidades do mundo (MASTERPLAN, 2017, p. 12, grifos nossos).

Embora Maringá não seja uma cidade global como Barcelona, como vimos no capítulo 2 desta tese, o engajamento empresarial em torno do seu planejamento estratégico vislumbra uma “internacionalização” da cidade, especialmente em atividades econômicas de “alto valor agregado”, como acontece com as grandes cidades globais e suas redes telemáticas. Não nos parece que os empresários e o grupo de intelectuais orgânicos que sustentam o seu projeto hegemônico (GINI, 2011) desconhecem que Maringá está muito mais propensa e dependente das políticas econômicas nacionais, sejam elas monetárias ou tributárias. Contudo, faz parte do discurso ideológico da dominação gestonária descolar a cidade do Estado nacional e posicioná-la no quadro competitivo das grandes cidades globais, cada vez mais dependentes das ferramentas de gestão corporativas para as disputas mercantis (BOLTANSKI, 2013).

Retornaremos a discutir as ações do Codem e os seus desdobramentos quando nos concentrarmos nos planejamentos estratégicos, Maringá 2020, Maringá 2030 e Maringá 2047. Também neste momento, avaliaremos a passagem das categorias de justificação das ações sociais da *cité* mercantil para a *cité* por projetos conforme Boltanski e Chiapello (2009). Antes, porém, é importante destacar quem são os atores que estão em cena, desde a criação do Codem e quais as suas conexões e como interagem nesse mundo em rede.

4.1. A elite estratégica comanda

A classe empresarial por si só não é um agente político consciente de seus interesses e organizado para a ação. Para tanto, ela tem no Codem uma organização cuja função objetiva é permitir a sua coesão de formação social, conforme apontam Perissinoto e Codato (2009, p. 258). Mas, anterior à essa organização, os atores de nossa pesquisa operam no nível da instituição, conforme Boltanski (2009). Neste sentido, em todos os textos e documentos oficiais do Codem e da Acim aparece o termo “sociedade civil organizada”. Será esta sociedade, embora não tenha um corpo ou uma existência física e que dificilmente poderá ser explicada em termos

teóricos, que produzirá o discurso jurídico que constrói a realidade das operações dos atores envolvidos. Segundo Boltanski (2009, p. 13) a instituição – no caso aqui a sociedade civil organizada – é a que confere realidade ao mundo em rede. É por esta realidade que os agentes serão qualificados e terão seus valores relativos definidos, sempre por meio de provas de justificação e legitimação, que em nosso caso derivam da gramática das *cités*, da *cit*é mercantil para a *cit*é por projetos.

Qualificando então os agentes, vemos que a classe empresarial representada por sua organização-mãe, a Acim, é a classe dominante. Esses agentes pertencem a setores diferentes da economia local como o comércio varejista, a prestação de serviços, pequena indústria e a de profissionais liberais. Constituem o que se convencionou ser chamado de microempresários e empresários de pequeno e médio porte. Com isso, temos uma definição mais precisa do que e de quem estamos falando. Por isso, quando nos propomos a analisar uma ação política coletiva, falamos também da união desses setores econômicos diversos para defender interesses institucionais (COSTA, 2015, p. 226). De acordo com Costa (2003, p. 38) “a situação econômica continua sendo decisiva para a definição dos interesses, dos padrões e dos formatos institucionais de sua ação política, e esta é constitutiva de sua existência enquanto grupo social”. Quando falamos da entidade onde esses empresários estão organizados, enfatizamos também a relação entre a existência econômica e o processo de ação e representação política. Nesse sentido, “as entidades representativas são parte do ponto fundamental da pesquisa, a elite de classe [estratégica], pois é nelas onde, de um lado, estão combinados os aspectos econômicos com aqueles de caráter social e principalmente político, e, de outro, se dão processos que são complexos, porém, fundamentais” (COSTA, 2003, p. 39).

Nem todos os empresários associados da Acim fazem parte do Codem, mas estão representados enquanto parte da instituição por eles chamada de sociedade civil organizada. Na tabela 1 é possível verificarmos o tamanho dessa classe empresarial representada por suas empresas, uma vez que a entidade não associa pessoas físicas.

Tabela 1
Empresas associadas à Acim

Ano	Associados
1996	1.200
2000	2.200
2004	3.000
2008	3.550
2012	3.947
2016	4.448
2020	5.100

Fonte: ACIM, 2020

O exponencial crescimento da entidade nos últimos 24 anos (325%) demonstra a força da Acim em termos de órgão representativo da classe empresarial. Em Maringá, nenhum outro órgão de representação, seja ele patronal ou de livre filiação, possui tamanha expressividade. Aliás, em termos proporcionais, levando em conta o número de empresas registradas na cidade e o número de associados, a Acim é maior do que as suas irmãs mais velhas, a Acil – Associação Comercial de Londrina e a ACP – Associação Comercial do Paraná, de Curitiba. Por conta dessa expressividade, nos últimos vinte anos dois empresários maringaenses, Jefferson Nogaroli e Marco Tadeu Barbosa³², comandaram a Federação das Associações Comerciais do Paraná – Faciap por oito anos e um outro, Adilson Emir Santos, foi seu vice-presidente por quatro anos. Ou seja, desses vinte anos, em doze deles a Faciap teve como seus principais dirigentes empresários maringaenses. Outra informação relevante para essa análise é que o atual presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Fiep é o empresário Carlos Walter Martins Pedro, vice-presidente da Acim por mais de vinte anos e um dos fundadores do Codem.

Na tabela 2 apresentamos a composição atual do quadro de associados da Acim, onde se verifica a participação relevante dos prestadores de serviços (quase 20%). Nesse grupo, encontram-se as empresas dos setores de serviços de educação, saúde, intermediação financeira e desenvolvimento de sistemas informatizados, muitos dos quais serão recrutados para compor a elite estratégica que comandará o Codem e, por consequência, as políticas de desenvolvimento da cidade.

Tabela 2
Composição do quadro associativo da ACIM em 2020 *

Segmento	Associados	Percentual
Comércio varejista e lojista (inclui os shoppings)	3.114	61,05%
Prestadores de serviços	1.006	19,72% ³³
Indústrias	190	3,72%
Profissionais liberais	478	9,37%
Supermercados e distribuidoras de alimentos	312	6,11%
Total	5.100	100%

Fonte: ACIM, 2020

* Associados até setembro de 2020

³² Marco Tadeu Barbosa, empresário do ramo imobiliário em Maringá, é o atual presidente da Faciap cujo mandato termina em dezembro de 2020.

³³ Em nossa dissertação de Mestrado (GINI, 2007) destacamos que, embora o setor do comércio lojista e varejista seja o mais expressivo da Acim, foi o setor de serviços quem comandou os projetos que levaram à hegemonia da entidade no Codem. Também é importante destacar que a elite estratégica aqui estudada é composta de empresários que detêm empresas dos setores comerciais, industriais e de serviços, sendo que grande parte deles atua nos três segmentos.

Como nem todos os empresários participam das decisões do Codem, ainda mais com a diminuição que houve em sua plenária com a reorganização promovida pelo Projeto Masterplan, identificamos que desde a sua origem foi formada uma elite estratégica que tomou à frente dos processos de justificação e que ainda mantém o nível das legitimações desse mundo em rede. Não é difícil identificar essa elite estratégica pelo simples fato de que é ela quem estampa as reportagens sobre o desenvolvimento econômico de Maringá, é ela quem negocia diretamente com o poder executivo e é ela quem constrói a identidade da sociedade civil organizada. No quadro 4 identificamos, inicialmente, os presidentes do Codem desde a sua organização e estabelecemos a sua conexão social para uma melhor compreensão.

Quadro 4
Presidentes do Codem – 1996-2020

Gestão	Presidente	Origem empresarial	Conexão
1997-1999	Miguel Fuentes Salas	Indústria de confecções	Poder público e Acim
1999-2000	Carlos Walter M. Pedro	Indústria metalmeccânica	Acim e Fiep
2000-2001	Carlos Walter M. Pedro	Idem	Idem
2001-2002	Antônio D. Fermentão	Empresa de mídia	Acim
2002-2003	Antônio D. Fermentão / 1	Idem	Idem
2003-2004	Carlos Walter M. Pedro	Indústria metalmeccânica	Acim e Fiep
2004-2005	Carlos Walter M. Pedro	Idem	Idem
2005-2006	Valdir Antonio Scalon	Indústria de confecções	Acim e Fiep
2006-2007	Valdir Antonio Scalon	Idem	Idem
2007-2008	Wilson de Matos Silva Ariovaldo Costa Paulo 2	Serviços educacionais Atacadista de alimentos	Acim Acim
2008-2009	Wilson de Matos Silva	Serviços educacionais	Idem
2009-2010	Carlos Alb. T. Cardoso	Supermercadista	Acim e Apras
2010-2011	Luiz Fernando W. Ferraz	Indústria de confecções	Acim e Fiep
2011-2012	Luiz Fernando W. Ferraz	Idem	Idem
2012-2013	José Carlos Valêncio	Engenheiro Civil	Acim
2013-2014	José Carlos Valêncio	Engenheiro Civil	Acim
2014-2015	Wilson Tomio Yabiku	Construção Civil	Acim e Fiep
2015-2016	Edson Luiz C. Pereira	Arquiteto	Acim
2016-2017	Ilson da Silva Rezende	Desenvolv. de Sistemas	Acim e Sicoob
2017-2018	Ilson da Silva Rezende	Idem	Idem
2018-2019	José Roberto Mattos	Empresa de mídia	Acim
2019-2020	José Roberto Mattos	Empresa de mídia	Acim
2020-2021	Wilson de Matos S.Filho	Serviços educacionais	Acim

Fonte: CODEM, 2020

1 Antônio Fermentão é o único empresário já falecido nesta lista.

2 Ariovaldo Costa Paulo assumiu por quatro meses pelo fato de Wilson Matos ter assumido uma cadeira no Senado.

Como o cargo de presidente é voluntário, isto é, *pro bono*, convencionou-se desde o início o mandato de um ano, podendo haver reeleição. Com exceção do primeiro mandato, quando o presidente foi imposto pelo prefeito eleito da época (embora fizesse parte do quadro

de associados da Acim), todos os demais presidentes saíram da diretoria da Associação Comercial.

Há outros agentes empresariais que, desde 1997, ainda compõem esse quadro dirigente, ocupando as vice-presidências, secretarias e mais recente a direção do comitê gestor do Codem. Todos eles fazem parte dessa elite estratégica que se intitula a sociedade civil organizada de Maringá. Por uma questão de capacidade de análise, descartamos aqueles agentes que, por uma situação ou outra, deixaram de fazer parte das organizações e não se enquadram na categoria de membro atual dessa elite. No tópico a seguir veremos quem são esses agentes.

4.1.1. Quem é quem na elite estratégica

É comum, quando se emprega o método prosopográfico para análises sociológicas de carreira de indivíduos que formam grupos dirigentes ou elites estratégicas, que as principais fontes de pesquisa utilizadas sejam geralmente dicionários biográficos e perfis das casas legislativas (FLEISCHER, 1976; MARENCO, 2000), dados oficiais divulgados pelo TSE e pelos tribunais regionais eleitorais (TREs), quando se tratam de detentores de cargos eletivos, (RODRIGUES, 2006); biografias e memórias dos próprios membros das elites examinadas (LOVE, 1982; MICELI, 1991) ou outros recursos como questionários e *surveys* aplicados aos membros dessas elites (PERISSINOTTO E BOLOGNESI, 2015). Em nossa análise, utilizamos o levantamento biográfico que nos mostra as afiliações sociais e econômicas da elite estratégica de Maringá que controla o Codem. Por ela, vemos que a dinâmica da mobilidade social organiza a distribuição dos indivíduos nos níveis e lugares definidos pela estrutura de classe, de acordo com o conceito de distribuição antroponômica³⁴, apresentado por Bertaux (1979).

Embora em seu início o Codem fosse formado por um plenário com mais de 180 entidades e organizações de representação empresarial, os cargos de sua diretoria executiva e comitê gestor são preenchidos por empresários oriundos da Acim. Alguns empresários não aparecem na composição oficial do Codem, mas por sua posição dirigente na Acim influenciam as decisões e formam a elite estratégica. Assim, pela importância e posição de destaque na sociedade local e estadual e sua interface direta com as agendas Maringá 2020, Maringá 2030 e Maringá 2047 elencamos a elite estratégica dessa pesquisa, composta pelos seguintes membros:

³⁴ A utilização do conceito de antroponomia caracteriza uma forma de abordagem que substitui o conceito de mobilidade social pelo de distribuição dos seres humanos em lugares sociais definidos pela estrutura de classe. É uma abordagem sociológica, que considera a existência de lugares sociais coletivos e não apenas postos de trabalho individualizados, presentes no espaço da produção.

Quadro 5
Elite estratégica no Codem - 1997 a 2020

Empresário	Ramo original	Empresa/entidade atual	Cargo atual	Vínculo institucional estadual/nacional	Vínculo partidário	Formação superior
Jefferson Nogaroli	Supermercadista	Companhia Sul-americana de Distribuição Sicoob	Presidente do Conselho de Administração	Faciap Sebrae/PR Sicoob Central	Nenhum	Não
Wilson de Matos Silva	Educação privada	Unicesumar	Reitor	Conselho Nacional de Educação	PSDB	Matemática
Carlos Walter Martins Pedro	Indústria metalmecânica	Federação das Indústrias do Estado do Paraná	Presidente	Fiep Sindimetal/PR	Nenhum	Administração
Valdir Antônio Scalon	Indústria de confecções	Sinvest	Presidente	Fiep Sindvest	Nenhum	Administração e Marketing
Ariovaldo Costa Paulo	Atacadista de alimentos	Arlu Distribuidora de Alimentos	Presidente	Sinca-PR	Nenhum	Não
José Carlos Valêncio	Engenheiro Civil	Valêncio Engenharia	Diretor	Faciap	Nenhum	Engenharia Civil
Carlos Alberto Tavares Cardoso	Supermercadista	Companhia Sul-americana de Distribuição	CEO	Apras	Nenhum	Não
Luiz Ajita	Comércio varejista de calçados	Sicoob Metropolitano	Presidente do Conselho de Administração	Faciap Sicoob Central	Nenhum	Engenharia Química
Luís Fernando W. Ferraz	Indústria de confecções	FA Maringá	Presidente	Fiep Sindimetal	Nenhum	Administração
Paulo Meneguetti	Indústria sucroalcooleira	Usina de Açúcar Santa Terezinha	Superintendente	Fiep Faep	Nenhum	Engenharia Civil
Luiz Lourenço	Cooperativa de agroindústria	Cocamar Agroindústria	Presidente do Conselho de Administração	Ocepar Faep	Nenhum	Direito
Wilson Tomio Yabiku	Indústria da construção civil	Construtora Design	Diretor	Sinduscon Fiep	Nenhum	Engenheiro Civil
Edson Luiz Cardoso Pereira	Arquiteto	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá	Presidente	Sinduscon Crea Fiep	Nenhum	Arquitetura e Urbanismo
Ilson da Silva Rezende	Desenvolvimento de Sistemas Informatizados	DBI Global Software	Presidente	Faciap Sicoob Metropolitano	Nenhum	Processamento de Dados
José Roberto Mattos	Comunicação e Mídias	Grupo Maringá de Comunicação	Diretor	Abert	Nenhum	Jornalismo e Administração
Wilson de Matos Silva Filho	Educação Privada	Unicesumar	Vice-reitor	Sinepe	Nenhum	Administração

Fonte: organizado pelo autor

Decidimos por não apresentar o perfil biográfico de todos os membros da elite estratégica, para que nosso foco ficasse sobre alguns agentes em especial. Esses agentes são imprescindíveis para compreendermos as estratégias de justificação da *citée* por projetos e as conexões de um mundo em rede.

4.1.1.1 – Jefferson Nogaroli

É o agente mais dinâmico da elite estratégica em questão, pois foi um dos principais indutores do Movimento Repensando Maringá em 1996. Jefferson Nogaroli é natural de

Astorga, no norte do Paraná, onde nasceu em 1964. Seus pais eram agricultores e se mudaram para Maringá no final dos anos 1970 com a expectativa de abrir um pequeno comércio. Seu pai, Valdir Nogaroli, abriu um pequeno mercado em 1982, no Parque das Palmeiras, na época um bairro da periferia de Maringá. O Supermercado São Francisco cresceu rápido e, em pouco mais de 10 anos já contava com 4 lojas, sendo uma em Paranavaí – PR e outra em Dourados – MS. Nogaroli assumiu os negócios da família ainda muito jovem e foi o responsável pela ampliação do supermercado a partir de uma negociação com um grupo de acionistas de Portugal. Em 1989, aos 25 anos, foi convidado para ser o presidente da regional noroeste da Associação Paranaense de Supermercados – Apras, não conseguindo concluir o curso de Geografia que havia começado na Universidade Estadual de Maringá.

Em 1992, Nogaroli assumiu a 2ª vice-presidência da Associação Comercial, iniciando uma trajetória que o conduziu a altos postos institucionais no Estado do Paraná. Em 1996, foi o principal articulador do Movimento Repensando Maringá que deu origem ao Codem e um dos principais mentores das agendas Maringá 2020, Maringá 2030 e Maringá 2047. Era o nome certo para ser o primeiro presidente daquele Conselho, cargo que estrategicamente rejeitou. Porém, ocupou a vice-presidência em diversos mandatos e atualmente faz parte do Comitê Gestor Consultivo do Projeto Masterplan 2047. Na Associação Comercial, foi diretor de Comércio Exterior por seis anos, de onde saiu em 1998 para assumir a presidência da entidade. O seu mandato ficou marcado pela mudança no plano de negócios da entidade. De uma prestadora de serviços para os associados, a Acim tornou-se uma agência de desenvolvimento, com diversas ações políticas como a campanha para aumentar o colégio eleitoral até atingir a marca de 200 mil eleitores, em 1999; a campanha “Maringá vai Ganhar: Vote para Deputado”, em 1998, para que a cidade aumentasse o seu número de representantes na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados, e a articulação para a criação de uma cooperativa de crédito dos comerciantes da cidade, entre outras ações.

Ao deixar a presidência da Acim, foi eleito presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná – Faciap. Para a sua posse em Curitiba, a Associação Comercial fretou um avião comercial da Gol para levar os empresários de Maringá ao evento. Sua atuação na Faciap foi marcada por diversas ações de vanguarda como a abertura de cooperativas de crédito de empresários por diversas associações comerciais (Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Londrina, Umuarama, Paranavaí, Toledo, Assis Chateaubriand, Coronel Vivida, Guarapuava, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Marechal Cândido Rondon).

O ápice do seu prestígio junto à Faciap foi ter trazido para a convenção estadual da Federação, em 2005, em Foz do Iguaçu, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nogaroli deixou a Faciap em 2006 e assumiu a presidência da Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná – Sicoob Paraná. Em 2007 foi eleito presidente do Sebrae Paraná cargo para o qual foi reeleito até 2014, quando venceu uma “queda de braço” com o presidente da Fiep, Rodrigo Rocha Loures. Nogaroli foi convidado diversas vezes para assumir cargos políticos. Os governadores Jaime Lerner e Roberto Requião o convidaram para ser secretário de Estado e seu nome sempre é cogitado para disputar as eleições para o Executivo em Maringá.

Ainda tem atuação destacada no ramo supermercadista, sendo o presidente do Conselho de Administração da Companhia Sul-americana de Distribuição, resultado da fusão das redes de supermercados São Francisco e Cidade Canção. Também é presidente do Conselho de Administração do Sicoob Sul, cooperativa de crédito cuja sede é Curitiba, PR. Possui diversas empresas de prestação de serviços em Maringá, como loteadora, incorporadora, imobiliária e construtora. É o presidente da Incorporadora Argus, responsável pelo projeto Eurogarden que trataremos mais adiante.

4.1.1.2. Wilson de Matos Silva

O professor Wilson, como gosta de ser chamado, é natural de Jaguapitã, no norte do Estado, onde nasceu em 1947. Seu pai mudou-se com a família para Maringá no início dos anos 1950 para instalar uma serraria. Na cidade, Wilson de Matos dedicou-se aos estudos e a pequenos negócios comerciais. Formou-se em Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, PR, e abriu uma empresa para transportar estudantes de Maringá para Mandaguari e outras cidades. Depois, tornou-se professor da UEM e de outras faculdades particulares na região.

No final da década de 1980 juntamente com o professor Claudio Ferdinandi, que havia sido secretário municipal de Educação, Wilson de Matos iniciou a constituição de uma faculdade particular, a partir do Colégio Objetivo do qual já eram sócios, tendo como instituidora uma sociedade beneficente chamada Sociedade Educacional de Maringá – Soedmar. Pelo seu caráter beneficente, a mantenedora ganhou da prefeitura uma área de dois alqueires no Jardim Aclimação, hoje uma das áreas mais valorizadas da cidade. Em 1990, com o nome de Centro de Ensino Superior de Maringá – Cesumar, a faculdade iniciava as aulas com dois cursos superiores em uma área construída de 1.500 metros quadrados, 180 alunos e 20

funcionários. Quatro anos depois, abria mais dois cursos de graduação e adquiria uma área de 1,5 alqueire para ampliar as suas instalações.

Uma das diretrizes da agenda Maringá 2020, de 1996, era tornar a cidade um polo de educação, com ênfase no ensino privado. Essa política, aliada a abertura do governo FHC para a criação de centros universitários, beneficiou em cheio ao Cesumar que a partir de 1997 passou a crescer rapidamente, chegando a construir em torno de mil metros quadrados de área por mês, alcançando o status de Centro Universitário. Em maio de 2020, o Conselho Nacional de Educação autorizou o seu funcionamento como Universidade UniCesumar, presente em todos os estados brasileiros, tem mais de 250 mil alunos, mais de 700 polos de educação a distância e cinco campi presenciais nas cidades de Maringá (PR), Londrina (PR), Ponta Grossa (PR), Curitiba (PR) e Corumbá (MS), com o curso de Medicina. Em breve, será implantado o campus de Campo Grande (MS).

Em 1999, Wilson de Matos foi homenageado com o título de Empresário do Ano outorgado pela Associação Comercial em conjunto com outras entidades de representação do empresariado. Em 2002, foi agraciado com o título de Cidadão Benemérito do Paraná outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado. Em 2006 compôs a chapa do candidato ao Senado da República, Álvaro Dias (PSDB), como primeiro suplente, sendo eleito com ele para o mandato até 31 de janeiro de 2015.

Em 2007, indicado pela Associação Comercial, foi eleito presidente do Codem (mandato até 2009) e responsável direto pela agenda Maringá 2030. Entre os meses de abril a julho de 2007 assumiu a cadeira no Senado, em virtude da licença médica de 120 dias do senador Álvaro Dias. Em Brasília, Wilson de Matos participou das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Educação, Cultura e Esporte; e Relações Exteriores e Defesa Nacional. No curto período no Senado, elaborou 12 projetos de lei, dos quais se destacam o PLS 387/2007 para aumentar, na educação básica e no ensino superior, a frequência mínima exigida para aprovação; o PLS 386/2007 que institui o ano letivo em 200 dias efetivos de aula no ensino superior; o PLS 388/2007 para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio.

Seu filho mais velho, Wilson de Matos Silva Filho, foi eleito presidente do Codem para o mandato 2020 /2021

4.1.1.3 Carlos Walter Martins Pedro

Nascido em Maringá, Carlos Walter Martins Pedro começou a trabalhar em uma empresa de bombas d'água ainda garoto. Em 1981, depois de alguns anos no ramo decidiu abrir o seu próprio negócio e fundou a Hidro Metalúrgica ZM Ltda, que atualmente fornece para países da América do Sul, América Central e África do Sul. Desde o início passou a integrar as entidades de classe e tornou-se associado da Associação Comercial. Foi também o fundador e o primeiro presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Maringá e Região – Sindimetal, associando-se à Fiep.

Nos anos 1990 passou a integrar a diretoria da Acim e, ao lado de Jefferson Nogaroli, foi um dos principais líderes do Movimento Repensando Maringá que deu origem ao Codem. Como representante da indústria, sendo coordenador regional da Fiep, fez a ponte daquela entidade com os comerciantes para que o movimento e as demandas da agenda Maringá 2020 e, posteriormente, Maringá 2030, contemplassem os dois setores.

Ocupou a presidência do Codem por quatro mandatos. Faz parte do Conselho Regional do Senai Paraná e também é vice-presidente da Acim; presidente da Fundação Tecnópolis de Maringá, que é gestora do Centro Tecnológico de Maringá (CTM); presidente do Conselho Gestor da Incubadora Tecnológica de Maringá; diretor do Conselho de Administração do Instituto Tecnópole de Maringá, gestor do Tecnoparque; e vice-coordenador do Conselho Temático do Setor Metalmeccânico do Estado do Paraná (G19).

Em agosto de 2019 venceu uma das eleições mais disputadas para a presidência da Fiep, entidade na qual assumiu um mandato de quatro anos.

4.1.1.4 Ariovaldo Costa Paulo

Nascido em 1962, em Terra Boa, noroeste do Paraná, e filho de agricultores, Ariovaldo Costa Paulo veio para Maringá ainda jovem para trabalhar em uma loja comercial varejista. Em 1984, ao lado do pai fundou a Arilu Distribuidora, uma revendedora de frios e congelados. A empresa cresceu rápido e passou a trabalhar com marcas próprias de alimentos e enlatados como Frigão e Meleus.

Convidado por Jefferson Nogaroli passou a fazer parte da Acim em 1998 e em 1999 tornou-se diretor da entidade. Quando Nogaroli deixou a presidência seu substituto foi Costa Paulo que esteve à frente da associação comercial em dois mandatos 2002/2004 e 2004/2006. Representando a Acim, foi presidente do Codem em 2007, no período em que Wilson de Matos Silva ocupou a cadeira no Senado.

Quando presidente da Acim, em 2005 liderou um movimento empresarial em parceria com a secretaria regional da Receita Federal denominado Movimento pela Cidadania Fiscal cuja finalidade era despertar nos contribuintes o senso de Educação Fiscal, ou a fiscalização das aplicações dos recursos públicos advindos dos impostos. Esse Movimento deu origem a uma ONG intitulada Sociedade Eticamente Responsável – SER Maringá e ao Observatório Social de Maringá - OSM, criado em 10 de julho de 2006. O OSM faz o acompanhamento das licitações públicas no âmbito do município, além de fiscalizar os gastos do Executivo e do Legislativo. Ariovaldo Costa Paulo assumiu a presidência do OSM em 2006 e em 2008 criou, com base nas redes das associações comerciais, o Observatório Social do Brasil. Em 2009 o OSM ganhou um prêmio da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal como exemplo de órgão da sociedade que fiscaliza os atos públicos.

Em 2011, Costa Paulo deixou a presidência do Observatório Social do Brasil para assumir como diretor do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná – Sinca. É membro do plenário do Codem.

4.1.1.5 Carlos Alberto Tavares Cardoso

Nascido em Maringá, em 1965, Carlos Alberto Tavares Cardoso é filho de imigrantes portugueses. Sua trajetória empresarial se iniciou em 1977 quando seu pai, Manuel Marques Cardoso, fundou a primeira loja dos Supermercados Cidade Canção em uma vila de Maringá.

Um pouco mais de três décadas, sob a direção de Carlos Alberto Tavares Cardoso, o que era uma loja de bairro transformou-se numa das maiores e mais sólidas redes de supermercados do Norte e Noroeste do Paraná, com 11 amplas e modernas lojas em Maringá, Sarandi, Mandaguari, Apucarana e Cornélio Procopio, além de duas indústrias (uma de panificação e outra de beneficiamento de arroz), uma distribuidora, uma revenda de colchões e uma área rural no Estado do Tocantins, onde desenvolve atividades agropecuárias.

Em 1998, foi eleito comerciante do ano, título concedido pela Associação Paranaense de Supermercados e Sindicato do Comércio Varejista de Maringá. Entre outras ações de destaque, participou ativamente da criação da primeira cooperativa de crédito dos comerciantes de Maringá, em 1999, e foi presidente da Regional Noroeste da Associação Paranaense de Supermercados de 1996 a 2004. Na Associação Comercial foi o vice-presidente de Finanças na segunda gestão de Jefferson Nogaroli (2000/2002) e durante as duas gestões de Ariovaldo Costa Paulo (2002/2004 e 2004/2006). Convidado por Nogaroli foi vice-presidente de Finanças da Faciap na gestão 2002/2004. Também foi vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista

– Sivamar na gestão 2005/2007 e presidente da Acim na gestão 2006/2008. Foi presidente do Codem na gestão 2009/2010.

Em 2010, o Grupo Cidade Canção se fundiu com o Grupo São Francisco e passou a formar a Companhia Sul-americana de Distribuição (CSD), a terceira maior rede de supermercados do Paraná (atrás das redes Muffato e Condor) e uma das 25 maiores do Brasil. A nova rede passou a contar com mais de 33 unidades de negócio distribuídas pelos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com mais de 3.000 funcionários. A CSD recebeu investimento no valor de R\$ 100 milhões do fundo inglês (*private equity*) Actis para sua expansão e em 2011 adquiriu suas primeiras unidades no Estado de São Paulo por meio da compra de duas lojas da Rede de Supermercados Passarelli em Araçatuba e Birigui. Em 2014 a rede adquiriu mais 10 lojas da rede Amigão de São Paulo e abre um Centro de Distribuição com mais de 30.000m² em Paçandu, cidade conurbada a Maringá. Em 2019 a rede lançou a marca Stock Atacadista, que é responsável pelas lojas no modelo atacarejo da companhia. O grupo A CSD passou de um faturamento de R\$ 611 milhões (2010) para R\$ 2,547 bilhões em 2019. Atualmente a rede possui 55 lojas, sendo 38 no interior do Paraná, 16 no interior de São Paulo e 1 em Dourados no Mato grosso do Sul.

Carlos Alberto Tavares Cardoso é o CEO da companhia enquanto Jefferson Nogaroli é o presidente do Conselho de Administração.

4.1.1.6 Luiz Ajita

Engenheiro químico formado pela Universidade Federal do Paraná, Luiz Ajita é de uma família de comerciantes radicada em Paranavaí, onde nasceu, Maringá e Londrina. Possui mestrado em Ciência e Tecnologia de Polímeros, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi pesquisador e professor da UFPR em Curitiba.

Em 1992 abandonou a carreira acadêmica para ser sócio do irmão, Carlos Mamoru Ajita, ex-presidente da Associação Comercial, em uma rede de lojas de calçados, e voltou para Maringá. Logo de imediato tornou-se associado da Acim e em 1996 passou a fazer parte da sua diretoria. Quando Jefferson Nogaroli assumiu a entidade em 1998 o convidou para ser o diretor do Serviço Central de Proteção ao Crédito – SCPC. Ainda na gestão de Nogaroli foi indicado para ser o primeiro presidente da Cooperativa de Crédito dos Comerciantes de Confecções que foi criada pela Acim em 1999. Nesta época também, Ajita já era diretor da Faciap, em Curitiba.

Como presidente da Cooperativa, Ajita conseguiu trazer para o Paraná o sistema Sicoob, o maior sistema de cooperativas de crédito do Brasil, já que antes operava no Estado

apenas o Sicredi, vinculado às cooperativas de crédito rural. Em dezembro de 2001, por sua iniciativa e de Nogaroli foi criada em Maringá a Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná – Sicoob Paraná com quatro cooperativas: a de Maringá, uma de Francisco Beltrão, uma de Dois Vizinhos e outra de Foz do Iguaçu. Ajita assumiu a presidência da Central em 2003 e ficou na direção estadual até 2006, quando transferiu a presidência para Jefferson Nogaroli. Nesse período, o número de cooperativas, criadas dentro de associações comerciais, saltou de quatro para 19. Hoje o Sicoob Paraná administra recursos na ordem de R\$ 10 bilhões.

Desde 1999 Ajita é presidente do Sicoob Metropolitano, a maior cooperativa de crédito urbano de Maringá e região metropolitana com mais de 60 mil cooperados e mais de R\$ 1,5 bilhões em recursos administrados.

4.1.1.7 Luís Fernando Wunderlich Ferraz

Luís Fernando nasceu em Maringá em 1965 e é filho de imigrantes portugueses que investiram no ramo moveleiro e têxtil. Graduou-se em Administração pela Universidade Estadual de Maringá e em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. É diretor superintendente da FA Maringá Ltda, que possui fábricas de acolchoados e de camisaria fina.

Como conselheiro da Fiep e diretor da Associação Comercial participa do Codem desde o início do Movimento Repensando Maringá em 1996. Passou a fazer parte da mesa diretora do Codem, nomeado pela Acim, a partir de 2007. Possui ampla participação na gestão de diversas entidades de classe empresariais, tais como o Sindicato da Indústria do Vestuário, onde ocupou os cargos de presidente, vice-presidente para Assuntos Estratégicos, Delegado Representante junto a Fiep e vice-presidente para assuntos do Arranjo Produtivo Local de Confeções da área de Maringá e Cianorte. Na Acim ocupou o cargo de presidente do Conselho Permanente do Jovem Empresário de Maringá – Copejem, além da vice-presidência para Assuntos de Comércio Exterior e conselheiro do Conselho Superior daquela entidade. No Instituto Mercosul ocupou o cargo de secretário do Conselho Superior e é, atualmente, o vice-presidente do Conselho de Administração da Fundação Tecnológica de Maringá. Na Fiep, participa do Conselho Temático do Vestuário, desde a sua criação em 2002, e foi vice-presidente na gestão comandada por Rodrigo Rocha Loures.

Além de exercer a gestão em entidades de representação empresarial, Luís Fernando participou de ações políticas como o convênio com o Sebrae - PR, para implantação de um Centro Regional de Design, em 2003, com dois núcleos de apoio à inovação nas áreas do

vestuário e metalmecânica, e o convênio MEC/PROEP para liberação dos recursos para equipar os laboratórios do Centro Tecnológico de Maringá, em 2005.

Ferraz presidiu o Codem por duas gestões de 2010 a 2012.

4.1.1.8 Paulo Meneguetti

Natural de Maringá, onde nasceu em 1955, Paulo Meneguetti é graduado em Engenharia Civil pela UEM e ingressou na Usina de Açúcar Santa Terezinha em 1980 como Engenheiro, atuando nesta área até o ano de 1983, quando assumiu a Diretoria de Compras. Foi nomeado Diretor Administrativo/Financeiro em 1994 permanecendo no cargo até o ano de 2009, quando aconteceu a reengenharia da alta direção do Grupo Usaçúcar e passou a responder como Diretor Presidente e como Conselheiro da Companhia.

Atua na Associação Comercial, de onde seu pai foi um dos fundadores, desde os anos 1980. Foi vice-presidente da Acim e secretário do Codem. Também é vice-presidente e coordenador da Fiep na Região Noroeste do Paraná; membro do Conselho do ITM – Instituto Tecnópole de Maringá e membro do Conselho do MCVB – Maringá *Convention and Visitors Bureau*. Sua participação em outros negócios abrange a Diretoria da JR Empreendimentos Imobiliários Ltda., Diretoria da Maringá Armazéns Gerais Ltda. – Porto Seco Norte do Paraná, Presidência da Pasa – Paraná Operações Portuárias S/A., Presidência da Álcool do Paraná Terminais Portuários S/A., Presidência da CPL – Central Paranaense de Logística S/A., Diretoria da CPL Participações S/A. e Presidência da JL Participações e Comércio Agropastoril.

A Usina Santa Terezinha é uma empresa de capital fechado, constituída em Maringá no início dos anos 1960 pelos irmãos Meneguetti, oriundos do Estado de São Paulo. Na época, transformaram um pequeno engenho de aguardente em fábrica de açúcar, no distrito de Iguatemi, onde hoje localiza-se a Unidade Iguatemi.

Nos anos de 1979 e 1981 a empresa se utilizou de financiamentos através do Programa Nacional do Álcool – Proálcool para ampliação do seu parque industrial. Este programa auxiliou a implantação de muitas destilarias e cooperativas de produção de etanol pelo país. No entanto, o Programa entrou em crise, quando as empresas que estavam desestruturadas tiveram que ser vendidas ou fechadas. Neste contexto, o Grupo iniciou sua fase de expansão, adquirindo no ano de 1987 a Unidade de Paracity, em 1989 a Unidade de Tapejara e a Unidade de Ivaté, no ano de 1993, todas no Paraná. Com vistas no mercado internacional, a empresa construiu em Maringá o Terminal Logístico, tendo iniciado suas operações em 2002, possuindo armazéns graneleiros para açúcar e demais grãos, um terminal de calcário, misturadora de adubos e

tanques para estocagem de líquidos (inflamáveis e outros). Fazendo parte do seu complexo logístico, construiu também em Paranaguá, um terminal rododiferroviário de fertilizantes, que iniciou suas atividades em 2003.

No mesmo ano, iniciou-se o projeto de implantação de uma nova unidade na cidade de Terra Rica, por meio de aquisição da Fazenda São José, localizada naquele município, tendo iniciado o plantio de cana para mudas no mês de janeiro de 2004, efetuando sua primeira safra a partir de maio de 2007.

Dando continuidade ao processo de expansão do Grupo e aproveitando o momento favorável de crescimento do setor sucroalcooleiro, em 2006 a Usina Santa Terezinha adquiriu a Destilaria de Álcool da Cocamar, localizada na cidade de São Tomé, fundando uma nova empresa, a Usina São Tomé S/A, e, em 2008 arrendou as instalações industriais da Coocarol, localizada na cidade de Rondon, que também passou a fazer parte da Usina São Tomé S/A. No ano de 2009 assumiu também, por meio de arrendamento, as instalações industriais da Usina Usaciga, localizada em Cidade Gaúcha, totalizando assim 8 unidades no Grupo.

O Grupo Usaúcar é uma das maiores empresas do Estado do Paraná.

4.1.1.9 Luiz Lourenço

Luiz Lourenço é diretor presidente da Cocamar Cooperativa Industrial, uma das maiores cooperativas agrícolas do país, há 26 anos. Natural do Estado de São Paulo e formado em Direito, tornou-se agropecuarista seguindo os negócios de família e se estabeleceu em Maringá no início dos anos 1980.

Tornou-se presidente da Cocamar em 1990, em um momento de crise do cooperativismo rural em todo o Estado do Paraná. Em sua gestão, a Cocamar se transformou em uma das maiores cooperativas de produção da América do Sul, dona de um grande e diversificado parque industrial onde processa praticamente tudo o que recebe. Possui também uma rede de entrepostos para recebimento de produtos agrícolas, comercialização de bens de produção e prestação de serviços em mais de 30 municípios paranaenses. De pouco mais de mil cooperados, o número saltou para quase 20 mil em sua gestão. Em 2019 o faturamento da Cocamar chegou à soma de R\$ 5 bilhões. A área de grãos responde por 45% do faturamento da cooperativa. O empresário também desenvolveu as indústrias de suco de laranja e de fios de algodão e passou a atuar no varejo com a marca Purity de óleos de soja, canola, milho e girassol. O varejo é o segundo segmento mais importante da Cocamar e vem seguido pela área de insumos, que comercializa fertilizantes e defensivos aos associados.

Lourenço é diretor do Sistema Ocepar, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e participa da Acim desde a época do Movimento Repensando Maringá, sendo um dos principais incentivadores do Codem. Em 2001 recebeu o prêmio de Empresário do Ano em Maringá. Assim como Jefferson Nogaroli sua participação é mais nos bastidores, já que sua experiência e orientação sempre são levados em conta nas ações empreendidas pelo Codem.

4.1.2. As conexões da elite estratégica do empresariado

Na síntese biográfica dos membros da elite estratégica podemos observar que suas conexões se dão no âmbito da Acim. Um dado relevante na análise do perfil social é que todos têm origem em Maringá mesmo ou em cidades de porte menor, sendo que 60% deles descendem de pais que tinham na agricultura a sua principal ocupação, o que nos leva a afirmar a ocorrência dos processos de mobilidade social entre as gerações, ocasionados em tese pela mudança para a cidade grande. Destaque também é o fato deles não terem vinculações político-partidárias, com exceção de Wilson de Matos Silva que chegou a assumir o posto de Senador da República.

É expressiva também a quantidade de informação sobre a ascensão na carreira empresarial, seja nos cargos assumidos em organismos de representação ou no desenvolvimento de suas empresas, coincidentemente a partir do Movimento Repensando Maringá e da elaboração da agenda Maringá 2020 e, posteriormente da agenda Maringá 2030. O engajamento nessas ações políticas, de certa forma, trouxe recompensas que podem ser mensuradas principalmente pela ascensão de suas empresas e pela ocupação de cargos e posições estratégicas em organismos estaduais.

Friedberg (1995) aponta o modelo das organizações como que estruturadas por relações de poder, onde todos os participantes possuem certa capacidade de negociação. No caso específico da Acim, entidade que congrega a maior parte das empresas de Maringá, o poder executivo municipal tem uma relação semidireta com a sua elite estratégica. A política de governo municipal, os incentivos fiscais e tributários, a doação de terrenos e de infraestrutura para estabelecimentos comerciais e industriais, enfim, as políticas públicas de desenvolvimento local influenciam diretamente os empresários. Quando estes percebem o peso dessas decisões passam a ter o motivo que os impulsiona a se mobilizarem durante os processos decisórios – mas para promoverem seus interesses (MANCUSO, 2007, p. 139).

Na composição do Codem, a heterogeneidade era mais acentuada depois da reforma de 2008, inclusive com a junção de segmentos não empresariais. Entretanto, quem sempre exerceu a função de direção do Conselho foram os empresários indicados pela Acim, membros

da elite estratégica. Como os próprios empresários gostam de afirmar, o Codem atua efetivamente como a sociedade civil organizada de Maringá, a sua instituição maior. Devemos considerar também, como orienta Costa (2003, p. 41), que os setores e segmentos empresariais que atuam coletivamente no “processo da ação política” se defrontam com a necessidade de participar de um organismo de representação. Embora a Acim seja a entidade de organização do empresariado, será no Codem que esses segmentos se “sentem” representados dado o caráter de relação direta do Conselho com o regime político (COSTA, 2015).

A hegemonia na tomada de decisões pelo Codem é facilmente constatada na esfera política em Maringá. Esta coalizão entre a elite estratégica do empresariado e o ente público, especialmente o Executivo, não é velada na cidade, muito pelo contrário, ela é destacada inclusive como fonte para o desenvolvimento. Quando um ente privado se auto intitula “sociedade civil organizada” e se vincula “efetivamente ao poder público por meio do Codem, cujos membros transitam pelas duas instituições (Acim e Codem), contribui e elabora até os planos de governos dos candidatos a prefeito, busca a total anulação do conflito, pois se tem a falsa impressão de que a “sociedade civil” estaria representada nos assentos do conselho deliberativo, o que não é verdade (TÖWS, 2015, p. 227).

Além de buscar anular os conflitos inerentes às ações política, a elite estratégica aqui identificada tem como princípio de ação centralizar suas demandas no âmbito do poder Executivo, com uma deliberada ausência de discussão com o Legislativo. Miliband (1972, p. 74) nos dá uma indicação para interpretarmos a questão ao destacar que a presença política do empresariado se concentra nos postos fundamentais, seja no Legislativo ou no Executivo, sempre na defesa de seus interesses econômicos. Costa (2003, p. 312) analisa que Miliband sugere uma “tendência dos empresários a privilegiar as instâncias relativas ao planejamento e à definição da política econômica do Governo, ou seja, do Executivo, seja qual for o sistema de governo”. Miliband entende que é por esta via que fundamentalmente se daria o envolvimento dos empresários com a política e com a questão do regime político.

No caso dos municípios brasileiros, a Lei Orgânica Municipal – LOM reproduz o modelo imposto pela Constituição Federal de 1988 que restringe a atuação dos vereadores em detrimento do Executivo em alguns aspectos. Na LOM de Maringá, temos as seguintes disposições sobre a propositura e aprovação de leis:

Art. 29. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, às comissões permanentes da Câmara, ao Prefeito e à iniciativa popular, na forma e nos casos previstos nesta Lei.

§ 1.º Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre:

I - regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

II - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos, na Administração Direta ou Indireta, e a fixação ou aumento de sua remuneração;

III - criação, estruturação e atribuições dos órgãos e entidades da Administração Municipal. (Inciso III - Redação dada pela Emenda n. 36)

§ 2.º Não será admitida emenda que acarrete aumento da despesa ou redução da receita nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, salvo em matéria orçamentária, observado o disposto nesta lei.

Art. 30. O Prefeito poderá solicitar urgência para a tramitação de projetos de sua iniciativa.

§ 1.º Solicitada urgência, a Câmara deverá se manifestar em até quarenta e cinco (45) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2.º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação da Câmara, o projeto será incluído na pauta da ordem do dia, sobrestando-se as demais matérias, até que se ultime a votação.

§ 3.º O prazo do § 1.º não corre no período de recesso nem se aplica aos projetos de leis complementares (LEI ORGÂNICA, 2020).

Pelo texto da lei, observamos que as políticas públicas de Maringá são pautadas pelo Executivo, com possibilidade limitada de emenda pelos vereadores. Além de contar com a exclusividade de iniciativa, o Prefeito ainda pode impor ritmo diferenciado e acelerado as proposições de seu interesse, “trancando” a pauta da Câmara caso não seja dada a celeridade que a lei orgânica assegura aos projetos de iniciativa do Executivo. Silva (2016) aponta que no Brasil, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, quem dá o “tom” é o Poder Executivo, já que, de acordo com o arranjo institucional previsto na Constituição Federal, cabe ao Chefe daquele Poder pautar a agenda legislativa do país/Estado/cidade, decidindo o que será discutido e quando será discutido. “As prerrogativas constitucionais de pautar a discussão em relação aos assuntos de maior repercussão e importância para o eleitorado, podem ser uma explicação para a propalada preponderância do Poder Executivo sobre o Legislativo” (SILVA, 2016).

Entretanto, como veremos mais adiante a postura da elite estratégica do empresariado em tirar o Legislativo das pautas de discussão do Codem, terá como desdobramento uma incipiente “interiorização” da Câmara pelos bairros da cidade em sessões itinerantes que servirão para pavimentar a ascensão ao Executivo de um dos seus vereadores, algo que só ocorreria uma única vez na história política de Maringá.³⁵

³⁵ Ulisses de Jesus Maia Kotsifas foi eleito prefeito de Maringá pelo PDT em 2016. Antes, havia sido vereador e presidente da Câmara na legislatura anterior (2012-2016). Foi a segunda vez que isso ocorreu na história de Maringá. Antes, Luiz Moreira de Carvalho foi eleito prefeito de Maringá pelo PDC em 1964. Havia sido vereador na legislatura anterior (1960-1964).

5. CAPÍTULO 4 – OS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA *CITÉ*

Como já adiantamos anteriormente, compreendemos que no processo de ação política do empresariado a gramática normativa que eles utilizam para justificarem suas ações e legitimarem seus projetos inicia-se com aquela da *cité* mercantil, mas rapidamente passa para a norma da *cité* por projetos, inclusive com a adesão das ferramentas de gestão para o desenvolvimento de suas a  es, justificativas e busca por legitimidades.

São três as agendas que foram desenvolvidas pelo Codem a partir dos planos estratégicos desenvolvidos pelo empresariado, ou para sermos mais claros, por parte dele e em especial por sua elite estratégica: o plano Maringá 2020, de 1996; o Maringá 2030, de 2007 e o Maringá 2047 lançado oficialmente em 2017. Vamos estudar cada um deles.

5.1. O plano Maringá 2020

Em 11 de setembro de 1996, a Acim reuniu os segmentos empresariais que participavam do Movimento Repensando Maringá com o objetivo de traçarem um planejamento estratégico para Maringá até o ano de 2020. A ideia era projetar a cidade 24 anos à frente. Participaram da reunião, realizada em um hotel da cidade, 63 pessoas que discutiram as chamadas diretrizes macro, previamente definidas pelos líderes do Movimento e por sua elite estratégica, para os segmentos produtivos e para o plano social da cidade.

É comum nos discursos de legitima  o elaborados pela elite estratégica dar ênfase    “grande participa  o” de lideranças no evento de planejamento, como que querendo autenticar que “todos” os que tinham condi  es de pensar sobre o futuro da cidade estivessem ali. Esse é o discurso oficial:

O movimento culminou com a realiza  o de um grande seminário com a participa  o da maioria dos representantes da **sociedade organizada** e de lideranças políticas, com o objetivo de se definir o futuro da cidade desejada por todos. Resultou desse seminário a proposta de futuro denominada MARINGÁ 2020, ou seja, a cidade imaginada sob uma perspectiva de 24 anos adiante. Não foi um documento de laboratório e nem teve a pretensão de se constituir num plano de desenvolvimento engessado - foi, antes de tudo, a manifesta  o coletiva de desejos da **coletividade**³⁶, mas com a diferença fundamental de que o alcance desses desejos passou a ser compromisso **compartilhado por todos** (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 10, grifos nossos).

³⁶ Veja a nossa crítica ao termo “coletividade” usado para empresas na nota 21.

Conforme a Revista ACIM, órgão de divulgação do Movimento, entre os participantes estavam o reitor da Universidade Estadual de Maringá, o diretor da TV Cultura de Maringá³⁷, o presidente do Sindicato dos Comerciários, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e o Arcebispo de Maringá, além de “outras dezenas de representantes de sindicatos patronais e de trabalhadores, profissionais liberais, autoridades religiosas, políticas e empresariais, professores e executivos” (GINI, 2011, p. 125).

Para coordenar a reunião de planejamento foram convidados consultores do Sebrae, incluindo o seu superintendente estadual que veio de Curitiba para participar do encontro. A moderação dos trabalhos ficou a cargo do consultor Cláudio Serrato, especialista em dinâmicas de grupo. Todo o planejamento durou oito horas de trabalho: das 14 até às 22 horas. Os temas trabalhados foram: indústria, comércio, prestação de serviços e agricultura; qualidade de vida, educação, saúde e lazer. Segundo Serrato, a participação do Sebrae ajudou no sentido de “como fazer” as coisas pensadas pelo Movimento acontecerem:

Uma série de entidades participaram (sic), UEM, ACIM, FIEP, acho que foram os grandes catalisadores do processo no início e, a partir daí se desenvolveu uma visão do que se queria. Mais, eu acho, que não se tinha muito a forma de como fazer. A forma como poderia ser feito e foi aí que o Sebrae entrou. Nesta visão de como estruturar um método, de como ajudar a estruturar um método onde como pudesse, a partir do envolvimento da participação das pessoas, gerar um resultado, gerar uma sinergia e essa sinergia mais na linha de um compromisso ou comprometimento com esse resultado. É esse desafio que a gente levou, que a gente discutiu bastante no Sebrae para estruturarmos o evento que aconteceu daí em 11 de setembro, que foi o evento que imagino que trouxe a público, tornou realmente válido a partir daí, o Movimento Repensando Maringá (SERRATO apud GINI, 2011, p. 126).

Nesta entrevista, Serrato evidencia que o Sebrae tinha uma preocupação de conseguir extrair dos participantes conteúdos que pudessem significar algo válido para o Movimento, por isso a decisão de trabalhar também com o emocional das pessoas:

[...] isso para nós se tornou realmente um desafio enorme porque precisávamos fazer um evento que extraísse desse público um conteúdo com qualidade, um conteúdo das percepções e dos desejos dessas lideranças mais, também, ao mesmo tempo, nós precisávamos criar um evento que trouxesse crença, que trouxesse sinergia, que trouxesse um diferencial de tudo que já havia sido feito ou que essas pessoas tinham vivenciado [...] e nós resolvemos fazer um trabalho com um processo de dinâmicas onde tivesse o processo participativo como ênfase para extrair de todas as pessoas e que todos que estivessem no evento pudessem opinar, trazer suas opiniões sobre as questões que estavam

³⁷ A TV Cultura era retransmissora da Rede Globo de Televisão.

sendo discutidas, ao mesmo tempo, nos também criamos nesse evento, o objetivo de gerar uma troca de experiências, um intercâmbio de experiências que isso ajudaria a gerar uma relação de proximidade entre as pessoas e de confiança entre as pessoas para que esse processo de confiança fosse estendido na hora das decisões que foram tomadas naquele dia. Também colocamos como um objetivo um processo de trabalho que pudesse trabalhar um dos aspectos do comportamento daquelas pessoas que estavam no evento. Então, muito mais do que produzir uma decisão, transcrever para o papel uma ideia, transcrever uma decisão ou uma proposta, nós queríamos criar nesse evento uma empolgação onde o emocional também estivesse envolvido (SERRATO apud GINI, 2011, p. 127).

Para despertar o emocional dos participantes, a equipe do Sebrae editou um vídeo do filme “Sociedade dos Poetas Mortos” com alguns trechos que falavam do companheirismo e de acreditar sempre no futuro.

Ao fazer a reportagem sobre a reunião em que o Movimento definiu o que se queria do futuro de Maringá, na edição de outubro de 1996, a Revista ACIM informava que ainda não tinha o conteúdo do que havia sido planejado, mas,

O que se pode antecipar é que várias condições foram levantadas para que Maringá consiga atingir seu pleno desenvolvimento. Entre estas condições estão o entrosamento entre a Universidade e a comunidade; o resgate do Planejamento de Maringá; a mudança do modelo agrário e incentivo ao desenvolvimento agroindustrial; a melhor qualificação profissional dos trabalhadores; a união política; a criação do Polo da Indústria Têxtil; o fortalecimento de nossas instituições, principalmente nas áreas de saúde e educação e a maior atenção do Governo do Estado para com a cidade. É preciso haver, enfim, uma mudança de mentalidade (GINI, 2011, p. 128).

Entretanto, visando atualizar o discurso, a Revista ACIM ouviu as impressões de alguns participantes do Planejamento. Carlos Walter Martins Pedro, um dos membros da elite estratégica, destacou que a “luta” estava apenas começando e repetiu uma frase usada à exaustão pelos líderes do movimento: “a comunidade tem que continuar unida, participando, dando ideias e auxiliando na execução das diretrizes do Repensando Maringá”. Hélio Costa Curta, na época presidente da Acim, também usa o termo “comunidade quando se refere aos empresários: “a comunidade tem que ser responsável pelo desenvolvimento econômico, pois o poder público já tem problemas de ordem social, como saúde, educação e habitação”. Sua tese era de que o setor produtivo deveria ser responsável por “definir as prioridades de investimentos”. O arcebispo, D. Jaime Luiz Coelho, é outro que repete o discurso do empresariado: “esta união de forças vivas de nossa sociedade levará ao futuro prefeito e ao

governador um pensamento único, que é a vontade de desenvolver o potencial de nossa região”. Já a fala do reitor da UEM, Luiz Antônio de Souza é uma das mais destacadas pela reportagem:

Quando membros expressivos da comunidade maringaense, num momento nacional de alta competitividade e individualismo exacerbado, se despojam de interesses pessoais e se reúnem em defesa intransigente da retomada do desenvolvimento socioeconômico e cultural de Maringá, é porque algo mudou, e para melhor (GINI, 2011, p. 128).

Para dar legitimidade ao discurso do empresariado, a reportagem ouviu dirigentes dos sindicatos de trabalhadores para que corroborassem a ideia do consenso. João Lino de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Maringá, destacou que o plano era “uma obra fabulosa” e que poderia “mudar nossa realidade, construindo uma política voltada para o interesse comum e criando agentes políticos com representatividade”. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Epifânio Magalhães, o planejamento poderia “acender a chama do desenvolvimento” e que Maringá só teria a ganhar “com a união de classes”. Representando os veículos de comunicação, o diretor da TV Cultura, emissora da Rede Paranaense de Comunicação, Nilson Tadeu Campos Silva, foi enfático: “com o envolvimento tão grande da comunidade, o Poder Público terá que respeitar as decisões do movimento” (GINI, 2011, p. 128).

Questionado se os líderes do Movimento e a elite estratégica influenciaram com algum direcionamento prévio dos assuntos para chegar a um determinado objetivo, o consultor do Sebrae revelou que houve uma série de discussões anteriores para que o resultado do trabalho fosse aquele esperado:

[...] nós participamos dessa discussão por várias vezes porque é uma preocupação que eu sempre tenho quando eu vou produzir um evento, de buscar a realização de um evento, porque por mais que as pessoas estão contratando um evento, muitas vezes elas não têm muito claramente o que elas desejam, como resultado no final, mas elas têm uma ideia: “- olha, nós gostaríamos de sair com uma posição mais ou menos assim”. Ai a gente extraiu dessas pessoas por várias vezes, questionando, contra-questionando: “olha, isso”, “segue com isso”, “tá bom?”, “mas o que mais?” e diante de toda essa expectativa colocada, nós dimensionamos inclusive esse método e a linha de raciocínio que nós queríamos para o evento, aquilo que as pessoas extraíram como em extrato, como um resumo de trabalho dentro de um foco, que os objetivos fossem dentro daquela linha desejada por essa equipe. Ou seja, os principais objetivos que se queria naquele dia era gerar, acima de tudo, uma interação dessas pessoas, para que se gerasse uma proximidade, então o evento tinha esse objetivo de gerar esse senso de uma equipe, as pessoas tinham que passar a partir dali, se vendo um pouco mais integrante de uma equipe para construir um futuro em conjunto. Mas, ao mesmo tempo, a gente tinha que produzir algumas visões sobre o futuro que pudessem canalizar os

esforços das diversas entidades e dos projetos para atingir aqueles objetivos na visão, podemos até chamar de sonho, uma visão de 24 anos à frente naquela época que nós produzimos, mas tinha que ser algo possível de ser realizado, ou seja, não poder ser uma coisa tão pequena que as pessoas não se mobilizam para isso, mas também não pode ser algo tão extraordinário, tão diferente que também as pessoas não se mobilizassem para buscar aquilo porque elas não acreditam que aquilo seria possível. Então, a gente sempre se preocupou com isso. E aí nós desenhamos e discutimos muito a questão dos objetivos fundamentados nisso: “olha, nós queremos gerar integração, queremos gerar algumas diretrizes”, ou seja, um plano que norteie o andamento do Codem, com uma visão de longo prazo, esse prazo nós estabelecemos em conjunto. Inicialmente seria uma coisa de menor prazo, mas, aí nós conseguimos estimular os coordenadores a pensar numa visão de mais longo prazo. Porque a gente sabia que naquele momento era importante pensar mais à frente, até porque numa visão de processo de desenvolvimento sabemos que 24 anos é nada (SERRATO apud GINI, 2011, p. 130).

O paradigma do planejamento estratégico como ferramenta de gestão pública é fundamentado por uma lógica institucionalizada de controle do poder Executivo que gera oportunidades e riquezas para certos agentes sociais e, simultânea e paradoxalmente, impõe ou agrava a miséria e/ou a subordinação para outros.

É aqui que se manifesta uma das maiores contradições do projeto hegemônico do empresariado maringaense. O planejamento estratégico é direcionado para se tornar, de fato, o planejamento urbano que uma elite controla em detrimento de outros atores sociais. Não são levados em conta as dinâmicas próprias de outros grupos, como movimentos sociais por habitação e por saúde, por exemplo, favorecendo os grupos que já detém o capital e o ampliam diversificando os seus negócios. Como veremos a seguir, os projetos do discurso empresarial para uma cidade limpa, competitiva, não encontram sustentáculo quando são comparados os indicadores que apontam que há problemas estruturais na cidade, especialmente para a população que vive à margem da riqueza.

De acordo com Fleury e Silva (2015, p. 36) “é preciso situar a proposta do planejamento urbano no contexto da dinâmica capitalista”, por isso ele não pode escapar da ótica dos conflitos e contradições entre as classes sociais. “Neste sentido, a gestão urbana colabora para a defesa dos interesses da classe dominante na medida em que a organização do espaço urbano passa a ser a visão dos setores hegemônicos, ainda que transmitida como universal” (FLEURY E SILVA, 2015, p 36.)

5.1.1. Os projetos da agenda Maringá 2020

No âmbito das propostas apresentadas no planejamento Maringá 2020 analisamos os procedimentos e instrumentos da ação empresarial como consequência de uma lógica dos

agentes envolvidos em sua crítica ao estado de coisas da economia local naquele momento e a sua justificação do que seria melhor a ser feito pela cidade. Na Acim, por meio de sua elite estratégica, elabora-se o discurso político e social e no Codem o discurso técnico. Ambos são componentes únicos de uma ação discursiva da elite dirigente, de poder, aliada a uma ação política/estratégica que utilizará outros agentes para servirem como meios para o empresariado alcançar os seus objetivos.

Para os organizadores do planejamento, a agenda aprovada significava que a vontade da sociedade civil organizada, a maior instituição da cidade, estava sendo respeitada:

O documento MARINGÁ 2020 refletiu a **vontade** da liderança da **sociedade civil organizada** sobre a cidade e envolve um conjunto de diretrizes gerais orientadoras para o desenvolvimento econômico de Maringá. Essas diretrizes abrangeram sete áreas de abordagem, a seguir arroladas, sendo que para cada uma das áreas foi definido um objetivo geral e as respectivas diretrizes, as quais foram utilizadas para a elaboração dos estudos e projetos e para a formulação das propostas de política de desenvolvimento (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 11, grifos nossos).

Não é difícil perceber pelo discurso apresentado de que a elite estratégica influenciou fortemente para que os temas propostos e vencedores fossem aqueles previamente trabalhados por ela, em reuniões de bastidores

A agenda Maringá 2020 planejou as oito áreas estratégicas da cidade na definição dos empresários. As diretrizes, em resumo, foram as seguintes conforme os quadros a seguir:

Quadro 6
Áreas estratégicas do Maringá 2020 – I

Comunitária	Universitária	Integração Tecnológica	Investimentos
O crescimento da cidade deve ser planejado de maneira a consolidar-se como cidade de porte médio com população aproximada de 500.000 habitantes. Com qualidade de vida, desenvolvimento harmônico com a natureza, com melhor distribuição	Transformar Maringá em centro de excelência de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação universitária.	O crescimento econômico deve ter como fim último o desenvolvimento social e o seu processo contínuo deve buscar sustentabilidade com controle e preservação ambiental.	As oportunidades de negócios devem ser criadas para o aproveitamento dos vazios setoriais e para o alongamento da cadeia produtiva, privilegiando a agroindústria, as atividades de alta agregação de valor e

de renda e que o ser humano possa ser plenamente feliz.			intensivas de tecnologia. Os investimentos em turismo e lazer devem merecer atenção especial.
---	--	--	---

Fonte: CIDADES INOVADORAS, 2011,

Quadro 7
Áreas estratégicas do Maringá 2020 – II

Agricultura e Agroindústria	Comércio e Serviços	Comércio Exterior	Gestão Empresarial
Consolidar Maringá como polo agroalimentar de base tecnológica, com agricultura empresarial forte, diversificada e internacionalmente competitiva.	Aperfeiçoar a vocação de centro prestador de serviços, consolidando a cidade como polo de excelência de serviços de educação e de saúde e aperfeiçoá-la na realização de eventos e nas atividades de turismo, lazer, artes, arquitetura e urbanismo e gastronomia.	Atribuir à cidade a função de centro de comércio internacional, com a constituição de um portal do Brasil e do Resto do Mundo para o Mercosul e vice-versa.	Alcançar modelo econômico sustentável, com atividades de grande agregação de valor que proporcionem elevados níveis de emprego e renda à população local.

Fonte: Idem

As diretrizes trabalhadas no planejamento e que foram aprovadas como sendo a agenda Maringá 2020 já faziam parte de outros projetos da Associação Comercial. Embora o planejamento tenha contado com a participação de outros segmentos e até de representação de trabalhadores, o que valeu foi a direção dada pela elite estratégica do Movimento Repensando Maringá.

A partir do Maringá 2020, os empresários validaram consensualmente uma forma de atuação com grande interferência nas políticas urbanas. O planejamento orientou o discurso de que para a cidade superar a crise do início dos anos 1990 era necessário torná-la competitiva para a atração de investimentos e para o desenvolvimento regional. Esse era o discurso que pautou o Movimento Repensando Maringá (GINI, 2011). Um discurso elaborado pela alta cúpula dirigente da Associação Comercial e que ganhou a adesão dos professores do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. Em matéria jornalística

publicada no jornal O Diário do Norte do Paraná sobre o lançamento do Movimento, há o comentário de que a sua intenção era “auxiliar na retomada do desenvolvimento do município”, que vinha sofrendo com a falta de projetos e “com o descaso do governo estadual e com as políticas econômicas do Governo Federal” (GINI, 2011, p. 133). O diretor da Fiep e presidente do Sindimetal na época, Carlos Walter Martins Pedro, membro da elite estratégica, anunciava a razão da ação empresarial naquele momento:

Já que perdemos os modelos econômicos que tínhamos, precisamos substituí-los. Nunca foi feita uma análise de conjuntura de Maringá: o que somos, o que precisamos, para onde vamos. Precisamos de um modelo para seguir. Estamos fazendo este movimento porque não estamos vendo ações que apontem uma saída (MARTINS PEDRO apud GINI, 2011, p. 133).

Pensar a cidade quase 24 anos à frente, convenhamos, não seria possível de ser feito em apenas oito horas de planejamento estratégico. Fica claro, pelos discursos apresentados, que a elite estratégica da Acim buscou estabelecer um consenso entre os participantes, por intermédio do “envolvimento das pessoas, no intercâmbio de experiências, na troca e no emocional” (SERRATO apud GINI, 2011, p. 134). Nesse consenso, as diretrizes para até 2020, revelam a necessidade de transformar Maringá em uma cidade competitiva, empreendedora, que soubesse vender a sua marca, na época entendida como a boa qualidade de vida.

O discurso do planejamento, uma das ferramentas da dominação gestonária segundo Boltanski (2009) é um dos mais enfáticos do empresariado, ou melhor, de quem fala pelo empresariado, a elite estratégica. A incapacidade do Legislativo em planejar é colocada nas entrelinhas dos discursos. Contudo, há discursos explícitos. José Carlos Valêncio, engenheiro civil que foi vereador entre 1994-1998 e ocupou a presidência da Câmara no ano em que o Codem foi criado, tornou-se empresário logo após encerrar o mandato e passou a fazer parte do grupo dirigente da Acim, vindo a ser posteriormente o seu presidente. Ele justifica a incapacidade de planejamento dos vereadores:

Existe o dia a dia da Câmara, planejamento é muito pouco, porque a pessoa sabe que ela está trabalhando quatro anos, e ela tem que trabalhar paralelamente a sua campanha, se ela quiser continuar. Então, isso inibe você de ter tempo para planejar. Como vou saber planejar se o meu mandato é de quatro anos, é um mandato temporário. Termina um mandato, morreu, se você não quiser continuar você morreu com seu mandato, você volta a ser um simples mortal ali. Então não havia condição de uma câmara de vereadores, de legisladores, pensar nisso (VALÊNCIO apud GINI, 2011).

A lógica da ação coletiva do empresariado e a atuação discursiva da elite estratégica reafirma a sua condição de agente político preponderante na formatação das políticas públicas de desenvolvimento econômico em Maringá. No plano simbólico, traz efeitos consideráveis sobre a política e a democracia, colocando em oposição diversos outros agentes sociais, como movimento sociais e sindicatos de trabalhadores. Esta é uma das mais aparentes contradições que a atuação do Codem tem escancarado em Maringá.

5.1.2. A agenda Maringá 2020 e a política partidária

O planejamento Maringá 2020 teve importante papel nos processos eleitorais que se seguiram de 1996 até 2008. Por tratar-se de um documento carregado do discurso desenvolvimentista e da retomada do crescimento econômico pelo município, a agenda foi apresentada como uma pauta reivindicatória nas eleições municipais de 1996 (ano em que o Codem ainda não havia entrado em funcionamento) e serviu como referencial para o documento “O que Maringá espera do novo governo” para as eleições ao governo do Estado, em 1998. Novamente, nas eleições municipais de 2000, 2004 e 2008 esse documento serviu para o empresariado divulgar suas propostas, assim como nas eleições estaduais e presidenciais de 2002.

5.1.2.1. Eleições de 1996 e 1998

Nas eleições de 1996, muito embora todos os nove candidatos tenham recebido a agenda e se comprometido em algum grau com as propostas nela consignadas, não houve tempo hábil para uma cobrança da assimilação de seus pontos pelos candidatos em suas campanhas, uma vez que o anseio dos empresários era ver o Codem ser efetivamente implantado, o que se deu somente em 1997 já sob o novo governo municipal. Todavia, o prefeito eleito, Jairo Gianoto (PSDB) teve amplo apoio do empresariado e da chamada sociedade civil organizada pelo fato de ter como bandeira de campanha a paz política. Na visão de muitos empresários, um dos motivos da cidade estar emperrada economicamente e de não receber a devida atenção dos governos estaduais era a intensa polarização entre dois grupos políticos, um controlado pelo PMDB³⁸ e outro pelo PFL, que se revezavam no poder desde a época do bipartidarismo e que tinham como estratégia de ação desconsiderar obras e benfeitorias do prefeito anterior.

³⁸ O grupo do PMDB tinha a liderança do prefeito Said Ferreira, que já havia sido prefeito antes e duas vezes deputado federal. O grupo do PFL era liderado pelo deputado federal Ricardo Barros, que havia sido prefeito entre 1989-1992, sendo o mais jovem da história de Maringá (29 anos). Na primeira gestão de Ferreira, Barros foi o seu secretário de Urbanização.

Para as eleições estaduais de 1998, o Codem utilizou a agenda Maringá 2020 para elaborar o documento “O que Maringá espera do novo governo”. O documento foi saudado como algo inédito na recente história da cidade em uma reportagem na Revista ACIM:

Numa atitude inédita, integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), formado por diversos setores da comunidade, se reuniram, em julho, e elaboraram um farto documento intitulado “O que Maringá espera do novo governo”. As propostas visando o desenvolvimento organizado do município e melhorias nos setores da saúde, educação e infraestrutura estão contidas no manual que tem 38 páginas e que foi entregue a todos os candidatos ao governo do Estado e a deputados estaduais e federais (GINI, 2011, p. 177).

Paralelo a essa ação, o Codem também liderou um movimento para aumentar a representatividade parlamentar de Maringá. Com o patrocínio financeiro da Acim, a dita sociedade civil organizada lançou em agosto de 1998, dois meses antes da eleição, a campanha “Maringá Vai Ganhar – Vote para Deputado”. A proposta dessa campanha surgiu depois que os técnicos do Codem analisaram que nas eleições de 1994, dos 156 mil eleitores do município apenas 80 mil votaram em deputados. Os cálculos eram de que a cidade poderia ter elegido, ao invés de seis deputados, dez representantes, sendo cinco em cada parlamento. Outra preocupação que havia era pelo fato de ser a primeira eleição com urna eletrônica na cidade e poderiam ocorrer muitos votos nulos o que prejudicaria o coeficiente eleitoral. Uma elaborada campanha publicitária foi realizada. O texto da campanha divulgada na mídia dizia:

As eleições estão chegando. Precisamos de recursos para realizar os benefícios que nos conectem com o próximo milênio. A força política de Maringá, com nossos representantes em Brasília e em Curitiba, vem conquistando investimentos que significam grandes mudanças para a cidade e região. E este trabalho tem que ser ampliado. Nós precisamos de mais deputados estaduais e federais **defendendo nossos interesses**. Por isso, não fique sem argumentos para exercer a cidadania: não vote nulo, nem em branco. Vote por Maringá, vote para Deputado. Deputado traz recursos e benefícios para a cidade (GINI, 2011, p. 175, grifos nossos).

Terminado o pleito de 1998, ao invés da cidade ter um aumento no seu quadro de representantes ocorreu o contrário. Apenas dois deputados federais foram eleitos (antes eram três) e a representação na Assembleia Legislativa manteve com três deputados, todos novatos. Como os percentuais de votos para deputados aumentaram consideravelmente em relação a eleição anterior (20,41% para deputado estadual e 32,12% para deputado federal), os empresários culpavam o grande número de candidatos pela não ampliação da representatividade (GINI, 2011, p. 176).

Para o governo do Estado naquele ano, o Paraná acabou reelegendo Jaime Lerner (PFL), mas o candidato adversário, Roberto Requião (PMDB), foi o mais votado em Maringá. Este fato preocupou as lideranças empresariais da cidade que temiam um distanciamento do governador em represália por perder a eleição na terceira maior cidade do Estado. Assim, as lideranças do Codem trataram logo de questionar o governador se ele havia estudado as propostas do documento “O que Maringá espera do novo governo” e se daria apoio às ações do Conselho. Em entrevista à Revista ACIM em novembro de 1998, Lerner destacou:

Recebi e analisei cuidadosamente. Este documento é mais uma ferramenta para me auxiliar no Governo. Como já disse anteriormente, o envolvimento da sociedade consolida um processo de gestão participativa. É a partir dessas discussões que podemos dimensionar melhor os projetos e programas do governo. Todas as propostas que puderem ser incorporadas ao programa de governo, serão implementadas (LERNER apud GINI, 2011, p. 177).

Vale ressaltar que muito mais do que esperar que o governo estadual encampasse ou não seus projetos, o que o empresariado estava testando, de fato, era a sua capacidade de mobilização e organização. Se fazer ouvido nas altas instâncias do poder dava ao empresariado maringaense a legitimação de seu discurso e de suas ações perante a chamada “sociedade civil organizada”. Por conta disso, o Codem insistirá em reproduzir o documento e suas propostas por dez anos.

5.1.2.2. Eleições de 2000 e 2002

As eleições municipais de 2000 foram a primeira na história de Maringá com votação em dois turnos pois, em 1999 a cidade havia alcançado mais de 200 mil eleitores. Também foi a primeira vez em que um prefeito poderia disputar uma reeleição por conta da emenda constitucional que permitiu a reeleição para os cargos executivos em todo o país. Por estratégia do Codem, a sociedade civil organizada deixou para o segundo turno a entrega aos dois candidatos do documento “O que Maringá espera do novo governo”.

Jairo Gianoto (PSDB) lançou-se à reeleição. Outros oito candidatos também entraram na disputa. Mas, durante a campanha uma série de denúncias contra Gianoto, especialmente sobre o desvio de verbas públicas a partir da sua Secretaria de Fazenda, para uso pessoal, acabaram com suas chances. Para o segundo turno os mais votados foram José Claudio (PT) e Dr. Batista (PTB), com uma diferença de menos de quatrocentos votos entre eles, favorável ao candidato petista. Era a primeira vez desde a redemocratização que um candidato do Partido dos Trabalhadores tinha chances reais de vencer a eleição.

Pouco antes de se iniciar a campanha do segundo turno, estourou o escândalo de desvio de recursos na Prefeitura e a comprovação, pelo Ministério Público de que mais de R\$ 3,5 milhões haviam saído dos cofres do município direto para contas pessoais do prefeito. Temendo ser afastado pela Justiça o prefeito solicitou o seu afastamento na Câmara, já sabendo do mandado de prisão para o seu secretário de Fazenda³⁹.

Com uma campanha voltada para o combate à corrupção e pela moralidade, tendo recebido o apoio direto do empresariado⁴⁰, o candidato do PT, José Claudio, microempresário e advogado, aderiu totalmente ao plano apresentado pelo Codem e negociou com a Acim e o Codem o direito de a dita “sociedade civil organizada” indicar o novo secretário de indústria e comércio, caso viesse a ser eleito. Além dessa aliança explícita, José Claudio apresentou 12 propostas para o segundo turno sendo que onze delas tinham relação com as temáticas do empresariado:

- 1) Apoio às iniciativas do Codem, no sentido de se criar incentivos municipais para o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas já existentes na cidade, as quais terão prioridade nos incentivos fiscais. Se Maringá se tornar um excelente local de produção e vendas para as empresas implantadas há bastante tempo, isso atrairá, naturalmente, outras que queiram participar do desenvolvimento da cidade. A partir daí, o Codem estabelecerá quais empresas deverão ser atraídas.
- 2) Tendo em vista a criação da cooperativa de crédito dos empresários, um banco de cunho social, caberá à prefeitura apoiar seu fortalecimento, assim como destinar recursos que propiciem linhas de crédito com taxas diferenciadas para as micro e pequenas empresas [...]
- 3) [...]
- 4) Consolidação da Agência de Desenvolvimento Regional – ADR, que conta com a articulação da UEM e da Acim, para estudar e criar novos (sic) nichos de crescimento de negócios e de empregos, não só em Maringá como também nas cidades vizinhas, sobretudo nos ramos de turismo e serviços.
- 5) Criar a Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- 6) Estabelecimento de uma política tributária justa para todos, decorrente de debates francos com as partes interessadas: município e contribuintes, a respeito de IPTU, ISSQN e demais taxas.
- 7) Implantar a Cidade Industrial de Maringá.
- 8) Consolidar o Centro Tecnológico de Maringá (antigo Cefet) e ampliar sua capacidade de formação de mão-de-obra especializada.

³⁹ As denúncias contra Gianoto foram levadas ao Ministério Público pelo ex-prefeito Said Ferreira em abril de 2000. Seu secretário de Fazenda, Luiz Antonio Paulichi, teve a prisão decretada e fugiu da cidade. Foi preso em dezembro daquele ano. Após outras apurações chegou-se ao montante de R\$ 100 milhões desviados dos cofres públicos. Gianoto foi preso em 2006 e Paulichi acabou sendo assassinado em 2011 quando estava em liberdade condicional.

⁴⁰ A aproximação do candidato do PT com o empresariado fazia parte das recomendações da direção nacional do PT, conforme as teses do 2º. Congresso do Partido em 1999. Como exemplo concreto, temos a aliança entre Lula e o industrial José Alencar (PL) para as eleições de 2002, quando o PT saiu vitorioso.

- 9) Organizar, em conjunto com a Acim, campanhas que promovam Maringá como centro regional de comércio e indústria, ou seja, como uma Capital de Negócios. Uma primeira medida, nesse sentido, é o projeto Cidade Luz.
- 10) Assumir e liderar resolutamente as campanhas de nível macrorregional que resultem em conquistas de obras de infraestrutura, como a duplicação das rodovias de acesso a nossa cidade (Maringá-Guaíra, Maringá/Cascavel/Foz, Maringá/Curitiba e Maringá/Paranavaí).
- 11) Implantar o sistema redutor social de impostos e taxas.
- 12) Converter Maringá em polo turístico nacional, aproveitando tanto sua beleza natural quanto sua localização estratégica para o Mercosul, sobretudo o ecoturismo e o turismo rural (GINI, 2011, p. 183-185).

Eleito com a votação recorde de 107.320 votos, José Claudio cumpriu a promessa ao nomear para a Secretaria de Indústria e Comércio, por indicação do Codem, a ex-professora do Departamento de Administração da UEM, Rosa Izelli Martins, que também havia sido diretora da Incubadora Tecnológica de Curitiba. Em entrevista à Revista ACIM, o empresário Jefferson Nogaroli, membro da elite estratégica da cidade, presidente da Acim e vice-presidente do Codem, resumiu assim o entendimento do empresariado sobre a eleição do petista:

Nesses anos todos compondo a diretoria (e agora ocupando a presidência) da ACIM, aprendi uma lição vital. A de que a sociedade organizada é forte o suficiente para alterar os rumos da história. Acho que o melhor exemplo a ser citado é o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), que hoje integra mais de 200 representatividades locais e é ponto de referência na cidade e região. Tenho dito e ouvido que **o Codem foi o grande vencedor dessas eleições** (NOGAROLI apud GINI, 2011, p. 186, grifo nosso).

Em outras palavras, Nogaroli não dava o crédito para a campanha do PT, vencedora nas urnas, e sim para o projeto do empresariado, como se a campanha política tivesse sido uma campanha do Codem: “nós é quem vencemos”.

Fato é que a gestão do PT em Maringá foi sempre muito alinhada com as expectativas do empresariado. Mais adiante nesse trabalho iremos destacar a concretização de algumas dessas propostas, o que coroou de fato os esforços do Codem. Só não foram realizadas todas as ideias porque em maio de 2002 o prefeito José Claudio precisou se afastar da prefeitura para tratar um câncer que acabou tirando-lhe a vida em setembro do ano seguinte. O vice-prefeito, João Ivo Caleffi (PT), enquanto esteve interinamente no cargo pouco fez. Quando assumiu a titularidade após a morte do prefeito, demonstrou ser incapaz de ter um diálogo mais efetivo com o empresariado, muito também pelo fato de terem surgido outras lideranças dentro do partido que aspiravam a disputa da prefeitura em 2004.

No âmbito estadual, novamente o Codem liderou a campanha para o aumento do quadro de deputados e apresentou as suas propostas, “O que Maringá espera do novo governo”,

para os dois candidatos que foram para o segundo turno na disputa pelo governo estadual, Álvaro Dias (PDT) e Roberto Requião (PMDB). Também, pela primeira e única vez, entregaram o mesmo documento para os candidatos à presidência da República quando estes estiveram em campanha na cidade: Lula (PT), José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB).

Com respeito à campanha para o aumento do número de representantes na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, mais uma vez houve insucesso. Apenas um deputado estadual foi eleito (na legislatura anterior eram três) e houve a manutenção dos dois deputados federais. Depois, desses resultados, a estratégia do Codem se concentrou em trabalhar apenas as propostas indutoras com os candidatos municipais sem perder energia com situações que fugiam do controle da entidade, como as eleições estaduais.

5.1.2.3. Eleições de 2004 e 2008

Para as eleições municipais de 2004 com oito candidatos na disputa, o Codem deixou para o segundo turno o trabalho de divulgação do seu plano “O que Maringá espera do novo governo”. Os dois candidatos que foram para a disputa final, João Ivo (PT) e Sílvio Barros (PP), foram ouvidos em reuniões separadas realizadas na sede da Acim, ocasião em que receberam as propostas do Codem.

Evitando polarizar a campanha, uma vez que a diferença de votos do primeiro turno entre os dois candidatos era pequena (49.706 votos para João Ivo e 43.133 votos para Sílvio Barros), o secretário do Codem e presidente da Acim, Ariovaldo Costa Paulo, publicou um editorial na Revista ACIM, poucos dias antes do segundo turno, com o título “Democracia ou guerra de interesses?”. No artigo defendia que as entidades deveriam ser neutras no processo eleitoral, bem como os órgãos de comunicação e o Poder Judiciário, criticando no caso as pesquisas eleitorais que davam no segundo turno João Ivo e Doutor Batista. Defendendo a posição neutra do empresariado, ao contrário do discurso de Nogaroli, na eleição anterior, Costa Paulo conclui o artigo:

E agora, para o 2º. turno, em conjunto com o Codem e demais entidades da cidade, reunimos os dois candidatos, em momentos diferentes, com o objetivo principal de levá-los a assumir compromissos com a continuidade de projetos importantes. É dessa forma que se faz a democracia. Temos de ter responsabilidade como empresários, como líderes e formadores de opinião (COSTA PAULO apud GINI, 2011, p. 188)

A posição de neutralidade do empresariado pode ser compreendida pelo fato do bom relacionamento que o Codem e a Acim tinham com o PT no poder, beneficiado pelo fato do presidente Lula também ser um aliado do governador do Estado, Roberto Requião, por um lado, e de outro o relacionamento de proximidade com o candidato Sílvio Barros, que era conselheiro da área de Comércio e Serviços da Acim e que havia participado do Codem como consultor desde que voltou a fixar residência na cidade em 2003. Desse modo, qualquer dos dois candidatos que fosse eleito seria do interesse da “sociedade civil organizada”.

Eleito prefeito com 92.052 votos, Sílvio Barros apropriou-se dos projetos da agenda Maringá 2020, mostrando total sintonia com o discurso do Codem naquele momento: o destaque sobre a qualidade de vida da cidade (cidade saudável e limpa); a atração de empresas de base tecnológica; a consolidação de Maringá como centro de eventos (turismo de compras) e a atuação direta da prefeitura com os empresários (GINI, 2011, p. 190). Sobre esse último tópico, Barros assinalava:

Vamos incrementar ainda mais a política de parceria com o Codem. A classe empresarial, junto com a prefeitura, tem a possibilidade de definir uma situação invejável para aumentar a competitividade de Maringá na atração de investimentos e negócios. Prefeitura voltada a atrair empresas todos os municípios do Brasil têm. Mas um Conselho de Desenvolvimento Econômico, com mais de cem instituições privadas atuando junto com a prefeitura, com um orçamento público para ser gerido, quantas cidades têm? Esse é o diferencial de Maringá. Eu quero fortalecer essa parceria, porque é isso que faz de Maringá uma cidade diferente das outras (BARROS apud GINI, 2011, p. 191).

Nas eleições estaduais e nacionais de 2006, o Codem não se preocupou em levar propostas para os candidatos, pois já era dada como certa a reeleição do governador Roberto Requião e do presidente Lula, o que acabou se confirmando. Tampouco houve qualquer campanha para aumentar a representação parlamentar em Curitiba e Brasília, uma vez que o empresariado havia mudado esse foco. Curiosamente, naquela eleição foram eleitos quatro deputados estaduais e foram mantidos os dois federais.

Finalmente, nas eleições municipais de 2008 o Codem já havia atualizado o plano Maringá 2020 para Maringá 2030, como veremos no próximo tópico. A partir daquela eleição o Codem deixou de apresentar as propostas aos candidatos, pois o empresariado compreendia que já era algo consolidado e que com vários projetos em andamento dificilmente um prefeito deixaria de ouvir a classe empresarial. Na verdade, com a reeleição de Sílvio Barros já no primeiro turno, sem ser incomodado por qualquer um dos seus concorrentes, havia uma demonstração de que o Codem finalmente havia se emancipado com apenas 10 anos de atuação.

5.2. O plano Maringá 2030

Completados 10 anos da implantação do Codem, o empresariado deliberou fazer uma avaliação da evolução do processo de desenvolvimento econômico da cidade de Maringá. Ou seja, a cidade sonhada para 2020 evoluíra como havia sido planejado? Para isso foram levantadas e quantificadas informações econômicas comparativas de antes da existência do Codem até aquele período, servindo de indicadores do desempenho de Maringá todas as áreas contempladas na agenda Maringá 2020.

A avaliação foi feita em um seminário realizado no mês de junho de 2007 que reuniu a assembleia geral do Codem, plenário e suas câmaras técnicas e comissões. As conclusões foram assim resumidas:

- a) Na maioria das áreas a cidade evoluiu de modo bastante satisfatório e, em alguns casos, além do que se poderia esperar;
- b) Muitos dos desafios definidos para 2020 praticamente já estão superados, não mais se constituindo, portanto, em desafio e abrindo espaço para que novos sejam propostos;
- c) O alcance de outros objetivos se encaminha satisfatoriamente;
- d) Alguns projetos estratégicos, porém, merecem especial atenção para que os objetivos a eles vinculados possam ser concretizados, como, por exemplo: melhorar a distribuição de renda; viabilizar as condições mínimas para o aumento do valor agregado da produção com tecnologia mais intensiva, ou seja, ampliar a incubadora tecnológica e implantar o parque tecnológico; criar novas áreas de industrialização com infraestrutura disponível; efetivar a transformação do aeroporto em unidade de negócios, acelerando seu processo de internacionalização; dinamizar a solução para a destinação e eliminação do impacto do lixo urbano (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 13).

Todavia, se olharmos atentamente os indicadores disponíveis veremos alguns dados que contradizem o discurso do Codem. O primeiro deles é com respeito à população. Na Agenda Maringá 2020, a meta era que a cidade chegasse em 2020 com 500 mil habitantes, consolidando-se como metrópole regional. Todavia, no período de 10 anos, a população passou de 267.878 moradores para 325.968, um aumento de 21,6% (quadro 8) o que se mostrava insuficiente para alcançar o número desejado nos treze anos seguintes, como, de fato, ocorreu, pois, a população estimada de Maringá em 2020, segundo o IBGE é de 430.157 habitantes.

Quadro 8
População de Maringá – 10 primeiros anos do Codem

1997 (contagem)	2000 (censo)	2007 (estimada)
267.878	288.653	325.968
crescimento	7,75%	13%

Fontes: IBGE, Contagem populacional 1996; IBGE Censo Demográfico 2000; IBGE, População estimada 2007

A proposta inicial previa que a cidade deveria se desenvolver com qualidade de vida, com melhor distribuição de renda e dessas condições para que o “ser humano possa [pudesse] ser plenamente feliz” (CIDADES INOVADORAS, 2011). Se olharmos a evolução da renda *per capita* média do maringaense no período de 10 anos veremos que houve um aumento de 31,16%, um valor bem abaixo da reposição da inflação no mesmo período. Em outras palavras, não houve ganho real além da inflação na renda do morador de Maringá, sem falar no aumento populacional importante no período. Quando se observa a redução da desigualdade melhorando o coeficiente de Gini de 0,55 para 0,49 (quadro 9), convém destacar que para o período e para as propostas que foram propaladas pelo Codem, o resultado foi, no mínimo, uma consequência natural da diminuição da desigualdade no próprio país, conforme podemos ver no quadro 10 quando comparamos Maringá com Londrina, a segunda maior cidade do Paraná e com Bauru, no Estado de São Paulo, município do mesmo porte.

Quadro 9
Indicadores de renda, pobreza e desigualdade – 2000 e 2010

	MARINGÁ	
ANO	2000	2010
Renda <i>per capita</i> média	916,87	1.202,60
Proporção de pobres (%)	5,39	1,39
Coeficiente de Gini	0,55	0,49

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento do Brasil, 2013

Quadro 10
Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* segundo municípios
Período: 1991, 2000 e 2010

	Maringá	Londrina	Bauru
1991	0,5087	0,5686	0,5244
2000	0,5569	0,5752	0,5828
2010	0,4937	0,5226	0,5596

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Por fim, quando é verificado que houve uma redução significativa no percentual da proporção de pobres no período, não há motivos para comemorações mais efusivas pois, não há indicadores que sustentem essa possibilidade sem outros vieses, tais como a exclusão da população pobre para outros municípios da região metropolitana de Maringá, especialmente Sarandi e Paçandu, como destaca Trevizan Filho (2020):

O que os gestores públicos não conseguiram prever ou entender é que o marketing sobre os índices que alavancam a imagem de excelente cidade para viver também é o que atrai brasileiros de todos os cantos do país. Se empresários e profissionais liberais da classe média alta deixam as capitais em busca de melhor qualidade de vida em Maringá, um número bem maior de desassistidos chegam para tentar a sorte e juntar-se aos milhares de trabalhadores obrigados a morar nas cidades da região, além de sofrerem com o alto índice de desemprego (TREVIZAN FILHO, 2020, p. 314).

Não poderíamos deixar de registrar que, de 1997 a 2007, nos dez primeiros anos do Codem, a Prefeitura de Maringá aprovou 27 Condomínios Horizontais Fechados – CHFs na área urbana da cidade. Foi o número recorde de toda a história do município, que havia aprovado 11 empreendimentos dessa modalidade de moradia de alto padrão em Maringá entre 1987 a 1996.

Quadro 11
CHF's aprovados em Maringá – 1997-2007

Nº.	Nome	Data da aprovação	Área (m²)
01	Cond. Horizontal Portal de Sevilha	04/02/1997	29.625,08
02	Cond. Residencial Aghata	18/06/1997	6.910,20
03	Parresh Condomínio Horizontal	13/08/1998	31.790,01
04	Condomínio Monte Hermon	24/07/2000	59.482,54
05	Condomínio Petit Village	03/03/2000	13.162,50
06	Cond. Residencial Quinta da Torre	14/12/2000	17.278,96
07	Cond. Residencial Céu Azul	19/12/2000	4.352,09
08	Cond. Nashville Residence	06/04/2001	71.804,69
09	Cond. Residencial das Acácias	28/05/2001	6.749,34
10	Cond. Residencial Pasárgada	12/06/2002	5.072,65
11	Cond. Renascense	20/12/2002	39.036,06
12	Cond. Residencial Ingá Ville	20/12/2002	8.847,78
13	Cond. Horizontal Alhambra	22/11/2002	11.216,40
14	Cond. Residencial Vila Fontana	13/12/2002	54.330,29
15	Cond. Residencial Versailles	21/07/2003	26.450,94
16	Condomínio Greenfields	07/02/2003	26.374,99
17	Cond. Horizontal Plaza España	13/11/2003	12.555,95
18	Cond. Horizontal Everest	27/04/2004	39.184,74
19	Cond. Horizontal Recanto da Serra	30/08/2004	58.852,70
20	Cond. Vale do Sol	06/12/2004	7.672,25
21	Cond. Horizontal Portal de Segóvia	24/11/2004	51.806,13
22	Condomínio Parthenon	24/11/2005	36.060,33
23	Cond. Horizontal Saint Etienne	02/06/2006	39.726,18
24	Condomínio Residencial Vinhedo	14/03/2006	32.707,81

25	Cond. Horizontal Villagio Bourbon	20/09/2006	157.087,00
26	Residencial Maanaim	06/02/2007	19.710,11
27	Cond. Horizontal Vale Verde	01/11/2007	19.594,38

Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, Secretaria de Planejamento, Geoprocessamento

Os CHFs apresentam-se como uma contradição dentro do discurso do Codem e das propostas da Agenda Maringá 2020, especialmente aqueles que previam “uma cidade dinâmica e harmônica para o ser humano viver feliz”. Caldeira (2000) denomina esses condomínios como “enclaves fortificados”, que geralmente estão implantados na periferia das médias e grandes cidades (o que não é o caso de Maringá⁴¹) e se apresentam cercados por muros altos e eletrificados, “com suas entradas equipadas com guaritas e, de ordinário, fechadas por cancelas, vigiadas por agentes de segurança privados que controlam seu acesso mediante prévia identificação, permitindo o acesso somente aos residentes ou às pessoas por estes autorizadas” (GALVÃO, 2012). Com isso, a livre entrada e circulação de pessoas estranhas àquele ambiente fica totalmente proibida. O CHF é um espaço de segregação e não de harmonia entre natureza e ser humano, pois suas ruas, praças, jardins e espaços que deveriam ser públicos são privatizados dentro dos seus muros. Dessa forma, os CHFs:

[...] retiram de uma parte da cidade a inter-relação **casa** $\frac{\text{||}}{\text{||}}$ **rua, espaço privado** $\frac{\text{||}}{\text{||}}$ **espaço público, vida privada protegida pelos muros da casa** $\frac{\text{||}}{\text{||}}$ **vida pública aberta aos outros**. No caso dos loteamentos fechados, essa vida pública perde esse caráter, pois um outro mundo a separa da cidade aberta (SOBARZO MIÑO, 2004, p.124, grifos nossos).

Embora, como vimos o discurso de cidade ideal não se coadunou com o da cidade real, o empresariado representado pela sua elite estratégica definiu que, passados 10 anos do primeiro planejamento era o momento de se pensar em algo novo. Isso fez com que a assembleia do Codem deliberasse pela definição de uma nova proposta de futuro para Maringá para “pensar” a cidade mais 10 anos à frente do projeto original, ou seja, até 2030. A forma realizada foi a mesma de 1996, inclusive com a mediação do mesmo consultor do Sebrae. A versão final do documento foi votada em nova assembleia geral realizada no mês de fevereiro de 2008, quando o prefeito Sílvio Barros recebeu oficialmente o plano Maringá 2030.

O presidente do Codem, Luiz Fernando Ferraz assim se expressou com respeito ao planejamento: “O documento simplesmente denominado Maringá 2030 será o norteador de

⁴¹ Em Maringá a dinâmica da localização dos CHFs é diferente, pois as pessoas que têm possibilidade de adquirir um lote, ou mesmo uma residência pronta em um CHF, preferem a proximidade do centro tradicional da cidade ao invés da periferia, ou mesmo fora do perímetro urbano, com provam os empreendimentos deste tipo na área rural, como o Alphaville e os Jardins de Monet que se transformaram em fracasso de vendas.

todas as ações, estratégias, estudos, projetos e propostas a serem produzidos e submetidos pelo Codem como políticas de desenvolvimento econômico para Maringá” (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 6). Contudo, devido às críticas de organizações que não participaram do planejamento, como ONGs e grupos políticos, e pela Câmara de Vereadores, que ficou mais uma vez fora do processo, o tom da relevância política do documento foi amenizado pelo próprio Codem:

Maringá 2030 não tem pretensão alguma de ser um plano de desenvolvimento econômico para o Município de Maringá e nem de um plano estratégico. Representa somente um conjunto de propostas coerentes entre si que se espera capazes de construir a cidade almejada, processo viabilizado pelo indispensável compromisso da sociedade organizada de conduzi-lo juntamente com as autoridades constituídas (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 7).

A mudança no discurso, em certa medida, reflete o cuidado da elite que fala pelo empresariado em não melindrar o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. Todavia, o texto da agenda Maringá 2030 é um reflexo dos projetos do Executivo que, naquele momento estava se preparando para iniciar a campanha de reeleição, o que acabou por se concretizar com amplo apoio desse empresariado ainda no primeiro turno.

O texto introdutório da agenda dizia que o documento era uma proposta de futuro para a cidade e que “representa os desejos manifestados pelas lideranças locais da sociedade civil organizada e **da representação política**” (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 16, grifos nossos).

Pela primeira vez, em um documento do Codem há a inserção explícita de que a Agenda também era um desejo da “representação política”. Todavia, por essa representação podemos ler como sendo apenas o Executivo. A constatação é simples. Na “Moção de Apoio às Propostas para MARINGÁ 2030” incluída no livro “Cidades Inovadoras – Maringá 2030”, não há o registro de nenhum representante da Câmara de Vereadores. Em contrapartida, há assinaturas de 11 representantes da prefeitura (ver Apêndice).

As propostas foram elencadas em quatro grandes áreas: Cidade, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Cidadania, contra oito áreas da agenda anterior. Em cada área foram definidos os objetivos, as diretrizes e as estratégias. Os objetivos e diretrizes diziam respeito ao desejo dos empresários, com a força de sua elite de classe, e as estratégias ao que deveria ser feito junto ao poder Executivo para que fossem alcançadas. Em suma, a estratégia estava intimamente relacionada com o poder de influenciar o governo por parte do

empresariado, partindo sempre de uma justificação muito bem elaborada, típica da *city* por projetos (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009).

A seguir, nos quadros 12 e 13 expomos, de forma ordenada, como ficaram definidas as demandas, seus objetivos e estratégias na agenda Maringá 2030.

Quadro 12
Objetivos do plano Maringá 2030

Cidade	Desenvolvimento Econômico	Meio Ambiente	Cidadania
Ser uma cidade que proporcione alto nível de qualidade de vida, com qualidade urbana, preservação ambiental, sistema de transporte de alto padrão, e que seja segura e moderna, exportadora de know-how em planejamento urbano, preocupada com o desenvolvimento regional e metropolitano, e, com crescimento populacional, ordenado e estabilizado em 500.000 habitantes.	Tornar-se uma cidade economicamente desenvolvida, com elevados níveis de emprego e riqueza e com renda mais equitativamente distribuída, com modelo econômico que garanta forte crescimento, ambiental e tecnologicamente sustentável e que tenha como fim último o desenvolvimento social, consolidando-a como centro de excelência em educação, em saúde, em infraestrutura logística e em desenvolvimento tecnológico, exportadora de tecnologia para o mundo e reconhecida como centro de comércio internacional.	Alcançar o <i>status</i> de cidade ecologicamente correta e ambientalmente desenvolvida, de modo a contribuir significativamente para a redução do aquecimento global, transformando-a em cidade exportadora de conhecimento em planejamento urbano de meio ambiente.	Propugnar por uma cidade em que o Ser Humano seja valorizado, participativo da definição e responsável pela construção do futuro de sua cidade, pelo bem-estar dos cidadãos e pela preservação ambiental, viva num ambiente seguro, saudável, possuidor de bom nível educacional, de conhecimento científico e tecnológico, culto e feliz, onde a participação comunitária se constitua em marca que a distingue das demais cidades.

Fonte: CIDADES INOVADORAS, 2011

Na justificativa para os objetivos elencados, o Codem destacava que o predomínio do plano era o desenvolvimento econômico e que as demais áreas seriam por ele beneficiadas.

O conjunto de Objetivos encerra uma visão geral de futuro, projetando a Maringá de 2030. O tema central é o objeto do Codem, ou seja, a área de Desenvolvimento Econômico, mas que tem por fim último o desenvolvimento social. Portanto os objetivos das outras três áreas são decorrentes do principal e guardam estreito relacionamento com este. Um modo de interpretar tal linha

de construção é o de avaliar se as definições para o desenvolvimento econômico conduzem para a cidade e para o tipo de cidadão que desejamos ter e ser (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 17).

Para cada objetivo foram definidas várias diretrizes. Destacamos aqui algumas diretrizes que julgamos importantes para a nossa análise da justificação por projetos (*cité* por projetos):

Quadro 13
Diretrizes do plano Maringá 2030

Cidade	Desenvolvimento Econômico	Meio Ambiente	Cidadania
O modelo de construção residencial e empresarial deve adotar a arquitetura contra o crime, como instrumento de modernização e de segurança. Os campi universitários e outros equipamentos de interesse público deverão estar integrados com a malha urbana da Cidade, de modo a não se constituírem em barreiras à mobilidade urbana e ao sistema viário.	A excelência educacional e tecnológica deve produzir resultados efetivos para a comunidade, notadamente contribuindo para o desenvolvimento social; As instituições de ensino e pesquisa devem priorizar os setores econômicos estratégicos para o desenvolvimento.	A pesquisa e a inovação sobre reciclagem de materiais, reaproveitamento e eliminação de resíduos impactantes, bem como de fontes alternativas de energia limpa, devem se constituir em áreas prioritárias das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento locais.	A representação política de Maringá deverá ser forte e representativa, resultante de um processo de amadurecimento político da população, que busca a escolha de seus representantes com base em novo modelo de representatividade da sociedade, e comprometida com a obtenção de resultados positivos para a Região; O maringaense deverá ter visão global e comportamento local responsável;

Fonte: CIDADES INOVADORAS, 2011

Segundo o Codem as diretrizes deveriam ter caráter mais fixo, devendo passar, de tempos em tempos, por novas validações:

As Diretrizes gerais de desenvolvimento se encontram agrupadas em cada uma das áreas de objetivos estratégicos. Sua função é a de orientar e estabelecer o direcionamento ou as regras a serem observadas pelas estratégias, ações, projetos ou propostas voltadas ao alcance dos objetivos. Elas têm caráter mais permanente dentro da perspectiva temporal de 2030. No entanto, periodicamente passarão, como aconteceu com o Maringá 2020, por processos de revisão e de revalidação (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 17).

Cada diretriz favorecia a execução das estratégias. Estas, entretanto, poderiam ser modificadas a qualquer momento, mediante avaliação do próprio Codem. Essa faculdade dava ao Conselho o controle em poder negociar quais estratégias teriam prioridade ou até para o surgimento de outras:

As Estratégias também estão agrupadas por área de desenvolvimento. Elas estão aqui apresentadas somente com caráter ilustrativo, uma vez que são objeto de avaliação, validação, revisão, complementação ou supressão, mediante permanente processo executado pelas Câmaras Técnicas com o suporte da Secretaria Executiva, apreciação pela Mesa Diretora e deliberação pelo Plenário (CIDADES INOVADORAS, 2011, p. 17).

Quadro 14
Estratégias do plano Maringá 2030

Cidade	Desenvolvimento Econômico	Meio Ambiente	Cidadania
Promover estudos com fundamentação técnica e científica para apontar as reais necessidades educacionais, culturais e de lazer e atender às demandas potenciais apontadas para a RMM, e que tais estudos possam orientar a localização de unidades de ensino, inclusive de ensino superior e de capacitação profissional nas cidades da RMM que não seja a sede, como instrumento de promoção do desenvolvimento do entorno de Maringá.	Consolidar o Tecnoparque. Todos os esforços devem estar voltados para a sua efetiva instalação e funcionamento, e para sua inserção no PAC; Dotar o aeroporto da estrutura necessária à sua operação internacional; Implantar o projeto do trem de passageiros para o transporte de massa, urbano e regional.	Formar um grande pacto, envolvendo o poder público, as Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, o terceiro setor e o setor empresarial, com o objetivo do desenvolvimento de tecnologia e inovação ambiental e a implantação de matriz energética limpa na cidade de Maringá. Criar conceito de cidade referência em arborização urbana, estabelecendo normas a serem cumpridas pelo poder público e pelos proprietários dos imóveis.	Criar programa de incentivo às pessoas, entidades e empresas, para que implantem programas de responsabilidade social e de engajamento comunitário como responsáveis pela definição e construção do futuro de Maringá. Preparar o cidadão para o exercício pleno da cidadania, inclusive com a oferta de cursos, fomentando a participação de jovens no CODEN e o aumento da participação popular.

Fonte: CIDADES INOVADORAS, 2011

5.2.1. A agenda Maringá 2030, a política e os indicadores de excelência em gestão

Durante a sua campanha para a reeleição, em 2008, o prefeito Silvio Barros utilizou como mote da atração tecnológica de ponta para a cidade a criação de um centro de inovação. A agenda Maringá 2020 e depois a Maringá 2030 tinham, inclusive, dado um nome pomposo a isto durante o planejamento: Tecnoparque, que na gestão do petista José Claudio chegou a se

chamar Cidade Industrial. Outro ponto fortemente trabalhado foi a questão da imagem da cidade, como uma das mais importantes para se morar no Brasil por ter, além de outros atrativos, uma sociedade civil organizada.

Em 2010, na pesquisa do censo demográfico do IBGE (último censo oficial) a cidade de Maringá figurou como a 23ª cidade do Brasil com o maior IDH – Índice de Desenvolvimento Humano⁴² e com o 2º melhor índice do Paraná, atrás apenas de Curitiba (PNUD, 2010). Eram números que, pelo discurso do Codem, demonstravam o avanço que houve na cidade em termos de desenvolvimento humano em conjunto com a atividade econômica. Em 2011, como resultado dos investimentos da cidade em saúde (uma das propostas do plano Maringá 2020 e reafirmada pelo Maringá 2030), o Índice de Dados Básicos – IDB do Ministério da Saúde colocou a cidade como a 5ª melhor do Brasil no combate à mortalidade infantil e a 2ª no Paraná (IDB BRASIL, 2011).

A adesão de Barros à totalidade dos projetos da agenda Maringá 2030, favoreceu a eleição do seu sucessor em 2012, o seu vice-prefeito Roberto Pupim (PP) que foi eleito no segundo turno com 53% dos votos válidos. Quase um ano antes das eleições, em 2011, Barros já anunciava a candidatura de Pupim e, durante a visita do secretário de Estado da Ciência e Tecnologia do Paraná, Alípio Santos Leal Neto, às futuras obras do parque tecnológico, o frisou a importância do centro de inovação, elogiando a iniciativa do Maringá 2030 que previu o mesmo como objetivo futuro para a cidade: “Um dos principais objetivos do centro é dar condições para que os empresários, faculdades, universidade e a sociedade em geral, estejam preparados para os novos desafios que os principais países do mundo já estão enfrentando” (O DIÁRIO, 28/10/2011).

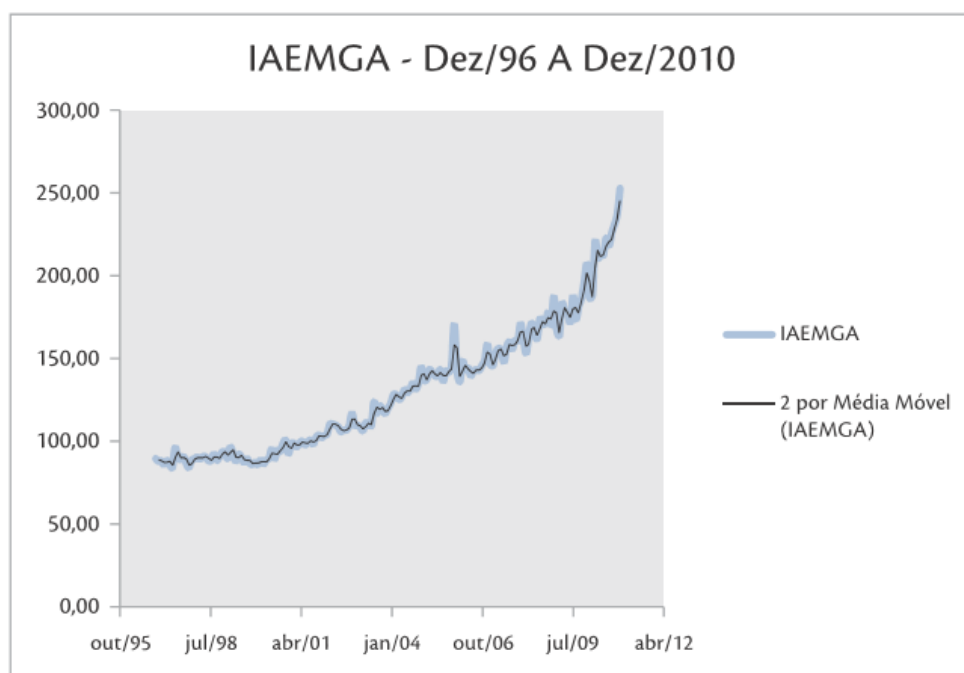
Estrategicamente, o Codem divulgou naquele ano eleitoral a evolução dos indicadores econômicos de Maringá desde 1996, ano em que se iniciou o Movimento Repensando Maringá, até dezembro de 2010. O indicador de atividade econômica é uma medida da evolução econômica e pode representar o comportamento do Produto Interno Bruto de uma cidade, medindo diversas variáveis que compõem os setores produtivos.

Como pode ser observado no início da série apresentada na figura 6, nos meados da década de 1990, a economia de Maringá se encontrava estagnada ou com taxas de crescimento insignificantes. O período imediatamente anterior a 1996, não mostrado na figura, era de quase

⁴² O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, utilizado em todo mundo pela ONU. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

estagnação, o que pode ser deduzido do próprio comportamento da linha azul, segundo os economistas do Codem. Tanto é que no período 1990 a 1996 a renda *per capita* reduziu em termos reais. De certa forma, a divulgação do Índice e a evolução econômica que a cidade teve num período de quatorze anos era uma demonstração de que a atuação e os projetos estratégicos do Codem contribuíram para a cidade e, no caso, também para a eleição do candidato do prefeito.

Figura 6
Índice de Atividade Econômica de Maringá



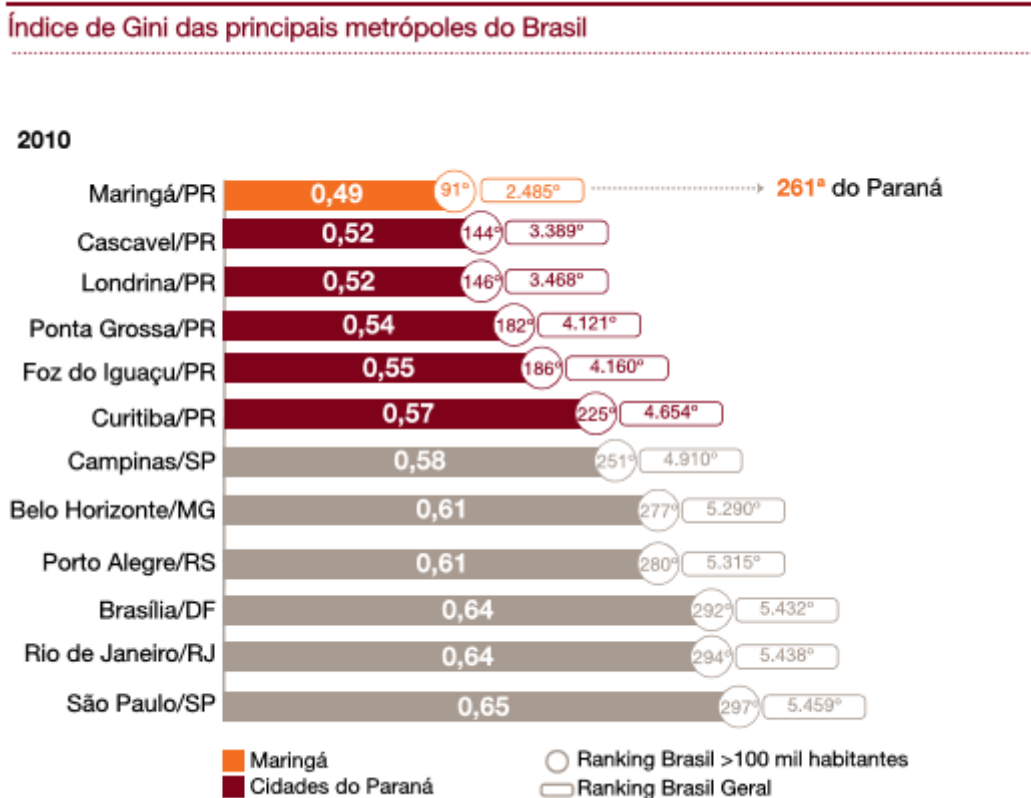
Fonte: CODEM

Outro índice divulgado naquela eleição foi o do Coeficiente de Gini⁴³ referente ao ano de 2010. O indicador de Gini de Maringá mostrava que a cidade, entre as principais metrópoles do Brasil, era a que estava mais bem posicionada em questões de distribuição de renda e igualdade social, ocupando a 91ª posição entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, com 0,49 pontos, e à frente de todas as grandes cidades do Estado do Paraná.

⁴³ O Coeficiente de Gini, criado pelo sociólogo e matemático italiano Conrado Gini (1884-1965), é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

O bom ranqueamento no índice também era uma demonstração, segundo o Codem, de que a atividade econômica de Maringá beneficiava a população de um modo geral, fazendo diminuir a desigualdade na distribuição de renda.

Figura 7



Fonte: CODEM

Como já pontuamos, considerar que a melhora na performance do índice de Gini de Maringá era uma conquista dos projetos do Codem que foram implantados pelo prefeito da época não corresponde à realidade. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no período que compreendeu os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (13 anos) de 1995 a 2008, quase 13 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta:

Com isso, essa faixa, que considera famílias com rendimento médio por pessoa de até meio salário-mínimo mensal, recuou de 43,4% para 28,8% do total da população no período. De acordo com o Ipea, a pesquisa abrange os primeiros anos da estabilidade monetária, de 1995 a 2008, período que corresponde aos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A maior queda foi verificada na região Sul, onde a porcentagem da população em pobreza absoluta recuou 47,1%, de 34% para 13% do total. Com isso, a região ultrapassou o Sudeste como detentora do

melhor indicador – no conjunto dos quatro estados desta região, a população em pobreza absoluta recuou de 29,9% para 19,5% do total (IPEA, 2020).

Outro indicador muito celebrado pelo Codem e pela Prefeitura foi o IDH, que conforme vimos acima colocava a cidade como a 2ª. do Paraná com o melhor desenvolvimento humano. Entretanto, se compararmos os números de Maringá com Bauru, no interior de São Paulo, município do mesmo porte, com a mesma densidade demográfica e liderança regional, veremos que a melhoria nesse indicador foi a mesma. E, em Bauru, nos anos apontados, não havia um Conselho similar ao Codem.

Quadro 15
Índice de Desenvolvimento Humano – Maringá – Londrina – Bauru
1991-2010

Censo	Maringá	Londrina	Bauru
1991	0,608	0,588	0,607
2000	0,740	0,716	0,736
2010	0,808	0,778	0,801

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Quando comparado a Londrina, a 2º maior cidade do Paraná em número de habitantes, vemos que a evolução do IDH foi no mesmo ritmo. Isto se explica, em parte, porque as cidades médias brasileiras, especialmente as do Sul e Sudeste, com melhorias na expectativa de vida de seus moradores, acesso ao conhecimento (educação) e melhoria no padrão de renda, puxaram o IDH para cima naquele período (IPEA, 2020).

Outro fator que é preciso considerar para não comprar a ideia de que os projetos do Codem melhoraram o desenvolvimento humano de Maringá é que, de acordo com o PNUD, desde 1991 Maringá já era o 2º melhor IDH do Paraná e se manteve nessa posição.

5.2.1.1. A crise econômica de 2008 e os seus reflexos na relação prefeito x Codem

Foi durante a campanha de reeleição do prefeito Sílvio Barros, em 2008, que estourou a segunda maior crise econômica do capitalismo moderno segundo a opinião dos mais renomados economistas (ROQUE, 2019)⁴⁴, atrás apenas da quebra da bolsa de Nova Iorque em

⁴⁴ A crise de 2008 começou em razão da especulação imobiliária nos Estados Unidos. Foi a chamada bolha, causada por um aumento abusivo nos valores dos imóveis. Ao atingir preços bem acima do mercado, o setor acabou entrando em colapso, pois a supervalorização não foi acompanhada pela capacidade financeira dos cidadãos de arcar com os custos. Assim, as hipotecas acabaram não tendo a liquidez esperada, ou seja, houve uma quebra econômica em razão do aumento dos juros e da inflação.

1929. O Codem estava iniciando os projetos da sua nova agenda, a Maringá 2030, e algumas incertezas acabaram segurando o desenvolvimento dos projetos.

É nesse momento que, de certa forma, a Prefeitura retoma a primazia no comando das políticas de desenvolvimento da cidade. Isto não aconteceu porque o Codem se enfraqueceu ou houve um atrito com o prefeito Sílvio Barros, aliás um dos seus mais ardorosos defensores. E nessa mudança reside uma das mais destacadas contradições, entre tantas outras, desse processo de empresariamento da cidade. O Codem que sempre buscou o protagonismo das ações de desenvolvimento econômico, enfatizando a gestão empresarial como o fator primordial para o sucesso de suas iniciativas, observava agora o protagonismo do gestor municipal.

Barros era filiado ao PP, partido que em 2006 aderiu ao condomínio partidário do presidente Lula. Seu irmão mais velho, o deputado federal Ricardo Barros, que havia sido líder do governo Fernando Henrique Cardoso na Câmara dos Deputados, tornou-se o vice-líder do governo Lula (2008-2010) e, posteriormente no governo de Dilma Rousseff (2015-2016) no Congresso Nacional⁴⁵. Ricardo também era o presidente do partido no Paraná.

O PP também passou a controlar o Ministério das Cidades, tendo como ministro no segundo mandato de Lula, Márcio Fortes, e no mandato de Dilma, Mário Negromonte e Aguinaldo Ribeiro. O Ministério das Cidades tornou-se o principal gestor do Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 e um dos principais apoiadores do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado em 2007.

O relacionamento político e institucional do prefeito Sílvio Barros, especialmente com os ministros do PP durante os oito anos em que foi prefeito, apoiado por seu irmão, favoreceu a cidade de Maringá que foi destaque nacional como a que mais recebeu recursos do Governo Federal, via convênios entre os ministérios, nos anos de 2009 e 2010, quando os efeitos da crise de 2008 começavam a ser sentidos no país. Esses recursos vieram para obras de infraestrutura, dentro dos parâmetros do PAC, como saneamento básico, rebaixamento da linha férrea que cruzava o centro da cidade e para a construção do Contorno Norte, uma importante faixa rodoviária cujo objetivo principal era desviar o tráfego pesado da área urbana.

Em publicação no jornal Folha de São Paulo, de 6 de fevereiro de 2011, Maringá liderava o ranking dos 80 municípios com mais de 200 mil eleitores, no recebimento de verbas

⁴⁵ Mesmo sendo vice-líder de Dilma Rousseff no Congresso Nacional, Ricardo Barros votou pela admissibilidade do processo de impeachment em 2016. Como presente ganhou o posto de Ministro da Saúde no governo de Michel Temer (PMDB). Reeleito deputado federal em 2018, em agosto de 2020 foi nomeado pelo governo Bolsonaro (Sem Partido) como líder do governo no Congresso Nacional.

do Governo Federal por número de eleitores, superando inclusive as capitais⁴⁶. Em 2009, a cidade havia recebido R\$ 32,70 para cada um dos seus quase 248 mil eleitores. O feito se repetiu em 2010, com expressivos R\$ 103,30 para cada um dos seus eleitores. Um dos destaques da matéria jornalística era o parentesco do prefeito Sílvio Barros com o deputado federal Ricardo Barros, considerado um importante articulador do governo petista na Câmara dos Deputados.

Figura 8
Municípios que mais receberam verbas da união – 2009 e 2010



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 6/02/2011

Em divulgação da Prefeitura, ainda em 2009, o prefeito destacou que a cidade já vinha recebendo o maior volume de recursos entre os municípios do Brasil desde 2007, e enfatizou o seu trabalho pessoal em “defesa dos interesses da comunidade”:

[...] a liderança na recepção de recursos por Maringá é o resultado de um trabalho de toda a equipe, e o apoio da bancada paranaense no Congresso Nacional. “Estamos conquistando muitos benefícios para a cidade graças a um trabalho sério em defesa dos interesses da comunidade”, afirmou. Hoje, lembra Sílvio Barros, poucas cidades do Brasil possuem obras expressivas do governo federal como Maringá. Ele cita a Vila Olímpica, o Parque do Japão, o rebaixamento da ferrovia e a implantação da Supervia, e a construção do Contorno Norte, obra do DNIT orçada em R\$ 145 milhões (MARINGÁ, 2009).

⁴⁶ NAVARRO, S; BRAGON, R. *Na saída do Governo, Lula Turbinou Prefeituras do PT*. Folha de São Paulo, 6/2/2011.

Destaca-se nesta fala de Sílvio Barros a ausência do Codem como importante interlocutor que, até então, sempre figurava nos pronunciamentos oficiais, e a apropriação da fala recorrente do Conselho: “interesses da comunidade”.

Fato é que o volume de recursos enviados para a cidade pelos Ministros do PP, propiciou uma série de investimentos de infraestrutura que garantiu que Maringá passasse quase sem maiores problemas pelos reflexos da crise de 2008. Houve melhorias nas condições de saneamento básico e uma ligeira melhora em alguns indicadores sociais, como vemos nos quadros abaixo.

Quadro 16
Saneamento básico adequado – Maringá – 1991 – 2010

1991	41,3%	
2000	64,2%	
2010	83%	806º lugar no Brasil

Fonte: Esgotamento sanitário adequado: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, IBGE

Quadro 17
Indicadores sociais do município de Maringá – 2010

Indicadores sociais	Maringá
Taxa de crescimento geométrico	2,15%
PIB <i>per capita</i> (R\$)	21.711,00
Renda média domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	1.187,53
População Economicamente Ativa – PEA	204.301
Índice de idosos	43,50%
Coefficiente de mortalidade infantil (NV)	9,91 mil

Fonte: IPEA

Reforçamos como sendo uma contradição dentro do caminho teórico seguido nesta tese, o fato do Codem, o principal articulador das políticas de desenvolvimento da cidade segundo sua elite estratégica, ter ficado refém das ótimas relações fraternais que o prefeito da época tinha com o Governo Federal. Isto, aliás, ia contra o próprio discurso fundador do movimento no distante 1996 (GINI, 2011).

Com um volume considerável de recursos injetados na economia local, Barros elegeu o seu sucessor sem fazer muito esforço. A partir da eleição de Roberto Pupim, que havia sido o vice nos dois mandatos seguidos, o grupo familiar do ex-prefeito Sílvio Barros passou a ter destaque de projeção estadual e nacional. Sua cunhada, esposa de Ricardo Barros, Cida Borghetti, tornou-se vice-governadora do Paraná nas eleições de 2014 na chapa de Beto Richa

(PSDB) e assumiu como governadora do Estado de abril a dezembro de 2018. A filha do casal, Maria Victoria Barros, nascida em Maringá, mas com domicílio eleitoral em Curitiba foi eleita deputada estadual pelo PP em 2014 e reeleita em 2018. Por fim, o próprio ex-prefeito Sílvio Barros tornou-se secretário estadual de Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Paraná entre janeiro de 2015 a março de 2016 e, depois, secretário estadual de Desenvolvimento Urbano do Paraná de abril a dezembro de 2018.

Esse destaque da família Barros, de certo modo, trouxe apreensão à elite estratégica que comandava o Codem. Bem antes, já havia uma crítica de que no segundo mandato do prefeito Sílvio Barros ele teria aparelhado o Codem com técnicos políticos e de sua confiança e se apropriado do Conselho para conseguir capital político junto aos órgãos federais. Por isso, durante o mandato de Pupim, o Codem esteve mais voltado para uma reestruturação interna, uma avaliação dos rumos o que culminaria com o lançamento do plano Maringá 2047, em 2017.

Seguindo a filosofia do seu antecessor, durante a gestão de Pupim, de 2012 a 2016, a cidade foi destaque em várias publicações nacionais e em indicadores de desempenho. Em 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, divulgou que Maringá era a 13ª cidade do Brasil em geração de empregos e a 3ª cidade do Paraná nesse indicador. Ainda naquele ano, a Revista Exame, edição especial de abril com o título “O Desafio das Grandes Cidades”, dava um destaque especial ao Codem e ao plano Maringá 2020 e colocava a cidade como a 15ª melhor do país na atração de negócios e a 2ª do Paraná (BARROS, 2013).

Em 2014 a cidade apareceu nos rankings do Ministério da Indústria e Comércio em dois indicadores: 2ª maior balança comercial do Paraná e 6ª do Brasil; 2ª maior em exportações do Estado e 15ª do Brasil (MDIC/SECEX, 2014). Na Revista Exame na edição do mês de abril, apareceu em 15º lugar como a melhor cidade do Brasil para se fazer negócios, segundo o ranking elaborado pela consultoria Urban Systems (REVISTA EXAME, 2014). No mês de outubro figurou no ranking da consultoria Delta Economics & Finance, divulgado na Revista América Economia, como a 2ª melhor cidade para se viver no Estado e 38ª do Brasil; e melhor cidade para se criar os filhos no Estado, e 8ª do Brasil (REVISTA AMÉRICA ECONOMIA, 2014).

Em 2015, Maringá voltou a figurar nos rankings da Revista Exame como a 23ª melhor cidade para investir em imóveis no Brasil, levando em conta 100 cidades com menos de 1 milhão de habitantes, de acordo com o levantamento da consultoria Prospecta Inteligência Imobiliária (YAZBEK, 2015) e como a 26ª cidade do Brasil para a realização de negócios

segundo a consultoria Urban Systems (REVISTA EXAME, 2015). Neste mesmo ano, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)⁴⁷ também apontou o município como o melhor para se viver no Paraná com um indicador de 0,874, que a colocava no topo do ranking dos municípios paranaenses e cinco posições à frente de Curitiba – que, apesar de estar apenas em 6º lugar na lista, foi indicada como a melhor capital do Brasil pela mesma pesquisa (FIRJAN, 2015).

Em 2016, ano das eleições municipais, o ranking da consultoria Urban Systems sobre as melhores cidades para se investir em negócios no Brasil foi novamente publicada na Revista Exame, edição de outubro, colocando Maringá na 21ª posição, cinco cidades à frente do que na pesquisa do ano anterior (REVISTA EXAME, 2016). Também neste mesmo ano, a Urban Systems divulgou o ranking das 50 melhores cidades Mais Inteligentes e Conectadas tendo Maringá na 17ª posição e a 2ª do Paraná, atrás apenas da capital (URBAN SYSTEMS, 2016).

Convém destacar que no âmbito da dominação gestonária, como propôs Boltanski (2013), a legitimidade dada pelas estratégias de *management* e pelas novas ferramentas de gestão, faz com que esses indicadores garantam ao governo público ou privado os dispositivos que “permitem conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes”.

No caso de Maringá, algumas vezes chamada de “cidade dos índices” (TREVIZAN FILHO, 2020, p. 314), muitos desses indicadores foram “comprados” das empresas de consultoria, como a Urban Systems e a Delta Economics & Finance, empresas especializadas em trabalhar estatísticas e dados sociais a partir de pagamentos de mensalidades de seus clientes, na maioria dos casos prefeituras e órgãos de governo.

Localizada em São Paulo, a Urban Systems é uma empresa de consultoria em riscos e planejamento estratégico que se especializou em desenvolver indicadores para as cidades que contratam os seus serviços de portfólio. Segundo divulgado pela própria empresa:

Atuando de formas diversas junto às cidades, desde o desenvolvimento de diagnósticos que apontam os pontos fortes e fracos das cidades brasileiras, até a elaboração de planos estratégicos de longo prazo, a Urban Systems incentiva o entendimento das vocações das cidades e seu desenvolvimento sustentável apoiado no desenvolvimento econômico (URBAN SYSTEMS, 2020).

⁴⁷ O índice Firjan foi criado em 2008 para monitorar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. O índice analisa três vertentes fundamentais ao desenvolvimento humano: Educação, Saúde e Emprego e Renda. Cada um deles recebe uma espécie de nota que contribui para o resultado geral e final da cidade. O IFDM varia de 0 a 1. Quanto maior, melhor o desenvolvimento.

Esta empresa é a responsável pelos famosos rankings “100 melhores cidades do Brasil para fazer negócios” e “As 100 cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil” e vende suas publicações para a Revista Exame, que, por sua vez, realiza eventos nacionais para a divulgação desses rankings, contando com o financiamento de prefeituras e empresas que vendem diretamente para o setor público.

Já a Delta Economics & Finance é uma empresa do mesmo segmento fundada em 2000, com sede em São Paulo. Sua especialidade são os rankings empresariais, mas tem atuado bastante com prefeituras por meio do ranking “100 melhores cidades” que é formado a partir do estudo de 10 dimensões: Geral, Governança, Bem-estar, Econômico, Financeira, Domicílio, Saúde, Educação, Segurança e Digital (DELTA, 2020). É claro que para passar pela análise da consultoria, as prefeituras, no caso, precisam pagar uma consultoria especializada.

Nas eleições municipais de 2016, o prefeito Pupim não pôde concorrer à reeleição pois, na época em que foi vice-prefeito, havia assumido a prefeitura interinamente e o TRE considerou que uma reeleição configuraria um terceiro mandato. Dessa forma, Sílvio Barros lançou-se novamente como candidato à prefeitura, porém sem o apoio direto e explícito do Codem como se dera no passado. De certa forma, foi uma espécie de “chumbo trocado” nesse momento, pois dentro do Codem havia uma nítida ideia de que o antigo prefeito havia deixado os projetos do Conselho em segundo plano, pensando muito mais em sua carreira política.

Outros sete candidatos também se lançaram ao pleito com o mesmo discurso de afastar a “família Barros” do controle da cidade. No primeiro turno, Sílvio Barros (PP) recebeu 39,69% dos votos válidos e Ulisses Maia (PDT) ficou em segundo lugar com 28,87%. Curiosamente Maia havia sido vereador e presidente da Câmara em gestões anteriores e chefe-de-gabinete de Barros em sua segunda gestão (2009-2012). No final, Maia saiu vitorioso com 58,88% dos votos válidos.

A eleição do agora oponente da família Barros favoreceu ao Codem, especialmente para poder se descolar da administração municipal e retomar o planejamento socioeconômico que não havia sido colocado em prática com a Agenda Maringá 2030.

De fato, dos quatro objetivos do plano Maringá 2030 nenhum deles estava caminhando para se concretizar embora faltassem 14 anos para o prazo da visão de futuro. Os objetivos da área “Cidade” não tiveram significativos avanços, talvez pelo fato de serem desafiadores, até mesmo para os índices comprados:

Ser uma cidade que proporcione alto nível de qualidade de vida, com qualidade urbana, preservação ambiental, sistema de transporte de alto padrão e que seja segura e moderna, exportadora de *know-how* em planejamento

urbano, preocupada com o desenvolvimento regional e metropolitano, e, com crescimento populacional ordenado e estabilizado em 500.000 habitantes (CIDADES INOVADORAS, 2011).

O sistema de transporte coletivo continuava sendo controlado pela mesma empresa desde 1962, a Transporte Coletivo Cidade Canção – TCCC, sem muitos investimentos em melhoria da qualidade dos ônibus e dos terminais. Aliás, o monopólio da TCCC era constantemente questionado por movimentos sociais e por associações de moradores, culminando em 2013 com um pedido popular de CPI na Câmara de Vereadores, como veremos no capítulo seguinte. À parte do problema do transporte coletivo, a prioridade da cidade tem sido o automóvel e as motocicletas, um fenômeno geral que é verificado nas cidades médias brasileiras, algo muito diferente daquilo planejado pelos empresários, que, aliás, não são usuários do transporte coletivo.

Quadro 18
Frota de veículos – Maringá – Londrina - Bauru

Cidade	2006	2010	2018
Maringá	173.047	241.929	326.390
Londrina	225.401	293.595	398.424
Bauru	146.607	203.651	280.928

Fonte: Ministério da Infraestrutura, Departamento Nacional de Trânsito, 2018

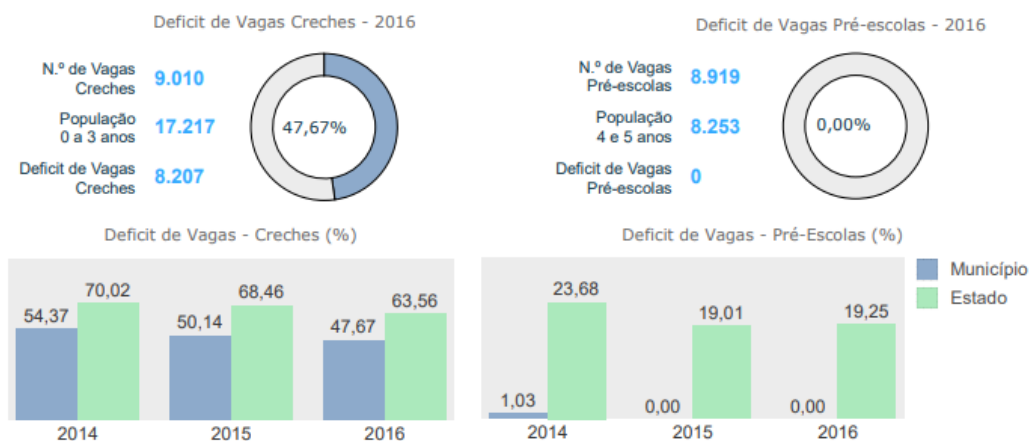
Verificamos que o crescimento da frota veicular em Maringá, no período de 12 anos, foi muito similar a de Bauru, cidade do mesmo porte. Enquanto em Bauru a média de crescimento foi de 7,63% ao ano, em Maringá a taxa foi de 7,38%. As duas cidades se posicionam bem acima de Londrina, uma metrópole com mais de 600 mil habitantes, cuja frota veicular cresceu em média 6,39%.

Outra preocupação era com a Região Metropolitana. Sendo Maringá a cidade-polo, muitos problemas sociais das cidades vizinhas acabavam “sobrando” para as estruturas de saúde e segurança locais. De fato, até aquele momento quase nada havia sido feito em termos de região metropolitana e o Codem não possuía ingerência sobre as outras cidades do entorno de Maringá.

Ainda em termos de qualidade de vida, podemos verificar na figura 9 que havia um déficit muito alto em disponibilidade de vagas em creches (para crianças de 0 a 4 anos) em Maringá no ano de 2016, o que não se verificava nas pré-escolas (crianças de 4 a 5 anos). A Lei

Federal nº 13.306/2016 estabelece que o atendimento em creche e pré-escola é destinado às crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo assegurado para todo e qualquer cidadão⁴⁸.

Figura 9
Déficit de vagas em creches – Maringá - 2016



Fonte: Prefeitura do Município de Maringá, Secretaria de Ação Social, 2016.

Com um déficit de 8.207 vagas para crianças em idade de creche, o indicador demonstrava a falta de atenção dada ao desenvolvimento humano e bem-estar dos maringenses, e escancarava a contradição entre a cidade ideal e a cidade real: na cidade vendida como a de melhor qualidade de vida do Brasil, a falta de creches mostra como é tratada a população mais pobre e que não tem acesso aos empreendimentos educacionais particulares.

5.3. O plano Maringá 2047

Em 2016, pouco antes do início do processo das eleições municipais a diretoria do Codem e a elite estratégica que o controla decidiram realizar um replanejamento socioeconômico completo de Maringá a partir de um *masterplan*⁴⁹, nos mesmos modelos de Barcelona, na Espanha, e de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Aquele momento foi considerado o ideal, especialmente para brindar o novo plano de interferências dos próximos prefeitos.

⁴⁸ O art. 208 da Lei 13.306 prevê que, se o Poder Público não estiver assegurando o direito à creche e à pré-escola para as crianças, é possível que sejam ajuizadas ações de responsabilidade pela ofensa a esse direito.

⁴⁹ *Masterplan* é um termo em inglês utilizado pelos urbanistas e arquitetos para planejar uma cidade considerando-a um organismo vivo. Em cidades já consolidadas, os gestores e técnicos utilizam o *masterplan* para resolver problemas gerados pelos enclaves urbanos existentes ou pela necessidade da criação de novas frentes de expansão.

Com o patrocínio de algumas empresas e organizações⁵⁰ foi contratada a consultoria da PwC para conduzir o processo do *masterplan*. Foram definidos pelo Codem um Conselho Gestor e um Conselho Consultivo para o Projeto. O Gestor ficou sob a presidência do engenheiro civil Wilson Yabiku e o Consultivo a cargo de Jefferson Nogaroli, o principal líder da elite estratégica de Maringá.

O nome oficial do projeto ficou como Masterplan Metrópole Maringá 2047, em lembrança ao marco de comemoração dos 100 anos da cidade. O cronograma de construção do plano foi dividido em três etapas, de acordo com as mais recentes técnicas e ferramentas de gestão: 1ª etapa (Visão 2047) - Levantamento das aspirações da sociedade civil organizada de Maringá. Teve como base o documento Maringá 2030, publicado pelo Codem em 2010, os impactos identificados no relatório “Megatendências”, da PwC, e uma análise da situação atual de Maringá por meio do levantamento e da avaliação de uma série de indicadores socioeconômicos como os já citados no tópico anterior. A 2ª etapa (setores econômicos chave) foi a identificação de quatro setores econômicos chave para o desenvolvimento socioeconômico de Maringá, tendo como premissa as seguintes questões: quais são os setores que poderiam catalisar o alcance da Visão 2047? Qual a cadeia de valor desses setores? Quais os impactos desses setores em sua cadeia produtiva? Para responder a esses questionamentos, foram utilizados dados estatísticos, bem como a metodologia Matriz Insumo-Produto⁵¹ e as ambições e os impactos sociais levantados a partir de *workshops* realizados na etapa de definição da Visão 2047. A 3ª etapa (Iniciativas e indicadores do plano de implementação) consistiu no detalhamento de projetos e iniciativas, por setor-chave identificado, bem como seleção e recomendação de indicadores macro setoriais para o acompanhamento das ações desenhadas.

Pela primeira vez também foi considerado pensar sobre a influência de cidades vizinhas em Maringá e a influência de Maringá sobre essas cidades. Foi estabelecido um raio de influência da cidade e que também alcançava cidades em que, embora não pertencessem à sua zona limítrofe, tinham impacto sobre a economia da cidade, especialmente nas áreas de prestação de serviços de saúde e educação. A consultoria destacou que:

O Planejamento Socioeconômico desenvolvido tem como foco o desenvolvimento próspero da cidade de Maringá e região. Porém, para atingir

⁵⁰ Os patrocinadores foram: Acim, Sicoob, Cocamar, Unicesumar, Supermercados Cidade Canção, Usaçucar e CooperCard, todos dirigidos por membros da elite estratégica. Completam a lista de patrocinadores a Viapar (concessionária do pedágio), Unimed, Sicredi e a Transporte Coletivo Cidade Canção.

⁵¹ A teoria da matriz insumo-produto foi desenvolvida pelo economista russo Wassily Leontief. Como o próprio nome sugere, essa teoria permite a identificação da interdependência das atividades produtivas no que concerne aos insumos e produtos utilizados e decorrentes do processo de produção. Dada a natureza complexa do sistema produtivo, sua melhor representação se daria por meio de matrizes, daí o nome Matriz Insumo-Produto (MIP).

um crescimento econômico e social sustentável, é necessário atentar não somente para a cidade em desenvolvimento, mas também para as cidades e regiões ao seu redor. Quando o desenvolvimento econômico ocorre de maneira desintegrada da região à qual a cidade pertence, problemas socioeconômicos podem surgir nos arredores e afetá-la diretamente. Como exemplo, a criação de bolsões de pobreza em cidades vizinhas pode ocasionar aumento de violência e sobrecarga dos serviços públicos, alinhados com as dinâmicas econômicas locais, desemprego estrutural, entre outros problemas (MASTERPLAN, 2017, p. 10).

A Visão 2047 se constituiu de um alinhamento da visão de futuro para a cidade, que teve como base a agenda Maringá 2030, sem apontar ainda setores socioeconômicos atrativos. Ela foi organizada em diretrizes qualitativas e quantitativas para cada um dos 7 Capitais, que fazem parte da metodologia de planejamento de cidades sustentáveis da PwC. As diretrizes da Visão 2047 foram elaboradas desafiando e aumentando o nível de ambição das diretrizes extraídas do plano Maringá 2030, sempre almejando buscar ou manter a cidade de Maringá em uma posição de destaque econômico, ambiental e social em termos regionais e nacionais, na visão de sua classe empresarial.

Por intermédio de vários estudos sobre cidades (“iUrban”)⁵², a PwC identificou 7 competências estruturantes, chamadas de “Capitais”, para garantir a competitividade sustentável de uma cidade. As diretrizes para Maringá 2030 foram organizadas de acordo com os 7 Capitais, para possibilitar a elaboração da Visão Maringá 2047, somando-se às diretrizes do documento Maringá 2030, os impactos das megatendências e indicadores socioeconômicos e ambientais.

Figura 10

Metodologia dos 7 Capitais de planejamento de cidades da PwC



Fonte: MASTERPLAN 2017

⁵² Os “iUrban” foram vários estudos sobre o aproveitamento de objetos obsoletos e mobiliário urbano descartados, que resultaram na criação de várias *startups* na Espanha, com a consultoria da PwC.

Os 7 Capitais surgiram de uma análise da PwC das competências que precisam estar disponíveis para garantir a competitividade sustentável de uma cidade. Os capitais podem resultar de processos históricos, forças de mercado ou políticas de intervenção, porém também podem ser construídos por meio de ações governamentais adotadas em conjunto com a iniciativa privada. Um desafio-chave é encontrar o equilíbrio e a integração entre os diferentes capitais ao longo do tempo (MASTERPLAN, 2017, p. 67).

Para cada um dos Capitais apontados pela PwC foram elaboradas as diretrizes de atuação e as estratégias, como veremos nos quadros a seguir:

Quadro 19
Capital Econômico

Capital	Diretriz	Estratégia
Econômico	Consolidar-se como uma metrópole da sua área de influência, com destaque em qualidade e eficiência de produtos e serviços de alto valor agregado e potencial de internacionalização.	• Na cadeia de valor do agronegócio, por meio de, por exemplo: fornecimento de certificações, organizações associativistas, relações públicas, P&D e educação, turismo, riscos, financiamento, transformação, distribuição e feiras setoriais. • Em serviços diferenciados em áreas como, por exemplo: educação, ciências da vida, financeira, comunicação, tecnologia, transporte, logística, eventos, turismo, moda, lazer, artes e gastronomia. • No adensamento das cadeias industriais e de serviços já presentes na cidade, por meio de atividades de maior valor agregado como, por exemplo: ciências da vida, educação, logística, armazenagem etc.

Fonte: adaptação do autor

Segundo a consultoria, o capital econômico descreve o perfil da economia local – as de maior desempenho são aquelas diversificadas, porém em atividades correlatas. Economias especializadas tendem a ter problemas para se reinventar, enquanto economias muito diversificadas – apesar de resilientes – tendem a não alcançar o aumento de produtividade por adensamento da cadeia produtiva.

Percebemos aqui, novamente, o desejo de buscar a internacionalização de Maringá e oferecer produtos e serviços de alto valor agregado, o que, em se tratando de uma cidade, com disparidades sociais como vimos anteriormente e veremos a seguir, pode aumentar as assimetrias sociais.

Quadro 20
Capital Intelectual

Capital	Diretriz	Estratégia
Intelectual	Formar, atrair e reter profissionais de referência em qualidade técnica, voltados para ocupações de alto valor agregado e que potencializem o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento econômico de Maringá e municípios conurbados.	• Estimular a integração entre instituições de ensino superior, centros de pesquisa internacionais de excelência e as empresas locais, direcionando as atividades acadêmicas para a excelência em pesquisa e inovação e, ao mesmo tempo, transferindo conhecimento local e internacional gerado nas instituições para o mercado de trabalho local. • Criar ambientes de inovação para canalizar o conhecimento em soluções globais.

Fonte: adaptação do autor

Para a PwC esta seria a dimensão mais importante, ao lado do capital econômico. Está relacionada à infraestrutura educacional (ex.: universidades, P&D etc.) e às competências da população economicamente ativa. Tem alta correlação com a produtividade da população.

Quadro 21
Capital Social

Capital	Diretriz	Estratégia
Social	Ser referência nacional na prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos, estando entre as primeiras cidades do país nos indicadores de educação, saúde e segurança.	• Estar entre as melhores cidades do país em critérios de: remuneração, distribuição de renda e capacidade de consumo. • Liderança nacional no emprego de tecnologia para a prestação de serviços públicos.

Fonte: adaptação do autor

Para a consultoria, o capital social avalia a desigualdade em seu sentido mais amplo (violência, emprego etc.). O argumento é que problemas sociais podem persistir até mesmo em economias urbanas bem-sucedidas. Segundo a PwC, é bem estabelecido no mundo acadêmico que a relação entre igualdade e desempenho econômico segue uma curva U invertida: muita ou pouca desigualdade pode restringir o crescimento.

É digno de nota que, para atenuar as desigualdades sociais, a ênfase do planejamento foi em três indicadores: segurança, saúde e educação. Ficaram de fora o acesso a moradia e a geração de empregos, só para citar dois dos mais importantes. Pela leitura do documento Maringá 2047 fica claro que para o empresariado o acesso à educação já garantiria o acesso ao

emprego, o que, como sabemos pelas melhores pesquisas econômicas, não se sustenta como verdade.

Quadro 22
Capital Meio Ambiente

Capital	Diretriz	Estratégia
Meio ambiente e qualidade de vida	Consolidar o desenvolvimento socioeconômico, ficando entre as dez primeiras cidades do país em qualidade de vida e no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).	• Investir no desenvolvimento de importantes aspectos de cultura e lazer que contribuem para a qualidade de vida e a retenção de talentos na cidade de Maringá. • Atividades de lazer (parques, ciclovias etc.). • Espaços para a promoção da cultura da cidade (anfiteatros, auditórios, centros culturais etc.). • Agenda cultural (peças teatrais, shows etc.). • Melhorar indicadores de sustentabilidade ambiental: • Reduzir desperdício de água. • Aumentar a área verde por habitante. • Desenvolver fontes alternativas de geração de energia elétrica. • Melhorar o tratamento de resíduos e a redução de passivos ambientais.

Fonte: adaptação do autor

De acordo com a PwC, meio ambiente e qualidade de vida estão relacionados à competitividade urbana, principalmente na atração e retenção de talentos. Atualmente os profissionais dão um alto valor à qualidade de vida na escolha de seu local de moradia. Ao mesmo tempo, o investimento em cultura e lazer seria um importante fator de fortalecimento da imagem da cidade.

A questão que não foi discutida é como garantir o acesso das pessoas de baixa renda aos espaços para a promoção da cultura e aos instrumentos de melhoria de indicadores de sustentabilidade ambiental. Em 2002, o lixão a céu aberto de Maringá, em uma área de quase três alqueires, foi compactado em quase 90% para fugir da exigência do aterro sanitário. Na época, o Ministério Público qualificou o “lixão de Maringá” como um dos piores do Estado⁵³.

⁵³ PARRA, L. *Lixão de Maringá é um dos piores do Estado*. Folha de Londrina, 09/10/2002.

Quando se discutia a Agenda Maringá 2047, a questão do aterro sanitário de Maringá ainda era debatida na justiça e o município não havia resolvido a questão⁵⁴.

Quadro 23
Capital Acessibilidade e Infraestrutura

Capital	Diretriz	Observação
Acessibilidade e infraestrutura	Estabelecer uma infraestrutura logística multimodal, de telecomunicações e urbanística diferenciada para atrair negócios, consolidando Maringá como uma das 15 primeiras cidades do país em mobilidade e acessibilidade.	

Fonte: adaptação do autor

Para a consultoria, acessibilidade e infraestrutura de qualidade iriam melhorar a competitividade urbana, facilitando o escoamento da produção (ex.: facilidade de chegar ao aeroporto). Além disso, a qualidade da infraestrutura em habitação, transportes e tecnologias de comunicação geraria facilidades de moradia e locomoção da força de trabalho.

Embora tenha-se mencionado a questão da moradia neste levantamento, a preocupação era com a acessibilidade em si e não com a habitação, ou seja, as pessoas deveriam morar em lugares que tivessem acessibilidade garantida para chegarem mais rápido ao trabalho, por exemplo. A preocupação com os transportes também não ficou clara como seria resolvida, pois nenhuma estratégia foi colocada, ao contrário dos outros seis capitais destacados.

Quadro 24
Capital Institucional

Capital	Diretriz	Estratégia
Institucional	Manter-se protagonista na gestão de instituições eficientes que integram os poderes público e privado (por exemplo, o Codem, o Observatório Social e o Conselho de Segurança) para desenvolver Maringá e de sua área de influência em termos socioeconômicos.	Utilização do poder de influência para trabalhar de forma integrada com as cidades conurbadas e transferência de experiências de sucesso de Maringá para os demais municípios da região de influência.

Fonte: adaptação do autor

⁵⁴ Prefeitura do Município de Maringá. Diretoria de Comunicação. *Prefeitura licitará aterro sanitário*. 07/06/2007. Disponível em < <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=c9f9115b3c55c9&id=31169> > acesso em 10 jan. 2021.

Segundo a PwC, este capital estaria associado à capacidade de reunir e mobilizar diferentes agentes econômicos (ex.: diferentes camadas do governo, câmaras de comércio, universidades, organizações privadas etc.) para introduzir mudanças e adequar a estrutura administrativa da região, o capital social e os mecanismos de cooperação entre os agentes locais.

Fica claro pela diretriz estabelecida que o empresariado, embora tenha colocado o poder público como um ente institucional relevante, o protagonismo continua sendo das entidades empresariais: o próprio Codem, o Observatório Social (que veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte) e o Conselho de Segurança⁵⁵. A estratégia seria replicar os modelos maringaenses, em menor escala, nos municípios da região metropolitana, especialmente aqueles conurbados com Maringá, as cidades de Paiçandu e Sarandi.

Quadro 25
Capital Imagem e Identidade

Capital	Diretriz	Estratégia
Imagem e identidade	Promover a imagem de Maringá como protagonista em planejamento urbano e desenvolvimento econômico, sendo uma cidade atrativa para negócios e moradia, com diferenciais como alto nível de qualidade de vida, infraestrutura de ponta, maturidade de organizações associativistas e ampla oferta de serviços.	• A promoção da imagem pode ser feita por meio da participação ativa em fóruns nacionais e internacionais de planejamento urbano (ex.: <i>World Economic Forum</i>). • Selecionar parceiros e definir uma estratégia de promoção da cidade, a fim de potencializar os efeitos benéficos da divulgação de Maringá (atração de públicos-alvo como jovens qualificados, por exemplo) e minimizar potenciais efeitos negativos (aumento da demanda de serviços públicos por populações de outras localidades, por exemplo).

Fonte: adaptação do autor

Para a consultoria, imagem e identidade estariam relacionadas com a percepção externa da cidade como importante para a atração e o desenvolvimento econômico. Revitalização urbana, cultura e promoção de eventos seriam estratégias comuns usadas para propagar a imagem da cidade para o meio externo e melhorar a qualidade de vida de seus residentes.

⁵⁵ O Conselho Comunitário de Segurança de Maringá (CONSEG) foi constituído em 1983 e é uma Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Seu quadro diretor é composto por empresários da Acim e sua sede fica na mesma sede da associação comercial.

A divulgação da imagem da cidade como uma das melhores do país para se viver ou para trabalhar, ou para fazer negócios, contrasta com algumas situações que veremos mais adiante que apontam as contradições desse movimento empresarial que é mais segregador do que agregador. Atrair jovens qualificados como diz a estratégia é um exemplo claro disso, pois demonstra que é mais fácil atrair gente de fora do que capacitar os que já são daqui, especialmente os das camadas mais inferiores das classes sociais.

Outra questão importante que não podemos desconsiderar é sobre a promoção da imagem da cidade, copiada das principais propostas das cidades que disputam o “mercado global das cidades”, em outras palavras a sua internacionalização. É inegável que o marketing urbano se constitui em peça fundamental na atração de investimentos, principalmente de empresas transnacionais, produzindo imagens que, associadas a determinados padrões de consumo, produzem diferenciais que valorizam a “marca” da cidade. Sánchez (1999) explica que estas imagens são produzidas a partir de uma “seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana”, que ao serem tomadas por uma síntese da cidade, cumprem a missão de apresentar como imagens legítimas o que, na realidade, não passa de processos de “exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais” (SÁNCHEZ, 1999, p. 124).

Nesse contexto, as diversas ações de promoção da imagem da cidade que incluem tanto o investimento em obras públicas quanto os instrumentos de marketing, inclusive os deflagrados pelo planejamento estratégico, têm por objetivo dinamizar a vida econômica e cultural da cidade, transformando-a em um espetáculo. Em uma cidade espetáculo, a população passiva, se comporta antes como espectador que como cidadão. “Essa assistência ao espetáculo é muito útil porque, ao criar uma ilusão de participação, torna fácil a legitimação dos interesses dominantes” (BRAGA, 2001, p. 32).

Por outro lado, o marketing urbano é na verdade um instrumento de representação social. Ele apresenta a cidade “asséptica de problemas como violência, desemprego, pobreza, favela, poluição, depredação ambiental, entre outros”. É um tipo de propaganda que tenta “elevar a qualidade de vida, as condições socioeconômicas, ambientais, para patamares que fogem da realidade concreta da dinâmica de uma cidade” (SILVA, 2006b, p. 109). O marketing de “cidade ecológica”, “cidade limpa”, “cidade segura”, tem propiciado uma representação social de cidade “mitificada por uma imagem prosápia que na realidade atende a interesses políticos e econômicos dos grupos dirigentes” (SILVA, 2006b, p. 111).

Após estruturar os objetivos e estratégias utilizando a metodologia dos 7 Capitais, a PwC consolidou a Visão 2047, posteriormente consensuada nos workshops com os membros do Codem e de sua elite estratégica. A visão para a cidade olhar como alvo para 2047 ficou assim aprovada:

Tornar-se a melhor metrópole do interior do Brasil, com elevada qualidade de vida, sendo referência nacional em atividades econômicas de alto valor agregado, com potencial de internacionalização, e com nível de integração da **sociedade civil organizada** com a gestão pública comparável ao das **melhores cidades do mundo** (MASTERPLAN, 2017, p. 12, grifos nossos).

Após a definição da Visão 2047 para a cidade, o próximo passo no planejamento foi identificar os setores que impulsionam a economia local e qual o valor agregado que eles têm na economia de Maringá. Depois desse levantamento, o grupo de trabalho definiu os quatro setores chaves para se trabalhar até 2047.

Utilizando os conceitos de participação relativa dos trabalhadores e de efeito multiplicador da economia (determinado pela análise da matriz insumo-produto), 14 setores foram identificados como propulsores da economia de Maringá e de sua região de influência. Esses setores têm alta concentração na região e, ao mesmo tempo, alto poder de impulsionar o crescimento de outros setores: Confeção de artefatos do vestuário, Fabricação de biocombustíveis, Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos, Fabricação de produtos têxteis, Abate e produtos de carne, Fabricação de produtos do fumo, Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos, Outros produtos alimentares, Fabricação de produtos da borracha, Fabricação de móveis, Telecomunicações, Fabricação de produtos de metal, Fabricação de defensivos e Fabricação e refino de açúcar. Segundo a PwC:

Os 14 setores motrizes da região empregam aproximadamente 47% dos trabalhadores de Maringá e sua região de influência, sendo 23% diretos e 24% indiretos. Ao mesmo tempo, os setores representam 43% da massa salarial da região (21% diretamente e 22% indiretamente). Além disso, 8 dos 14 setores motrizes fazem parte da cadeia do agronegócio, o que revela a importância dessa atividade na região (MASTERPLAN, 2017, p. 111).

Identificados os setores mais importantes da economia local, a próxima etapa foi a análise da atratividade de cadeias e setores para se descobrir quais setores econômicos, com alto valor agregado, têm potencial de desenvolvimento em Maringá e na região de influência e que adensem as cadeias dos setores presentes na região.

As análises desenvolvidas no primeiro pilar da metodologia de setores econômicos chave identificaram dez setores econômicos com alto valor agregado e que contribuem para o

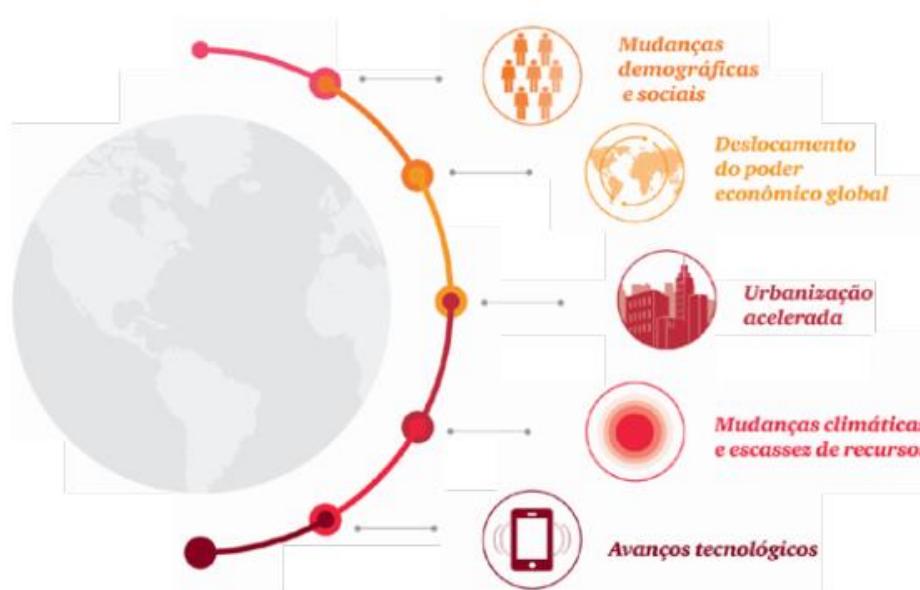
fortalecimento da economia diversificada de Maringá, sustentando também o progresso dos 14 setores econômicos propulsores. São eles: Transporte terrestre, Saúde, Intermediação financeira, seguros e previdência complementar, Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças; Educação, Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação, Construção, Comércio por atacado e varejo, Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas; Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita.

Os dez setores econômicos chave foram classificados quanto ao impacto que podem sofrer das cinco megatendências globais identificadas pela PwC com potencial de modificar a dinâmica das organizações e da sociedade. Quatro setores foram identificados como os mais positivamente impactados:

1. Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação.
2. Saúde.
3. Educação.
4. Intermediação financeira, seguros e previdência complementar.

Para a PwC, as megatendências são fatores que moldam o futuro em todo mundo e que irão, de uma forma ou de outra ocorrer e impactar as cidades. Em suas análises, a consultoria identificou cinco grandes movimentos com influência importante hoje e nas próximas décadas. Eles são destacados na figura a seguir.

Figura 11
Megatendências PwC



Fonte: MASTERPLAN 2017

É importante registrar, dentro do escopo dessa pesquisa, que dos quatro setores chave identificados, três possuem ligação direta com os membros da elite estratégica do Codem. O setor de Educação é representado por Wilson de Matos Silva, reitor da universidade UniCesumar; o setor de Desenvolvimento de Sistemas e outros serviços de informação é liderado pelo presidente do Codem na época do planejamento, Ilson da Silva Rezende, e o setor de Intermediação financeira tem na figura de Jefferson Nogaroli e Luiz Ajita os seus grandes interessados, pois são presidentes de cooperativas de crédito. Apenas o setor de Saúde ainda não tem um membro na elite estratégica do Codem até o término dessa pesquisa.

Para justificar a inclusão desses setores chave, a consultoria PwC argumentou que eles representavam 16% dos empregados de Maringá e que:

Educação, Saúde, Intermediação financeira e Desenvolvimento de sistemas se destacaram tanto em relação as vantagens competitivas de Maringá quanto quando analisados pela ótica das megatendências, e dessa forma foram selecionados como os setores econômicos chave do Planejamento Socioeconômico de Maringá 2047. Na dimensão das vantagens competitivas de Maringá, os 4 setores são altamente impactados positivamente pela estrutura de formação e capacitação de profissionais em Maringá e se destacam em relação aos demais setores analisados uma vez que a cidade é um polo educacional em escola técnicas e de especialização em temas diretamente conectado a eles. Saúde e Educação são ainda beneficiadas pela estrutura presente de pós-graduação na cidade. Ademais, Educação e Desenvolvimento de Sistemas se beneficiam pelo ambiente fiscal favorável principalmente pelo impacto direto gerado pelo PROMUBE e pelo ISS Tecnológico respectivamente, como também a lei de inovação afeta ambos os setores positivamente. A Saúde também se destaca pelo ambiente de Pesquisa e Desenvolvimento local que favorece o setor a crescer e inovar, como demonstrado pelo estudo da Fundação CERTI. Por fim, a Intermediação financeira é altamente impactada pela infraestrutura e logística da cidade (MASTERPLAN, 2017, p. 124).

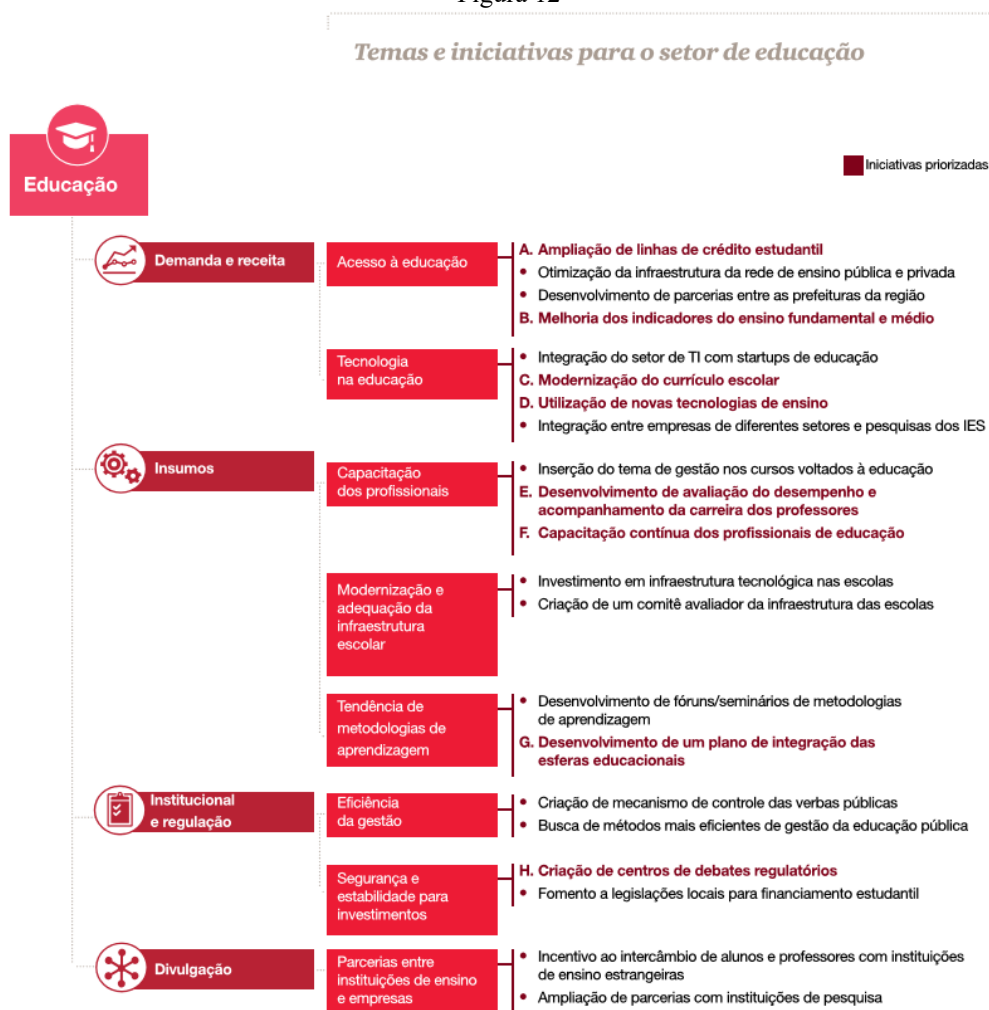
A última etapa do planejamento socioeconômico de Maringá para 2047 buscou criar um plano de implementação com ações para desenvolver os setores econômicos chave indicados com a pretensão de ajudar a cidade a alcançar a visão de futuro - Maringá 2047. Para criar um plano de implementação alinhado com a realidade da cidade de Maringá, a consultoria da PwC realizou dinâmicas em grupo (*workshops*) com líderes estratégicos de cada um dos quatro setores econômicos chave da cidade.

As dinâmicas setoriais seguiram a metodologia do *Design Thinking*, uma ferramenta de gestão comportamental que afirma ter como foco o ser humano, a multidisciplinaridade, a colaboração e a tangibilização de pensamentos, além de processos e caminhos que levam a soluções inovadoras para o setor. De acordo com os organizadores, essa ferramenta ajudou a

levantar e abordar desafios e oportunidades para os setores econômicos de Maringá durante as dinâmicas.

Com base no resultado obtido nas dinâmicas setoriais, os temas e iniciativas foram definidos e agrupados seguindo quatro dimensões de análise para desenvolvimento de setores (outra ferramenta de gestão muito utilizada atualmente): demanda e receita; insumos, institucional e regulação; e divulgação. As quatro dimensões possibilitariam estruturar o plano de implementação recomendado para desenvolver os setores em Maringá. As iniciativas prioritárias de cada setor, definidas durante as dinâmicas, foram detalhadas para auxiliar na implementação. Foram estabelecidos responsáveis, metas e indicadores. Todas as iniciativas de cada setor foram desdobradas em planos de ação detalhados para alcançar o desenvolvimento pretendido do setor. A mecânica de criação dos planos de ação está mais bem explicada nas figuras a seguir:

Figura 12



As iniciativas priorizadas para o setor de educação foram no total de oito: ampliação de linhas de crédito estudantil, melhorias dos indicadores do ensino fundamental e médio, modernização do currículo escolar, utilização de novas tecnologias de ensino, desenvolvimento de avaliação do desempenho e acompanhamento da carreira dos professores, capacitação contínua dos profissionais de educação, desenvolvimento de um plano de integração das esferas educacionais, criação de centros de debates regulatórios.

É facilmente identificável nas iniciativas propostas, a matriz de justificação de que a educação pode transformar a cidade, melhorando as condições de empregabilidade e de avanço da ciência e tecnologia, o que típico da *city* por projetos (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009). Entretanto, também é fácil perceber que as iniciativas priorizam o setor educacional privado, cujos membros da elite estratégica, Wilson de Matos Silva e seu filho, o atual presidente do Codem, são os principais representantes. Vale registrar aqui um dos apontamentos feitos pela consultoria ao tratar essa temática:

A redução dos financiamentos estudantis dificulta o acesso ao **ensino superior privado** em Maringá. O desenvolvimento do setor de educação demanda a modernização dos métodos de ensino e a incorporação de avanços tecnológicos para que se ganhe em eficácia. Embora as novas tendências educacionais ganhem espaço cada vez maior, é importante vencer a resistência de professores quanto a sua eficácia por meio de capacitação continuada. Alterações constantes de regras pelo MEC criam **insegurança para investidores do setor** (MASTERPLAN, 2017, p. 147, grifos nossos).

Desde a implantação do Codem em 1997, o setor privado educacional em Maringá teve um grande desenvolvimento, auxiliado é verdade por várias políticas econômicas nacionais que privilegiaram essa modalidade educacional. Na tabela abaixo é fácil verificar a expressividade do setor em Maringá: mais de 37 mil alunos na rede privada de ensino superior e pouco menos de 15 mil alunos na única universidade pública, a UEM, em 2019.

Tabela 3

MATRÍCULAS E CONCLUÍNTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESENCIAL E A DISTÂNCIA
SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2019

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
Educação Superior Presencial					
Matrículas	-	13.309	-	21.171	34.480
Concluintes	-	1.665	-	3.953	5.618
Educação Superior a Distância					
Matrículas	-	-	-	15.517	15.517
Concluintes	-	-	-	2.091	2.091

FONTE: MEC/INEP

Desse modo, quando a Agenda Maringá 2047 fala em novos métodos de ensino e de acesso ao crédito estudantil, o foco é bem objetivo: a classe média que perdeu o seu poder de compra nos últimos anos e a necessidade de um ensino rápido, mais voltado para as áreas técnicas a fim de instrumentalizar a atuação profissional dos filhos dessa mesma classe média.

O segundo setor essencial, segundo os empresários, foi o de saúde. Assim como o de educação, esse setor estava desde o início nos planos do Codem para que a cidade se transformasse em um polo especializado de modalidades médicas de referência no Estado e, quiçá, no país.

Para a saúde foram definidas as seguintes iniciativas:

Figura 13



Fonte: MASTERPLAN 2017

Como observado na figura 13 foram elencadas sete iniciativas prioritárias: seleção de especialidade-foco, desenvolvimento de cursos voltados à especialidades-foco, melhoria da infraestrutura com base nas especialidades-foco, melhoria da resolutividade do atendimento

primário, ampliação da cobertura e melhoria da qualidade do Programa Saúde da Família, compartilhamento das informações médicas dos pacientes, criação de programas de conscientização para a promoção e prevenção da saúde.

Na justificativa para essas ações prioritárias os participantes destacaram a necessidade de:

Identificar as especialidades médicas foco (ex.: oncologia, pediatria, neurologia etc.) com potencial para transformar a cidade de Maringá em um polo de referência regional e nacional. Alinhamento com as demandas da região e com as mudanças do perfil de doenças em virtude do envelhecimento da população. Atrair pacientes para tratamento em Maringá (MASTERPLAN, 2017, p. 164).

A questão abordada das especialidades-foco está relacionada diretamente para suprir a demanda dos cursos de Medicina oferecidos pelo setor privado da educação em Maringá. Fora a UEM que oferece 26 vagas anuais para o curso de Medicina, há os cursos de Medicina (112 vagas) e Biomedicina (100 vagas) da universidade UniCesumar e de Medicina (99 vagas) e Biomedicina (100 vagas) do Centro Universitário Uningá. Em 2018, somente nos cursos de Medicina das duas instituições privadas os valores das mensalidades giravam em torno de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) (SALDANHA, 2018).

No levantamento feito pelo IBGE em 2009 para compor o censo demográfico de 2010 (o último oficial no país)⁵⁶, os estabelecimentos de saúde em Maringá somavam 269, sendo que a maioria, 57,7%, pertencia à rede privada. Em Bauru, a diferença entre SUS e rede privada era de 34,74%, menos de vinte pontos percentuais que Maringá, sendo as duas cidades do mesmo porte. Já em Londrina, uma cidade bem maior e com uma demanda por serviços de saúde bem ampla, por conta da sua região de influência, os números de estabelecimentos do SUS estavam quase que empatados com a da rede privada.

Quadro 26
Estabelecimentos de saúde – Maringá – Londrina – Bauru - 2009

Cidade	SUS	Rede Privada	Total	Diferença % privada/SUS
Maringá	80	189	269	57,7%
Londrina	133	152	285	12,5%
Bauru	62	95	157	34,74%

Fonte: Estabelecimentos de Saúde SUS: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009

⁵⁶ O censo demográfico de 2020 acabou suspenso pelo Governo Federal por causa da pandemia da Covid-19 e não há data para ser realizado.

O terceiro setor chave trabalhado foi o de intermediação financeira. Nos dois planejamentos anteriores esse tema não apareceu como algo a ser trabalhado, embora a constituição da Cooperativa de Crédito dos Comerciantes de Confeções de Maringá, como veremos no próximo capítulo, tenha sido fruto dos trabalhos do Movimento Repensando Maringá e do plano Maringá 2020.

A justificativa para a inclusão desse setor foi a de que a cidade já possuía uma cultura cooperativista forte, que permitia o acesso a fundos para investimentos e o compartilhamento de informações e experiências. Ao mesmo tempo, o potencial econômico do agronegócio na região de Maringá impulsionaria a demanda por serviços de seguros e a concessão de crédito. Na avaliação feita também foram identificados os pontos de atenção para o setor:

Apesar do elevado número de graduados no ensino superior, existe uma falta de profissionais qualificados em serviços de intermediação financeira em Maringá, o que leva empresários a buscarem profissionais em outras regiões do país. Muitos consumidores não possuem conhecimentos sobre os produtos financeiros ofertados, reduzindo a penetração destes e o crescimento do setor. A segurança digital ainda é um problema para a maior adoção de tecnologias nos serviços financeiros, resultando em perdas de eficiência do setor (MASTERPLAN, 2017, p. 171).

Para esse setor, as iniciativas prioritárias foram as elencadas na figura a seguir:

Figura 14



Fonte: MASTERPLAN 2017

As sete iniciativas foram descritas como: ampliação de cooperativas na região de Maringá, inclusão dos temas de finanças pessoais e empreendedorismo nas escolas, criação de plataforma de conhecimento sobre produtos e serviços financeiros, fomento à incorporação de avanços tecnológicos no setor financeiro, fortalecimento da região como um polo de serviços financeiros para o agronegócio, criação de universidade corporativa para o setor financeiro e desenvolvimento de meios de pagamento digitais para os serviços públicos.

Essas iniciativas estão ligadas diretamente aos interesses de membros da elite estratégica como os empresários Jefferson Nogaroli e Luiz Ajita (cooperativa de crédito), Luiz Lourenço (agronegócio), Wilson de Matos Silva (educação privada) e Ilson da Silva Rezende (tecnologia e meios digitais). É importante ressaltar para a finalidade dessa tese, de que várias iniciativas possuem ligação com a área privada da educação, como por exemplo o empreendedorismo nas escolas e a criação de uma universidade corporativa para o setor financeiro, e outras com o setor de desenvolvimento de sistemas, que veremos a seguir, tais como o fomento a avanços tecnológicos no setor financeiro e o desenvolvimento de meios de pagamentos digitais para os serviços públicos.

Ainda não há trabalhos relevantes no Brasil sobre a financeirização no capitalismo contemporâneo a partir das cooperativas de crédito. Tratam-se, sem dúvida, de importantes agentes financeiros, com uma regulação própria e um modelo de negócio a partir da localidade, ou regionalidade, algo que está sendo desmantelado pelo sistema bancário tradicional, e que as colocam como agentes muito próximos de suas comunidades, facilitando o acesso a todos os serviços financeiros. No caso específico de Maringá, como veremos no capítulo a seguir, foi constituído um enorme sistema cooperativista a partir do empresariado e que serve, em última análise, para financiar esse mesmo empresariado.

Por fim, o setor chave de desenvolvimento de sistemas, que também não havia sido contemplado efetivamente nos planos Maringá 2020 e Maringá 2030, entrou nesse planejamento com a seguinte justificativa:

O setor de desenvolvimento de sistemas de Maringá tem crescido fortemente nos últimos 17 anos, tornando-se referência no estado do Paraná e reconhecido nacionalmente. A cidade possui, de forma relativa, a maior quantidade de certificados de qualidade do Brasil. Grande parte dos clientes do setor está localizada fora da cidade e, muitas vezes, fora do estado do PR. Ademais, Maringá tem um ambiente positivo para o empreendedorismo, tecnologia e inovação, e possui projetos de desenvolvimento de centros de inovação e tecnologia a serem concluídos nos próximos anos, como o Armazém Digital, o Tecnoparque e a EVOA *Accelerator* (aceleradora de empresas sem fins lucrativos) (MASTERPLAN, 2017, p. 182).

As iniciativas prioritárias foram constituídas dessa forma:

Figura 15



Fonte: MASTERPLAN 2017

Seis iniciativas foram elencadas: promoção do conhecimento sobre o que os produtos e serviços de TI podem fazer para as empresas, formação de parcerias entre os desenvolvedores e os prestadores de serviços de TI, capacitação das equipes técnicas, criação de fundos de investimento focados em tecnologia, criação de *startups* tecnológicas e desenvolvimento do espírito inovador na região e adoção de soluções tecnológicas e inovadoras nos serviços públicos.

Mais uma vez, algumas iniciativas têm relação direta com os outros setores como o de educação e o de intermediação financeira. É patente o direcionamento das iniciativas para a criação de cursos específicos para suprir essa demanda:

O setor de desenvolvimento de sistemas é bastante competitivo, exigindo constante inovação e atualização de suas empresas e profissionais. O mercado

cada vez mais globalizado faz com que as empresas de desenvolvimento de sistemas de Maringá precisem estar preparadas para competirem com grandes *players* nacionais e globais. Está cada vez mais difícil encontrar bons profissionais de TI (a oferta deste tipo de profissional está menor do que a demanda). Os profissionais de TI em Maringá ainda possuem qualificações técnicas inferiores às necessidades dos executivos, levando-os a recrutar em grandes centros (MASTERPLAN, 2017, p. 182).

Um dos relevantes problemas dos planejamentos estratégicos levantados pelos teóricos da gestão organizacional é a falta de acompanhamento na implementação das estratégias e diretrizes. Geralmente, planos são feitos e, pouco tempo depois, engavetados para dar lugar a demandas mais urgentes. Entretanto, o Codem definiu remodelar a sua estrutura de governança para poder controlar as etapas do planejamento de forma mais adequada, inserindo as câmaras técnicas setoriais (dos quatro setores chave) com planos estratégicos setoriais a serem executados dentro de um determinado período. De acordo com a consultoria PwC:

O Planejamento Socioeconômico de Maringá apoia o desenvolvimento dos setores-chave indicados no estudo, com base em temas e iniciativas levantadas principalmente ao longo dos workshops setoriais. Porém, para a sua efetiva implementação, o Planejamento Socioeconômico também precisa de um modelo de governança. Esse modelo busca definir uma estrutura de responsáveis e uma dinâmica de trabalho que vincule as atividades propostas no plano à sua efetiva execução. O modelo de governança proposto, como apresentado neste subcapítulo, se encaixa na estrutura atual do CODEM (Plenária e Comitê Gestor) e se baseia principalmente nas Câmaras Técnicas setoriais, Comissões de Trabalho e na Equipe Técnica do CODEM. Além desses agentes, serão criados Planos Estratégicos Setoriais (PES), com um detalhamento das atividades por setor (MASTERPLAN, 2017, p. 193).

Também ficou definido a criação de uma Gerência de Projetos para apoiar as câmaras técnicas e comissões de trabalho no controle dos projetos em desenvolvimento. A área de gerenciamento de projetos não existia nas estruturas anteriores do Codem e, de acordo com a consultoria, deveria controlar e reportar o *status* dos projetos e auxiliar na integração de atividades comuns entre as câmaras.

A ferramenta de gerenciamento de projetos, ou PMO na sigla em inglês e mais conhecida pela área de gestão, é um dos instrumentos mais utilizados hoje para o acompanhamento de planejamentos que possuem diversos projetos sendo executados ao mesmo tempo. Com isso, se mede a eficiência dos projetos dentro do escopo maior que é a visão do planejamento e a sua adequação aos temas e iniciativas propostos.

Para finalizarmos esse capítulo destacamos que quando o Projeto Masterplan Metrópole Maringá 2047 foi divulgado no início do ano de 2018, alguns membros da elite

estratégica se posicionaram sobre o que a sociedade civil organizada estava entregando para o futuro da cidade. Ilson da Silva Rezende, presidente do Codem durante o processo do planejamento destacou o envolvimento das pessoas e entidades no projeto:

Foram mais de trezentas pessoas mobilizadas, mais de cem entidades participantes, e dezenas de consultores trabalhando voluntariamente em mais de cinquenta reuniões, em um total de duas mil horas dedicadas na construção desta primeira etapa do Projeto Masterplan. Um trabalho exaustivo que levou mais de dois anos, mas que compensou cada segundo investido, de cada participante (MASTERPLAN, 2017, p. 5).

José Carlos Valêncio, ex-vereador e presidente da Acim na época, também destacou a mobilização da sociedade organizada no Masterplan como sendo:

[...] fruto de muito planejamento e trabalho dos técnicos da PwC, ACIM e Codem. Mas também de dezenas de empresários, lideranças e voluntários que participaram das reuniões, workshops e debates sobre o futuro social e econômico de Maringá. Há ainda os que investiram recursos para o custeio desse trabalho. Que esse material ajude a continuar planejando nossa Maringá e região (MASTERPLAN, 2017, p. 6).

Wilson Yabiku, presidente do Conselho Gestor do Projeto Masterplan Metrópole Maringá 2047, ressaltou a importância do plano socioeconômico para recuperar, numa segunda etapa, o planejamento urbano:

Maringá se desenvolveu a partir de um *masterplan* encomendado pelos ingleses na década de 40, tornando nossa cidade confortável para conviver e prosperar. Com o Projeto Masterplan Metrópole Maringá, a cidade crescerá com equilíbrio socioeconômico e ambiental. Para tanto, a sociedade civil organizada contratou um dos mais renomados escritórios de consultoria do mundo para o plano socioeconômico, a PwC, que realizou um diagnóstico técnico e minucioso, apontando os pilares de sustentação da economia regional, com vista ao futuro. O presente documento é o resultado desse estudo e servirá como uma plataforma técnica e com credibilidade para a atração de novos investimentos para um desenvolvimento sustentável, e também dará mais segurança para a segunda etapa do projeto, o planejamento urbano. Nessa próxima etapa, teremos oportunidade para discutir e melhorar o que já temos, para alcançar o futuro que queremos para nossa cidade (MASTERPLAN, 2017, p. 6).

Nas palavras de Jefferson Nogaroli, presidente do Conselho Consultivo do projeto Masterplan Metrópole Maringá 2047, o planejamento foi

[...] um presente que a sociedade civil de Maringá oferece para toda comunidade, e é resultado de um esforço coletivo de várias instituições empresariais e lideranças de vários segmentos da sociedade. O estudo de alto

impacto aqui presente, chancelado pela PwC, irá contribuir para que a cidade mantenha os patamares de qualidade que nos foi legado. Mas este documento é apenas o primeiro passo. Agora, é missão do CODEM implementar as estratégias aqui presentes, **assegurando que aquilo que nós planejamos seja executado**, para que em 2047 possamos ter a cidade que queremos. Como eu sempre digo, planejar é saber o que devemos fazer hoje para chegar aonde queremos e como queremos, amanhã (MASTERPLAN, 2017, p. 7, grifos nossos).

A fala de Fernando Alves, sócio presidente da PwC Brasil é emblemática para a proposta dessa tese:

Sustentar o crescimento econômico no longo prazo sem ameaçar a diversidade socioeconômica, a qualidade de vida das pessoas e a preservação do meio ambiente é um dos grandes desafios enfrentados pelos responsáveis pela **gestão das cidades**. Ainda que existam desafios contemporâneos comuns a diversas localidades, é necessário considerar as particularidades, os recursos, a história e a dinâmica local de cada uma delas. Nesse contexto, implementar um projeto de desenvolvimento de uma cidade, não é tarefa fácil: **os gestores** precisam contar com elevada capacidade de organização e apoio da **sociedade civil organizada**, além de saber lidar com escolhas complexas e com interesses das diversas partes interessadas. O trabalho realizado em Maringá - PR, cidade com elevados indicadores econômicos e sociais **e cuja população demonstra preocupação com o planejamento urbano**, mostra que existem receitas eficazes para manter uma urbe competitiva e sustentável (MASTERPLAN, 2017, p. 1, grifos nossos).

Destacamos, à guisa de conclusão, que Alves aponta que os empresários é que são os que efetivamente conduzem a gestão da cidade, eles são os gestores. O poder público, tanto o Executivo quanto o Legislativo, nem figuram nesse planejamento, ao contrário dos outros dois anteriores. A instituição “sociedade civil organizada”, como avalia Boltanski (2009), é o sinônimo de população quando o consultor reflete sobre a preocupação com o planejamento urbano. Fato é que não houve nenhum movimento social, entidade de bairro, conselhos gestores de políticas públicas ou outros entes ligados à população em geral que tenham tomado parte nestas discussões.

O Maringá 2047 também citou expressamente a preocupação com a região metropolitana, mas nem os empresários das cidades da região foram convidados para participar das reuniões de planejamento, o que mostra um total descasamento entre o discurso e a prática. Da mesma forma, os agentes públicos de outros municípios não tiveram uma inserção dentro do Masterplan. Elton Toy, secretário de Urbanismo do município vizinho de Sarandi na época, expressa sua crítica:

Somos expectadores, junto com a ACIS [Associação Comercial de Sarandi]. Fomos a três reuniões onde foram apresentadas propostas de empresas sobre planejamento urbano, tiramos dúvidas, mostrei minha preocupação com a região metropolitana, mas não sei como está. Não sei se teremos opinião deliberativa nisso (TOY apud FLEURY E SILVA, 2015, p. 222).

O mesmo aconteceu com o secretário de Planejamento Urbano de Paíçandu, outro município conurbado com Maringá, Mateus Duarte. Ao falar sobre as reuniões preliminares do Masterplan em Maringá ele testemunhou:

Aparentemente, para o grupo que viu, fica claro que há um interesse imobiliário por trás disso. Dá até impressão de que estão querendo nos usar, dizendo “não, mas você participou da discussão” ... eu acho que é mais isso que eles querem... como se fosse uma anuência nossa, que não temos noção do que vai acontecer (DUARTE apud FLEURY E SILVA, 2015, p. 222).

Como nas agendas anteriores, o Masterplan Maringá 2047 se apoia na figura do consenso para alcançar seus objetivos. Sobre essa ideia, Moura (2002) explica:

Contrária a esse caminho, a engenharia do consenso – amplamente utilizadas na gestão de municipalidades tidas como “modelos” (Sánchez, 2001) – é um mecanismo adequado para validar as decisões e realizações pensadas segmentariamente no processo de planejamento estratégico de cidades – tornadas empresas -, operando sua eficácia a partir da unificação da sociedade em torno de um projeto pré-concebido. Ela estimula uma aceitação acrítica e determina uma ação de segmentos em “concerto”, com a geração de um “patriotismo da cidade” (Borja e Forn, 1996) que faz aparentar a inexistência de jogos de interesses ou conflitos peculiares (e necessários) à produção do espaço urbano e regional (MOURA, 2002, p. 49).

Assim, o plano Maringá 2047, apresentado como uma das iniciativas inovadoras de gestão do empresariado local, se traveste de um plano que busca perpetuar a hegemonia empresarial e, dentro dessa hegemonia, fazer sobressair os interesses de sua elite estratégica. Um projeto como define Vainer (2000, p. 98) “de eliminação da esfera política local, transformada em exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática”.

No âmbito dessa discussão, Harvey (2004), salienta a necessidade de que “compreendamos melhor que lutas entre classes e interlugares, com muita frequência, se interpenetram, e que o capitalismo pode muitas vezes conter a luta de classes por meio de uma estratégia de dividir para governar aplicada a essa luta” (HARVEY, 2004, p.85). Do ponto de vista desta tese, o que se depreende da atuação política é a manipulação da mesma pelo sistema econômico, convertendo empresários em agentes políticos e a Prefeitura, inoperante na

economia, se faz ineficiente na política. Logo, os desafios de planejamento e gestão do espaço, neste momento, estão pautados na relação entre Prefeitura e empresariado, o que acaba por colocar em discussão o papel de ambos em aspectos geopolíticos, socioeconômicos e culturais.

Por fim, concluímos que,

Na região de Maringá, mais precisamente na cidade polo, essa parceria está resultando em ações que, em um olhar superficial está sendo positiva para o dinamismo econômico da região. Convém apontar ainda que muitas incongruências existem, embora acabem por ser mascaradas pela vultuosidade que o capital e seus interesses imprimem na dinâmica maringaense. Teoricamente, as expressões planejamento e gestão não atuam dissociadas na prática. Especialmente quando consideradas nos termos do discurso sobre a sua operacionalização na espacialidade da cidade. O planejamento precede a gestão, devendo caminhar, também, paralelamente ao processo presente na cidade (VERCEZI, 2012, p. 198).

6. CAPÍTULO 5 – INTERESSES, CONFLITOS E NACIONALIZAÇÃO

Neste capítulo final analisaremos algumas ações derivadas dos planos Maringá 2020 e 2030 e que demonstram o interesse de setores ou até mesmo de membros da elite estratégica em se beneficiar do desenvolvimento econômico da cidade, ocasionando assim conflitos com os movimentos sociais e com o Legislativo. Discutiremos também os projetos do empresariado de Maringá que, a partir do Codem e das agendas apresentadas, acabaram se tornando casos de sucesso do ponto de vista empresarial e como elementos de justificação para as ações conexistas desenvolvidas. São projetos que ultrapassaram a fronteira local e foram assimilados por outros municípios de menor ou maior porte.

No último tópico, dedicamos um espaço para apresentar como a ideia do Codem acabou sendo disseminada para outros municípios que também instituíram os seus conselhos de desenvolvimento, a maior parte deles com o controle da classe empresarial.

6.1. Interesses de mercado

Listaremos a seguir três casos de atuação do empresariado em Maringá, a partir daquilo que foi apresentado nas agendas Maringá 2020 e Maringá 2030, em que há uma clara atuação para benefício próprio ou de um segmento empresarial específico. Não é novidade que os interesses de mercado do empresariado é que orientam as suas ações, mesmo que suas justificações as tornem legítimas, especialmente pela dominação gestonária. Todavia, em uma *citée* por projetos, como avaliam Boltanski e Chiapello (2009) essas ações podem comprometer a estrutura das redes e, assim, colapsar a integridade do projeto antes legitimado. Ações de interesses individuais podem ser interpretadas como organizadas por tipos “mafiosos”⁵⁷ e, assim, perder a legitimidade perante a comunidade.

6.1.1. O Plano Diretor de Maringá e o mercado imobiliário

O primeiro caso tem ligação com o novo arcabouço legal e seus desdobramentos representado pelo Plano Diretor Participativo de Maringá aprovado em 2006, por exigência do Estatuto das Cidades⁵⁸, depois de dois extensos anos de debates com os vereadores, associações

⁵⁷ Tipos mafiosos aqui não é utilizado como algo criminoso e sim, que possa ter interesses sob suspeita.

⁵⁸ O Estatuto das Cidades é a Lei Federal nº 10.257, de 10 de Junho de 2001, que estabeleceu as diretrizes gerais da política Urbana do Brasil. O documento é um marco para o urbanismo no Brasil, pois abriu um leque de possibilidades para lidar com as questões urbanas, especialmente envolvendo a comunidade local.

de moradores, o Codem e técnicos da Prefeitura. A lei municipal nº 632/06 definiu uma nova territorialidade - macrozoneamento - pautada nas deficiências e potencialidades do município, a qual estabeleceu grandes áreas denominadas macrozonas, incluindo porções do município que estavam há tempos à margem do planejamento da cidade, como antigas áreas industriais, adjacências da linha férrea e áreas limítrofes entre rural e urbano que foram entendidas como de contenção para expansão urbana e proteção de mananciais, entre outros. Acompanhando as macrozonas, foram estabelecidos alguns parâmetros mínimos de ocupação como coeficiente variável, já preparando o terreno para o instrumento da outorga onerosa, bem como a área mínima de lote de 400 m² e para habitação social de 300 m².

Desde o início das discussões, o Codem, por intermédio de sua Câmara Técnica de Urbanismo, procurou pautar as discussões e atuou decisivamente no encaminhamento da proposta de Lei que foi para o Legislativo.

O Codem participou efetivamente em todas as fases do processo com um contingente de mais de 90 representantes de suas entidades e compôs com um contingente significativo a Comissão Central de elaboração, revisão e redação final da proposta do projeto de Lei do Plano Diretor de Maringá encaminhado ao Legislativo para apreciação e deliberação (CODEM, 2020).

O Plano Diretor trouxe também a implantação do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CMPGT) com a expectativa de se estabelecer um debate participativo acerca do desenvolvimento urbano, conforme previa o Estatuto das Cidades. Sua instalação se deu em 2007 sob algumas manifestações de protesto vindos do Legislativo, incomodado especialmente pelo fato de não poder mais pautar temas sobre a questão urbana sem antes passar a proposta pelo crivo do Conselho.

Embora na Lei 632/06 exista a garantia a proporcionalidade de 50% de representantes do poder público e 50% da sociedade civil, com renovação a cada três anos em Conferências Municipais, o CMPGT tem sido composto predominantemente de representantes do mercado imobiliário e secretarias municipais de planejamento, meio ambiente, transporte e habitação que por vezes se colocam comprometidas com decisões superiores da Prefeitura vinculadas ao mercado, impedindo que o Conselho seja de fato uma arena isenta de interesses particulares. Na composição das vagas, de acordo com a Lei, o CMPGT tem a seguinte composição: poder Executivo (7 vagas), Legislativo (1 vaga), Codem (1 vaga), conselhos municipais afeitos ao tema (1 vaga, em sistema de rodízio), instituições de ensino superior (2 vagas – UEM e UniCesumar), sociedade civil organizada (2 vagas, em sistema de rodízio entre Acim, Sinduscon, Secovi e Aeam), sociedade civil não nominada (2 vagas, representadas por

presidentes de associações de bairros). A presidência do Conselho é do secretário municipal de Planejamento. Podem participar ainda um representante de Paiçandu, outro de Sarandi e outro de organismos intermunicipais, porém sem direito a voto.

Seu caráter deliberativo, restrito apenas à letra da lei, constitui outro enfraquecimento para que as ações do CMPGT fossem limitadas (FLEURY E SILVA, 2015). Sobre essa situação, o diagnóstico de pesquisadores desse fenômeno local é alarmante:

O atendimento ao interesse do mercado de produção privada da cidade escancara que os espaços democráticos, como os conselhos, as audiências e as conferências que deveriam garantir atendimento as necessidades e aos interesses de todo o coletivo urbano, se constituem, de fato, em artifícios para o exercício unilateral do planejamento urbano, onde não tem sido observado nenhum tipo de diálogo institucionalizado com a população (RODRIGUES E CORDOVIL, 2014, p. 9).

Do ano de 2007 em diante, o CMPGT esteve presente na organização das conferências e audiências para avaliação ou alteração do Plano Diretor de 2006 como determinava sua própria legislação, contudo pouco a pouco foi ocorrendo o retalhamento da Lei bem como sua territorialização por intermédio de um movimento explicitamente a favor do capital imobiliário, com incentivo do Codem, apesar de protestos de parte da comunidade, especialmente os movimentos sociais.

Quando o Plano Diretor tinha apenas três anos de existência, antes mesmo da revisão das leis urbanísticas (cujo prazo estabelecido no Plano para sua aprovação já havia expirado) e da regulamentação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, a administração pública com argumento de que havia necessidade de aumento da oferta de terrenos para amenizar a alta dos preços e possibilitar aquisição de terra para habitação popular, encaminhou ao CMPGT proposta de mudança na Lei 632/06. A referida proposta alterava a Macrozona de Contenção (originalmente definida com a função de contenção da expansão urbana e proteção de mananciais) para Macrozona de Ocupação Imediata (permitindo lotes de 300 m²), com a contrapartida dos futuros loteamentos doarem 7% do total da área líquida parcelada a título de valorização decorrente da mudança proposta ou pagarem seu equivalente valor em moeda corrente. Do total doado, 3% seriam utilizados pelo município para habitação de interesse social. Como explica Fleury e Silva,

Após decisão favorável, porém não unânime, o CMPGT encaminhou a proposta para audiência pública, que após debate caloroso aprovou a controversa Lei complementar 799/10, jogando no mercado 22 milhões de metros quadrados para abrigar lotes residenciais e industriais. Seis meses

depois de aprovada a Lei complementar 799/10, por meio da lei 835/10 o Legislativo aprovou a supressão dos 3% que deveriam ser doados pelos loteadores destinados à habitação de interesse social, com a justificativa de que onerava os futuros empreendimentos na Macrozona de Ocupação Imediata. Mais uma vez se assistia a manobra da máquina buscando seu crescimento (FLEURY SILVA, 2015).

Quanto aos instrumentos do Estatuto da Cidade, embora tivessem prazo de 120 dias para serem implementados a partir da aprovação do Plano Diretor, foram lentamente regulamentados em uma estratégia de retardar o quanto fosse possível o processo. Destes a Outorga Onerosa (Lei 941/13) e a Operação Urbana Consorciada (Lei 946/13), foram aprovadas a reboque de grandes empreendimentos privados: o projeto Novo Centro e o Novo Centro Cívico-Eurogarden.

Destaca-se ainda as alterações realizadas na lei de uso e ocupação do solo (Lei 888/11), especialmente em relação a aprovação de Eixos Residenciais (ER) que somente permitem edificações residenciais multifamiliares em pequenos trechos de vias, sem critérios para eleição das mesmas, o bairro planejado Eurogarden e a nova área industrial de Maringá, o que enfatizou o privilégio dado aos agentes imobiliários na medida em que interferiram nas mudanças urbanísticas por meio do CMPGT com amplo apoio da gestão pública nas audiências municipais.

Estes agentes caracterizam-se como empreendedores tipicamente estruturais no modelo de Logan e Molotch (1987), cuja estratégia é criar rendas diferenciais influenciando a maioria das decisões que irão determinar vantagens locacionais (muitas vezes únicas), como por exemplo, alterar a localização de algum investimento público, como rodovias, equipamentos públicos, influenciar subsídio a algum negócio privado etc.

Entre 2000 e 2015 a produção imobiliária em Maringá teve um aumento significativo, acompanhando em certo aspecto, apesar do atraso, o *boom* imobiliário que ocorreu no Brasil. O lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida em 2009 também auxiliou em muito o desenvolvimento do setor imobiliário em Maringá.

Em pesquisa realizada por Fleury e Silva (2015), o crédito imobiliário liberado na cidade de Maringá em pouco mais de dez anos mostra a força que os setores da construção civil e do mercado imobiliário passaram a ter:

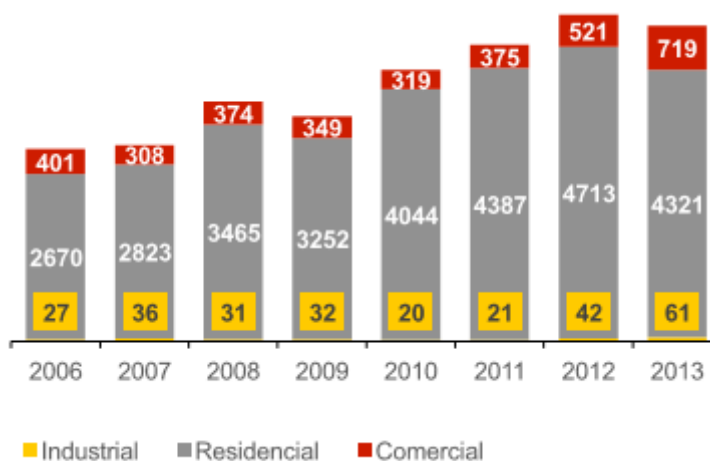
Segundo Relatório Mensal das Estatísticas Bancárias do Banco Central, conta Financiamentos Imobiliários, e tomando como referência os meses de dezembro de cada ano entre 2001 e 2013, tem-se que o financiamento imobiliário em Maringá partiu de R\$ 44.366.117,00 em 2001 para impressionantes R\$ 1.339.219,186,00 em 2013. [...] Nos últimos 6 anos de

análise (2008-2013) ... o crédito liberado em Maringá teve aumento de 2.918,6% (FLEURY E SILVA, 2015, p. 225).

Da mesma forma, houve um aumento expressivo do número de empresas vinculadas ao setor⁵⁹, não só em Maringá, mas também nos outros dois municípios conurbados, Paiçandu e Sarandi. De acordo com Fleury e Silva (2016) na década de 1990 foram abertas 33 empresas do setor imobiliário nos três municípios. Na década de 2000 o número saltou para 166, ou seja, 80% a mais que a década anterior. Surpreendentemente, nos três primeiros anos da década de 2010 foram abertas 202 novas empresas, 18% a mais do que toda a década anterior. “Neste mesmo período, conforme dados da Jucepar, o número de empresas que encerraram suas atividades foi em número bem menor: apenas 11 na década de 1990, 26 na década de 2000 e 16 entre os anos de 2011 e 2013” (FLEURY E SILVA, 2015, p. 226).

Na figura abaixo podemos verificar em uma representação gráfica como a construção civil de Maringá se beneficiou da liberação dos 22 milhões de metros quadrados para uso residencial da antiga Macrozona de Contenção que foi transformada em Macrozona de Ocupação Imediata, além dos recursos que vieram para o Programa Minha Casa Minha Vida.

Figura 16
Quantidade de projetos aprovados em Maringá por tipo – 2006-2013



Fonte: FLEURY E SILVA, 2015, p. 226

Quando da elaboração do plano Maringá 2047, após a supressão de todas as câmaras técnicas do Codem para que apenas os setores chave fossem contemplados, o plenário manteve

⁵⁹ Conforme a Junta Comercial do Paraná (Jucepar), pertencem ao setor imobiliário empresas de incorporação imobiliária, construção de edifícios, corretagem, venda e avaliação de imóveis.

a Câmara Técnica de Urbanismo. A justificativa, embora não oficial, era clara no sentido da manutenção das conquistas do setor imobiliário junto ao Plano Diretor de Maringá.

Esse discurso da cidade empreendedora, que expande o seu território como necessidade do mercado das cidades, apresenta um perigo, ao nosso ver, já explicitado por Braga ao estudar caso semelhante em Belo Horizonte, que é: “a erosão da distinção entre interesses públicos e privados e de transformação, pela via do discurso do consenso, de interesses puramente particulares, em objetivos coletivos os quais a sociedade como um todo deve dar suporte” (BRAGA, 2001, p. 26).

Outro ponto que é importante destacar é o da desqualificação dos agentes políticos regionais em favor da classe que “gera renda e riqueza para a cidade”. Sob esse prisma, o empreendedorismo urbano liderado por empresários defende, geralmente, que as mudanças devem ocorrer de baixo para cima, com iniciativas políticas e administrativas para tentar tirar a “corda do pescoço” dos empresários e trabalhadores (GINI, 2011). De acordo com Braga, o modelo de desenvolvimento local proposto a partir de estratégias como essas, é do tipo reativo. Segundo a autora:

Frente ao processo de reestruturação econômica propõe-se uma estratégia de desenvolvimento focada no plano local ao estilo “salve-se quem puder”, ou “querer é poder”. Argumentam os defensores de tais estratégias que elas seriam capazes de promover um desenvolvimento “de baixo para cima” porque o controle dos processos econômicos e das condições indutoras das decisões de investir estariam nas mãos dos atores locais, sejam eles públicos ou privados, e porque haveria um “interesse local” comum, uma finalidade única para o qual convergiria a ação de todos os atores. Tal visão só pode ser aceita quando se expurga o conflito do campo de análise. Ora, há que se considerar que não há possibilidade de participação autêntica, verdadeira, onde não há o reconhecimento do conflito, dos interesses em conflito, isto é, onde não há política. Portanto, podemos concluir que a participação proposta por essas teorias ocorre predominantemente no âmbito do discurso (BRAGA, 2001, p. 27).

Braga também destaca que o empreendedorismo urbano tem como outra estratégia a “criação de fóruns de discussão e articulação”, no entanto, esses fóruns são realizados “segundo uma ótica, composição e regras de funcionamento” tais que “funcionam antes como arenas de legitimação dos interesses dominantes do que como instâncias de participação cidadã efetiva” (BRAGA, 2001, p. 28). Há também, o discurso de que a cidade precisa estimular o desenvolvimento. De acordo com Rodrigues (2004, p. 87) “esses estímulos constituem concessões aos agentes imobiliários, na forma de flexibilização da legislação urbanística”. A cidade pensada e produzida desse modo torna-se um lugar sem regulamentos, sem lei, onde os

atores privados, o capital externo, barganham abertamente por vantagens, ganhando espaço e poder político dentro do poder público (BRAGA, 2001, p. 32). Assim,

[...] pode-se concluir que a cidade competitiva não é apenas um instrumento de planejamento urbano, mas também um instrumento de dominação social e legitimação de interesses econômicos privados, na qual consenso é a palavra mágica. Entretanto, tal consenso é, ao que tudo indica, uma peça de ficção em cidades marcadas pela tendência estrutural de desigualdade social e pelas assimetrias de poder entre os diferentes atores que tomam assento nas estruturas locais “promotoras de consenso” (BRAGA, 2001, p. 33).

Em um dos trabalhos clássicos nos Estados Unidos sobre a relação entre o empresariado estadunidense e as políticas públicas (BAUER ET ALLI, 1963), o cientista político Theodore Lowi selecionou três esferas nas quais as políticas públicas podem ser analisadas do ponto de vista do conflito nesta relação. Para Lowi (1964, p. 681) essas esferas são as políticas distributivas, regulatórias e redistributivas. As políticas distributivas atendem vários interesses simultaneamente e, geralmente, não tendem ao conflito. Por sua vez, as políticas regulatórias favorecem um segmento em detrimento de outro, e aí a possibilidade de conflito de interesses é grande.

No caso estudado nessa tese, configurado pelas agendas Maringá 2020, 2030 e 2047 temos, segundo Lowi, propostas de políticas públicas pelos empresários claramente redistributivas, onde os interesses empresariais são convergentes. Smith (2000, p. 89) considera que as políticas redistributivas, são políticas “unificantes”, pois despertam um grau elevado de interesse entre muitas empresas e a maioria significativa das empresas interessadas compartilha a mesma posição. Neste caso, os interesses empresariais usualmente são semelhantes. Entretanto, essas políticas geram uma relação conflituosa com outros setores da cidade que discordam do modelo cidade-empresa. O diferencial é que, habitualmente, os interesses empresariais estão do mesmo lado do conflito e só a eles cabe contabilizar os sucessos de suas ações ou das políticas sugeridas e assumidas pelo Executivo local, o que, *vis-à-vis* conforma a sua atuação empresarial.

E o problema torna-se mais sério ainda no plano do simbólico e nos efeitos que trará sobre a política e a democracia, colocando diversos atores sociais como subordinados a um plano econômico superior fortemente instrumentalizado. Para Boltanski,

Esta instrumentalização consiste – numa explicação rápida – em dar-lhe visibilidade pública e torná-la a principal ferramenta capaz de escolher, entre tudo o que acontece, os eventos relevantes, e também em dar-lhes significado,

encaixando-os em um quadro unificado e associando-os a certos mecanismos (BOLTANSKI, 2013, p. 442).

6.1.2. O Centro Cívico – Eurogarden

Em 2011, o empresário Jefferson Nogaroli, principal líder da elite estratégica do empresariado de Maringá, por meio do *pool* de empresas que controla, encomendou a um escritório francês um projeto urbanístico de edifícios de múltiplo uso para o terreno onde funcionava o antigo aeroporto da cidade, em área de 57,8 alqueires, até então vizinho da região onde se especulava construir o Centro Cívico de Maringá. A ideia original era que o terreno do antigo aeroporto se transformasse em um novo bairro para abrigar 12 mil habitantes, comércios, serviços e áreas de lazer de alto padrão.

O empresário havia adquirido em 2009 os lotes de terras nº 496 e 496-A, da Gleba Patrimônio Maringá, de propriedade de particulares, que eram vizinhos ao antigo aeroporto cujos lotes pertenciam à União. Desde a desativação do aeroporto em 2001⁶⁰, a Prefeitura enfrentava várias dificuldades sobre o que fazer com a ampla faixa de terras que, com a expansão imobiliária da cidade, acabou ficando como um marco divisório entre a cidade nova e a cidade antiga. Em negociação com a União, a Prefeitura conseguiu a liberação para a instalação de prédios públicos no local, como o Fórum Trabalhista e o Fórum Eleitoral. Um projeto ainda maior espera transferir para lá a sede da Prefeitura, Câmara Municipal e o Fórum Cível e Criminal.

A proposta de Nogaroli para a Prefeitura era juntar o seu empreendimento ao novo Centro Cívico e construir um bairro totalmente diferente dos padrões até então existentes na cidade. O empreendedor criou uma sociedade de propósito específico que incorporou empresários de várias áreas até então não vinculados ao setor imobiliário. Nogaroli vislumbrava como seus futuros clientes, moradores não só da cidade, como de outras localidades, que “visualizariam um paraíso para viver o resto de suas vidas”. O *slogan* utilizado pelo empreendimento em suas campanhas de marketing é “um lugar que você gostaria de morar, mas não sabia onde ficava” (EUROGARDEN, 2020).

O projeto depois de elaborado foi apresentado à Prefeitura, a qual, entusiasmada com as possibilidades do desenvolvimento urbanístico da cidade, encaminhou ao CMPGT um projeto de lei que criava a Zona Especial Vinte e Três - ZE23 – Eurogarden. Com maioria no

⁶⁰ O aeroporto Gastão Vidigal estabelecido no final dos anos 1940 foi desativado em 2001, quando entrou em operação um novo e mais moderno aeródromo, o Aeroporto Regional Sílvio Name Júnior fruto de uma iniciativa público-privada.

CMPGT, a Prefeitura e os empresários da Acim e do Codem conseguiram aprovar o projeto em uma Conferência Pública que ficou marcada pelos inúmeros protestos de setores da comunidade, em especial movimento sociais e movimentos em defesa da cidade, alterando-se, portanto, a Lei Municipal 888/11 que tratava do uso e ocupação do solo do município e que não permitia a instalação de altos edifícios naquela região, sendo que previa aplicação exclusivamente para habitação de interesse social. A Lei Complementar Municipal 941/13 que substituiu a anterior modificou essa situação por intermédio da outorga onerosa.

Em 2013, dando continuidade à regulamentação do projeto, foi aprovada a Operação Urbana Consorciada Centro Cívico-Eurogarden - OUCNCCE por meio da Lei Complementar Municipal 946/13, anexando ao bairro planejado por Nogaroli a área estabelecida para instalação do novo Centro Cívico por intermédio de um plano de operação urbanística como exigia o Estatuto das Cidades. Como contrapartida, o empresário assumiria a outorga onerosa da área, estipulada em aproximadamente R\$ 30 milhões. Em negociação com a Prefeitura, ficou estabelecido que o grupo empresarial arcaria com toda a infraestrutura do local e ainda construiria 150 moradias populares em terreno indicado pelo município. Sobre a mudança da outorga, o então arquiteto contratado por Nogaroli, Edson Luiz Cardoso Pereira (que viria a ser presidente do Codem no ano seguinte) explicou assim:

A prefeitura falou para o Jefferson “você são donos de um terreno que só pode construir térreo + 1 pavimento e só uso residencial, inclusive compraram a esse preço porque você só podem construir casas e agora querem construir prédios, então terão que pagar outorga onerosa”. Ele falou: “quanto vai custar isso? [...] Daí eu falei para o prefeito: “e o dinheiro pra você, prefeitura, fazerem infraestrutura no local?”. “Ah, isso a prefeitura não tem”, então me bateu uma ideia. Vamos trocar. Pagamos toda a infraestrutura e a prefeitura não gasta um tostão, e então fizemos (PEREIRA apud FLEURY E SILVA, 2015, p. 253).

Por esta manobra, o grupo empresarial ganharia todo o potencial construtivo via contrapartida de R\$ 30 milhões, que seriam revertidos em infraestrutura na área dos próprios investidores. De acordo com Fleury e Silva (2015), desse modo os empreendedores conseguiriam usar a verba paga pela outorga para benefício próprio.

A saída engenhosa do grupo empresarial é mais uma prova do funcionamento da engenharia do consenso (HARVEY, 1996) como o único caminho para o desenvolvimento da cidade, travestido de projeto público-privado que está mais preocupado no investimento econômico dos empreendimentos imobiliários, pontuais e especulativos, do que na melhoria das condições gerais da cidade.

Entretanto, em um dos raros casos em que a hegemonia empresarial tem sido quebrada em Maringá, os movimentos sociais por habitação e o Observatório das Metrópoles, da UEM, conseguiram reverter juridicamente os acordos feitos e, inclusive, revogar a Lei que concedia o uso para a OUCNCCE. A partir de 2015, uma série de denúncias foram feitas, inclusive junto ao Ministério Público Estadual de que a operação consorciada além de contrariar princípios jurídicos que norteiam a política urbana, consubstanciados no pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de favorecer apenas ao mercado imobiliário e de contribuir para a já excessiva verticalização das cidades brasileira, reproduziu o modo de produção e reprodução do espaço urbano maringaense, com finalidade exclusiva de especulação imobiliária, favorecendo o capital financeiro imobiliário mediante o marketing urbano e a estratégia de espetáculo urbano: “um lugar que você gostaria de morar, mas não sabia onde ficava”.

Foi constatado que, embora a Lei nº 946/2013 fizesse menção ao “plano de operação urbanística”, esse plano não chegou a existir, o que implicou em reconhecer que a Operação Urbana Consorciada Novo Centro Cívico – Eurogarden sequer chegou a existir, já que o plano antecede qualquer discussão na operação urbana. Embora a referida lei declarasse que o projeto da operação urbana tenha sido consultado em Conferência Pública e aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 935/2012, o fato é que não se sabe a que projeto ela refere, já que restou comprovado não existir o plano de operação urbanística.

Outra derrota para o grupo empresarial e para a Prefeitura, é que o Ministério Público constatou que a Conferência Pública mencionada pela Lei nº 946/2013 nunca foi realizada. O que houve naquela oportunidade foi uma “audiência pública para a criação da Zona Especial Vinte e Três -23- Eurogarden, desmembrada da Zona Especial Dezesesseis -16- Centro Cívico”. No entanto, não há referência sobre a OUCNCCE. Além disso, não chegou nem a ser aprovada uma lei que criasse a Zona Especial 23. E, ainda mais: a área dos lotes nº 496 e 496-A, relativa ao Projeto Eurogarden, não pertencia à Zona Especial 16 – Centro Cívico. Outra falha apontada foi que a Lei 946/2013 não previu o estudo de impacto de vizinhança (EIV), o qual não chegou a ser realizado, além de que não apresentar forma de controle da operação partilhada com a sociedade. Por último, como golpe de misericórdia, ao estabelecer que os proprietários dos lotes nº 496 e 496-A doariam a execução de infraestrutura em terrenos do Município para edificação de 150 (cento e cinquenta) moradias populares, a Lei 946/2013 violou o Estatuto das Cidades, o qual dispõe que os recursos obtidos pelo poder público municipal devem ser aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

Não podendo continuar legalmente com a OUCNCCE, a Prefeitura pediu a sua revogação pela Lei Complementar Municipal nº 1.115, de 26 de junho de 2018. Por acordo entre a Prefeitura e o grupo empresarial de Jefferson Nogaroli, o nome Centro Cívico-Eurogarden não poderia mais ser utilizado.

Sem poder contar com as benesses do município, mas dentro do espírito do Masterplan Maringá 2047, em março de 2019 os empreendedores retomaram o projeto, agora batizado apenas como bairro Eurogarden. A defesa feita pelos principais empresários do ramo imobiliário para que os empreendimentos em Maringá fossem destinados para a região do antigo aeroporto é de que com a saturação da região conhecida como “Novo Centro”⁶¹ (foco dos investimentos na década de 2000), um dos novos vetores de expansão do capital imobiliário na cidade passou a ser a região do futuro bairro Eurogarden, devido a sua proximidade estratégica com o novo Centro Cívico onde já foram construídos o Fórum Eleitoral e o Fórum da Justiça do Trabalho.

Os dois primeiros prédios do Eurogarden deveriam começar a ser construídos até o final de 2020. Entretanto, por conta da pandemia da Covid-19, espera-se que o início seja ainda no primeiro semestre de 2021. De acordo com o empreendedor do negócio, Jefferson Nogaroli, os primeiros a serem comercializados vão ser uma torre comercial e outra residencial de 30 a 35 andares.

No Eurogarden, os edifícios serão interligados e harmonizados com o meio ambiente. Vamos privilegiar a mobilidade urbana, em conformidade com os conceitos de uma cidade inteligente, segura, arborizada e tecnológica. Os moradores poderão se deslocar para o trabalho ou lazer com tranquilidade. Os jovens irão à escola em segurança. As edificações, sustentáveis, estão sendo projetadas para receber luz solar, ventilação e captação de água da chuva. Nós respeitamos o meio ambiente, o futuro. Por isso, vamos utilizar com o máximo de eficiência os recursos naturais e materiais. Vamos racionalizar o uso da energia utilizando tecnologias que permitirão reduzir ao máximo o impacto ambiental das construções. A rede elétrica pública é subterrânea, com o enterramento de cabos, postes e transformadores. Além de contribuir com a estética, retirando da paisagem a poluição visual dos postes e fios, o sistema é automatizado e diminui os serviços de manutenção (EUROGARDEN, 2020).

No material publicitário do relançado empreendimento, o discurso que estava lá na gênese do Movimento Repensando Maringá e do Codem é retomado:

⁶¹ O Novo Centro de Maringá é uma gleba na área central da cidade onde antes estava o pátio de manobras da linha férrea, com 206.600m². A linha férrea que cortava a cidade foi totalmente rebaixada dentro de um túnel de 1,8 quilômetro de extensão. As obras foram concluídas em 1999 e em 2000 iniciou-se a construção de vários edifícios na área que foi incorporada à malha urbana.

Planejamento. Responsabilidades social e ambiental. Carinho. Você sabe, aos poucos a gente vai construindo o lugar ideal para você morar. Temos todos os projetos aprovados na Prefeitura e recebemos as licenças e autorizações para as obras de infraestrutura. Começamos riscando as ruas, fazendo as guias das calçadas e a drenagem na Avenida Brasil. Ah, sim, a principal via de nossa cidade vai cortar o Eurogarden. Você só não vai ver postes, porque toda a rede elétrica pública será subterrânea. Lá no Eurogarden, quando você olhar para cima, vai ver que os pássaros estarão nas árvores. Aliás, espécies europeias, foram selecionadas e plantadas em todas as vias do bairro. Viu? A gente está pensando em todos os detalhes para que você, assim como nós, realize o seu sonho de morar e viver bem. E você nem precisa ir embora para Pasárgada. É só seguir reto pela avenida Brasil, na direção leste-oeste. O Eurogarden está te esperando de braços abertos (EUROGARDEN, 2020).

Uma das preocupações dos movimentos sociais e entidades que defendem o uso racional da cidade, destacam que a região que hoje já conta com alguns condomínios fechados, ainda possui considerável população moradora de média e baixa renda visto que os bairros limítrofes foram ocupados desde os primeiros anos da formação da cidade. Há um temor de que com o bairro Eurogarden, possa haver o processo de gentrificação naquela região. Neste sentido, Mendes e Töws (2011, p.11) colaboram em afirmar que “o poder público se movimenta mais na direção de transformar Maringá em cidade-emprego, viabilizando novas áreas solváveis ao mercado, inclusive áreas que estavam em pousio social ou possuíam outras atividades”.

Soa quase como um disparate a ideia de um bairro de características europeias em uma cidade de pouco mais de 70 anos. Na verdade, o Eurogarden está na visão de “internacionalização” de Maringá presente nos discursos do Codem e do seu empresariado. Esse discurso de colocar a cidade no “mapa do mundo” é atrativo e reforça a emergência do empresariado, aliado com o Executivo, para dar cabo dessa missão. Assim, o empresariado passa a ser um ator político reconhecido, pois seria o único dotado de qualificações para planejar uma cidade competitiva, no modelo internacional. Ao Executivo caberia a gerência dessa cidade e a função de promovê-la como mercadoria. Neste sentido, o poder Legislativo é enfraquecido às margens dos discursos produzidos pela elite estratégica, já que se torna um elemento sem função lógica no sistema, vindo apenas compor o que se chama de “poder público”.

Nessa função, é o poder público quem deverá estimular a iniciativa privada para desenvolver a cidade, torná-la empreendedora. Em sua ação política, o empresariado barganha abertamente por vantagens, ganhando espaço e poder político dentro do próprio poder público, sem ter o desgaste de participar do processo político-eleitoral. É sintomático que, desde a instalação do Codem, nenhum membro da elite estratégica do empresariado local tenha se

aventurado em participar de processos eleitorais, tanto na política local quanto na estadual, rejeitando, inclusive, indicações para assumir secretarias de Estado⁶². Manter o *status* do *management*, ao que parece, especialmente no caso do empresariado de Maringá, tem sido mais vantajoso.

Boltanski (2013) nos dá pistas para entender como o empresariado se instrumentaliza do *management* para legitimar as suas ações e barrar as críticas ou a capacidade crítica dos agentes em oposição, fazendo uso político destas técnicas de gestão:

Ao contrário da economia, as técnicas e ferramentas de gestão não são divulgadas publicamente, notadamente nos meios de comunicação. Elas não estão colocadas na trama. São reservadas aos atores e especialmente àqueles que estão em posições de poder, os “responsáveis”. É a sua liberdade de ação que elas permitem otimizar. Os subordinados as conhecem principalmente por intermédio das medidas fragmentadas às quais eles estão submetidos e das orientações que devem aplicar (BOLTANSKI, 2013, p. 443).

6.1.2.1 Entre o bairro europeu e “onde não mora ninguém”

As contradições saltam aos olhos quando comparamos a cidade dos sonhos dos imobiliários com a cidade daqueles que não têm onde morar. O Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá⁶³ realizou uma ampla pesquisa nos anos de 2015 a 2019 com pessoas que viviam em situação de rua e os dados foram consolidados para demonstrar o quanto a cidade tem sido segregadora.

Classificada em dois momentos recentes, consecutivamente, como a melhor cidade entre as 100 maiores cidades do Brasil para se viver (RANKING ENDEAVOR, 2018), a Maringá dos *rankings* sorrateiramente acoberta a presença da pessoa em situação de rua exatamente pelo incômodo que ela pode causar à essa imagem de “melhor cidade para se viver”. Frangella (2004) aponta que o fenômeno dos “moradores”⁶⁴ de rua é uma forma de ameaça às

⁶² RIGON, A. *O empresário Jefferson Nogaroli deve mesmo ser o secretário de Fazenda da governadora Cida Borghetti*. Maringá News, 04/04/2018. Disponível em < <https://angelorigon.com.br/2018/04/04/nogaroli-na-fazenda/> > Acesso em 08 jan. 2021.

⁶³ O núcleo de Maringá integra a rede nacional Observatório das Metrópoles que hoje se constitui como um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-INCT do CNPq, compondo-se por 16 núcleos regionais, sendo Maringá um deles.

⁶⁴ Em um trabalho específico sobre essa população, cujo título é “Moro onde não mora ninguém: Praça Raposo Tavares s/n., Maringá-PR-BR.”, Peixoto (2005) destaca que não podem ser chamados “moradores” de rua, pois sua situação é, de fato, de desabrigo. A opção pelo uso de “situação” e não “morador de rua” parte do reconhecimento desse processo como algo transitório, na medida em que a palavra “morador” pressupõe um endereço, uma moradia, justamente o que essas pessoas não possuem.

normativas do urbano, enfrentado por meio da tentativa de mascarar os desajustamentos e incômodos que essa população representa ao sistema.

Os resultados da pesquisa “Pessoas em Situação de Rua em Maringá-PR: Desconstruindo a Invisibilidade”, mostram uma fotografia que o Codem e a elite estratégica do empresariado nunca revelaram. A descrição comparativa entre os dados do censo dos que vivem em situação de rua mostra que essa população aumentou 105,5% no período de apenas quatro anos, conforme o quadro a seguir.

Quadro 27
Total de pessoas em situação de rua abordadas – Maringá – 2015-2019

Pessoas abordadas	Ano					Total no período
	2015	2016	2017	2018	2019	
	N. de pessoas	N. de pessoas	N. de pessoas	N. de pessoas	N. de pessoas	
Respondentes	160	117	177	247	294	995
Que se recusaram	59	48	45	110	156	418
Total	219	165	222	357	450	1413

Fonte: Observatório das Metrópoles – Pesquisa “Pessoas em Situação de Rua em Maringá – Desconstruindo a Invisibilidade – 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019”

Outro dado alarmante levantado por este censo é o tempo em que a pessoa está em situação de rua. Em 2019, 42 das pessoas que responderam à pesquisa declararam que viviam naquela situação há mais de nove anos e 126 estavam no seu primeiro ano na rua.

A condição de invisibilidade da população em situação de rua coloca em xeque e contradiz a imagem de cidade que se busca divulgar e vender, a cidade na qual não existiriam os mesmos problemas sociais de outros centros urbanos brasileiros.

Tabela 4
Tempo em situação de rua – Maringá – 2015-2019

Tempo na rua (Anos)	Ano										Total	
	2015		2016		2017		2018		2019			
	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%
Até 1 ano	52	37	25	23	74	45	112	48	126	47	389	43
Entre 2 e 3	23	16	24	22	28	17	44	19	50	18	169	18
Entre 4 e 5	16	11	14	13	8	5	27	12	33	12	98	11
Entre 6 e 7	11	8	8	7	7	4	9	4	14	5	49	5
Entre 8 e 9	7	5	9	8	10	6	6	3	9	3	41	4
Mais de 9	31	22	28	26	36	22	33	14	42	15	170	19

Fonte: Observatório das Metrópoles – Pesquisa “Pessoas em Situação de Rua em Maringá – Desconstruindo a Invisibilidade – 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019”

Aliada a essa invisibilidade vem a questão da segurança pública. Em 2005, Maringá foi ranqueada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como a cidade mais segura do Brasil a partir do cruzamento de dados do Censo do IBGE de 2000 com os registros de óbitos do período junto ao Ministério da Saúde⁶⁵. Por conta dessa pesquisa do IPEA, o Globo Repórter fez uma matéria nacional com amplo destaque para Maringá, ocasião em que foram entrevistados alguns membros da elite estratégica da cidade e técnicos do Codem e da Acim. Em determinado trecho da reportagem, é clara a ingerência dos empresários na definição das pautas da segurança pública na cidade:

“Quando se fala em segurança, é fácil, porque todo mundo quer viver em uma cidade tranquila. Então, há um envolvimento, principalmente financeiro”, comenta o presidente da Associação Comercial e Empresarial, Ariovaldo Costa Paulo. A comunidade comprou carros novos para a polícia, pagou pela reforma do batalhão e hoje banca o treinamento de policiais. A cidade ganhou também uma central que recebe chamadas e denúncias todo dia e que custou R\$ 190 mil. “Se não fosse o apoio da comunidade, não seria possível”, ressalta o capitão da Polícia Militar José da Silva Neto. Em troca, as polícias Militar e Civil são obrigadas a apresentar resultados.⁶⁶

Por muitos meses essa reportagem foi utilizada pela Prefeitura e pelo empresariado para divulgar a imagem de uma cidade “asséptica”, sem problemas sociais e com índices de

⁶⁵ “Maringá é a cidade mais segura do país”. Folha de Londrina, 05/04/2005. Disponível em: < <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/maringa-e-a-cidade-mais-segura-do-pais-524752.html> > Acesso em 05 jan. 2021

⁶⁶ GLOBO REPÓRTER, Obsessão por segurança. Disponível em: < <http://globoreporter.globo.com/Globoreporter/0,19125,VGC0-2703-5895-2-97687,00.html> > Acesso em 05 jan. 2021

violência de países europeus. Contudo, a cidade não foi capaz de manter por muito tempo esse índice de qualidade de vida. Em 2018, segundo divulgação do próprio IPEA em seu Atlas da Violência 2018⁶⁷, Maringá caiu para a 38ª. posição entre os municípios como mais de 100 mil habitantes. Para reverter o quadro, os empresários têm cobrado maior atenção da Prefeitura para a política de assistência social e de saúde, aumentando a vigilância sobre aqueles que estão na rua. Todavia, em se tratando das pessoas em situação de rua, a questão precisa ser tratada com atenção à moradia, renda, inserção no mercado de trabalho, retomada de vínculos familiares e comunitários.

Em uma perspectiva de classes, o Município, em vez de realizar investimentos em ações que possuam como foco os direitos humanos voltados a estas pessoas, investe em parcerias com os empresários para aparelhar a segurança pública (Conselho de Segurança, supercâmaras etc.). Desta forma, a pessoa em situação de rua é vista como uma ameaça à ordem pública e não como ameaçada por esta, diante da violação de direitos a que é submetida, levando-a a naturalizar valores violentos - estratégia de sobrevivência - apropriados de forma inconsciente, como componentes da cultura da rua (BOURDIEU, 1989).

6.1.3. O Parque Industrial e o Tecnoparque

Desde a instalação do Codem em 1997 e com os planos Maringá 2020 e Maringá 2030 tem se falado de um parque tecnológico em Maringá. Inclusive, na agenda Maringá 2047 com a criação do setor-chave Desenvolvimento de Sistemas, essa necessidade obteve finalmente a sua justificação: Maringá deve ser reconhecida como um centro de excelência em “infraestrutura logística e em desenvolvimento tecnológico, exportadora de tecnologia para o mundo” (CIDADES INOVADORAS, 2011).

Na gestão do prefeito José Claudio (PT) chegou-se a negociar uma área para a criação da Cidade Industrial de Maringá. Todavia, a discussão sobre que tipo de indústria a cidade gostaria de receber, no caso a de tecnologia, não conseguiu desenvolver o projeto a contento. Durante a gestão do prefeito Sílvio Barros (PP), finalmente, o Parque Industrial saiu do papel.

A nova área industrial composta por sete lotes da Gleba Pinguim foi aprovada entre 2011 e 2012 por meio dos Decretos municipais 1687/2011, 1879/2011 e 1229/2012 (relativos

⁶⁷ Atlas da Violência 2018 – Políticas Públicas e Retratos dos Municípios Brasileiros. IPEA, junho de 2018. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180614_atlas_2018_retratos_dos_municipios.pdf> Acesso em 05 jan. 2021.

às sucessivas desapropriações para instalação do referido parque), referendados pela Lei Complementar Municipal nº 919/12. Apesar de ter sido aprovado em 2011, o Parque só foi exposto ao debate público pela primeira vez em janeiro de 2012, momento em que foi apresentado e aprovado o novo zoneamento industrial da cidade. Segundo Silva (2016) o parque industrial de Maringá é “parte dos grandes projetos privados revestidos de projetos públicos historicamente realizados no município”.

O parque industrial foi enquadrado como Zona Industrial 3 e apresentava uma grande amplitude de usos permitidos: indústrias incômodas, permissível comércio, serviços centrais setoriais e vicinais e uso residencial multifamiliar mediante outorga onerosa, sendo proibido indústrias nocivas e perigosas. Abrigava ainda em seu projeto o parque tecnológico denominado Tecnoparque e instituições de ensino como o Serviço Nacional da Indústria - Senai.

Figura 17
Planta de ocupação e uso do solo do Tecnoparque - 2010



A localização da nova área industrial ficava na zona norte da cidade, em áreas rurais que seriam desapropriadas para o empreendimento. Este detalhe levou a diversos questionamentos por parte dos movimentos sociais e, em especial pelo Observatório das Metrópoles. Embora a Lei Complementar 799/2010 tenha permitido a criação de áreas industriais por decreto, podendo inseri-las em áreas urbanas e rurais, a localização do novo parque industrial em uma Macrozona Rural conforme a Lei 632/06, implicaria em radicais

alterações nos parâmetros de uso e ocupação do solo naquela área da cidade e com isso se faria necessário uma Conferência Pública especialmente convocada para este fim, e não somente Audiência, conforme o artigo 24 da Lei Complementar 888/11 e o artigo 212 da Lei 632/06.

Alguns membros do CMPGT (representantes da UEM e entidades de classe dos trabalhadores) encaminharam ao Ministério Público Estadual, em setembro de 2012, uma petição solicitando que a audiência pública na qual havia sido aprovadas as alterações de zoneamento, fosse considerada insuficiente, fazendo-se necessário uma Conferência Pública, bem como interrupção do processo de desapropriação da área já iniciado, visto que havia suspeita de que alguns proprietários de terras haviam sido assediados por corretores de imóveis ou intermediários com conhecimento prévio das ações do Poder público.

Além das questões envolvendo as compras de imóveis, Fleury e Silva destaca que:

[...] acrescenta-se que do ponto de vista da configuração proposta ao parque industrial, esta se conforma mais como um novo bairro de uso misto do que parque industrial, visto seu zoneamento diversificado, além dos empreendimentos de lazer programados em seu entorno divulgados em material publicitário, o que configura ilegalidade diante da Lei 632/06 que só permite em áreas rurais, áreas industriais criadas ou loteamentos fechados, estes mesmos, passíveis de questionamentos como os aqui realizados (FLEURY E SILVA, 2016).

Em resposta as acusações, em 6 de novembro de 2012, foi instaurada a abertura do inquérito nº MPPR – 0088.12.001615-4 para, respectivamente, apurar a ilegalidade na condução da compra dos imóveis pertencentes à nova área industrial, bem como impedir a implantação do Parque Industrial de Maringá. A decisão pela abertura do inquérito julgava futuros prejuízos advindos de irregularidades de todo o processo, desde seu encaminhamento para o Legislativo e as deliberações, por meio de decretos, sem uma Conferência Pública.

O despacho final do inquérito se deu em abril de 2014 e foi remetido para o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública para acatar ou não a denúncia. Durante esse período, todas as obras no local foram paralisadas. Segundo o Ministério Público, a desapropriação amigável, por meios dos decretos assinados pelo prefeito Sílvio Barros (PP), não foi comunicada aos proprietários dos imóveis, que acreditaram estar vendendo os terrenos a um investidor de São Paulo. Ainda de acordo com o MP-PR, a gestão municipal contou com a intermediação de corretores de imóveis, que cobraram irregularmente comissões sobre os negócios e obtiveram vantagens indevidas com o apoio da administração pública.

A decisão do juiz da Vara da Fazenda Pública (1ª. instância) veio em março de 2019 e foi pela condenação da Prefeitura e dos corretores e atravessadores que foram obrigados a

devolver os valores recebidos a título de comissão dos antigos proprietários; os secretários municipais envolvidos na época e o ex-prefeito foram condenados a pagar multa de 20 vezes o salário que recebiam quando se deram os fatos, além de perderem os direitos políticos por três anos. O ex-prefeito Sílvio Barros foi condenado por improbidade administrativa.

Na época a assessoria do prefeito se pronunciou no sentido de que tudo o que havia sido feito era para o benefício dos maringaenses e para economia de recursos dos cofres públicos.

O ex-prefeito de Maringá, Sílvio Barros, lamenta que o Ministério Público se mova contra o interesse dos maringaenses e contra a eficiência de gestão. A ação comprova cabalmente que a prefeitura adquiriu por preços vantajosos os terrenos da Cidade Industrial, com economia aos cofres públicos. A prefeitura fez chamada pública para a oferta de terrenos e foi escolhido o melhor custo-benefício. Era de conhecimento público, portanto a intenção de fazer a Cidade Industrial no local. Por fim, lamenta a decisão judicial equivocada, afirma que vai recorrer e acredita na reversão da decisão.⁶⁸

Com o embargo do Parque Industrial, o Codem voltou-se para implementar o que havia sido decidido na Agenda Maringá 2047: um local de desenvolvimento tecnológico com infraestrutura logística. Para viabilizar o Tecnoparque, o Codem articulou junto ao prefeito Ulisses Maia (PDT) e com a Câmara Municipal a doação de um terreno, na zona sul da cidade, ao lado do novo aeroporto e que já fazia parte do zoneamento industrial de Maringá (portanto, sem o desgaste de ter que alterar a legislação), para o Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar⁶⁹, uma empresa do Governo do Estado. No projeto para a doação, o Tecpar se responsabilizaria pela infraestrutura do Tecnoparque e pela construção de sua planta industrial. O Codem, por meio da Câmara Técnica de Desenvolvimento de Sistemas articulava com a Prefeitura a atração de empresas de tecnologias sustentáveis e agrotecnologia.

O acordo com o Governo do Estado foi oficializado em 16 de maio de 2019, na semana de celebrações do aniversário da cidade. O Tecpar será o gestor do Parque Tecnológico e estará presente com uma unidade produtiva. Por meio do Governo do Estado e do Governo Federal, o Instituto estima investir R\$ 80 milhões em soluções que atenderão a saúde pública brasileira, em especial para o tratamento de alto custo.

⁶⁸ “Ex-prefeito Sílvio Barros é condenado por irregularidades em desapropriações de imóveis em Maringá”. G1 Paraná, 21/03/2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2019/03/21/silvio-barros-e-condenado-por-irregularidades-em-desapropriacoes-de-imoveis-em-maringa.ghtml> > Acesso em 05 jan. 2021.

⁶⁹ O Tecpar é o único produtor de vacina antirrábica no mundo que produz o imunobiológico em escala industrial pelo processo de perfusão, método que permite a obtenção da vacina com maior eficácia, reduzindo tempo e custos da produção.

O primeiro edital de chamamento público para a instalação de empresas de tecnologias sustentáveis e agrotecnologia foi publicado em dezembro de 2019. Os resultados da pré-qualificação foram divulgados em 17 de janeiro de 2020. Entretanto, com a pandemia do Covid-19 os processos estavam paralisados até a conclusão dessa pesquisa.

Sobre a vitória do Codem na questão do Tecnoparque, em que pese o imbróglio que houve com o antigo Parque Industrial, Fleury e Silva destaca que esse caso é mais uma demonstração do “zoneamento privado” da cidade, ou seja, a concessão do

privilégio de áreas estratégicas para o capital através da histórica aliança entre executivo, legislativo e o capital, aliança esta que teve sua base fortalecida com a criação do CODEM na década de 1990, o qual tem se posicionado como um poder paralelo a administração pública (FLEURY E SILVA, 2016).

Planejar a cidade para ser um centro de inovação tecnológica e enfatizá-la como uma cidade rica e próspera, tem como objetivo uma economia de escala, atrativa para grandes investimentos, como redes de empresas e de distritos industriais. Ou seja, o empresariado age e fala pela “sociedade civil organizada” defendendo um “interesse comum” pelo qual convergem as ações de outros agentes sociais. Neste discurso, o conflito é suprimido pelo consenso expresso em fóruns de discussão e articulação, os chamados *workshops*, que funcionam como uma espécie de arenas de legitimação dos interesses dominantes.

Como o conflito é inerente das sociedades capitalistas e necessário para o desenvolvimento político dos próprios agentes envolvidos, na sua busca por legitimação em uma *city* por projetos o empresariado não valoriza o conflito, pelo contrário faz questão de manter o seu *status quo* destacando que a “sociedade civil organizada” está acima de todos e de qualquer interesse na cidade, enfatiza o aspecto econômico e suas ferramentas de *management* como respostas que buscam calar ou abafar a crítica. Boltanski explica que:

A ideia principal é que o trabalho de manutenção da realidade é desempenhado pelas instituições. O foco é colocado (como explicado por Searle, 1998) sobre as funções semânticas das instituições. Elas defendem e reforçam a relação estabelecida entre “formas simbólicas” e “estados das coisas”. Elas confirmam que o que é, realmente é, e, assim, garantem a confirmação da realidade da realidade. É o motivo pelo qual as instituições são descritas, neste contexto, como instâncias de confirmação (BOLTANSKI, 2013, p. 444).

6.2. As contradições da cidade empresarial e o conflito com o Legislativo

Para o objetivo desta tese, importante se faz compreender a dialética existente entre a cidade oficial e ideal, aquela das agendas do empresariado, e a cidade espontânea e real, esta, como reflexo da realidade construída a partir das relações sociais, incluindo aí aqueles desprovidos de capital.

Desde a eclosão do Movimento Repensando Maringá em 1996 que deu origem ao Codem e a esse grande projeto hegemônico empresarial na cidade, a planificação de Maringá vem sendo executada de olho em alcançar os melhores indicadores que atestam a cidade como a melhor nisso ou naquilo.

Há, como vimos, uma disputa pelo mercado das cidades. A lógica econômica empresarial (BOLTANSKI, 2013) favorece um predomínio dessa mentalidade que, em grande parte do tempo, consegue anular o conflito e calar as críticas. Todavia, as contradições existem e escancaram os efeitos nocivos de uma prevalência do capital sobre o social, do econômico sobre a luta histórica.

Os rankings demonstrados a seguir funcionam como uma espécie de coroamento das ações do Codem e de sua elite estratégica. Embora o prefeito da época utilize os indicadores para vender a sua gestão como a melhor da cidade, o seu cargo é transitório, de, no máximo oito anos. O Codem e a elite estratégica agem em prol de seus interesses sem mandato político e há 23 anos comandam a cidade.

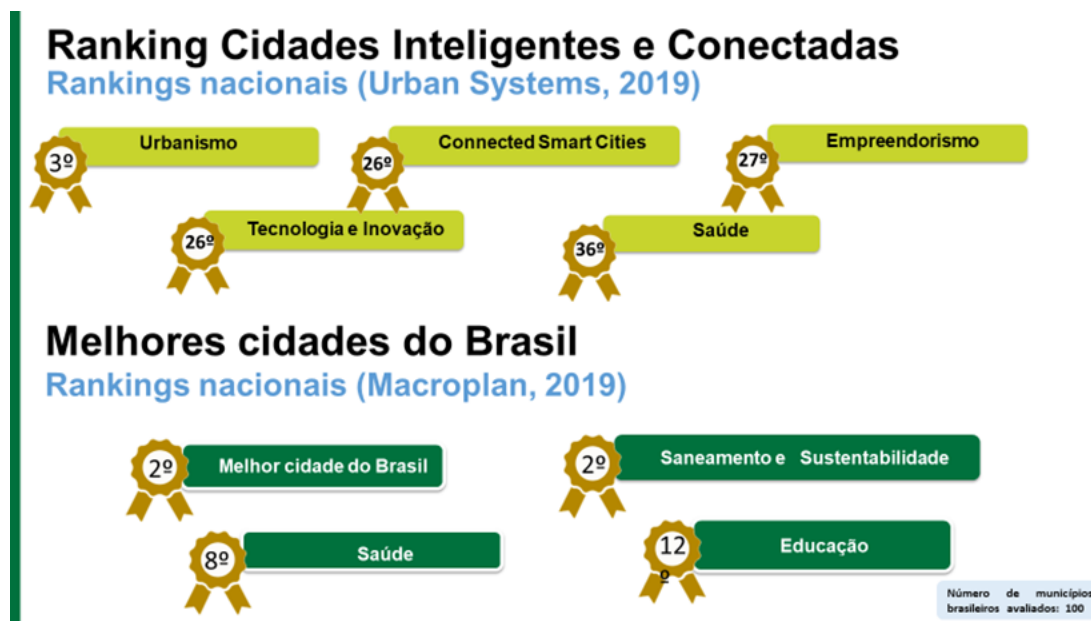
Figura 18

Rankings em que Maringá se destaca



Fonte: CODEM, 2020

Figura 19



Fonte: CODEM, 2020

De acordo com Paulo Roberto de Souza, coordenador adjunto do Observatório das Metrópoles, regional de Maringá, esses índices funcionam para “entender o que está acontecendo na cidade sob o aspecto de gestão para saber o que melhorou ou não na última década ou em um determinado período. Claro que é válido para pensar a questão da qualidade de vida, mas não é a única coisa que precisa ser considerada” (SOUZA, 2020, p. 5).

Na avaliação de Souza, dentre os principais problemas está o próprio contraste entre a cidade-polo da região Noroeste do Paraná e os outros 25 municípios menores que a cercam, ponderações que não costumam entrar nos estudos e que, por isso mesmo, ajudam a reforçar a imagem mercadológica dos números.

Maringá cumpre o papel de depositar o passivo social nos outros municípios e isso dá essa ideia de uma cidade belíssima. Mas, por exemplo, um morador de Paiçandu [município ao lado] provavelmente faz parte da força de trabalho, produz e desenvolve para essa Maringá dos *rankings*, mas quando ele demanda um serviço público como saúde, Maringá devolve para a cidade dele (SOUZA, 2020, p. 6).

Outro ângulo questionado por Souza, e que enfatizamos nessa tese, é o planejamento da cidade projetado para o futuro, no qual, muitas vezes, o tom dado pelo setor privado afasta o direito das pessoas à cidade.

Embora Maringá se orgulhe de ser considerada a cidade que apresenta o melhor planejamento, a verdade é que esse planejamento expressa o modo de produção do território que impõe a segregação como característica fundamental. De um lado, a autoss segregação; de outros, a fragmentação e a segregação; ao fim a inexistência do direito à cidade (SOUZA, 2020, p. 6).

É nesse contexto que vem sendo reforçada cada vez mais a planificação da cidade de Maringá e suas idealizações sendo concretizadas em detrimento da ordenação precária do espaço nas áreas urbanas dos municípios conurbados, como Sarandi e Paiçandu, principalmente por receber o contingente populacional não acolhido por imposições e interesses do capital atuante na cidade-polo.

Muito focados em questões que envolvem o zoneamento imobiliário, a competitividade entre as empresas e as condições para o desenvolvimento e crescimento de seus próprios negócios e atividades empresariais, os membros da elite estratégica do Codem e o seu discurso oficial, a Agenda Maringá 2047, não discutem temas que são totalmente afeitos à imensa maioria da população: a questão do lixo, a falta de vagas em creches, a falta de moradia e o grande contingente de moradores que, não possuindo as competências científicas e tecnológicas para se estabelecerem profissionalmente em Maringá acabam “expulsos” para os municípios vizinhos aonde o custo de vida é mais razoável.

No encerramento desta pesquisa, a questão do aterro sanitário ainda estava sendo discutida na cidade porque o município não havia conseguido cumprir as exigências da Lei Federal 12.305/2010 que, entre outras questões, determinou o fim dos antigos “lixões” e estabeleceu a política nacional de gestão de resíduos. Uma das propostas da Prefeitura de Maringá era dividir a questão com os outros municípios da região metropolitana e ter um aterro único que atendesse todos os normativos. O debate entre os prefeitos é que a proposta de Maringá é para se construir o aterro único em outra cidade.⁷⁰

Em 2019, o município contabilizava um déficit de mais de 4.200 vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos. Uma das saídas engenhosas da Prefeitura foi comprar vagas nas escolas particulares e, assim, atender as exigências da legislação. Ao todo foram contratadas duas mil vagas em creches da rede privada no valor total mensal por criança de R\$ 1.287,79.⁷¹

⁷⁰ “Governo e municípios discutem soluções para os aterros sanitários”. Agência de Notícias do Paraná, 28/11/2019. Disponível em:

< <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=104834&tit=Governo-e-municipios-discutem-solucoes-para-os-aterros-sanitarios> > Acesso em 05 jan. 2021.

⁷¹ LINJARDI, F. *Quatro creches particulares são habilitadas para compra de vagas pela Prefeitura de Maringá*. G1 Paraná, 05/02/2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2019/02/05/quatro-creches-particulares-sao-habilitadas-para-compra-de-vagas-pela-prefeitura-de-maringa.ghtml> > Acesso em 05 jan. 2021.

Entretanto, segundo estudos feitos pelo Ministério Público, sairia mais barato se o município contratasse profissionais para usar 86 salas ociosas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). A ativação das salas abrigaria 2.150 alunos, o que representava 53% da fila de espera que a Justiça determinou que acabasse. O custo seria, conforme o estudo, de R\$ 8,7 milhões. A compra de vagas da rede privada, para a mesma quantidade de crianças, custou aos cofres municipais R\$ 28,8 milhões.

A decisão da Prefeitura resultou em uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Estadual junto a Vara da Infância e da Juventude de Maringá. A sentença do juiz do caso determinou que o Município e o prefeito promovam a matrícula de todas as crianças de 0 a 3 anos da cidade que manifestarem interesse por vaga para educação infantil na rede pública. Foi estipulado prazo até 30 de dezembro de 2020 para o cumprimento da sentença, sob pena de multa em face do gestor municipal e da prefeitura. Foi fixada ao Município sanção em R\$ 500 por criança que, no dia 31 de dezembro de 2020, ainda estivesse fora da escola e constando em “lista de espera” por vaga e R\$ 100 à pessoa do prefeito⁷². Por conta da pandemia do Covid-19 a execução da sentença ficou sobrestada até o retorno das atividades presenciais nas creches.

Para Trevizan Filho (2020), Maringá é uma cidade com “mania de grandeza, de riqueza que nem sempre pode ostentar”. Segundo ele,

A cidade bonita e com boa qualidade de serviços públicos tem um custo alto. É um jardim cercado pela pobreza que brota nas redondezas. Quem não pode pagar pelas flores, até trabalha nas empresas instaladas em ruas e avenidas largas e arborizadas, mas vai dormir na vizinhança ou bem longe, depois do Contorno Sul ou do Contorno Norte, quase chegando no Rio Pirapó (TREVIZAN FILHO, 2020, p. 314).

6.2.1. O Legislativo quer ser protagonista

Todo o material de pesquisa a que tivemos acesso, além de várias participações em sessões da Câmara Municipal, nos revelam uma espécie de “subordinação” do Poder Legislativo ao Executivo em Maringá.

Embora a Constituição de 1988 tenha devolvido ao Congresso Nacional a representatividade e o poder de controlar o Executivo, perdidos durante a vigência do regime militar iniciado em 1964, essa fase foi muito mais lenta nos legislativos municipais. Nesse período, o Legislativo tinha papel meramente avalizador das ações do Executivo que, mediante

⁷² “Ação do Ministério Público do Paraná garante oferta de matrículas na educação infantil em Maringá a toda criança que buscar vaga em creche”. MP-PR, 17/03/2020. Disponível em: < <https://mppr.mp.br/2020/03/22421,11/Acao-do-Ministerio-Publico-do-Parana-garante-oferta-de-matriculas-na-educacao-infantil-em-Maringa-a-toda-crianca-que-buscar-vaga-em-creche.html> > Acesso em 05 jan. 2021.

mecanismos como o decreto-lei e a aprovação de projetos de lei por decurso de prazo, exercia a real função legisladora. O pano de fundo da Carta Magna de 1988 foi tornar o Legislativo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, a instância de representação popular de fato e a tribuna de discussão e negociação política dos grandes temas que interessam ao conjunto da sociedade.

A subordinação do Legislativo ao Executivo, como efeito ainda pré-1988, já foi amplamente debatida por cientistas políticos e sociólogos, tais como Abranches (1988), Palermo (2000), Figueiredo e Limongi (2001), Amorim Neto (2007), Oliveira (2009) e Pinheiro et alii (2011).

Em Maringá, como já apontamos antes, em toda a sua história política apenas dois vereadores saíram de suas legislaturas para assumirem o Executivo. O que tem prevalecido na relação Legislativo e Executivo são os acordos para nomeação de correligionários para cargos comissionados, distribuição das vagas em autarquias públicas e indicações para o primeiro e o segundo escalões. Com exceção dos últimos meses de mandato do prefeito Jairo Gianoto (1997-2000) denunciado por desvios de recursos na Prefeitura, em todas as gestões seguintes, sem exceção, o prefeito teve a maioria da Câmara e, assim, o controle do Legislativo.

Entretanto, quando assumiu o seu segundo mandato na 15ª Legislatura (2013-2016), o vereador Ulisses Maia, eleito presidente do Legislativo, iniciou um processo de valorização dos vereadores e do papel da Câmara Municipal no jogo político da cidade. Sua proposta era a de “resgatar a credibilidade do Legislativo maringaense”⁷³ atacado de um lado pelo Observatório Social e dependente das benesses de cargos comissionados do Executivo de outro.

Já no início de sua gestão, tomou uma série de medidas para beneficiar o relacionamento dos vereadores com a comunidade. A primeira delas foi a alteração do horário da sessão ordinária realizada às terças-feiras, das 14 horas, para às 19 horas, facilitando a presença de público no plenário. A segunda foi a implantação de uma sessão itinerante mensal pelos bairros da cidade e, a terceira, a promoção de reuniões públicas para discutir com a população o Orçamento Municipal. Embora tais procedimentos já estivessem contemplados no Regimento Interno da Câmara, nunca haviam sido colocados em prática.

Em 2013 foram realizadas 12 sessões itinerantes, sendo que em uma delas houve uma intensa manifestação dos movimentos sociais em prol do transporte público, tema que trataremos logo mais. Em 2014, foram realizadas apenas três sessões itinerantes e as demais foram audiências públicas para debater o Orçamento Municipal. Em 2015, houve apenas uma

⁷³ MAIA, U. *Prefácio*. “Câmara Municipal de Maringá: 60 anos: 1952-2012”, 2014.

sessão itinerante, ocasião em que foi votado o pedido de abertura do processo de *impeachment* contra o prefeito Roberto Pupim⁷⁴ e recusado.

Durante uma sessão itinerante realizada em 2013, a quinta daquele ano, ocorreu um fato inédito na política maringaense: a manifestação que culminou com a instalação da CPI do Transporte Coletivo. A sessão que estava sendo realizada no salão social da Igreja Santo Antônio, no bairro do mesmo nome, foi interrompida quando manifestantes ocuparam o local bradando palavras de ordem, empunhando faixas de protesto e utilizando máscaras no rosto. A multidão assustou os que participavam da reunião e ocupou todo o espaço do ambiente, posicionando-se, inclusive junto à Mesa dos trabalhos, atrás, ao lado e na frente dos vereadores (SILVA, 2016, p. 57). A reivindicação dos movimentos sociais era para que a Câmara instalasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI sobre o transporte coletivo, especialmente para cobrar a concessão da única empresa de transporte público, a TCCC⁷⁵.

A matéria oficial divulgada pela assessoria de imprensa da Câmara Municipal no dia seguinte trazia como manchete: “Câmara instala CPI do Transporte Coletivo em sessão tumultuada”⁷⁶. Constava da notícia que na noite de 20 de junho os vereadores, “pressionados pela juventude manifestante”, instalaram a CPI, fato ocorrido após “centenas de pessoas invadirem o local aos gritos”. A imprensa estadual também divulgou amplamente o ocorrido, destacando que houve um “tumulto da plebe” com “gritas e assuadas”⁷⁷. A repercussão do caso mostrava que a Maringá do consenso não estava acostumada com manifestações daquele tipo.

Pressionados, todos os 15 vereadores assinaram o requerimento para a abertura da CPI. Porém, antes de angariar as assinaturas, houve momentos de tensão entre manifestantes e vereadores. Silva (2016, p. 57) informa que “uma das pessoas que participava do protesto chamou os vereadores de corruptos e foi repreendida por Humberto Henrique (PT)”. A autora também destaca que “vereador Edson Luiz (PMN) chegou a dizer ser contrário à CPI da maneira coercitiva imposta pelos manifestantes, no entanto, acabou assinando o documento mais tarde. Já o presidente da Câmara se manifestou favorável à investigação e foi aplaudido” (SILVA, 2016, p. 57).

⁷⁴ A gestão de Roberto Pupim à frente do Executivo municipal sofreu dois pedidos de *impeachment*, ambos não prosperaram na Câmara.

⁷⁵ Dentre as diversas reivindicações dos manifestantes estava a questão da tarifa do transporte público (a empresa nunca abriu a sua planilha de custos para a comunidade) e a interrupção do sistema de integração com os municípios vizinhos de Sarandi e Paiçandu, obrigando os trabalhadores dessas duas cidades a pagarem duas passagens para vir a Maringá.

⁷⁶ Disponível em: < <http://www.cmm.pr.gov.br/index.php?inc=noticia&id=1537> > Acesso em 06 jan. 2021.

⁷⁷ Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/maringa/conteudo.php?id=1384054> > Acesso em 06 jan. 2021.

É importante ressaltar que a CPI originária do protesto e manifestação dos movimentos sociais foi a primeira, em 63 (sessenta e três) anos de existência da Câmara, a ter trâmite regular, com o relatório final aprovado e encaminhado ao Prefeito e Ministério Público para providências. Também é importante apontar que oito grupos se manifestaram pedindo para acompanhar todas as sessões da CPI: Movimento Transporte para todos; Maringá na luta; Movimento passe livre Maringá; Movimento pró-ciclovias; Movimento Estudantil Universitário; Movimento Estudantil Secundarista; Movimento Sindical e Movimento de moradias. A Câmara autorizou que fosse formada uma comissão com quatro membros oriundos desses movimentos para participarem dos debates com direito a voz, por 10 minutos (SILVA, 2016).

Durante todo o processo que envolveu a CPI do Transporte Coletivo, o Codem não fez qualquer pronunciamento. O relatório final, com 560 páginas, foi apresentado e aprovado no dia 23 de setembro. A decisão foi pelo encaminhamento ao Ministério Público para apurar os abusos cometidos pela empresa, o não cumprimento de acordos que haviam sido feitos com o Município, por ocasião da renovação da concessão em 2011, e para a redução do valor da tarifa em R\$ 0,20 (vinte centavos), entre diversos outros apontamentos.

O Ministério Público ajuizou a Ação de Prestação de Contas em face do Município de Maringá na 2ª. Vara da Fazenda Pública. Em cerca de seis meses o juiz deu a sentença favorável às reivindicações dos movimentos sociais, condenando a Prefeitura e a TCCC a reverem as planilhas de custo do transporte coletivo desde 2005, a implantarem o Conselho Municipal de Transportes e Mobilidade, com participação dos movimentos sociais, entre outras punições e sanções.

A próxima fase de protagonismo da Câmara em face do Codem e, consequentemente de vários movimentos sociais, ocorreu no ano seguinte, em 2014, quando o Legislativo estabeleceu um calendário de audiências públicas para debater o orçamento do município com a população. A Câmara solicitou a colaboração do Observatório das Metrópoles, regional Maringá, para auxiliar nas discussões e apresentações. O Observatório dividiu a cidade em regiões e, quando a audiência acontecia naquele determinado lugar, as principais informações e números do bairro ou região eram apresentados para conhecimento de todos.

Pesquisadora da atuação da Câmara junto aos movimentos sociais de Maringá nesse período, Silva (2016) informa que:

Foram realizadas, no total, 12 (doze) reuniões públicas para a apresentação do orçamento no período compreendido entre 27 de outubro e 24 de novembro de 2014, sendo 8 (oito) reuniões gerais nos bairros e 4 (quatro) temáticas:

saúde, segurança pública, cultura e servidores municipais, realizadas no prédio da Secretaria de Saúde, no 4o Batalhão de Polícia Militar, na Escola Estadual Gastão Vidigal e no plenário da Câmara, respectivamente. Com exceção da primeira reunião pública (realizada no Bairro Aeroporto) que contou com apenas 39 participantes e a que ocorreu na Vila Vardelina com público de 92 pessoas, as demais reuniões mantiveram a média de 70 participantes. Talvez por ter sido a primeira experiência da Câmara nesse sentido, não houve a preparação de fichas que pudessem permitir identificar o perfil dos participantes. A presença foi registrada em listas que contemplavam apenas o nome, endereço, bairro, telefone e e-mail dos participantes (SILVA, 2016, p. 67).

Após a conclusão das reuniões públicas, os vereadores fizeram emendas conjuntas ao Orçamento encaminhado pelo Executivo. Foram duas emendas, uma supressiva e outra aditiva, realocando recursos de forma a atender as demandas veiculadas pelos movimentos sociais e pela comunidade. O projeto foi discutido e aprovado em dois turnos, por unanimidade, pelos vereadores e encaminhado para sanção ou veto pelo prefeito.

O prefeito sancionou a emenda supressiva (que diminuiu recursos, inclusive do orçamento da própria Câmara) e vetou a emenda aditiva (que realocou os recursos para outros projetos), sob o fundamento de que a Câmara teria cometido imprecisões técnicas na elaboração das emendas tornando o orçamento inexecutável. Na sessão para tratar sobre o veto do prefeito, os vereadores o derrubaram por 8 votos contrários e 6 votos favoráveis, o que levou a Lei Orçamentária para 2015 ser promulgada pela Mesa Executiva da Câmara (SILVA, 2016, p. 68).

O protagonismo do Legislativo durante toda a gestão do prefeito Roberto Pupim (2013-2016) deu condições para que o então presidente da Câmara, Ulisses Maia, que havia sido do grupo político da família Barros, se desvinculasse e se lançasse candidato à Prefeitura, logrando êxito no segundo turno em disputa com o ex-prefeito Sílvio Barros.

Com a eleição de Maia, o Codem retomou o seu projeto hegemônico com o lançamento do Masterplan Metrópole Maringá 2047, que contou, inclusive, com o patrocínio financeiro da TCCC. A esfera de participação institucional que havia sido aberta no Legislativo acabou não tendo continuidade e, com a adesão de Ulisses Maia ao projeto do Codem, os movimentos sociais foram novamente silenciados, ou adormecidos.

Apesar dos conflitos que levaram o Legislativo a buscar certo protagonismo, não é tarefa fácil superar o fenômeno da hegemonia empresarial em Maringá. No livro comemorativo dos 62 anos da Câmara Municipal, esse registro merece destaque:

Um fenômeno bem característico das duas últimas décadas foi a institucionalização da participação da comunidade empresarial organizada na vida pública. Além da influência que as entidades exerciam por si mesmas,

houve o estabelecimento de vasos comunicantes com o poder público municipal, como exemplificam a criação e a atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM (DIAS, 2014, p. 41)

6.3. Diversificando a dominação gestonária. Projetos que extrapolam a localidade

Neste tópico veremos dois projetos que nasceram em Maringá, a partir da chamada “sociedade civil organizada”, e que se tornaram referência em diversas localidades do país. Esses projetos são utilizados para reafirmar a legitimidade da ação coletiva do empresariado e para demonstrar a preocupação com a questão da gestão eficiente (BOLTANSKI, 2013). São eles as cooperativas de crédito Sicoob e o Observatório Social.

Por último, demonstraremos que os projetos de dominação gestonária a partir da ideia econômica extrapolou as fronteiras de Maringá e têm sido difundidos em diversas cidades do país, como uma prova inequívoca da força do capital e da dominação gestonária empresarial.

6.3.1. Cooperativa de crédito – Sicoob Metropolitano

No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi constituída em 1902 na serra gaúcha, na cidade de Nova Petrópolis, RS, pelo padre suíço Theodor Amstad. Entretanto, foi somente em 1971 que o Governo Federal regulamentou por meio do decreto-lei 5764 o funcionamento e a legislação do cooperativismo como um todo (GOMES, 2009, p. 52). Em 1995, uma resolução do Conselho Monetário Nacional abriu a possibilidade da criação de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, sem a ingerência do Estado, os chamados bancos cooperativos. O primeiro banco cooperativo do país foi o Bansicredi constituído em Porto Alegre em 16 de outubro de 1995 por cooperativas de crédito do setor rural dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul que haviam formado o Sicredi três anos antes. Um ano depois, em 1996, foi constituído o Bancoob, com sede em Brasília e ligado a cooperativas de diversos segmentos dos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Goiás e Bahia que formavam o Sicoob.

Quando da organização do Movimento Repensando Maringá em 1996, o empresário Luiz Ajita e outros diretores da Acim, passaram a demonstrar, nas reuniões, a insatisfação do empresariado local com os bancos, principalmente em relação aos juros exorbitantes do cheque especial, à falta de crédito para os comerciantes e aos custos dos cartões de crédito (GOMES,

2009). Foram nessas reuniões que os empresários tomaram conhecimento da existência de várias cooperativas de crédito ligadas a segmentos empresariais urbanos⁷⁸.

Entre 1997 e 1999, quando o Codem já estava em funcionamento, os empresários conseguiram se articular para constituir uma cooperativa de crédito empresarial em Maringá. O projeto foi apresentado em 1998 sendo liderado pela elite estratégica que fazia parte da Acim. Como já havia uma cooperativa de crédito rural em Maringá, o Sicredi Maringá, ligada à Cooperativa Agroindustrial de Maringá – Cocamar, presidida por outro membro da elite estratégica, Luiz Lourenço, foi fácil convencer os demais para se filiar ao sistema Sicredi. Embora, na época, as cooperativas ligadas ao Sicredi atuassem apenas no meio rural, os maringaenses usaram como argumentação a possibilidade de diversificação dos negócios da cooperativa para o segmento urbano.

A estratégia deu certo e em 14 de junho de 1999 foi realizada a reunião de constituição da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes de Confeções⁷⁹ da Região Metropolitana de Maringá - Sicredi Metropolitano (GOMES, 2009, p. 67), com um capital mínimo inicial de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e 26 associados, todos ligados à Acim. Em 29 de novembro daquele ano foi inaugurada a primeira agência com porta para a rua no próprio prédio da Associação Comercial

No fechamento contábil do seu primeiro ano a cooperativa apresentou sérias dificuldades, com perdas entre R\$ 70 e R\$ 100 mil. Nogaroli, Ajita e vários empresários chegaram a depositar grandes somas para evitar o fechamento, estratégia que chegou a ser cogitada. Uma parceria com o município após a eleição do prefeito José Claudio (PT) mudou a situação da cooperativa. Como já vimos em capítulo anterior, José Claudio era muito próximo do Codem e seu secretário de Fazenda, Ênio Verri, professor de Economia da UEM, havia sido diretor financeiro das empresas de Jefferson Nogaroli. Verri questionou junto aos bancos tradicionais o alto valor que cobravam para receber os carnês de IPTU, R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por autenticação. O secretário procurou a cooperativa que, mesmo não tendo estrutura para atender toda a demanda do município, aceitou o desafio por R\$ 0,50 (cinquenta centavos) a autenticação. Usando a proposta da cooperativa, a prefeitura conseguiu baixar o custo nos bancos que aceitaram fazer pelo mesmo valor e o serviço foi dividido entre

⁷⁸ No Paraná, no entanto, havia somente um segmento organizado de cooperativas de crédito, os ligados à área rural e que estavam reunidas no Sicredi.

⁷⁹ Na época a legislação só permitia constituição de cooperativas de empresários de um determinado segmento. No caso de Maringá, optaram pelo ramo de confeções porque era mais fácil se adequar à legislação. Um supermercado que vendesse um pano de prato ou um posto de gasolina que vendesse uma flanela poderia se associar.

várias instituições. A estratégia representou uma economia de aproximadamente um milhão de reais para os cofres do município somente naquele ano (GOMES, 2009, p. 95). Além disso, a cooperativa também passou a ser vista com outros olhos pela população e pelos próprios empresários. Como contrapartida, a prefeitura provisionou na cooperativa o pagamento do décimo-terceiro salário dos funcionários. Foi editada uma lei municipal permitindo o provisionamento. Porém, o Tribunal de Contas do Paraná não reconhecia a cooperativa como banco oficial. E o serviço público só pode aplicar seus recursos em bancos oficiais. Assim, após um ano de aplicações na cooperativa, a prefeitura foi obrigada a extinguir a parceria.

Em 2001, pela primeira vez a cooperativa anunciou sobras⁸⁰ do exercício anterior no valor de R\$ 26.689,95 (vinte e seis mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos). Em 2002, a Assembleia Geral Ordinária da cooperativa foi histórica. Contou com a participação de 228 associados em condições de votar. As sobras atingiram o valor de R\$ 231.532,12 (duzentos e trinta e um mil, quinhentos e trinta e dois reais e doze centavos), sendo capitalizadas, pela primeira vez, na conta dos cooperados. Nesse mesmo ano, a cooperativa desligou-se do Sicredi e constituiu em Maringá a Cooperativa de Crédito Central do Paraná⁸¹ ligada ao sistema Sicoob, passando a se chamar Sicoob Metropolitano. Aproveitando a mudança de legislação, a cooperativa passou a ser de micros e pequenos empresários de qualquer segmento. Um ano depois, com nova alteração da legislação, passou a associar qualquer empresário e qualquer empresa, independente do ramo. Em 2005, com os benefícios que o governo Lula concedeu às cooperativas, a cooperativa tornou-se de livre admissão de associados, podendo ter como cooperados qualquer pessoa, natural ou jurídica (GOMES, 2009).

Ao longo dos anos a cooperativa tornou-se uma importante referência na cidade, sendo uma alternativa viável aos bancos tradicionais. Também se expandiu para outros municípios do Paraná e passou a atuar no Estado de São Paulo em 2018, abrindo agências em Americana, Sorocaba, Campinas, Diadema, Guarulhos, Hortolândia, Indaiatuba, Jundiaí, Limeira, Presidente Venceslau, São Bernardo do Campo, Santo André, São Paulo, Sumaré e Suzano.

No balanço contábil encerrado em 2019 a cooperativa de Maringá apresentava os seguintes números: 62.846 cooperados, 55 agências, ativo total de R\$ 1,563 bilhão e sobras de R\$ 39 milhões (SICOOB METROPOLITANO, 2020).

⁸⁰ Por serem organizações sem fins lucrativos, as cooperativas não contabilizam lucro. O resultado, depois de pagos todos os custos operacionais e impostos, é chamado de sobras e, obrigatoriamente, tem que ser rateado entre os cooperados proporcionalmente ao volume de operações de cada um com a cooperativa.

⁸¹ A legislação cooperativista reformada em 1999 permitiu a constituição de cooperativas centrais com, no mínimo, três cooperativas de crédito. A cooperativa central, além de outras funções de melhoria de gestão, atua como preposto do Banco Central do Brasil para fiscalizar as cooperativas.

Nesse período de existência, que coincide com o a existência do Codem e seus planos socioeconômicos, a cooperativa tornou-se uma espécie de “braço financeiro” da “sociedade civil organizada” de Maringá. Seu presidente, desde a fundação, é o empresário Luiz Ajita, membro da elite estratégica do Codem.

6.3.2. Cooperativa de crédito central – Sicoob Central Unicoob

Foi no dia 5 de julho de 2002, que a Central Sicoob Paraná iniciou suas atividades em Maringá no prédio da cooperativa Sicoob Metropolitano. A Central havia sido constituída em 22 de dezembro de 2001 com as cooperativas de crédito Sicoob Cresud, de Francisco Beltrão; Sicoob Creserv, de Dois Vizinhos e Sicoob Credioeste, de Foz do Iguaçu. Somente depois da criação da Central é que o Metropolitano pode unir-se ao novo sistema, desligando-se do Sicredi.

Desde o início, o empresário Luiz Ajita assumiu como diretor executivo da Central e, entre 2003 e 2006, foi o presidente do seu Conselho de Administração. Aproveitando a presença de Jefferson Nogaroli na presidência da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – Faciap, o sistema de cooperativas de crédito do Sicoob cresceu rapidamente no Estado. Durante a gestão de Ajita, entre 2002 a 2006, foram criadas as cooperativas de crédito nas cidades paranaenses de Toledo, Londrina, Campo Mourão, Paranavaí, Curitiba, Cascavel, Apucarana, Umuarama, Ponta Grossa, Marechal Cândido Rondon, Coronel Vivida, Guarapuava, Arapongas, Assis Chateaubriand e Telêmaco Borba (GOMES E GINI, 2012). Com a exceção de Campo Mourão, em todas as outras cidades as cooperativas foram constituídas a partir de movimentos empresariais muito semelhantes e inspirados no do Codem maringaense.

No final de 2006, Luiz Ajita passou a presidência da Central para o empresário Jefferson Nogaroli, que na época estava deixando a direção da Faciap, mas era o presidente do Sebrae/PR. A gestão de Nogaroli foi a que mais trouxe expansão para o cooperativismo de crédito no Paraná e para outros Estados. Em sua gestão foram criadas as cooperativas de Pato Branco, Colorado e Jacarezinho, no Paraná. Houve também um processo de aglutinação de cooperativas, visando fortalecer o capital dessas organizações. Assim, o Sicoob Metropolitano de Maringá incorporou as cooperativas de Campo Mourão e Colorado; o Sicoob Cresud de Francisco Beltrão incorporou a cooperativa de Dois Vizinhos, passando a se chamar Sicoob Vale Sul; o Sicoob Ouro Verde de Londrina incorporou a cooperativa de Jacarezinho; o Sicoob Aliança de Apucarana incorporou a cooperativa de Telêmaco Borba; o Sicoob Sul, de Curitiba,

incorporou as cooperativas de Ponta Grossa e Guarapuava e mais uma de funcionários públicos federais do Estado de Santa Catarina; e, por fim, o Sicoob Integrado de Pato Branco, incorporou a cooperativa de Coronel Vivida.

Todos esses processos possibilitaram que a Central chegasse no final de 2011 com R\$ 1 bilhão de recursos administrados. Nesse período também foram criadas pela Central as empresas coligadas Unicoob Administradora de Consórcios, Unicoob Corretora de Seguros, Instituto Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável, além da Central ter entrado em uma *joint venture* com a Sancor Seguros da Argentina para a criação da Sancor Seguros do Brasil, uma seguradora que atua em todos os ramos e da qual a Central paranaense detém 25% de participação em todas as suas operações no Brasil.

Ao comemorar os primeiros dez anos da Central, o empresário Jefferson Nogaroli registrou essas observações:

Em 1996 criamos o Movimento Repensando Maringá que culminou com o surgimento do Codem – Conselho de Desenvolvimento Econômico. A iniciativa colocou a cidade na trilha do desenvolvimento e percebemos que, quando a ideia é boa e os fins são nobres, a comunidade sonha conosco e este sonho se torna realidade. Quando conhecemos a experiência do cooperativismo de crédito, vimos que este poderia ser o modelo ideal para atender os empresários com dignidade e para evitar o dreno econômico provocado pelos bancos, principalmente nos pequenos municípios. [...] Criamos não só um sistema cooperativo, mas um verdadeiro instrumento de desenvolvimento regional. Paramos de tomar sopa com garfo. [...] Este é o resultado do desejo das comunidades em ver nascer e florescer o cooperativismo de crédito. Quem quer, encontra um caminho, quem não quer, encontra desculpas. Aqui, encontramos um caminho. O caminho do sucesso passa pelo associativismo e pelo cooperativismo (GOMES E GINI, 2012, p. 7, 8).

Em 2015 a Central Sicoob Paraná incorporou a Central Sicoob Amazônia, com sede em Belém, PA, com 11 cooperativas, e passou a se denominar Sicoob Central Unicoob. No Pará também houve um processo de junção de cooperativas, restando ao final apenas quatro: Sicoob Unidas, Sicoob Cooesa e Sicoob Coimppa, todas de Belém, e o Sicoob Amapá de Macapá (AP). Posteriormente, foi criada a cooperativa Sicoob Transamazônica, com sede em Pacajás (PA) e o Sicoob Amapá foi incorporado pelo Sicoob Ouro Verde, de Londrina, Paraná. Com a operação no Pará e no Amapá, o próximo passo foi abrir agências nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

No encerramento desta pesquisa, o Sicoob Central Unicoob contabilizava, em números de setembro de 2020, o total de R\$ 10 bilhões em recursos administrados, 460 agências em 180 municípios e 500 mil cooperados. A expressividade desses números, demonstra a extensão das

conexões em rede que o movimento empresarial liderado pelo Codem em Maringá conseguiu alcançar em pouco menos de vinte e cinco anos.

As duas cooperativas que estão localizadas em Maringá, a Central e a Metropolitano, servem como troféu de vitória do empresariado e como um demonstrativo de sua habilidade com as ferramentas de gestão contemporâneas, especialmente as do sistema financeiro, algo que não foi possível implementar na cidade, seja com o Banco do Povo⁸² ou com os programas de microcrédito do Estado. De certa forma, dentro daquilo que chamamos nessa tese de engenharia do consenso, os movimentos sociais vão ficando cada vez mais distantes dos processos da cidade, tendo que “rebaixar” as suas lutas para questões mais paroquiais. Como destaca Boltanski (2014) essa engenharia faz com que as reformas sociais se tornem muito difíceis

obrigando os movimentos sociais ou a rebaixar suas reivindicações ou a se radicalizar. Chamo isso de modo de dominação gestonária. Trata-se de um novo tipo de dominação que não é nem mesmo ideológica, a partir do qual o governante diz: “Não podemos fazer nada, porque estamos limitados pelos sistemas de contabilidade” (BOLTANSKI, 2014, p. 227).

Quando o Governo Lula concedeu às cooperativas de crédito a possibilidade de admitirem associados de qualquer natureza, uma das expectativas dos técnicos do governo era de que essas instituições auxiliassem na melhoria da distribuição de renda, por reterem na localidade o dinheiro que os bancos tradicionais drenavam para os grandes centros, e possibilitarem o investimento dos micros e pequenos empresários em novos postos de emprego. No caso de Maringá, quando analisamos a evolução dos indicadores de trabalho, renda e população economicamente ativa nos últimos 12 anos, verificamos um descompasso com a proposta original. E, nesse descompasso, o questionamento se, de fato, as grandes cooperativas de Maringá estão dando condições para o desenvolvimento dos micros e pequenos empreendedores locais e regionais. Como vemos, isso não se materializou, pois a média salarial permaneceu quase a mesma nesse período:

Quadro 28
Trabalho, renda e população economicamente ativa – Maringá

	2006	2010	2018
Ocupação	117.410	172.997	196.257
Salário médio	2,6	2,5	2,8
PEA			47,1%

Fonte: Pessoal ocupado: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2018.

⁸² O Banco do Povo foi uma experiência da administração do PT, lançado em Maringá em junho de 2001 para fomentar micros e pequenas empresas. O projeto foi encerrado na gestão municipal seguinte.

6.3.3. Observatório Social de Maringá

Com o discurso de atuar onde o poder público não age, os empresários da “sociedade civil organizada” de Maringá constituíram em fevereiro de 2004 a Sociedade Eticamente Responsável – SER. A ideia era que a SER pudesse estabelecer vínculos com entidades sociais de diversos segmentos que não estavam contemplados no Codem, por meio do discurso da ética e da moralidade administrativa.

As primeiras ações da organização foram de inclusão social, responsabilidade social e educação ambiental e fiscal, além da educação para a cidadania e o trânsito, campanhas para o desenvolvimento cultural, mudança de comportamento e civismo. Depois, com a adesão de várias entidades, entre elas da Superintendência Regional da Receita Federal, foram criados diversos projetos, como peças de teatro sobre educação fiscal, o concurso de redação, as feiras de impostos, o “curtas pró-cidadania”, entre outros.

Em 2004, a SER realizou o Seminário Paranaense de Educação Fiscal em parceria com o GEFE – Grupo de Educação Fiscal Estadual, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a função socioeconômica do tributo e a importância de a população acompanhar a aplicação do dinheiro arrecadado com os impostos. Um dos temas do seminário foi sobre os desvios de recursos públicos, tomando como estudo de caso a gestão do prefeito Jairo Gianoto (PSDB), que como já vimos foi responsável pelo desvio de mais de R\$ 100 milhões entre os anos de 1994 e 1996.

Motivados pelas discussões que surgiram no Seminário, os empresários apoiaram a fundação pela SER do Observatório Social de Maringá – OSM, tendo como principal motivador a fiscalização da gestão dos recursos públicos. Segundo o empresário Jefferson Nogaroli em entrevista para a Revista ACIM de maio de 2007:

O Observatório foi criado com o intuito de proporcionar à sociedade oportunidades que promovam a coesão social, por meio da transparência e zelo na gestão dos recursos públicos. Seu objetivo é despertar a comunidade para a importância socioeconômica dos tributos e para a necessidade de um aumento na eficácia de sua aplicação (NOGAROLI apud REVISTA ACIM, 2007).

A principal frente de trabalho do OSM foi fiscalizar os processos licitatórios na Prefeitura de Maringá, contando com um grupo de especialistas voluntários de diversas origens setoriais. A metodologia do OSM envolvia três fases, que atendiam desde a publicação do edital de licitação, a análise dos processos e a entrega do produto ou serviço.

O primeiro acompanhamento do OSM foi realizado em 2005, na Secretaria da Saúde, em um certame para a aquisição de 2.918.500 unidades de comprimidos Ácido Acetil Salicílico – AAS. O preço vencedor foi de R\$ 0,009 a unidade, mas na hora de digitação da ata da licitação pela Secretaria foi colocado o preço como sendo R\$ 0,09 a unidade. Assim, a Prefeitura pagou por todo o lote R\$ 262.665,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais) quando na verdade o valor deveria ter sido R\$ 26.266,50 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). Após a denúncia do OSM, o fornecedor que já havia recebido o valor da Prefeitura restituiu a diferença aos cofres públicos (RELATÓRIO OSM, 2008).

A partir desse episódio, os empresários deram grande visibilidade ao OSM na mídia de Maringá, apontando que os processos de licitação pública na cidade estavam viciados e que deveria haver um controle maior de gestão do poder público. “Agindo de forma preventiva no acompanhamento das licitações, no primeiro ano o trabalho do Observatório Social de Maringá resultou em uma economia de mais de R\$ 9 milhões de reais aos cofres públicos” (RELATÓRIO OSM, 2008).

Em 2006, o OSM organizou o Seminário “O papel do prefeito e vereador numa sociedade eticamente responsável”, evento que se repetiu nos anos seguintes. A partir dele, os empresários davam um recado direto aos legisladores e ao executivo de que estavam acompanhando *pari passu* a gestão municipal, nos mínimos detalhes. Não seria precipitado afirmar que foi a partir da ingerência do OSM nas licitações públicas, durante o mandato do prefeito Sílvio Barros, que houve o distanciamento do prefeito das ações planejadas pelo Codem.

Por diversas vezes o prefeito foi questionado pelo OSM sobre encaminhamentos e andamentos de processos licitatórios, além de outras situações, como vemos nessa reportagem de 2010:

Um dos documentos que o Observatório Social de Maringá quer ver o prefeito Sílvio Barros II responder foi enviado há quase dois meses e solicitava informações sobre as providências legais que a prefeitura tomou efetivamente com relação ao relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Paraná, resultado da inspeção realizada por auditores da Diretoria de Contas Municipais, que apontou desvio de milhões de reais dos cofres públicos durante a gestão Jairo Gianoto (1997 a 2000). Desde 2006 a prefeitura que Sílvio II dirige é responsável pela cobrança do ressarcimento dos danos junto ao ex-prefeito Gianoto, que fez “negócio” com o irmão mais novo do atual prefeito, como, por exemplo, o Hospital Municipal. Na correspondência, ao cobrar a administração, o OSM questiona sobre o estado de usufruto que encontram-se “os bens recuperados que ainda não foram leiloados”. Hoje faz

56 dias que a prefeitura recebeu a carta e ainda não a respondeu (RIGON, 2010).

Além da participação em todos os processos licitatórios da Prefeitura, o OSM iniciou também um trabalho de fiscalização da atuação dos vereadores a partir de 2008, avaliando-os em diversos critérios, como: presenças nas sessões e comissões, votações nas plenárias, respostas aos pedidos de informações, projetos de leis apresentados, conteúdo informativo nos sites pessoais, entre outros. As despesas da Câmara com diária, licitações, recursos humanos e custo por gabinete também passaram a ser acompanhadas mês a mês, bem como as entregas específicas do poder Legislativo para a comunidade.

A atuação do OSM junto à Câmara era uma forma dos empresários mostrarem que os vereadores deveriam utilizar as ferramentas de gestão mais modernas para fazerem o seu trabalho. De fato, para os empresários a política do dia a dia do Legislativo pouco importava nesse contexto, desde que ela se enquadrasse nos melhores sistemas de gestão empresariais. Com isso, o Codem e seu braço, o OSM, davam uma clara demonstração para a cidade de que suspeitavam da inoperância e da ineficácia dos “representantes do povo”, fortalecendo-se contra qualquer tipo de crítica que poderia vir contra o empresariado. Isto é típico da forma de dominação gestonária, como aponta Boltanski:

Diante de um sistema de dominação deste tipo, a crítica, quando não é apenas desarmada, encontra-se profundamente alterada. A forma como ela se aproveita da contradição hermenêutica tomará um novo caminho. Por exemplo, em um sistema político-semântico no qual as instituições que dizem qual é a situação do que é estão incluídas em arquiteturas baseadas em formas de representação do corpo político (ou do “povo”), a contradição muitas vezes se manifestará na forma de uma suspeita com relação aos representantes (o que podemos chamar de forma rousseauiana da contradição hermenêutica) (BOLTANSKI, 2013, p. 457).

Ainda em 2008, o OSM divulgou na imprensa local que a Câmara maringaense era a segunda na proporção entre vereadores e funcionários contratados sem concurso no Estado, ficando atrás apenas de Curitiba, a capital do Estado. Além disso, avaliou que dos 1.492 projetos de lei apresentados pelos vereadores, apenas 61 tinham alguma utilidade prática para a cidade e, desses, somente 19 beneficiavam diretamente os moradores. A constatação era de que o trabalho dos vereadores custava caro e era ineficiente, conforme a figura a seguir:

Figura 20
Reportagem sobre produtividade da Câmara

A4 | Maringá, Quarta-feira, 15 de outubro de 2008
O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ

Editor: Fábio Legram - 3223-6607 - flegram@diariomaringa.com.br

CIDADES

“O nível dos gastos só chegou nesse ponto porque a população não fiscalizou”
Décio Rui Paterlini, diretor executivo do Observatório Social

COFRES ABERTOS

Câmara gasta mais com 15 do que com 21 vereadores

Alto gasto, baixo rendimento

Câmara maringense é a segunda na proporção entre vereadores e funcionários contratados sem natureza: em Itaipó, fica até 10 vezes mais caro

Vicência Carvalho
carvalho@diariomaringa.com.br

Apesar da redução numérica de vereadores, a Câmara Municipal de Maringá (CMM) de 21 para 15 nos últimos quatro anos, esteve para manter os mesmos 30% do valor corrigido do GPM, o gasto médio com as atividades legislativas municipais era de R\$ 43.837,74 por parlamentar em 2004. Atualmente, o valor mensal por vereador é de R\$ 57.011,79. Os dados do estudo pelo Observatório Social, entidade que fiscaliza a aplicação dos gastos públicos em Maringá. Na atual legislatura, cada vereador custa até agosto R\$ 2.462.180. Segundo o estudo, entre as câmaras municipais com 15 deputados, a de Maringá só não supera a de Curitiba.

De 2004 a 2008, o gasto da CMM com contratação de pessoal aumentou 13,1%. Ao mesmo tempo, os investimentos foram reduzidos em 48,3% e os recursos para custeio caíram 77,7%. Na

Até 2004, os vereadores não tinham função fiscalizadora no Poder Executivo municipal. Em Maringá, esta função não recebeu muita atenção durante a atual legislatura. A fiscalização, representada por requerimentos de solicitação, representa apenas 2,6% de todos os projetos apresentados pelos vereadores desde o início de 2005. Em três anos e meio, a Câmara Municipal de Maringá (CMM) pediu satisfação sobre atos de governo apenas 19 vezes, cerca de 10 requerimentos por ano. O número de solicitações é menor que o de projetos votados para dar rumo a uma decisão municipal.

A maior parte da atividade dos atuais vereadores remete a uma tentativa de ganhar para a prefeitura. Os projetos com natureza parlamentar representam 29,6% de toda a atividade parlamentar em Maringá. De acordo com o Manual de Vereadores da CMM, o projeto autorizativo “é ato de colaboração, de ajuda espontânea do poder a outro”.

Outra parte importante da atividade parlamentar é o voto de ser cumprido plenamente pela atual legislatura. Mesmo com reuniões ordinárias semanais, os vereadores de Maringá deixaram pendentes 26,9% dos projetos, que atualmente estão em tramitação.

Com o sigilo das agendas expostas no Executivo e projetos pendentes, a atividade de pendência dos vereadores maringenses é baixa: menos de 9,1% do total. Reclamam o menor desempenho de atividade pública representam 41% dos projetos votados. Questões de relevância para o município, como o aumento do salário, recebem pouca atenção dos legisladores: apenas 23 projetos entraram em 2008.

Renando Ottoni (3.º eq.), Décio Rui Paterlini e Alexandre Costa Paiva, integrantes do Observatório Social

Decisão compromete

Fonte: O DIÁRIO, 18/10/2008

Os embates com a Câmara serão constantes a partir daí, numa forma de deslegitimar o Legislativo e mostrá-lo como incapaz, estruturalmente, de desempenhar uma gestão eficiente como a desenvolvida pelas instituições empresariais. Presos em acordos com o Executivo e dependentes de financiamentos para as suas ações de campanha, muitos vereadores aceitam a crítica empresarial e minimizam a relação com o OSM. Outros que procuram se posicionar de forma independente ao Executivo, buscarão alternativas para mostrar à população o que o vereador pode fazer pela cidade. Isto ficará evidenciado na gestão do presidente da Câmara, Ulisses Maia (2012-2015), que introduziu as sessões itinerantes pelos bairros, como vimos acima.

Outra ação do OSM, ainda em 2008, demonstra claramente como o empresariado agiu para perpetuar a sua forma de gestão empresarial na Prefeitura. O OSM conseguiu que o prefeito Sílvio Barros encaminhasse para a Câmara a Lei de Controle e Estoque, pois era uma necessidade que o município possuísse controle sobre os produtos adquiridos. Um dos

argumentos para isso estava no fato de que a Prefeitura comprava produtos sem ter a real noção da quantidade que já possuía em estoque. O OSM acompanhou a licitação para a compra de pente para bebês, classificado como item de higiene, para ser distribuído nas creches e centros infantis administrados pelo município. Em 2006 foram comprados 6 mil pentes ao custo de R\$ 4,85 a unidade. Depois da atuação do OSM, em 2007 foram compradas mil unidades ao custo de R\$ 0,08 a unidade e em 2008 mais mil unidades ao custo unitário de R\$ 0,28. O questionamento do OSM foi sobre qual a demanda dos centros infantis ano a ano e qual era o estoque disponível. A Prefeitura não soube precisar as informações. Esse foi o argumento empresarial para que o controle de estoque fosse implantado. O que parecia uma coisa óbvia e necessária, tornou-se também um argumento de que o empresariado tinha razão e que o gestor público era ineficiente. Com a Lei de Controle de Estoque aprovada pela Câmara, a Prefeitura passou a ser obrigada a organizar os almoxarifados, a informatizar o controle de estoque, o que diminuiu o desperdício dos produtos estocados e o melhor planejamento para futuras aquisições (RELATÓRIO OSM, 2008).

Naquele mesmo ano, a atuação do OSM chamou a atenção de vários organismos empresariais em outras localidades. As cooperativas do Sicoob Unicoob, em várias cidades do Paraná, passaram a ser financiadoras de projetos para se constituírem observatórios sociais nesses municípios também. Em outubro, o OSM foi premiado na etapa regional do Prêmio FINEP de Inovação, vencendo na categoria Tecnologia Social. O projeto disputou ainda a etapa nacional do Prêmio, ficando em segundo lugar.

Em 2009, após várias etapas classificatórias do V Concurso Experiências em Inovação Social, promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas – Cepal, com apoio da Fundação Kellogg, com mais de mil projetos inscritos e 13 desses classificados para a final, o Observatório Social de Maringá conquistou o 1º lugar. O evento aconteceu no campus da Universidad San Carlos de Guatemala, na Cidade da Guatemala, no mês de novembro.

A premiação internacional trouxe um reconhecimento expressivo para o OSM, que passou também a fiscalizar os processos licitatórios da UEM a partir de 2013. Em 2014 fiscalizou e impugnou uma licitação para compra de 52.642 garrafas de água mineral no Tribunal de Contas do Estado do Paraná ao custo unitário de R\$ 2,24. O OSM comprovou que as garrafas poderiam ser compradas por R\$ 0,72 a unidade o que representou uma diferença de R\$ 80.227,14 (oitenta mil, duzentos e vinte e sete reais e quatorze centavos) (RELATÓRIO

OSM, 2015). A partir de 2018 o OSM passou também a fiscalizar os gastos com diárias e verbas de gabinete da Assembleia Legislativa do Paraná.

Não foram somente a Câmara e o prefeito Sílvio Barros que tiveram atritos com o OSM. Uma licitação para a aquisição de supercâmaras de vigilância que seriam instaladas em pontos estratégicos da cidade, em 2013, foi revogada depois da atuação do OSM. O prefeito Roberto Pupim recorreu e conseguiu reduzir o valor da compra de 25 desses equipamentos para cerca de R\$ 2 milhões. Pouco mais de um ano depois, a própria Prefeitura descobriu que as supercâmaras não estavam armazenando imagens por mais de 6 horas, porque a empresa ganhadora da licitação não havia estipulado no contrato a manutenção do sistema⁸³. Com isso, o OSM, voltou à carga para evidenciar a falta de capacidade da gestão pública.

Em 2017, o OSM teve várias quedas de braço com o prefeito Ulisses Maia. Uma que gerou bastante comentários foi por conta das despesas do evento Natal Encantado. A prefeitura gastou R\$ 5.184.865,61 (cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos) com a montagem de toda estrutura para o Natal nas ruas e algumas praças da cidade. Somente a Casa do Papai Noel, montada na praça principal de Maringá teve um custo de R\$ 242.791,40 (duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta centavos) para um período de 35 dias. O OSM divulgou na imprensa local que com esse valor daria para alugar 242 casas a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por um mês. Naquele Natal, o OSM impugnou R\$ 1.004.098,00 (um milhão, quatro mil e noventa e oito reais) que não foi acatado pelo prefeito, o que levou a uma denúncia ao Ministério Público Estadual. Depois de várias análises o MPE deu ganho de causa parcial ao Observatório e a Prefeitura teve que anular o pagamento de R\$ 701.098,00 (setecentos e um mil e noventa e oito reais) (RELATÓRIO OSM, 2017).

Conforme a figura 21, em 11 anos de atuação (2007-2018) do OSM junto à Prefeitura de Maringá, teria havido um proveito econômico de quase R\$ 100 milhões de reais com o cancelamento e mudanças de valores de compras e serviços. Ao divulgar esses números, o OSM enfatizava a predominância do viés econômico sobre o social e sobre outras particularidades da vida na cidade. Não se trata de que estavam errados no trabalho para conseguir proveito econômico com a redução dos valores contratados pelo Município, mas de valorizarem que a gestão empresarial é, infinitamente mais competente do que a gestão pública.

⁸³ FRANCO, G. *Supercâmeras de Maringá viram enfeite*. Gazeta do Povo, 21/05/2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/supercameras-de-maringa-viram-enfeite-8d56v9b9vc4smzboyfidtn6tq/>. Acesso em 08 jan. 2021.

Figura 21

Proveito Econômico com a intervenção do Observatório Social de Maringá

Período 2007 a 2018

Ano	Proveito Econômico (R\$)	Valor corrigido (IPCA)
2007	8.210.201,85	15.322.180,12
2008	3.902.207,25	6.876.716,18
2009	14.377.103,75	24.289.368,85
2010	6.611.197,19	10.547.000,68
2011	3.299.154,00	4.941.989,79
2012	7.225.313,43	10.226.973,97
2013	9.625.026,18	12.863.389,22
2014	12.883.968,40	16.183.092,42
2015	3.878.710,23	4.402.195,13
2016	13.115.662,04	14.006.209,72
2017	9.367.692,47	9.718.044,17
2018	4.638.993,75	4.638.993,75
TOTAL	97.135.230,54	134.060.788,60



Fonte: OSM 2018

É importante resgatar também no âmbito dessa pesquisa de que o Observatório se tornou uma ferramenta de gestão do empresariado local para maximizar a sua participação junto aos processos de compras de produtos e serviços da municipalidade e, ao mesmo tempo, para dar um recado para os políticos de que o empresariado é eficaz e eficiente em seus modelos de gestão. Por outro lado, o empresariado também se afirma como um agente político sem fazer parte da política institucionalizada e assim se conecta com as redes daquelas organizações ou entidades de setores que não possuem representatividade no Codem, entre elas os movimentos sociais e organizações de trabalhadores. O discurso da eficiência para toda a cidade pode funcionar muito bem para outros agentes sociais que não participam do projeto empresarial.

6.3.4. Observatório Social do Brasil

Com a divulgação dos resultados do Observatório Social de Maringá, vários municípios do país começaram a visitar a cidade para conhecer essa iniciativa dos empresários locais. A ideia de incentivar a participação do cidadão no controle dos gastos públicos, combate a corrupção, na efetiva aplicação dos tributos e na identificação de iniciativas bem-sucedidas, colhendo proposições de políticas e ações que possam ser adotadas por governos e sociedade em qualquer entidade pública, foi muito bem recebida.

Em agosto de 2008, durante a Convenção Geral da Faciap, em Foz do Iguaçu, em assembleia presidida por Jefferson Nogaroli, principal líder da elite estratégica de Maringá, foi criado o Instituto da Cidadania Fiscal – ICF cuja missão seria levar o modelo dos Observatórios Sociais para todo o país. Em 2010, o ICF mudou de nome para Observatório Social do Brasil – OSB, mantendo sua sede em Maringá, posteriormente alterada para Curitiba em 2012 onde está até a elaboração do texto final desta pesquisa.

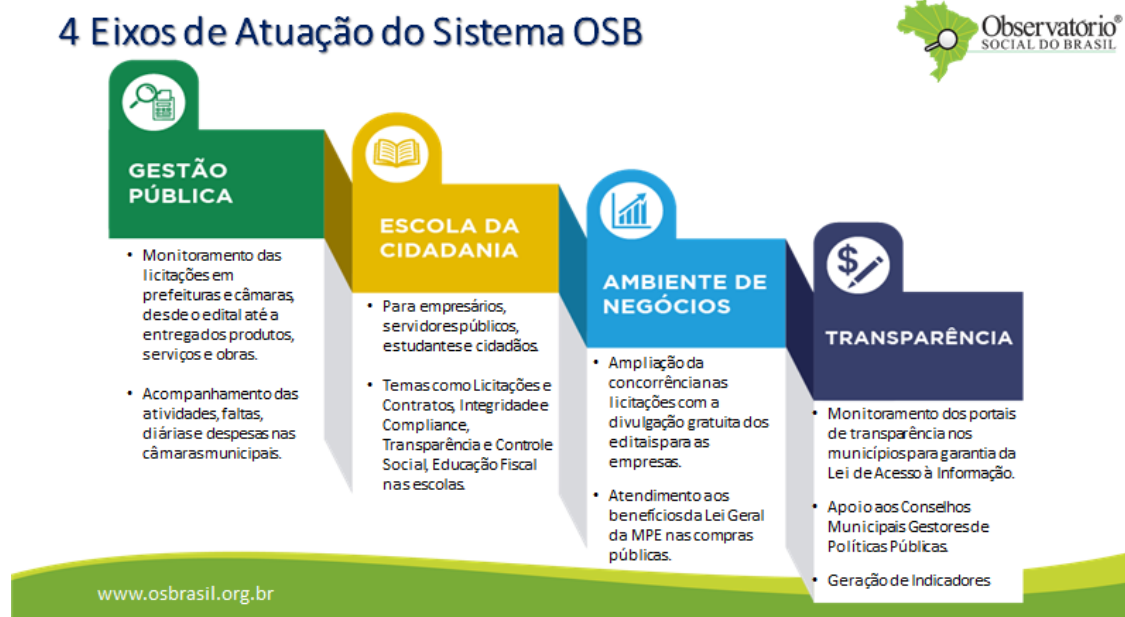
A principal função do OSB é organizar as unidades dos Observatórios municipais e estaduais em uma rede sob a sua coordenação, disseminando uma metodologia padronizada, capacitando e dando suporte técnico aos Observatórios, além de estabelecer as parcerias estaduais e nacionais para o melhor desempenho das ações locais (RELATÓRIO OSB, 2020).

A rede de Observatórios Sociais é formada por 150 cidades de 17 Estados brasileiros. As maiores conexões estão nos Estados do Paraná e Santa Catarina (31 cidades cada), São Paulo (25 cidades) e Rio Grande do Sul (15 cidades). Apenas os Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo não possuem conexão com a rede do OSB.

Toda a metodologia de atuação sistêmica dos Observatórios foi ajustada e colocada em um manual pela consultoria PwC, a mesma que auxiliou na construção do plano Maringá 2047 como já vimos. Com isso, foram constituídas câmaras técnicas para melhorar a performance dos analistas e voluntários que acompanham os processos licitatórios. Outra proposta também foi o Projeto de Olho nas Eleições, com o objetivo de engajar candidatos a prefeito e vereadores nas cidades da rede em aderirem formalmente ao “Plano de Transparência e Controle Social”, que contém inúmeras propostas. A primeira edição ocorreu em 2016, quando alguns municípios, como Marechal Cândido Rondon/PR, São Caetano do Sul/SP, São Pedro da Aldeia/RJ, conseguiram êxito no envolvimento dos candidatos. Para as eleições municipais de 2020 o OSB também preparou essa ação.

Conforme podemos analisar na figura a seguir, os eixos de atuação do OSB têm ampla relação com o empresariado, com seus projetos e com o próprio ambiente de negócios em que estão habituados a atuar. O diferencial, no caso dos eixos de atuação do OSB, é que o empresariado busca uma legitimação perante os conselhos gestores de políticas públicas nos municípios que formam a sua rede nacional.

Figura 22



Fonte: OSB 2020

O OSB avaliou em divulgação feita no início de 2020 que com o monitoramento das compras públicas municipais, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, e a ação preventiva no controle social dos gastos públicos nos municípios de sua rede, conseguiu, entre os anos de 2013 e 2019, a economia de mais de R\$ 4 bilhões de reais (RELATÓRIO OSB, 2020). Alguns exemplos vão de Picos, no Piauí, a Porto Alegre, RS. Em Picos, o OSB denunciou de que na lista de compras da merenda escolar havia perfume, esmalte de unhas e creme de barbear, tudo com um sobrepreço de 110%. Em Porto Alegre, embora a Copa do Mundo da Fifa tenha ocorrido em 2014, a Prefeitura ainda mantinha, até 2016, a Secretaria da Copa com 19 pessoas na folha de pagamento a um custo de R\$ 500 mil reais mensais. Com a denúncia do OSB, a Secretaria da Copa foi extinta.

Como argumento para a sua legitimação perante outros organismos e entidades que fazem parte da vida dos municípios da rede, o OSB deu ampla divulgação ao prêmio internacional que recebeu no *Latam Smart City Awards 2019* no México. O prêmio reconhece iniciativas inovadoras de tecnologia social que potencializam as cidades inteligentes (RELATÓRIO OSB, 2020).

A nacionalização do Observatório Social é fundamentada pelo empresariado como uma necessidade para que o projeto unificador de controle da gestão pública, com as ferramentas do mundo dos negócios, pudesse se mostrar inquestionável diante da crítica. Para corroborar com isso, a constante utilização dos dados estatísticos e ranqueamentos servem

como uma forma de estratégia de dominação gestonária que impacta diretamente a realidade, dando privilégios a certos agentes em detrimento daqueles que estão em situação de submissão à lógica do capital. Boltanski concluiu que:

Os rankings, construídos sobre a base dos indicadores estatísticos codificados, visam a expressar todas as diferenças qualitativas em diferenças quantitativas favorecendo a comparação e a concorrência. São formas de descrição cujo objetivo explícito e reivindicado consiste em incentivar os atores a mudar seu comportamento a fim de melhorar sua posição hierárquica nos rankings, de acordo com uma lógica que é a da maximização do indicador. A descrição, inseparável da avaliação do que está descrito, assume explicitamente a existência de relações de retroação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, e as implementa de forma estratégica para aumentar a eficácia das medidas que visam modificar os contornos da realidade. Torna-se então tentador suspeitar, por trás de qualquer apresentação de resultados numéricos, de um tipo de manipulação (BOLTANSKI, 2013, p. 457).

6.3.5. O projeto do Codem em outros municípios brasileiros

Como parte da estratégia empresarial de Maringá em legitimar sua atuação, o modelo do Codem também foi exportado para outros municípios do próprio Estado e do Brasil. É importante destacar aqui que essa experiência difere da dos conselhos gestores implantados em diversos municípios e Estados do país a partir de marcos legais, especialmente com a Constituição de 1988 (GOHN, 2001). São diferentes também as iniciativas que foram introduzidas a partir da ação dos poderes Executivos criando os conselhos de desenvolvimento econômico e social no sentido de assessorar os gabinetes do Executivo na discussão, formulação e monitoramento das políticas públicas, debatendo de forma ampliada questões relativas ao desenvolvimento (SANTOS, 2015). Os conselhos que partem desse modelo, geralmente estão subordinados a uma secretaria municipal e o prefeito é o seu presidente. Santos (2015) informa a existência de 12 conselhos no Brasil neste modelo entre os anos de 1999 a 2014. Todavia, iremos retirar o Conselho de Foz do Iguaçu - Codefoz da listagem da autora, pois o mesmo, pela nossa análise, foi constituído de acordo com o modelo do Codem de Maringá.

A seguir apresentamos um quadro com os principais conselhos constituídos em municípios com população superior a 200 mil habitantes a partir da ideia do empresariado de Maringá. Em todos os casos, empresários e representantes das prefeituras estiveram visitando o Codem e organizaram seus movimentos nos mesmos moldes de planejamento, incluindo na maioria deles a constituição de um Fundo Municipal de Desenvolvimento e uma agenda para pensar a cidade alguns anos à frente. Decidimos por esse recorte, os municípios com mais de 200 mil habitantes por serem cidades consideradas médias e de grande impacto regional, sendo

uma delas inclusive a capital de um Estado em desenvolvimento que é o Tocantins. Entretanto, é importante registrar que há várias cidades de menor porte no Paraná e em outros Estados que também implantaram os seus conselhos no modelo do Codem maringaense.

Da mesma forma, há algumas cidades cujos conselhos de desenvolvimento econômico não foram criados a partir de ações do empresariado, constituindo-se como autarquias municipais. Entretanto, em algum momento, despertados pelo interesse do empresariado local esses municípios decidiram copiar aspectos ou ideias do modelo maringaense, tornando-os híbridos.

Quadro 29
Conselhos instituídos com o modelo de Maringá

Cidade	Estado	Denominação	Ano de Organização
Foz do Iguaçu	Paraná	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - Codefoz	2012
Cascavel	Paraná	Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Cascavel - Codesc	2016
Uberlândia	Minas Gerais	Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia - Coden	2016
Presidente Prudente	São Paulo	Conselho de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente - Condepp	2017
Ponta Grossa	Paraná	Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa – CDEPG	2018
Palmas	Tocantins	Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas - Cidep	2018
Marília	São Paulo	Conselho de Desenvolvimento Estratégico de Marília – Codem	2020
Bauru	São Paulo	Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Bauru -Codese	Em fase de criação 2020

Fonte: o autor

6.3.5.1. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - Codefoz

O Codefoz da cidade de Foz do Iguaçu⁸⁴ é o mais antigo deles, criado pela lei municipal 4.041/2012, com intuito de unir organizações públicas e privadas em torno de projetos e ideias que promovam o desenvolvimento sustentável da cidade e seu entorno, especialmente as cidades de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad de Leste, no Paraguai, que são conurbadas com Foz.

O Conselho possui várias câmaras técnicas que trabalham pelo desenvolvimento de Foz para além do turismo. Em 2014 foi lançado o plano Foz do Iguaçu 2040 (CODEFOZ, 2020), muito similar a Agenda Maringá 2047. Atualmente a sede do Codefoz é a mesma da

⁸⁴ Foz do Iguaçu no extremo oeste do Estado do Paraná tem uma população estimada em 258.248 (IBGE, 2020).

Associação Comercial, onde também funcionam a cooperativa de crédito Sicoob, filiada ao Sicoob Central Unicoob, de Maringá, e o Observatório Social de Foz do Iguaçu.

6.3.5.2. Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Cascavel - Codesc

Em Cascavel, a quinta maior cidade do Paraná⁸⁵, o Codesc foi organizado em 2016 a partir de uma série de ações que envolveram os empresários ligados à Fiep e à Associação comercial local, ACIC. Também foi constituído nos mesmos moldes do Codem, com câmaras técnicas e projetos estratégicos de desenvolvimento. O seu planejamento econômico estratégico foi denominado Cascavel 2030, tendo sido lançado no mesmo ano de sua criação (CODESC, 2020).

Também funcionam como braços de sustentação do Codesc a cooperativa de crédito Sicoob, filiada ao Sicoob Central Unicoob de Maringá, e o Observatório Social de Cascavel.

6.3.5.3. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia - Coden

Em Uberlândia, MG, cidade mais populosa do que Maringá⁸⁶, o Coden foi instituído em 2016 depois de uma série de visitas ao Codem original. Sob a direção dos empresários do setor da construção civil, em 2015 foi constituído o Fórum Uberlândia 2100 com o objetivo de internacionalizar a cidade e melhorar a sua infraestrutura urbana. O Fórum reuniu mais de 450 membros da sociedade civil organizada daquela cidade o que acabou resultando na criação do Coden e do plano Uberlândia 2100 (CODEN, 2020).

Embora a cidade tenha quatro cooperativas de crédito do Sicoob, nenhuma delas originalmente foi ligada ao empresariado local. Atualmente servem de braço financeiro nas ações institucionais do Coden. O Observatório Social de Uberlândia também é um dos mais ativos do Brasil.

6.3.5.4. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente - Condepp

Em Presidente Prudente⁸⁷, SP, o Condepp foi constituído originalmente em 2009 a partir de uma série de visitas de representantes da prefeitura daquela cidade a Maringá.

⁸⁵ A maior cidade do oeste do Paraná, Cascavel tem uma população estimada em 332.333 (IBGE, 2020).

⁸⁶ A cidade mineira tem uma população estimada em 683.247 (IBGE, 2018).

⁸⁷ A população estimada de Presidente Prudente é de 230.371 habitantes (IBGE, 2020).

Entretanto, por ser controlado pela administração municipal, o Conselho acabou não indo para frente por conta das mudanças de prefeito.

Em 2016 os empresários, por intermédio da União das Entidades de Presidente Prudente e Região – UEPP, decidiram retomar o projeto e reorganizaram o Condepp em 2017 com a posse da nova diretoria e aprovação em lei do Fundo Municipal de Desenvolvimento. Ainda não há um projeto para um plano socioeconômico como no caso dos outros conselhos aqui estudados (CONDEPP, 2020).

A cidade também possui uma cooperativa de crédito do Sicoob, fruto de ações da Associação Comercial e em 2019 organizou a sua unidade local do Observatório Social por intermédio da UEPP.

6.3.5.5. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa – CDEPG

Os empresários de Ponta Grossa⁸⁸, PR, aprovaram a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa – CDEPG em junho de 2018 por meio de lei municipal que também instituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento. Entre as diversas empresas e organizações que formam o Conselho, a cooperativa de crédito Sicoob e a universidade UniCesumar também são membros. Em novembro de 2019 foi organizado o planejamento estratégico, conduzido pelo Sebrae, que deu origem ao documento Ponta Grossa 2043, em alusão à data em que a cidade completará 220 anos (CDEPG, 2020).

Na quarta maior cidade do Paraná, a cooperativa de crédito Sicoob é filiada ao Sicoob Central Unicoob, com sede em Maringá, e o seu Observatório Social foi um dos primeiros do Estado depois que o modelo maringaense foi exportado.

6.3.5.6. Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas - Cidep

O Conselho de Palmas⁸⁹, TO, foi criado oficialmente em 2014 depois que vários empresários daquela cidade estiveram em Maringá. Contudo, como no caso de Presidente Prudente, por interferência municipal o Cidep acabou não desenvolvendo a contento suas atividades e ficou estacionado.

Os empresários aproveitaram a troca de poder no Executivo e em 2018 conseguiram aprovar a lei que reestruturou o Cidep e o Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas, passando o plenário do Conselho a ser formado por 22 membros, com igual número

⁸⁸ Ponta Grossa tem uma população estimada de 355.336 habitantes (IBGE, 2020).

⁸⁹ A capital do Tocantins tem uma população estimada de 306.296 pessoas (IBGE, 2020).

de suplentes, sendo seis cadeiras do poder executivo municipal e 16 da chamada “sociedade civil organizada” (CIDEP, 2020).

Três cooperativas de crédito do Sicoob funcionam em Palmas, mas sem ter suas origens com o empresariado local. Desde 2015, o Observatório Social também está estabelecido na cidade.

6.3.5.7. Conselho de Desenvolvimento Estratégico de Marília – Codem

Os dois conselhos mais jovens estão no Estado de São Paulo. O de Marília⁹⁰, que também tem a sigla Codem, foi constituído oficialmente pela lei municipal 8556/20, no mês de julho de 2020, em sessão virtual da Câmara de vereadores por conta da pandemia de Covid-19. Com o Codem, também foi criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (MARÍLIA DO FUTURO, 2020).

Curiosamente, a consultoria para a implantação do Codem paulista foi do ex-prefeito de Maringá, Sílvio Barros, que coordenou todos os trabalhos. As dinâmicas dos *workshops* para a constituição das diretrizes e das câmaras técnicas, bem como da visão de futuro, foram estruturadas de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio – ODS, da Organização das Nações Unidas. Os empresários aprovaram o plano Marília 2030, com a seguinte visão para os próximos 10 anos:

Até 2030 tornar Marília uma das 10 melhores cidades do Brasil para fazer negócio e empreender, sendo reconhecida internacionalmente pelas suas vocações econômicas e ambiente fértil para inovações e desenvolvimento econômico através de parcerias multinacionais. Alcançando também posição entre as 10 melhores médias salariais do estado de São Paulo (MARÍLIA DO FUTURO, 2020, p. 114).

A cidade também conta com o Observatório Social que foi um dos primeiros a serem implantados no Estado de São Paulo (2010) e três cooperativas de crédito do Sicoob. Uma delas, está ligada ao Sicoob Central Unicoob de Maringá.

Da mesma forma que ocorreu em Maringá e nas outras cidades que implantaram seus conselhos de desenvolvimento a partir do empresariado, segmentos importantes da comunidade não participaram das discussões e estão fora das câmaras técnicas. A Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília, por exemplo, não fez parte de nenhuma das discussões para a implementação dos projetos.

⁹⁰ A população estimada de Marília é de 240.590 habitantes (IBGE, 2020).

Na justificativa para a legitimação da ação empresarial em Marília, o presidente do Codem, Adriano Luiz Martins, assim se expressou:

Nos últimos dois anos mais de 180 pessoas de diversos segmentos da comunidade, entre empresários, especialistas, dirigentes, administradores públicos e tantas pessoas, que de uma forma direta ou indireta, criaram uma situação favorável para que ideias fossem apresentadas, discutidas, melhoradas e viabilizadas. Nestes sete grupos temáticos de trabalho que o Codem inicialmente apresenta, tem muito suor de conhecimento, suor de tempo, suor de estudo e principalmente de desejo em transformar a cidade num local admirável e que o maior beneficiado será a população que nela desfrutará de toda essa dedicação depositada hoje que no futuro será recompensada por gerações que se lembrarão deste grupo, como um fato na história em que o primeiro passo foi dado na preservação da sociedade. [...] Esse processo de doação executado por todos os envolvidos no Codem será recompensado com um pouco que desfrutaremos, mas o mais agradável, é saber que as pessoas que amamos serão os mais beneficiados com toda essa dedicação, afinal, cada um dos representantes que compõem o Codem, está produzindo com ideias e ações, o combustível para manter a máquina Marília em ritmo acelerado, com as lubrificações necessárias, e com as adaptações que serão exigidas pela modernidade e evoluções naturais de processo e de pessoas. A realidade é o Codem, e o resultado será o quanto haverá de envolvimento da população, afinal, somente com esse envolvimento é que chegaremos ao desenvolvimento natural como cidade e como pessoas. Nessa caminhada, ninguém fica para trás. Nessa luta não há perdedores, porque juntos sempre seremos mais fortes (MARTINS apud MARÍLIA DO FUTURO, 2020, p. 7).

6.3.5.8. Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Bauru - Codese

Por sua vez, o Conselho de Bauru⁹¹, Codese, estava com o projeto de lei de sua criação em tramitação na Câmara municipal quando do encerramento desta pesquisa. A consultoria para a sua implantação também foi do ex-prefeito de Maringá Silvio Barros, que utilizou a mesma dinâmica de Marília, dando enfoque para os ODS.

Foram definidos seis grupos temáticos (câmaras técnicas) e que já estavam em acelerado trabalho antes mesmo da oficialização legal do Conselho. Os grupos são: Educação, Saúde, Planejamento Urbano, Gestão Pública e Parcerias, Tecnologia e Inovação e Desenvolvimento Econômico (CODESE, 2021).

Em Bauru também funciona o Observatório Social desde 2015 e três cooperativas de crédito do Sicoob. Uma delas, a Ouro Verde, é filiada ao Sicoob Central Unicoob de Maringá.

⁹¹ Bauru tem uma população estimada em 379.297 habitantes (IBGE, 2020).

6.3.5.9. Instituto de Desenvolvimento Econômico de Londrina - Codel

Já na fase final dessa pesquisa identificamos que alguns conselhos de desenvolvimento econômico criados como autarquias municipais, portanto sem a participação direta do empresariado, como é o caso de Londrina, no Paraná, e Ribeirão Preto, em São Paulo, iniciaram um processo de planejamentos estratégicos com a participação mais efetiva do empresariado para a elaboração de agendas socioeconômicas. Essas ações partem do pressuposto de que os empresários teriam melhores condições do que os gestores públicos para trabalharem as temáticas do desenvolvimento econômico.

No caso de Londrina, o segundo maior município do Paraná⁹², a Companhia de Desenvolvimento Econômico – Codel é uma autarquia municipal criada em 2005 e que em 2008, passou a se chamar Instituto de Desenvolvimento Econômico de Londrina – Codel. Em setembro de 2020, a Prefeitura de Londrina anunciou a contratação, por meio de licitação, da empresa Macroplan Prospectiva Estratégica & Gestão, do Rio de Janeiro, para construir em conjunto com o poder público e os empresários o Projeto Masterplan Londrina 100 Anos. Percebe-se a total identificação dessa iniciativa com a proposta do Projeto Masterplan Metrópole Maringá 2047.

Segundo Bruno Ubiratan, presidente do Codel, o objetivo é:

pensar e construir o futuro de Londrina para os próximos 20 anos, focando em uma cidade desenvolvida e sustentável. Assim, **por meio do consenso** e da colaboração dos mais diversos participantes do poder público e da sociedade serão traçados metas e diretrizes em torno de objetivos comuns e de curto, médio e longo prazo. A intenção é que com um Plano Estratégico, o município de Londrina consiga colocar em prática um modelo público-privado de gestão para o futuro, que vise reduzir os riscos de descontinuidades administrativas e de improvisos e, assim produza mais resultados positivos para toda sociedade londrinense (UBIRATAN, 2020, grifos nossos).

Há diversas ferramentas de gestão que podem ser utilizadas para justificar as ações do empresariado (classe dominante) como temos apresentado ao longo dessa tese. Entretanto, vemos que os empresários se utilizam com frequência do modelo do planejamento estratégico, aliado com dinâmicas de *workshops* e construção de indicadores e metas que resultam em uma agenda com uma determinada visão de futuro e busca pelo consenso. Podemos afirmar que esse tem sido o *modus operandi* do empresariado, que se apresenta como lembra Boltanski (2013)

⁹² A cidade de Londrina, no norte do Estado, possui uma população estimada em 575.377 habitantes (IBGE, 2020).

como um “especialista” dos planejamentos, que nada mais são do que representações ideais de uma classe dominante.

De fato, aqueles que moldam ou se apossam dessas representações têm também o poder de torná-las reais, porque eles dispõem de meios, notadamente jurídicos ou regulamentares, sem falar dos meios estritamente policiais, de modificar os contornos da realidade. No entanto, a modificação permanente dos formatos que enquadram e formam a realidade não precisa mais ser atribuída a uma vontade distinta da vontade de forças impessoais. Os responsáveis – para utilizar o nome dado hoje aos dominantes –, porque estão encarregados de um todo cujos objetivos não são de ninguém em particular, não são mais responsáveis por nada, embora eles estejam encarregados de tudo (BOLTANSKI, 2013, pp. 455, 456).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas e a cidade estão ligadas. Tanto uma quanto a outra são predados na vida em sociedade e acabam por se manifestar de maneira conjunta, a qual uma acaba por afetar a outra. A partir desse pressuposto, a questão urbana não pode ser reduzida a um problema de competitividade ou de habilidade gerencial e de domínio das ferramentas de gestão modernas.

No estudo que desenvolvemos, apresentamos como a ideologia da classe dominante em Maringá, a do empresariado, perpassa a produção discursiva da sua elite estratégica em busca de constantes mudanças na ordem da cidade, todas elas com o enfoque econômico e com o objetivo de conter a crítica dos movimentos sociais e de outros agentes que atuam na mesma arena política, perpetuando o seu projeto de dominação e as assimetrias.

A ação política do empresariado foi entendida aqui também como um empreendimento discursivo e estratégico para firmar posição de classe dominante na divisão social da cidade. A seleção da produção discursiva do Codem, bem como de sua elite estratégica, está bem clara nos documentos que apresentamos, os planejamentos, objetivos, diretrizes e encaminhamentos. Podemos dividi-la da seguinte forma: a) aqueles que expressam a ideologia do desenvolvimento econômico; b) os que falam da cidade progressista e rica, e c) aqueles que se referem à necessidade de planejar o futuro, missão que caberá à elite estratégica que conduz a cidade para o ano de 2047.

O primeiro bloco se refere à venda da ideia de que o desenvolvimento econômico, gestado a partir do movimento liderado pela Acim, seria a salvação para o futuro da cidade. O segundo destaca os discursos elaborados nas agendas que procuraram apontar que Maringá, ao contrário de outras cidades do mesmo porte, é progressista e rica, e que isso se deve ao caráter empreendedor de sua gente. Por fim, o último bloco aponta o discurso do planejamento empresarial, conduzido pela elite estratégica, numa crítica velada ao Legislativo que não teria capacidade para planejar o futuro da cidade. Este planejamento, como foi dito por um dos líderes dessa elite, foi um presente do empresariado ao Executivo.

Os discursos escritos que falam do desenvolvimento econômico, da cidade progressista e rica, e os que defendem o planejamento para o futuro para não perder essa condição, enfatizam o empreendedorismo urbano que, em síntese, tem as mesmas inspirações do empreendedorismo individual. Nesse âmbito, os empreendedores individuais bem-sucedidos têm legitimidade para falar e agir politicamente. Tais discursos apresentam um imbricamento entre interesses públicos e privados e transformam, pela via do consenso, interesses particulares

em objetivos coletivos. Para isso, a sociedade é chamada a dar suporte a essas ações como se dela fossem: nasce então uma “instituição”, como destaca Boltanski (2009), chamada de “sociedade civil organizada”.

Luc Boltanski aponta que “nas últimas décadas do século XX foram se desenvolvendo outras formas de dominação compatíveis com as sociedades hipercapitalistas e baseadas politicamente na democracia eleitoral”, rompendo com a tradição da dominação utilizando o terror e quase decretando o fim das ideologias. Boltanski (2013, p. 449) dá a estas formas de dominação o nome de “gestionárias” (para recordar a importância que têm as disciplinas de gestão e o modo gerencial). Nesses casos, a “exploração se aproveita da instrumentalização de diferenciais para gerar lucro, e estes podem ser de natureza diversa. Trata-se, em primeiro lugar, do diferencial de propriedade. Mas também pode ser, por exemplo, o diferencial de mobilidade” (BOLTANSKI, 2013, p. 449). Boltanski reforça que as formas de dominação mais bem ajustadas às sociedades democráticas capitalistas atuais são exercidas “por intermédio da mudança”. E, nesses processos de mobilidade há uma combinação com

a manutenção duradoura de uma ou mais assimetrias profundas, no sentido de que as mesmas pessoas se beneficiam dessas provas (ou quase sempre), enquanto para outras, sempre iguais, as provas sempre têm resultados prejudiciais (ou quase sempre). Mas, a preservação dessas assimetrias é efetuada de forma não intencional ou de uma forma que a intenção é sempre negada (BOLTANSKI, 2011, p. 180, tradução nossa).

Como agente fundamental da dominação gestionária, o Codem não teve nenhuma dificuldade em antecipar os ajustes na agenda Maringá 2020 e, depois, mais rapidamente ainda com a agenda Maringá 2030. A mudança da perspectiva de 2030 para 2047 foi ainda mais célere, o que demonstra, pelo que apresentamos, a busca de um diferencial competitivo econômico para manter a cidade em destaque com os seus indicadores de qualidade de vida e outros. Boltanski (2011, p. 188, 189) denomina isso de “efeitos performativos produzidos por benchmarking” que ao hierarquizarem as cidades de acordo com normas de eficiência e, conseqüentemente, atraírem o capital ou vantagens mercadológicas, “transformam gradualmente os contornos da realidade”.

Voltando ao tema da ação empresarial, sua ação política e intencional, que é o fio condutor desta tese, vemos que em Maringá e, por que não, nas demais cidades onde estão se instalando conselhos do mesmo tipo ou os observatórios sociais, isso se dá, em um primeiro momento quando da elaboração dos objetivos, diretrizes e estratégias contidos nos planejamentos estratégicos como nas agendas Maringá 2020, 2030 e 2047. A definição dos

temas e do seu conteúdo é ponto central da articulação dos interesses empresariais para o desenvolvimento econômico local e, consequentemente, para as suas próprias vantagens competitivas. Parte fundamental da ação empresarial é fazer com que esses interesses sejam reconhecidos pela população como necessários e impessoais. Por isso, o sistema de dominação gestonária pode facilmente

criar a ilusão de um poder que se tornou literalmente sistêmico, no sentido de que não pertence mais a ninguém e é inteiramente distribuído entre conjuntos de seres humanos e controlado mecanicamente, que escapa parcialmente a cada um dos atores tomados separadamente. [...] essa concepção de um poder que se tornou completamente, ou quase completamente, impessoal e mecânico tende a esvaziar a ideia de dominação de grande parte de sua substância (BOLTANSKI, 2011, p. 201, tradução nossa).

Os empresários agiram e agem politicamente primeiro, para mudar o *status quo* para melhor, tanto quanto for possível; e segundo, para impedir a piora do *status quo*, também tanto quanto for possível. Nesses casos, afirma Mancuso (2007, p. 143), o empresariado poderá ter dois tipos de sucesso: ganho, no caso da melhora do seu *status quo*; ou alívio, na manutenção dele. Ao verificarmos partes das agendas dos planos Maringá 2020, 2030 e 2047 percebemos o esforço para que o *status quo* da classe empresarial maringaense seja amplamente melhorado o que, na pior das hipóteses, já garantirá a manutenção do mesmo em caso do não cumprimento de algumas diretrizes. Nesse sentido, e comprovando a tese da dominação gestonária de Boltanski, há

um fator de convergência entre os atores dispersos no espaço, desempenhando diferentes atividades, ocupando posições muito distintas perante as autoridades institucionais, dotadas de poderes desiguais quando avaliados em termos de propriedade e capital, mas que, no entanto, contribuem com sua ação para a busca da dominação (BOLTANSKI, 2011, p. 201, tradução nossa).

Como vimos, a composição da elite estratégica que comanda o Codem é permeada por vínculos entre os atores de diferentes segmentos empresariais (o que dá sentido a ideia de classe dominante). Contudo, o modo de dominação gestonária, operando tecnicamente em sistemas de planejamento, por exemplo, “coloca na mesma cesta” (BOLTANSKI, 2011, p. 202) além dos empresários, poderosos e oligarcas, personagens mais singelos (e às vezes mais modestos) como professores, jornalistas, economistas, juristas, os representantes eleitos, entre outros, que “garantem em situações sempre locais e sempre únicas, o ajuste da realidade aos novos testes” de justificação.

Para que os testes sejam bem-sucedidos, o empresariado faz uso das ferramentas de gestão, típicas de uma *city* por projetos como atestam Boltanski e Chiapello (2009), para configurarem as ideias de necessidade, no que ela tem de inexorável, e a de liberdade para manterem o seu projeto hegemônico (BOLTANSKI, 2013). A figura da necessidade está evidente em todos os discursos escritos do Codem, seus planos Maringá 2020, 2030 e 2047. De forma bem pretenciosa, os empresários construíram o discurso de que se não houvesse as mudanças por eles propostas, a cidade viveria um retrocesso. A necessidade de um projeto renovador para a cidade, está exposta na matéria que o jornalista e historiador Messias Mendes escreveu para o jornal O Diário, em 1º de agosto de 1996, quando frisou que as autoridades do município teriam “que se comprometer com a vontade **do partido maior** que é Maringá” (MENDES apud GINI, 2011, grifo nosso).

Essa ênfase na necessidade é preciso para tornar legítima a ação política em um quadro formalmente orientado para o bem comum, quando recebe uma denotação democrática. Nesse quadro, uma ação ilegítima quando se pode dizer que é arbitrária, ao mostrar que está sujeita à vontade um indivíduo ou grupo que assume o controle exclusivo da decisão. A invocação de forças impessoais e inexoráveis permite subordinar a vontade dos atores, como posição dominante, à das leis inscritas na natureza das coisas consequentemente incorporadas (BOLTANSKI, 2011, p. 185, tradução nossa).

A figura da liberdade, que funciona como uma justificativa poderosa para os demais atores sociais, funciona mais como uma espécie de pressuposto da ação empresarial para calar a crítica e mostrar que nada está sendo feito em segredo, à maneira de uma conspiração (BOLTANSKI, 2011, p. 202). A cidade precisa ser pensada, planejada para que se torne um lugar inovador, criativo, seguro para viver, seguro para investir, visitar ou consumir. Essa ideia de liberdade pode ser expressa também na propaganda do Eurogarden, o bairro europeu que a cidade vai construir e que irá desenvolver ainda mais as suas potencialidades enquanto cidade-modelo.

Por todo o percurso dessa tese, procuramos evidenciar o que Boltanski chama de instrumentalização da ciência econômica e o fortalecimento e o aperfeiçoamento das técnicas de *management* e das ferramentas de gestão. A instrumentalização da economia consiste em “dar-lhe visibilidade pública e torná-la a principal ferramenta capaz de escolher, entre tudo o que acontece, os eventos relevantes, e em dar-lhes significado, encaixando-os em um quadro unificado e associando-os a certos mecanismos” (BOLTANSKI, 2013, p. 442). A narrativa econômica pretende ser abrangente e apela para uma trama de necessidade muito mais do que

à noção de causalidade. Por sua vez, os modelos de *management* e das ferramentas de gestão “desenvolvidos inicialmente no quadro das grandes empresas, foram agora importadas pelas esferas pública e política” (BOLTANSKI, 2013, p. 443).

Sobre a ação coletiva empresarial é possível sequenciá-la na seguinte ordem: 1) técnica, 2) tática e 3) estratégica. A parte técnica está bem clara na atuação do Codem, órgão que foi fruto do Movimento Repensando Maringá, gestado e controlado pela elite estratégica recrutada dentro da Acim. A parte tática se refere à forma de abordagem, ao modo como os temas das agendas Maringá 2020, 2030 e 2047 foram construídos com base nos princípios de mudanças e impessoalidade. A parte estratégica está relacionada com a ação coletiva em si. Quem fala pelo empresariado? Estrategicamente quem negocia? Por isso, os empresários vão elaborar e publicar os documentos que apresentam e justificam as suas reivindicações e irão fazer uma divulgação pública da posição que deveria ser assumida pelo Executivo diante das demandas empresariais. Quem atua nesse campo é a sua elite estratégica, procurando ser, segundo Boltanski (2011, p. 183), “radicalmente inovadora e modernista”.

Metodologicamente a ação política tem a sua efetividade avaliada, segundo Lindblom (1981, p. 8, 9) e Perissinotto e Codato (2009), com as seguintes etapas: a) a identificação das demandas (pelos agentes); b) a articulação de interesses; c) a formatação das reivindicações em seus canais apropriados; d) a formação da agenda pública (o que entra e o que obrigatoriamente não entra em discussão); e) o processamento das iniciativas pelos diversos aparelhos do Estado; f) a tomada da decisão propriamente dita; g) a implementação (ou não) da medida, que não decorre necessariamente da existência da decisão e h) a análise do impacto da decisão.

Boltanski (2011, p. 192), entretanto, parte de outra perspectiva para avaliar a efetividade da ação política empresarial ou da dominação gestonária, como prefere: a da mudança constante como já apresentamos aqui. São os dominantes que impulsionam as mudanças porque se arrogam o privilégio de interpretá-las, preservando as assimetrias e formas de exploração existentes. Para ele, os modelos de ação política estão alicerçados nas instituições e em seus especialistas que formam as representações indistintas entre a realidade e mundo. Por isso,

Quem faz essas representações ou se apodera delas, também tem o poder de torná-las reais, pois possui recursos, notadamente legais ou regulatórios, sem falar especificamente de policiamento, para alterar os contornos da realidade. Porém, a constante alteração dos formatos que enquadram e modelam a realidade não precisa mais ser atribuída a uma vontade que é algo diferente da vontade das forças impessoais. Os líderes [os dominantes] porque estão no comando de uma totalidade cujos projetos não são de ninguém em particular,

não são mais responsáveis por nada, embora sejam responsáveis por tudo (BOLTANSKI, 2011, p. 192, tradução nossa).

Essa contradição hermenêutica do modo de dominação gestonária apontada pelo sociólogo francês, pode ser confirmada pelo discurso do presidente da Acim na época do movimento que iniciou o projeto do Codem, em 1996. Hélio Costa Curta revela a importância que os empresários davam à ação que estavam empreendendo para mudar Maringá: “Por que os investimentos que levam ao desenvolvimento do setor produtivo não podem ser decididos pelos próprios empresários?” (REVISTA ACIM, 369, 1996, p. 3). Ariovaldo Costa Paulo, secretário do Codem em 2004 e membro da elite estratégica, vai além e aponta que são os empresários que planejam e governam junto com o Executivo:

[...] diferentemente de outras cidades, temos um planejamento traçado, um rumo que não poderá ser alterado por este ou aquele prefeito. Nossa sociedade é muito participativa – através das entidades de classe – e acostumou-se a governar junto com o poder público (REVISTA ACIM, 441, 2004, p. 3).

Os dois discursos foram pronunciados em momentos de crise. O primeiro, a crise gerada pelos efeitos tardios do Plano Real para os empresários do interior do Estado do Paraná. O segundo, quando da nítida polarização entre um candidato do PT e o candidato que era ligado ao empresariado, no caso o prefeito que acabou eleito, Sílvio Barros. Boltanski destaca que são os momentos de crise que proporcionam a oportunidade de um regime de dominação por meio da mudança reafirmar seu controle. “Esses momentos de crise também são uma oportunidade de devolver aos líderes [a elite estratégica] o cheque em branco que eles exigem para agir” (BOLTANSKI, 2011, p. 191).

Para concluirmos, restou comprovada a nossa tese: a ação política do empresariado, mediada por seus interesses de dominação, foi orientada pela lógica de justificação da *cit*é por projetos, como definida por Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009). Os planejamentos estratégicos Maringá 2020, 2030 e 2047, constituíram uma lógica permeada pela mudança, ou seja, uma oportunidade de estabelecer vínculos que levaram a novos projetos, num movimento em que os agentes circularam por seus interesses de forma intensa sem, necessariamente, deixar que os interesses individuais se sobrepujassem sobre o coletivo, pelo menos aparentemente. Esta prática se estabeleceu numa estrutura em rede de conexões, constantemente colocada a prova pelos atores apelando para a necessidade de Maringá manter sua posição competitiva dentro do mercado das cidades.

Com isso, ficou evidente que a forma de dominação gestonária fruto dessa lógica da *cité* por projetos ampliou as assimetrias no tecido social de Maringá, evidenciou um discurso técnico sobre a eficiência de gestão e colocou em confronto atores legalmente constituídos pelo eleitorado. Nossa crítica foi no sentido de mostrar que, em situações em que as esferas pública e privada se confundem e a reserva necessária entre ambas se mostra comprometida frente aos interesses do empresariado, há que se ouvir os movimentos sociais e outros atores que agem politicamente na cidade e que, invariavelmente, são calados e se tornam invisíveis.

Por meio do que apresentamos nos capítulos 4 e 5, entendemos que    possível compreender, a partir do caso de Maringá e as agendas analisadas, as formas de atuação coletiva do empresariado e a lógica de seus interesses. Vimos também que os interesses individuais se diluem nas propostas coletivas da elite estratégica do empresariado local, o que dificulta que a crítica de outros atores seja ouvida e levada em conta. Isso se dá, porque os valores da *cité* por projetos são compreendidas como justificativas e momentos de prova na elaboração das propostas empresariais e nos discursos que ficaram registrados.

Essa lógica das justificativas e das legitimações do modo de agir, em nosso ver e comprovadamente em tese, configuram um padrão de ação sist  mica do empresariado em outras localidades, como comprovamos com a cooperativa de crédito, o observatório social e os modelos do Codem clonados por outros municípios brasileiros. Esse padrão pode nos explicar como são superados os obstáculos surgidos na correlação de forças com outros atores sociais e, como as contradições produzidas no processo são atenuadas pelo consenso.

A *cité* por projetos que poderia ser uma alternativa de reformas para o capitalismo contemporâneo como chegaram a esboçar Boltanski e Chiapello (2009), nada mais reforçou do que os efeitos da dominação gestonária que comprometem a multiplicidade de atores sociais envolvidos nas cidades e dão uma nova “potência política ao capitalismo (BOLTANSKI, 2014, p. 227). Segundo o sociólogo francês, a *cité* por projetos, em termos de capacidade reformista, foi parar no limbo e “o capitalismo, longe de se reformar, viu a sua violência se intensificar e as suas contradições crescerem ao longo dos dez anos que se seguiram, até chegar à crise que marcou o ano de 2008 e os seguintes” (BOLTANSKI, 2013, p. 458).

Com esta tese, afirmamos que não podemos nos render a esse projeto dominador e devemos verbalizar, de forma pragmática, a crítica contundente    dominação gestonária e a esse modelo de cidade-empresa que, ao contrário do que possa aparentar, não é bom para a democracia e, tampouco, para a grande maioria dos seus habitantes.

REFERÊNCIAS

ACIM. Associação Comercial e Empresarial de Maringá. **Boletim com a relação de empresas associadas**. Maringá, set. 2020.

ABRANCHES, S. H. H. de. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Vol. 31, n. 1, p. 5-38., 1988.

ARON, R. Social structure and the ruling class: part 1. **The British Journal of Sociology**, v. 1, n. 1, 1950a, p. 1-16.

ARON, R. Social structure and the ruling class: part 2. **The British Journal of Sociology**, v.1, n. 2 p., 1950b, 126-146.

BAUER, R. A.; POOL, I. de S.; DEXTER, L. A. **American Business and Public Policy: The Politics of Foreign Trade**. New York: Atherton Press, 1963.

BEAL, M. A. **Democracia e elites: institucionalização e cultura política no Fórum de Desenvolvimento de Dois Vizinhos**. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, 2006.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BECKER, G. **The Economic Approach to Human Behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

BERTAUX, D. **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BIANCHI, A. Estado e empresários na América Latina (1980-2000). **Antropolítica**, n. 16, Niterói, p. 101-122, 1º. Semestre 2004.

BIANCHI, A. Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, Curitiba, p. 117–129, jun. 2007.

BLOCK, F. **Revising State Theory: Essays in Politics and Postindustrialism**. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

BOBBIO, N. Sob a teoria das elites. In BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (eds.) **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1990.

BOLTANSKI, L; DARRÉ, Y; SCHILTZ, M-A. La dénonciation. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 51, p. 3-40, 1984.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **Le Nouvel Esprit du Capitalisme**. Paris: Éditions Gallimard, 1999.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On justification**: economies of worth. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2006.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, L. **Les cadres**: la formation d'un groupe social. Paris: Éditions de Minuit, 1982.

BOLTANSKI, L. **De la critique**. Précis de sociologie de l'émancipation. Paris: Éditions Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, L. **On critique**. A sociology of emancipation. Cambridge (UK): Polity Press, 2011.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia & Antropologia**, Vol. 03.06, pp. 441-463, novembro, 2013.

BOLTANSKI, L. Uma crítica para o presente. In: ROSATTI, C. G.; BONALDI, E. V.; FERREIRA, M. T. Entrevista com Luc Boltanski. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.1, 2014, pp.217-230.

BORCK, I. S. S. F. Padrões de ação coletiva do empresariado industrial no Brasil: a agenda legislativa da CNI em 2017. **Rev. Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 398-415, jul. 2019

BORJA, J. (ed.). **Barcelona**: un Modelo de Transformación Urbana. Quito, Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y Caribe, 1995.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997.

BOSCHI, R. R. **Elites industriais e democracia**: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOUDON, R. **Razionalità soggettiva e disposizioni**. In SCIOLA, L.; RICOLFI, L. (orgs.). Il soggetto dell'azione. Milano: Angeli, 1989.

BOUDON, R. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOURDIEU, P. Le capital social : notes provisoires. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 31, janvier 1980, p. 2-3. Disponível em : http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069 >

BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das 'classes'. In BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, P. A delegação e o fetichismo político. In BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAGA, I. F. **Empresariado e políticas públicas de saúde no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018

BRAGA, T. M. **Belo Horizonte: desafios da dimensão ambiental nas políticas urbanas**. 2001. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2001.

BRETAS, V. As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil. **Revista Exame on-line**, 16 mar 2017. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BARROS, D. Boas ideias para os prefeitos. O Desafio das Grandes Cidades. **Revista Exame CEO**. Edição Especial abril de 2013. Disponível em: <https://appadvice.com/app/exame-ceo/634583555>. Acesso em 16 jul. 2020.

BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The Calculus of Consent**. Logical Foundations of Constitutional Democracy. Indianapolis: Liberty Fund, 2004.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1964.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As Cidades como Atores Políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 45, jul., p. 152-166, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** (Vol. I). 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. **The rise of the network society: The information age: Economy, society, and culture** (Vol. 1). Hoboken (NJ): Wiley-Blackwell, 2011.

CDEPG. **Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa**. Disponível em: <https://cdepg.org.br/>. Acesso em 13 set 2020.

CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. In HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHIAPELLO, È.; GILBERT, P. **Sociologie des outils de gestion**. Introduction à l'analyse sociale de l'instrumentation de gestion. Paris: La Découverte, 2013.

CIDADES INOVADORAS. **Uma visão de futuro: Maringá 2030**. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá. Gráfica Regente, 2011, 68 p.

CIDEP. **Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas**. Disponível em: <https://cdlpalmas.com.br/noticia.aspx?noticia=0df5f786-2ee5-4973-8bee-79c1930359c1> . Acesso em 13 set 2020.

CLARK, G. **Local Development Benefits from Staging Global Events**. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2008.

CODATO, A. 1997. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CODATO, A. **Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, 2008.

CODEFOZ. **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu**. Disponível em: <http://www.codefoz.org.br/> . Acesso em 13 set 2020.

CODEM. **Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá**. Quem somos? Disponível em: <http://www.codem.org.br> . Acesso em 13 set 2020.

CODEN. **Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia**. Disponível em: <http://uberlandia2100.com.br/> . Acesso em: 17 jul. 2020.

CODESC. **Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Cascavel**. Disponível em: <https://cascaveldofuturo.com.br/> . Acesso em 13 set 2020.

CODESE. **Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Bauru**. Disponível em: <https://codesebauru.com.br/> . Acesso em 05 jan 2021.

COLOSSO, P. **A crítica de Henri Lefebvre ao urbanismo moderno**. XIV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e revisões do Séc. XX. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 2016.

CONDEPP. **Conselho de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente**. Disponível em: <http://www.codepp.com.br/> . Acesso em 13 set 2020.

CORCUFF, P. **As novas sociologias**. Construções da realidade social. Bauru: Edusc, 2001.

CORRÊA, D. S. De la Critique: Précis de Sociologie de l'émancipation de Luc Boltanski. In **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25, Número 3, setembro/dezembro 2010, p. 589-600.

COSTA, P. R. N. **Empresariado e Democracia no Brasil (1984-1994)**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.

COSTA, P. R. N. Os empresários enquanto elite: a pesquisa empírica. In: PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. (orgs). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

DAHL, R. A. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In AMORIM, Maria Stella de. **Sociologia Política II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DÉ CARLI, G. **O empresariado e a economia**. Brasília: Graf. Brasileira, 1984.

DELTA Economics & Finance. **Quem somos**. Disponível em: <
<http://www.deltaef.com/sobre.asp>> Acesso em 06 jan. 2021.

DI NUOSCIO, E. **Buone ragioni per credere e agire**. La razionalità delle azioni e delle credenze nell'epistemologia di Raymond Boudon. Roma: Centro di Metodologia delle Scienze Sociali, Libera Università Internazionale degli Studi Sociali-Guido Carli, 1997.

DIAS, R. B. (Org.). **Câmara Municipal de Maringá 60 anos**. 1952-2012. Câmara Municipal de Maringá, 2014.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DINIZ, A.; MENDONÇA, J.; ANDRADE, L. As regiões metropolitanas brasileiras e sua estrutura social em uma década de mudanças, 2000-2010. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 15 (dezembro, 2018), p. 143-176. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

DOMHOFF, G. W. **Who Rules America?**: Power and Politics. New York: McGraw Hill, 2002.

DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no Século XX**. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

EDER, K. **A nova política de classe**. Bauru: Edusc, 2002.

ELSTER, J. **Rational Choice**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

ELSTER, J. **Marx hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a.

ELSTER, J. **Ulises y las sirenas**. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1989b.

ENGELS, F. Los sindicatos. In MARX, K.; ENGELS, F. **El sindicalismo**: teoría, organización, actividad. Barcelona: Laia, 1976.

ESSEX, S.; CHALKLEY, B. Olympic Games: catalyst of urban change. In: **Leisure Studies** 17(3), p. 187–206, Leeds (UK), 1998.

EUROGARDEN. “O lugar que você sempre quis morar, mas não sabia onde ficava”. Disponível em: <http://www.eurogarden.com.br/>. Acesso em 13 set 2020.

EVANS, P. **Dependent development: the aliance of multinacional, state and local capital in Brazil**. New Jersey: Princeton University Press, 1979.

FIGUEIREDO, A. C; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) 2015**. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em 16 jul. 2020.

FLEISCHER, D. V. O pluripartidarismo no Brasil: dimensões socioeconômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. **Revista de Ciência Política**, vol. 24, n. 1, jan./abr. 1981, p. 49-75.

FLEURY E SILVA, B. **A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paçandu-Maringá-Sarandi: novos arranjos, velha lógica**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU. Universidade de São Paulo, 2015.

FLEURY E SILVA, B. Urbanismo imobiliário em ação: o caso do município de Maringá – Paraná. In: **Anais**, 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável Contrastes, Contradições e Complexidades. Maceió, Brasil, out. 2016.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 2004.

FRIEDBERG, E. Organização. In BOUDON, R. (coord.). **Tratado de Sociologia**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GALVÃO, A. A. **Políticas públicas urbanas, espaço público e segregação em Maringá – PR**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, UEM, 2012.

GIDDENS, A. Preface. In: STANWORTH, P.; GIDDENS, A. (eds.). **Elites and Power in British Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GINI, S. **A construção da hegemonia empresarial: o caso do Movimento Repensando Maringá (1994-2004)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, 2007.

GINI, S. **Repensando... a construção da hegemonia empresarial nos 10 anos que mudaram Maringá (1994-2004)**. 2ª. edição. Maringá: Eduem, 2011.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação sociopolítica**. Coleção questões da nossa época, v.4. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, D. H. **Sicoob Metropolitano**. Um sonho que se tornou realidade. Maringá: Gráfica Regente, 2009.

GOMES, D. H., GINI, S. **Escrevendo o próprio destino**. Do zero ao bilhão. Brasília: Editora Confebrás, 2012.

GRAMSCI, A. **El materialismo historico & la filosofia de Benedetto Croce**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da Administração Urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**. Ano XVI, São Paulo, 1996.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEINZ, F. M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOARE, Q.; NOWELL-SMITH, G. **Selections from the prision notebooks of Antonio Gramsci**. London: Lawrence & Wishart, 1973.

HONNETH, A. Dissolutions of the social: On the social theory of Luc Boltanski and Laurent Thévenot. **Constellations**, v. 17, n. 3, p. 376-389, 2010.

IANNI, O. Processo político e desenvolvimento econômico. In IANNI, O. et alli. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/maringa.html> . Acesso em 22 set. 2020.

IDB BRASIL. Índice de Dados Básicos para a Saúde. Brasil. **Periódico anual de circulação dirigida ao setor Saúde**, da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa). Ministério da Saúde, 2011.

IGLECIAS, W. T. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política - as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2007, n.28, pp.75-97. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100006>.

IGLECIAS, W. T. Entre ganhadores e perdedores: o novo terciário brasileiro que emerge no pós-reformas. In MANCUSO, W. P.; LEOPOLDI, M. A. P.; IGLECIAS, W. (orgs.). **Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil**. Novas teorias, novas trajetórias. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “**Em 13 anos, 12,8 milhões saíram da pobreza absoluta, mostra Ipea**”. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=2400&limit=10 > Acesso em 06 jan. 2021.

KARAM, C. A. **Legitimando uma inovação social: o caso do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

KARAM, C. A.; SERVA, M. Pesquisando inovações sociais à luz da Sociologia Pragmática: uma nova proposta de abordagem. **Revista Red de Posgrados de Investigación Latinas en Administración y Estudios Organizacionales**, PILARES. México: 2014.

KELLER, S. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

KINDEL, P.; WATKINS, S.; HASDAL, A. **Land Use and Infrastructure Investments by Olympic Host Cities: Legacy Projects for Long-Term Economic Benefits**. Topografis & Anderson Economic Group: Michigan, 2009.

KRIEGER, M. **Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil na Região Sul do Brasil: uma análise da percepção dos atores do campo à luz da Sociologia Pragmática**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: ed. Moraes, 1991.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Edição atualizada até a Emenda n. 60, de 14 de março de 2019**. Publicação de acordo com o Artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias. Distribuição gratuita, 2020.

LEMIEUX, V; OUIMET, M. **Análise Estrutural das Redes Sociais**. 2. ed. Lisboa, PT: Instituto Piaget, 2012.

LEOPOLDI, M. A P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LIMA, M. M. O. **Grupos de Interesse e Legislativo: a atuação do empresariado na política comercial brasileira**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, 2011.

LINDBLOM, C. E. **O processo de decisão política**. Brasília: Editora UnB, 1981.

LOGAN, J.; MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: the political economy of place**. Berkeley: University of California Press, 1987.

LOVE, J. **A locomotiva**. São Paulo e a federação brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

LOWI, T. J. American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory. **World Politics**, Baltimore, v. 16, n. 4, July 1964, p. 677-715.

MAIA, U. Prefácio. In: DIAS, R. B. (Org.). **Câmara Municipal de Maringá 60 anos. 1952-2012**. Câmara Municipal de Maringá, 2014.

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço de literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, Curitiba, p. 131-146, jun. 2007.

MANCUSO, W. P. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 505-547, 2004.

MARENCO, A. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2000.

MARÍLIA DO FUTURO. **Conselho de Desenvolvimento Econômico de Marília**. Anuário Codem 2020. Disponível em: <http://www.codemmarilia.com.br/> . Acesso em 13 set 2020.

MARINGÁ. **Assessoria de Comunicação da Prefeitura**. “Maringá é a cidade que mais recebe recursos federais por habitante”. 07/10/2009. Disponível em:
< <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/////////index.php?sessao=0ceba3221a550c&id=9294> >
Acesso em 06 jan. 2021.

MARTINS, L. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MARTUSCELLI, D. E. **Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2018.

MARX, K. Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte. In MARX, K. **CEuvres**. Paris: Gallimard, v. IV, Tomo I: Politique, 1994.

MASTERPLAN. **Suporte ao planejamento socioeconômico de Maringá. Maringá 2047 - Uma visão de futuro**. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá/PwC. São Paulo: PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda., 2017, 226 p.

MENDES, C. M.; TÖWS, R. L. **O Estudo da verticalização urbana como objeto da Geografia**: Enfoques e perspectivas metodológicas, SEURB, 2011.

MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: Fausto, B. (org.), **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano, 3º. vol. Sociedade e Política (1930-1964). 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MILIBAND, R. Resposta a Nicos Poulantzas. In BLACKBURN, R. (org.). **Ideologia na ciência social**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MILIBAND, R. **Divided societies**: class struggle in contemporary capitalism. Oxford: Clarendon, 1989.

MINELLA, A. C. **Banqueiros**: organização e poder político no Brasil. São Paulo: Anpocs; Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1988.

MILLS, C. W. EUA: estrutura social e política. In **Wright Mills**. São Paulo: Ática, 1985.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MDIC/SECEX. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria de Comércio Exterior**. Balança Comercial Brasileira: Janeiro-Dezembro 2014. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2014_12/texto.doc . Acesso em 16 jul. 2020.

MOURA, R. Lacuna institucional da metropolização: considerações sobre a Região Sul. **Cadernos Metrópole** n. 8, pp. 33-57, 2º sem. 2002.

NAVARRO, S; BRAGON, R. **Na saída do Governo, Lula Turbinou Prefeituras do PT**. Folha de São Paulo, 6/2/2011.

NETO, A. O Poder Executivo: centro de gravidade do sistema político brasileiro In: CINTRA, Antônio Octávio; AVELAR, Lúcia (Org.) **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro; Ed. UNESP/Konrad Adenauer, 2007.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. Maringá: Editora Central, **jornal diário**, 1993-2019.

O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá: Editora Setentrião, **jornal diário**, 1990.

OFFE, C. Konkurrenzpartei und Kollektive politische Identität. In ROTII, R. **Parlamentarisches Ritual und Politische Alternativen**, (2ª. ed.), Frankfurt: Campus, 1980.

OFFE, C.; WEISENTHAL, H. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre a classe social e a forma organizacional. In OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, F. M. C.; MAZZUCHELLI, F. Patronos de Acumulación, Oligopólios Y Estado en Brasil (1950-1976). **Investigacion Economica**, Cidade do México - México, v. XXXVII, n. 143, 1977.

OLIVEIRA, A. J. S. N. **O papel da coalizão empresarial brasileira e as negociações da ALCA**. São Paulo. Tese (doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, M. C. A. de. **Medidas provisórias e a relação Executivo x Legislativo: uma visão do sobrestamento de pauta**. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo). Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

PALERMO, V. “Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo”. **Dados**, vol. 43, n. 3, PP. 521-557, 2000.

PAYNE, M. A Gold-Medal Partnership. In **Strategy+Business**, February (46). Paris: Booz & Company, Spring 2007.

PEIXOUTO, A. H. Moro onde não mora ninguém: Praça Raposo Tavares, s/n., Maringá, PR, BR. **Revista Urutágua (Online)**, Maringá UEM, v. 6, 2005.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 243-270, 2009.

PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. O uso do *survey* no estudo do recrutamento político: limites e vantagens. In: PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. (orgs). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

PINHEIRO, I. A.; VIEIRA, L. J. M.; MOTTA, P. C. D. Mandando Montesquieu às favas: o caso do não cumprimento dos preceitos constitucionais de independência dos três poderes da república. **Rev. Adm. Pública**, vol.45, no.6, Rio de Janeiro Nov./Dec. 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600006> >

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010, 2013, 2020**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html> . Acesso em 22/09/2020

POULANTZAS, N. **State, Power, Socialism**. London: New Left. 1978.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRZEWORSKI, A. Marxismo e escolha racional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 6, Vol. 3, São Paulo: Anpocs, fev. 1988.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RANKING ENDEAVOR. **As 10 melhores cidades do interior do Brasil para empreender**. Gazeta do Povo online, 04/01/2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/empreender-pme/as-10-melhores-cidades-do-interior-do-brasil-para-empreender-c9r0vg1ey7v7ahqaer9trgsaj>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RELATÓRIO OSB. **Observatório Social do Brasil**. Apresentação de atividades parciais de 2020. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/publicacoes/> . Acesso em 17 jul. 2020.

RELATÓRIO OSM. **Observatório Social de Maringá**. Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo OSM – 2008, 2015, 2017 e 2018. Disponíveis em: <http://observatoriosocialmaringa.org.br/relatorios-do-osm/> . Acesso em 17 jul. 2020.

REVISTA ACIM. **Associação Comercial e Empresarial de Maringá**, 1993-2018. Mensal. Maringá, ISSN 1981-1926.

REVISTA AMÉRICA ECONOMIA. **Índice das 100 Maiores e Melhores Cidades do Brasil. Especial maiores e melhores cidades do Brasil**. Outubro de 2014. Disponível em: <https://deltaefrankings.files.wordpress.com/2014/11/rae-ranking-de-cidades-20141.pdf> . Acesso em 16 jul. 2020.

REVISTA EXAME. **As melhores cidades para os negócios**. Edição 1064, ano 48, nº 8, 30 de abril de 2014, p. 44-45.

REVISTA EXAME. **As 100 melhores cidades do Brasil para se investir em negócios**. Edição 1100, ano 49, nº 20, 28 de outubro de 2015, p. 48-49.

REVISTA EXAME. **As 100 melhores cidades do Brasil para se investir em negócios**. Edição 1124, ano 50, nº 20, 26 de outubro de 2016, p. 100-101.

RIGON, A. **Observatório questiona usufruto de bens de Gianoto**. Portal Maringá News, 30/06/2010. Disponível em < <https://angelorigin.com.br/2010/06/30/observatorio-questiona-usufruto-de-bens-de-gianoto/> > Acesso em 05 jan. 2021.

RIGON, A. **O empresário Jefferson Nogaroli deve mesmo ser o secretário de Fazenda da governadora Cida Borghetti**. Maringá News, 04/04/2018. Disponível em < <https://angelorigin.com.br/2018/04/04/nogaroli-na-fazenda/> > Acesso em 08 jan. 2021.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, A. L.; CORDOVIL, F. C. de S. **O protagonismo do mercado imobiliário na produção do espaço urbano do polo da Região Metropolitana de Maringá, PR**. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica. El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Ana%20Lucia%20Rodrigues.pdf> . Acesso em 13 set 2020.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

ROQUE, L. **Como ocorreu a crise financeira americana**. Disponível em: < <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1696> >. Acesso em 15 fev 2019.

SAINT MARTIN, M. de. Da reprodução às recomposições das elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Revista Tomo**, São Cristóvão, 13, julho-dezembro, 2008, p. 43-73.

SALDANHA, M. **Você sabe quanto custa fazer faculdade em Maringá? E quantos salários serão necessários para repor os gastos? Confira os cálculos e as opiniões de especialistas**. Blog de notícias Maringá Post, 21 de junho de 2018. Disponível em: <https://maringapost.com.br/negocios/2018/06/21/voce-sabe-quanto-custa-fazer-faculdade-em-maringa-e-quantos-salarios-serao-necessarios-para-repor-os-gastos-confira-os-calculos-e-as-opinioes-de-especialistas/> . Acesso em 17 jul. 2020.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma crítica dos modelos emergentes. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas, n. 1, maio, 1999.

SÁNCHEZ, F. A (In) Sustentabilidade das Cidades-Vitrine. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, P. R. dos. **Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social: inovações no campo da participação nos estados e municípios brasileiros**. I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, set. 2015.

SAXONHOUSE, A.W. Democracy, Equality and Eidê: A Radical View from Book 8 of Plato's Republic. In **American Political Science Review**, 92 (1998), n. 2, pp. 273-283.

SCHMITTER, P. C. **Interest, conflict, and political change in Brazil**. California: Stanford University Press, 1971.

SICOOB METROPOLITANO. Assembleia Geral Ordinária 2020. **Prestação de contas do exercício de 2019**. Disponível em: <https://www.sicoobunicoob.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-AGO-2020-exerc%C3%ADcio-2019.pdf>. Acesso em 06 jun. 2020.

SILVA, M. K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez 2006, p. 156-179, 2006a.

SILVA, C. A. M. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – Pr: do espaço de floresta à Cidade Jardim, representação da “Cidade Ecológica”, “Cidade Verde”**. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2006b.

SILVA, E. R. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 2 (dezembro), pp. 279 – 306. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 2012.

SILVA, A. M. B. **Fluxos de Accountability e Participação Institucionalizada: um estudo de caso sobre a Câmara Municipal de Maringá**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Maringá, UEM, 2016.

SMITH, M. A. **American Business and Political Power: Public Opinion, Elections and Democracy**. Chicago: The University of Chicago, 2000.

SOBARZO MIÑO. O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil – 1930 a 1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, P. R. Prefácio. In: RODRIGUES, A. L.; ALCANTARA, N. S. de A. de. **Direito à cidade versus segregação e desencontro** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Carvalho Comunicação, 2020.

THERBORN, G. A análise de classe no mundo atual: o marxismo como ciência social. In HOBSBAWN, E. (org.). **História do marxismo**, v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

THÉVENOT, L. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. In: KNORR-CETINA, K.; SCHATZKI, T.; SAVIGNY EIKE, V. (eds.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001. p. 56–73.

THÉVENOT, L. Pragmatiques de la connaissance. In : BORZEIX, A.; BOUVIER, A.; PHARO, P. (sous la dir. de). **Sociologie et connaissance** : nouvelles approches cognitives. Paris : CNRS, 1998.

TÖWS, R. L. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, UEM, 2015.

TREVIZAN FILHO, D. O protagonismo do gestor público no desenvolvimento de Maringá - PR. In: RODRIGUES, A. L.; ALCANTARA, N. S. de A. de. **Direito à cidade versus segregação e desencontro** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Carvalho Comunicação, 2020.

TSEBELIS, G. **Jogos ocultos**. São Paulo: Edusp, 1998.

UBIRATAN, B. “Londrina finalmente terá um Master Plan 2020”. In: Blog.Londrina, 06 de outubro de 2020. Disponível em: <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=83738> . Acesso em 06 out 2020.

URBAN SYSTEMS. **Ranking Connected Smart Cities**. Edição 2016. Disponível em : https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/48668/1527701057CSC_Urban_2016.pdf Acesso em 16 jul. 2020.

VACCARI, G. da S. **Empresariado e política no Brasil contemporâneo: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: VAINER, C. B; ARANTES, O.; MARICATO, E. (Orgs.). **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

VELASCO E CRUZ, S. C. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas/São Paulo: UNICAMP/FAPESP, 1995.

VELASCO E CRUZ, S. C. "Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil". In: REIS, F.W.; O'DONNELL, G. (orgs.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo, Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

VENTURA, E. C. F. Responsabilidade social das empresas sob a óptica do "Novo Espírito do Capitalismo". XXVII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração. **Anais...** Atibaia/SP, 2003.

VERCEZI, J. T. **O meio-técnico-científico-informacional e o espaço relativizado da Região Metropolitana de Maringá**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, UEM, 2012.

VOGEL, D. **Kindred strangers**: the uneasy relationship between politics and business in America. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

YAZBEK, P. **As 100 melhores cidades do Brasil para investir em imóveis**. Exame.Com, 12 maio de 2015. Disponível em: <https://exame.com/mercado-imobiliario/as-100-melhores-cidades-do-brasil-para-investir-em-imoveis/#1> . Acesso em 16 jul. 2020.

APÊNDICES

HISTÓRICO

Lançamento do CODEM (1997)



Lei 4275/1996



A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ E O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARINGÁ

CONVIDAM PARA A PALESTRA

POR QUE MARINGÁ É A MELHOR CIDADE DENTRE AS 100 MAIORES DO BRASIL
O segredo de cidades que melhoram mesmo na crise

04 SET TERÇA

NOVO LOCAL
ACIM • Auditório Miguel Kfoury • 19h30

ENTRADA GRATUITA

*Cidades Inovadoras:
"Uma visão de futuro"*

Objetivos, Diretrizes e Estratégias

MARINGÁ 2030

*Maringá: os pioneiros não sabiam
que era impossível, assim,
chegaram e fizeram...*





MOÇÃO DE APOIO ÀS PROPOSTAS PARA

MARINGÁ 2030

Os representantes e dirigentes de entidades que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, bem como as lideranças políticas e comunitárias, reunidos na V ASSEMBLÉIA GERAL DO CODEM e signatários da presente, apresentam aos detentores de poder, autoridade e influência, os quais, em última instância decidem sobre o destino de nossa cidade, **moção de apoio às propostas contidas no documento MARINGÁ 2030** as quais devem conduzir ao alcance dos objetivos nele definidos e preconizados para que se concretizem até o ano de 2030.

Na condição de entes que se consideram responsáveis pelo futuro da Cidade, os signatários comprometem-se, pessoalmente e por meio de suas representadas, a cooperarem mutuamente para viabilizar as propostas de promoção do desenvolvimento econômico com propósito de desenvolvimento social, contidas no documento **Maringá 2030**.

Maringá, 23 de fevereiro de 2008

NOME	REPRESENTADA	ASSINATURA
Wilson de Mota Silva	codem	
PRIMA ABEVEDO		
Leaide Chiquetti	Codem	
Rosaide Elvira de Jesus	Codem	
Marina Aparecida da Silva		
DINIZ AKONCO	SEMA/PMM	
LAERCIO FONDARZI	Prefeitura	
Luiz Carlos Mandato	Município	
Mauro Volpomi	ROTARY	
JOSÉ CARLOS BARBIEZI	SINEPE/IDR/ACIM	

Moção de Apoio às Propostas para MARINGÁ 2030

Página 1



NOME	REPRESENTADA	ASSINATURA
FLAVIO M. G. VICENTE	TERIA ROXA INVEST.	
Formando Y. T. Ferraz	Codem	
ERCILIO SANTINONI	PMM/SEICT	
GILTON DOMINGUES BARNEAU	PMM/SEAIM	
Marcio José Pereira	UEM/Instituto de	
BENEDICTO M. T. S. A. T.	UEM/LEITONIA	
Paulo Moreira da Rosa	UEM/ASP	
CARLOS SICA	UEM/ASPCDL	
GERSON NOBLEO SILVA	Rotary Club	
João Leão Sora	CODOM	
SÉRGIO TAKAO SATO	MGA E REGIÃO CONVENTION & VISITORS BUREAU	
JUNZI SHIMAGUTI	SECDVI	
Rita de Cássia Capes de Melo	OAB	
Rodrigo FERNANDES	REDE MASSA	
Gilmar Ferdinandi	G. Ferdinandi	
JOSE ARIANO DA SILVA DIAM	ALCOPAR/SIAM	
José Carlos Amador	HUM/UEM	
VITOR Chavling Sung	Sindicato Mágico	
ROBERTO PINO DE JESUS	CONS. MUNIC. MARINGÁ	
Paulo José Belémanti	Rotary M. V. Velho	
Yosika KAWAMOTO	Proprietário	
MARCOS T. ENOMOTO	COCAMAR	
DEBILZ B. BUENO	TRADINH. VILH.	
MARIA ALICE BOURDON	CESUMAR	
Diogo Regina Pereira	Instituto Mercantil	
HELMER ROMERO	MRCURS	
Michel Felipe Sauer	IDM	
Carla Sakurai	CODM - CRO	
Anderson Freitas Torregiani	Fac. Maringá/KRA-PR	
MARCELO OLIVEIRA FILHO	AEAM	
Jaime Ramos	L. Macdonald	
GERALDO ADEU SANTOS	UEM-PPZ	
RUBENS B. G. TEIXEIRA	L. MAC VASQUEZ	
Pauline Gule de S. S.	MULTIFRIGO	

Moção de Apoio às Propostas para MARINGÁ 2030

Página 2



NOME	REPRESENTADA	ASSINATURA
Edson Tetsuya Mizoguchi	Cocamar	[Assinatura]
Sônia Miyuki H. N. Mizoguchi	4	[Assinatura]
Humberto Lopes	Rep. do C. de B. de Maringá	[Assinatura]
Pedro Granado	Rep. do C. de B. de Maringá	[Assinatura]
Antônio Carlos da Silva	Codem	[Assinatura]
Marcos Sato	Hosp. de Maringá	[Assinatura]
Sergio Yamashiro	ACIM/NEXT	[Assinatura]
Freud Oliveira	CESUMAR	[Assinatura]
Adriano D. Naladanes	UNIMED. Maringá	[Assinatura]
Jacir Antonio Nogueira	BRUNZTECCON	[Assinatura]
Alair A. Zago	COCAMAR	[Assinatura]
Renato Cardoso Machado	SEAB	[Assinatura]
Renata Silene Leonardo	Lions Club Ponta Grossa	[Assinatura]
Elvio Saito	Sebas	[Assinatura]
Luiz Carlos da Silva	SEBEE/PR	[Assinatura]
Antonio Vieira	SESC-PR	[Assinatura]
Jacqueline Moraes	Cesumar	[Assinatura]
Silvia C. Goya	CMTUR	[Assinatura]
Alberto Marcelo Becker	COPEL	[Assinatura]
Hamilton Kawakami	COPEL	[Assinatura]
Antonio Caldeira	ROTA 174	[Assinatura]
Antonio Candido C. Soares	Rotary	[Assinatura]
Capitão Gilberto Gajowski	Corpo de Bombeiros	[Assinatura]
Devair Góngora	LOZMAQ Família	[Assinatura]
Luiz Antonio Mendonça	GENAI	[Assinatura]
Edson Marcos Itozaki	CRFA - PR	[Assinatura]
Thiago M. Vono	CESUMAR	[Assinatura]
José Antonio Borghi	SINDICATO RURAL MGA	[Assinatura]
Marcos Brusch Neto	PRESELO - COOP. de Agr. e Ind. MGA	[Assinatura]
Luiz A. Bala	NRE - MGA	[Assinatura]
Juan Soares	ANDECMICOMAR	[Assinatura]
José Antonio Spatta	AGRICULTOR	[Assinatura]
Wanderlei Novais	AGRICULTOR	[Assinatura]
João Antunes	agricultor	[Assinatura]

Moção de Apoio às Propostas para MARINGÁ 2030

Página 3

Rua Basílio Sautchuk, 388 - Fone: 55 + (44) 3027-3300 - Fax: 55 + (44) 3027-3301 - CEP 87013-190 - Maringá - PR
 Site: www.codem.org.br - E-mail: codem@codem.org.br



NOME	REPRESENTADA	ASSINATURA
José Rosa Baltazar	COMERCIAIS	
José Rosa Baltazar	Comércio	
Ricardo Dantas Lima	PUC-PR / F. Nobel	
RICARDO J. BERTIN	PUC-PR / F. Nobel	
João Luiz Vallim	Mais Empregos	
João Roberto dos Santos	VIVO S/A.	
FABIO RICARDO MORELLI	SEFAZ / PMM	
ZANONI LUIZ FAVERO	SEMI / PMM	
MARLOS KENET FURTADO	CIPA / MSA	
CLAUDIO PALMEIRA DE SOUZA	NRENGA / RCMG HORTO	
Oláudia Cristina Jambú	Jucap / mgd	
PAULINO R. ALVES	JAP / mgd	
Guilherme Moreira	P. M. M	
Monete P. SILVA	P. M. M / SECT	
Roberto Infante Tomm	TBT Consultoria	
CELESTINO CARVALHO	CEAR	
VILDOMIRO B. TORMEM	AMEA	
JOSE CLAUDIO MARREJA	ATA-RV	
PAULO MENEGUETTI	FREP	
MARCOS LUCHIANCENKOL	RECETA FEDERAL	
ANTONIO GERALDO M. DIAS	RECETA FEDERAL	
MATHEUS COLOMBO	EDUCAR - PR	
LONGE TOYOFUTU	ACIM	
DIONIZIO CARARO	ROTARY AEROPORTO	
Euandio Cherubini Rolin	Cesumar	
ANTONIO MIRANDA	CESUMAR	
LUIZ ROBERTO EVANGELISTA	DEFI-UEM	
SILVIO S. LUIZ	SECOLI	
ALVARO GILMAR ESTEVAM DE ARAUJO	Codem	
JEFFERSON NOGUEIRA	ACAM	
MARCOS VALENCIO	AGROPART	
JOSE ANTONIO MORAIS CAMARGO	SILVICON - NOR	
Roberto Verdade	LIONS PIONEEROS	
Adão Jappa	S. R. M	

Moção de Apoio às Propostas para MARINGÁ 2030

Página 4

Rua Basílio Sautchuk, 388 - Fone: 55 + (44) 3027-3300 - Fax: 55 + (44) 3027-3301 - CEP 87013-190 - Maringá - PR
Site: www.codem.org.br - E-mail: codem@codem.org.br



NOME	REPRESENTADA	ASSINATURA
LEDA MARIA MESSIAS DA SILVA	OAB-MG	
LIZIA HELENA NAGEL	OSORAMA	
ANTONIO CARLOS DALCOLLE	SIN. PATRONAIS	
RICARDO MOREIRA	CLIM. PATRONAIS	
Alcides A. Moura	OSORAMA	
Robson Figueira	H&S Soc. Adv	
NELSON DA SILVA	H&S Soc. Adv	
JOSE L. RIBEIRO	SEBRAE	
Quintiliano José R.	SEBRAE	
CRISTINA A. TAVARES DE OLIVEIRA	SEBRAE	
SILVIO M. BARRAL	SEBRAE	
CARLOS WALTER MOUTON	SEBRAE	
MARCELO LIMA	SEBRAE	
CRISTINA A. TAVARES	SEBRAE	
LUIS FERNANDO W. FERREIRA	SEBRAE	

Mocão de Apoio às Propostas para MARINGÁ 2030

Página 5

Rua Basílio Scuttschuk, 388 - Fone: 55 + (44) 3027-3300 - Fax: 55 + (44) 3027-3391 - CEP 87013-100 - Maringá - PR
Site: www.codem.org.br - E-mail: codem@codem.org.br



SAVE THE DATE
SAVE THE DATE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MARINGÁ
CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO

APRESENTA

MARINGÁ INTEGRA-EDUCAÇÃO

Formação de professores: cenário atual,
perspectivas e responsabilidades para próximas
décadas.

DATA
23
FEV/2019

APOIO:

PATROCINADORES:

AGO
SICOOB METROPOLITANO
26/03/2020



RELATÓRIO DE GESTÃO

AGÊNCIAS
55



COOPERADOS
62.846



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R\$ 211 Milhões

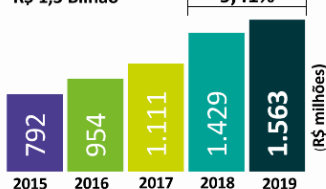


SOBRAS
R\$ 39 Milhões

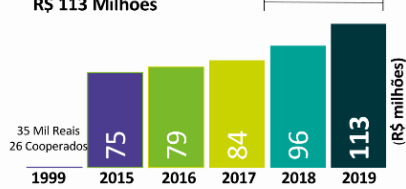


RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVOS TOTAIS
R\$ 1,5 Bilhão



CAPITAL SOCIAL
R\$ 113 Milhões

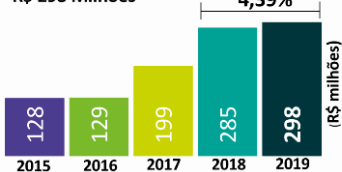


INVESTIMENTO RDC + LCA
R\$ 931 Milhões

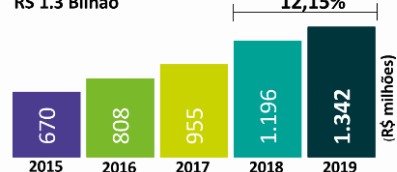


RELATÓRIO DE GESTÃO

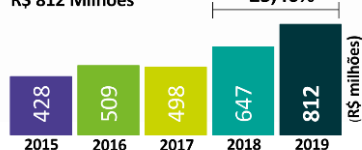
DEPÓSITOS À VISTA
R\$ 298 Milhões



RECURSOS ADMINISTRADOS
R\$ 1.3 Bilhão



OPERAÇÕES DE CRÉDITO
R\$ 812 Milhões



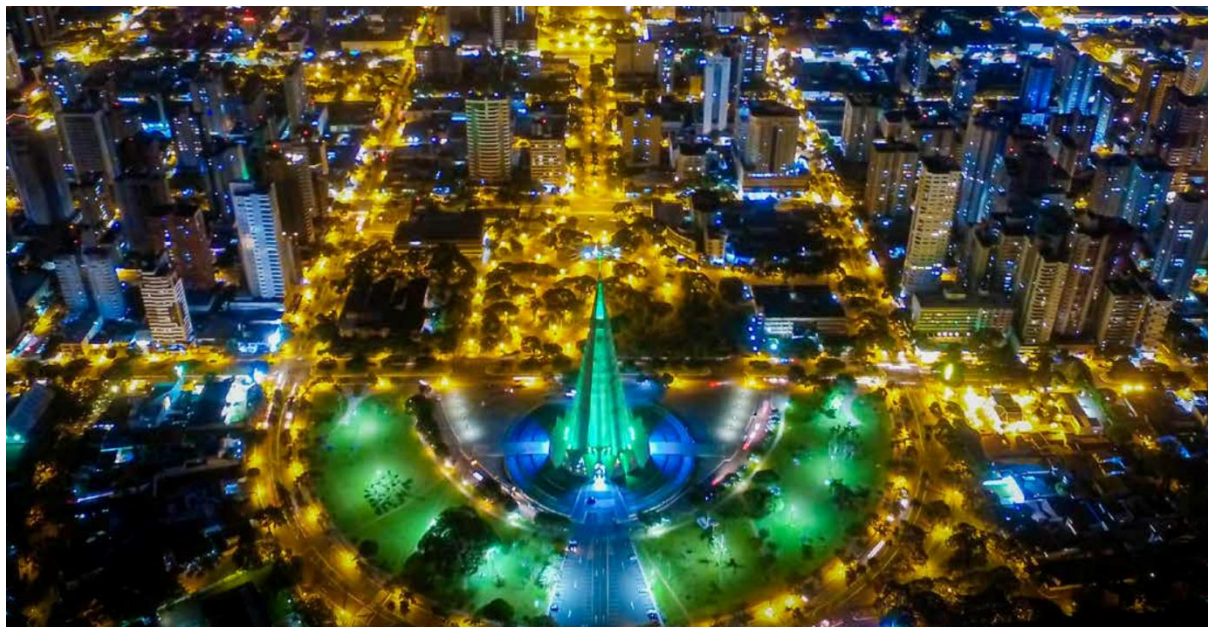
Gasto com Pessoal nos Gabinetes dos Vereadores (2019)

Cargos	Valor Mensal
Subsídio do vereador	R\$ 9.208,82
Chefe de Gabinete	R\$ 8.553,14
Assessor de Parlamentar	R\$ 6.791,28
Assessor de Gabinete	R\$ 5.131,20
Assessor de Gabinete	R\$ 5.131,20
Total	R\$ 34.815,64

**R\$ 417.787,72
ano/gabinete**

**R\$ 6.266.815,78
por ano**





***Suporte ao planejamento
socioeconômico de Maringá
Maringá 2047 - Uma visão de futuro***



Entidades patrocinadoras



- José Carlos Valêncio
Presidente
Associação Comercial e Empresarial
de Maringá - ACIM



- Camilo Carvalho
Presidente
Rodovias Integradas do
Paraná S/A – Viapar



- Wilson de Matos Silva
Reitor
UNICESUMAR - Centro
Universitário Cesumar



- Luiz Lourenço
Presidente do Conselho de
Administração COCAMAR
Cooperativa Agroindustrial



- Luiz Ajita
Presidente
Sistema de Cooperativas de Crédito
do Brasil – SICOOB Metropolitano



- Daoud Nasser
Presidente do Conselho de
Administração UNIMED
Regional Maringá



- Carlos Alberto Tavares Cardoso
Diretor-Presidente
Companhia Sulamericana de
Distribuição – Cidade Canção



- Wellington Ferreira
Diretor-presidente
Sistema de Crédito Cooperativo
– SICREDI



- Sidney Meneguetti
Diretor-Presidente
Usina de Açúcar Santa
Terezinha Ltda



- Jeane Nogaroli
Presidente
Cooper Card Adm. de Cartões
Ltda



- Armando Roberto Jacomelli
Administrador Executivo
Transporte Coletivo Cidade
Canção – TCCC

EUROGARDEN – O BAIRRO EUROPEU DE MARINGÁ





II Workshop
**O FUTURO DA
 MINHA CIDADE**
 Uberlândia-MG



CODEM
 - INICIATIVA DE LEGITIMAÇÃO POPULAR -

José Roberto L. Mattos
Presidente
 Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM

apoio

SEBRAE

Algar

UBERLÂNDIA

FIEMG

correalização

SESI

CBIC

realização

Uberlândia
2100 CODEM

SINDUSCON TAP

patrocínio nacional

CAIXA

COD-EM

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE MARÍLIA

MARÍLIA DO FUTURO

ANO 2020



MISSÃO

A missão do Codem é unir os esforços de sociedade civil e governo para planejar e construir um conjunto de metas para promover o desenvolvimento sustentável para o futuro de Marília.

VISÃO

A visão do Codem é de conduzir a cidade para se tornar uma referência global em qualidade de vida, prosperidade e inclusão social.

VALORES

Comprometimento, transparência, ética, legalidade, impessoalidade.

M A R Í L I A



ANEXOS**ANEXO I****LEI Nº 4274/96****INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.**

Autor: Poder Executivo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMD -, destinado à captação e à aplicação de recursos, visando ao desenvolvimento econômico do Município de Maringá.

Art. 2º Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico serão provenientes de:

I - 2% (dois por cento) do total das Receitas do Município de Maringá, resultantes de todos os impostos, bem como das transferências dos Governos Federal e Estadual, excetuadas as decorrentes de empréstimos com finalidade específica;

II - doações e transferências de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas;

III - captações junto instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMD - é criado com personalidade contábil, podendo, para tanto, proceder à execução orçamentária no âmbito de sua competência.

§ 2º A receita a que se refere o inciso I será automaticamente depositada à conta do Fundo, tão logo a receita ingresse nos cofres do Município.

Art. 3º Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico serão destinados a financiamentos ou para apoio a investimentos produtivos, geridos, mediante convênio, por instituição financeira estatal de fomento, observados os seguintes princípios básicos:

- I - preservação da integridade patrimonial do Fundo;
- II - maximização do retorno econômico social.

Art. 4º Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico serão destinados para:

- I - financiamento de atividades nas áreas industrial, comércio e de serviços do Município, observadas as prioridades aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico;
- II - custeio de elaboração de projetos técnicos de viabilidade econômico-financeira;
- III - estudos e pesquisas que orientem programas setoriais para a expansão de oportunidades de investimentos;
- IV - contratação de pessoal para dar suporte técnico e administrativo às decisões do Conselho;
- V - outras despesas não previstas, sempre voltadas ao interesse social e econômico do Município.

Parágrafo Único - São enquadráveis todas as operações previstas em normas operacionais específicas, previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, aos 13 de setembro de 1996.

Said Felício Ferreira
Prefeito Municipal

ANEXO II

LEI Nº 4275/96

INSTITUI O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARINGÁ - CODEM

Autor: Poder Executivo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

Art. 1º. Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM, com o caráter deliberativo e consultivo, para formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta Lei e do Regulamento a ser aprovado pelo plenário.

Art. 2º. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM terá ainda as seguintes atribuições:

- I - Buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, organismos internacionais e instituições financeiras, visando a execução da política municipal de desenvolvimento econômico;
- II - Gerir o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMD, estabelecendo programas e prioridades para aplicação de seus recursos;
- III - Estabelecer diretrizes com vistas a geração de empregos e desenvolvimento econômico do Município;
- IV - Criar, no âmbito de sua competência e com os recursos disponíveis do FMD ou outras fontes, programas e linhas de crédito de interesse da economia local;
- V - Realizar estudos visando a identificação das potencialidades e vocação da economia do Município;
- VI - Identificar problemas e buscar soluções para a geração de emprego, fortalecimento da economia e atração de investimentos;
- VII - Firmar convênios, acordos, termos de cooperação, ajustes e contratos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VIII - Contratar serviços de instituições ou profissionais no âmbito público ou privado, para atender, quando necessário, seus objetivos;

IX - Instituir Câmaras técnicas e grupos temáticos, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;

X - Promover fóruns, seminários ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência, quando for necessário, a juízo do plenário;

XI - Identificar e divulgar as potencialidades econômicas de Maringá, bem como desenvolver diretrizes para a atração de investimentos;

XII - Formular diretrizes para o estabelecimento de uma política de incentivos fiscais, tributários e outros, visando a atração de novos investimentos, além da expansão, modernização e consolidação dos existentes;

XIII - Divulgar as empresas e produtos de Maringá, objetivando a abertura e conquista de novos mercados;

XIV - Criar um sistema de informações, para orientar a tomada de decisões e a avaliação das políticas de desenvolvimento econômico do Município;

Parágrafo único. O Conselho, no exercício das atribuições previstas nesta Lei, poderá estender suas funções aos Municípios ou entidades da Região.

Art. 3º. O CODEM compõe-se de:

I - Plenário;

II - Câmaras Técnicas.

Art. 4º. Integram o Plenário do CODEM:

I - O Prefeito Municipal, como presidente de honra;

II - Um Secretário Municipal, representando os setores da Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura;

III - O Secretário Municipal de Planejamento;

IV - O Secretário Municipal de Fazenda;

V - Um representante do SINDUSCONOR, um do SECOVI e um da APRAS;

VI - O Reitor da Universidade Estadual de Maringá;

VII - Um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas - SEBRAE;

VIII - Quatro representantes da Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, sendo o seu Presidente e representantes dos setores do comércio, indústria e serviços, por ela indicados;

IX - Três representantes da Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP;

X - Dois representantes do setor agropecuário, sendo um indicado pela Sociedade Rural de Maringá e outro pelo Sindicato Patronal Rural;

XI - Um representante dos sindicatos patronais;

XII - Um representante dos sindicatos de trabalhadores no comércio, indústria e agricultura;

XIII - Um representante dos veículos de comunicação;

XIV - Um representante dos profissionais liberais, eleito dentre as entidades representativas de classe.

Art. 5º. As Câmaras Técnicas serão permanentes ou temporárias.

Parágrafo único. As permanentes são criadas por esta lei e as temporárias poderão ser criadas por deliberação do Plenário, quando necessário.

Art. 6º. Ficam criadas as seguintes Câmaras Técnicas:

I - De Assuntos Comunitários;

II - De Assuntos Universitários;

III - De integração Tecnológica;

IV - De atração de Investimentos;

V - De Agricultura e Agroindústria;

VI - De Comércio e Serviços;

VII - Do Comércio Exterior;

VIII - Da Construção Civil e Setor Imobiliário.

Art. 7º. A Câmara de Assuntos Comunitários será composta por um representante de cada uma das seguintes entidades:

I - Rotary Clubes de Maringá;

II - Lions Clubes de Maringá;

III - Lojas Maçônicas;

IV - Federação das Associações de Bairros de Maringá;

V - Arquidiocese de Maringá;

VI - Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá - OPEM;

VII - Do Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIM.

Art. 8º. A Câmara Técnica de Assuntos Universitários será composta por:

I - Três representantes da Universidade Estadual de Maringá - UEM;

II - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores de Ensino de Maringá - SINTEMAR;

III - Um representante da ADUEM - Associação dos Docentes da UEM;

IV - Um representante das instituições privadas de ensino superior de Maringá;

V - Um representante de cada um dos Conselhos oficiais de regulamentação de profissionais liberais, como: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Conselho Regional de Medicina - CRM; Conselho Regional de Odontologia - CRO; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA; Conselho Regional de Economia - CORECON; Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Farmácia.

Art. 9º. A Câmara Técnica de Integração Tecnológica será composta por:

I - Um representante da Universidade Estadual de Maringá - UEM;

II - Um representante do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR;

III - Um representante do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET;

IV - Um representante do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Maringá - SINDIMENTAL, Sindicato da Indústrias do Vestuário de Maringá - SINDIVEST, Associação dos Produtores de Álcool e

Açúcar do Estado do Paraná - ALCOPAR, Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Noroeste do Paraná - SINDUSCONNOR;

V - Um representante da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá - COCAMAR.

VI - Um representante do Conselho Permanente do Jovem Empresário de Maringá.

Art. 10. A Câmara Técnica de Comércio e Serviços será composta por:

I - Um representante do setor de comércio atacadista;

II - Um representante do setor do comércio varejista;

III - Um representante das empresas hoteleiras;

IV - Um representante das agências de viagens e turismo;

V - Um representante da Sociedade Médica de Maringá;

- VI - Um representante da Associação dos Hospitais de Maringá;
- VII - Um representante da Associação Paranaense de Consultores de Empresas – APCE;

Art. 11. A Câmara Técnica de Atração de Investimentos terá a seguinte composição

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura;
- II - Um representante da Universidade Estadual de Maringá - UEM;
- III - Um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- IV - Um representante da Associação Maringaense da Imprensa;
- V - Um representante das empresas de mídia;
- VI - Um representante de cada um dos bancos oficiais localizados em Maringá;
- VII - Um representante da Delegacia Regional da Fazenda Estadual;
- VIII - Um representante de cada um dos seguintes órgãos estatais:
 - Companhia Paranaense de Energia - COPEL;
 - Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;
 - Departamento de Estradas de Rodagem - DER;
 - Instituto Ambiental do Paraná - IAP e
 - Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR.
- IX - Um representante da Associação Paranaense de Consultores de Empresas - APCE.

Art. 12. A Câmara Técnica de Agricultura será composta por:

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura;
- II - Um representante da Sociedade Rural de Maringá;
- III - Um representante da Secretaria de Estado da Agricultura;
- IV - Um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná - EMATER;
- V - Um representante da Associação dos Agrônomos de Maringá;
- VI - Um representante do Sindicato Rural Patronal de Maringá;
- VII - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá.

Art. 13. A Câmara Técnica de Comércio Exterior será composta por:

- I - Dois representantes da Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM;
- II - Dois representantes da Coordenadoria Regional de Maringá da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP;

III - Um representante do Centro de Exportação do Paraná - CEXPAR;

IV - Um representante da Estação Aduaneira do Interior;

V - Um representante do Serviço de Assistência às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

VI - Um representante do setor de comércio exterior do Banco do Brasil S.A.

Art. 14. A Câmara Técnica de Construção Civil e Setor Imobiliário será composta por:

I - Dois representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Noroeste do Paraná - SINDUSCONNOR;

II - Um representante do Sindicato das Empresas de Corretagem e Venda de Imóveis - SECOVI;

III - Um representante do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura;

IV - Um representante da Associação Paranaense das Empreiteiras de Obras Públicas - APEOP;

V - Um representante da Secretaria de Planejamento do Município;

VI - Um representante da Associação dos Engenheiros de Maringá;

VII - Um representante da Associação Paranaense de Administração de Imóveis - APADI;

VIII - Um representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI.

Art. 15. Cada conselheiro e membro das Câmaras Técnicas terá um suplente, sendo ambos indicados pelas entidades a qual representam e tomarão posse na primeira sessão a que participarem, sendo os titulares substituídos por seus suplentes nas suas faltas, ausências e impedimentos.

Parágrafo Primeiro. Os Conselheiros e membros das Câmaras Técnicas terão mandato de dois anos.

Parágrafo Segundo. Durante o período do mandato, o conselheiro e seu suplente poderão ser substituídos pela entidade que o indicou, sendo que o substituto tomará posse na primeira reunião do conselho que se seguir à sua indicação e terminará o mandato do substituto.

Parágrafo Terceiro. Em caso de renúncia, falecimento ou vacância do cargo pelo titular, o suplente substituirá até a indicação de um novo membro pela entidade a qual representa.

Art. 16. As Câmaras Técnicas, no âmbito de suas atribuições, enviarão ao plenário do CODEM propostas, estudos e sugestões para subsidiar tecnicamente as decisões do Conselho.

Art. 17. O Conselho será dirigido por mesa diretora composta de um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos dentre os seus membros, com mandato de um ano, permitida a reeleição.

Parágrafo único. Cada Câmara Técnica permanente terá um Presidente eleito entre seus membros para um mandato de um ano, permitida a reeleição.

Art. 18. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando for necessário, por convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. O Conselho, na ausência ou escusa de seu Presidente, poderá convocar-se, mediante assinatura de dois terços de seus membros, presidido pelo Conselheiro mais idoso.

Art. 19. Para a instalação de reunião e deliberação será exigido o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho serão tomadas em plenário, por maioria simples.

Art. 20. O mandato dos Conselheiros e membros das Câmaras Técnicas será exercido gratuitamente e seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 21. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM elaborará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal Nº. 3.335/93.

Paço Municipal, 16 de setembro de 1996.

Said Felício Ferreira

Prefeito Municipal